

Cadernos Terras Quentes

15

2020



τφ

Associação
Terras Quentes



MUSEU MUNICIPAL
MARTIM GONÇALVES
DE MACEDO

Ficha Técnica

Cadernos “Terras Quentes”

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes”

Editor e propriedade

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes”

Rua D. Maria Mascarenhas Escola do 30, apartado 110
5340-900 Macedo de Cavaleiros | Tel. 936 761 011

Endereços eletrónicos:

Associação Terras Quentes: administracao@terrasquentes.pt

Site: www.terrasquentes.pt

Director

Carlos Alberto Santos Mendes

Conselho de Redacção

João Carlos Senna-Martinez
Carlos Alberto Santos Mendes
Elsa Verónica Penas Luís
Manuel José de Sousa Cardoso
Belmira Mendes

Editorial

Manuel José de Sousa Cardoso

Colaboradores deste número

Carlos Alberto Santos Mendes
Miguel Sanches Baêna
Cláudio Pereira

Na Capa

Desenho: Jaime Martins Barata - "*De como se azou e venceu a batalha real de Aljubarrota*" (Fonte: Diário de Notícias de 14-8-1936); Foto: Diorama "O Combate Decisivo" (Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo). Fotografia por Cláudio Pereira.

Contracapa

Foto: Diorama "O Combate Decisivo" (Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo). Fotografia por Cláudio Pereira. Figura do Careto de Podence.

Impressão:

VRI-Impressores, SA

Depósito Legal.

212756/20

Edição

Nº 15, janeiro de 2020

Editorial

A nossa Batalha Real

É irritante o revisionismo histórico que apaga figuras ou que faz a sua leitura no passado segundo critérios do presente, condenando-as na opinião pública, a maior parte das vezes ignorante de circunstâncias e factos. Tal como é irritante o empolamento histórico, máquina de propaganda ao serviço de motivos seus contemporâneos, descaracterizadores do que então terá sido a realidade. No fundo, ambas as coisas são muito mais do que irritantes, são faltas de verdade.

É claro que a descoberta da verdade histórica varia segundo métodos de estudo, níveis de conhecimento e capacidade de análise e, muitas vezes, os historiadores não alteraram factos nem forjaram sínteses por interesses escondidos: fizeram-no por métodos desajustados, testemunhos não fiáveis, análises a carecer de meios. Também os houve e há com intenção escondida ou patente! Daí que a visão dum mesmo acontecimento com perspectivas diferentes, segundo os motivos, segundo os meios, segundo os condicionalismos sociais e políticos, ganha interesse superlativo se, despida de preconceitos e agregadora de diferentes pedaços de verdade, consegue articular-se, vislumbrar e esclarecer um acontecimento de dimensão superior – como o é o da Batalha Real de Aljubarrota.

O dia 14 de agosto de 1385 interpretado e descrito neste Caderno Terras Quentes, transforma-o num dos mais polémicos, mas úteis à História de Portugal!

Apesar de nalguns pontos parecer querer diminuir-se esta ou aquela figura por haver uma intenção de querer reduzir-se a camada do mito que se sobrepôs ao seu cerne, na realidade permanece todo o espaço para que a dimensão do Condestável, a do Mestre de Avis e a de Martim Gonçalves de Macedo (para tantos um personagem tão incómodo por de si ter dependido, afinal, a sobrevivência do germinar duma dinastia e da peça chave que foi a solução duma crise nacional) sobressaíam na sua integridade e totalidade: nada do que este trabalho traz à luz faz com que a extraordinária visão estratégica de Nun'Álvares não viesse a poder produzir um Santo hoje venerado nos altares; que a aparente vulnerabilidade de D. João não tenha podido resultar num espantoso Rei com uma ideia internacional e expansionista do nosso País e que a Providência tenha feito de Martim Gonçalves um dos heróis da nossa história.

Bem sabemos que a Providência não é um dado histórico... mas é algo, o algo que coloca “o homem certo, no sítio certo e no momento certo”. Tal como este Caderno da Associação Terras Quentes nos elucida numa fase certa, no lugar certo e com uma ideia certa! Polémica, a ideia? Sem dúvida! Só que é bem melhor que a nossa história esteja viva e cheia de polémicas do que unânime, apagada e desconhecida.

O tamanho do tema destas páginas é esmagador. Os seus autores merecem todo o respeito pelo respeito que tal tamanho lhes mereceu e por se terem conseguido libertar de preconceitos, o que os dotou da audácia para tal escrever. No fundo, a mesmíssima libertação de preconceitos que o conselho reunido entre os dois confrontos da Batalha teve de usar e a mesmíssima audácia com que lidaram o embate, se salvaram a vida e conseguiram a vitória. Se tal libertação de preconceitos e manifestação de audácia resultou das circunstâncias ou brotou do interior das suas almas... Pessoa tê-lo-á sabido:

O homem e a hora são um só

Quando Deus faz e a história é feita.

O mais é carne, cujo pó

A terra espreita.

(Mensagem, Fernando Pessoa)

A actualidade do artigo sobre os Caretos de Podence foi ditada pelo seu recente reconhecimento pela UNESCO. Podemos afirmar com certeza científica que os Caretos, de Podence ou outros deste sector da Península Ibérica, antecederam em muito a realidade da UNESCO. Pelo que, em abono da verdade, este acto, se é sem dúvida prestigiante para todos os que têm trabalhado em prol da sua sobrevivência e notoriedade, não deixa de ser prestigiante também para a própria UNESCO por demonstrar conhecimento e tacto. É uma pena que o progresso ainda não esteja suficientemente desenvolvido para que possamos discorrer sobre o futuro com as mesmas certezas com que o fazemos sobre o passado! Mas atrevêmo-nos a dizer que se a carreira dos caretos durar pelo menos tantos anos como terá durado até hoje, sobreviverá em séculos à da própria UNESCO!

Tal como a verdade contida neste caderno, mais um a juntar à excelente, insubstituível e mais importante colecção de investigação histórica, arqueológica, artística, etnológica e sociológica que existe sobre Macedo de Cavaleiros, que por muitos anos perdurará para lá da nossa contemporaneidade.

Manuel Cardoso.

Nota Prévia

Temos consciência que o tema “Batalha de Aljubarrota” não é fácil de se abordar, dada a quantidade de bibliografia disponível e contraditória no relato dos antecedentes e factos passados durante batalha.

Foi uma batalha importantíssima tanto para Portugal como para Castela (para as Espanhas) mas, também, no desenvolvimento subsequente e resolução da “guerra dos 100 anos”, com influência em toda a Europa.

Os interesses dos quatro Países e dos dois Papados envolvidos, estava em questão. Para sua análise tentámos distinguir os interesses entre cronistas e historiadores, de quatro nacionalidades diferentes, com análises tão díspares e até dos nossos próprios interesses, como é evidente – quem escreve do lado do vencedor aumenta os seus feitos e diminui os do adversário, o que perde tenta sempre minimizar as consequências da derrota – e nós que escrevemos, estamos do lado do vencedor, não somos neutrais, daí as dificuldades.

Tivemos que optar e separar os interesses por quem, desde há 630 anos, até agora, foi discorrendo sobre a Batalha de Aljubarrota e os seus antecedentes. Interesses individuais e colectivos, que foram surgindo em torno dos momentos políticos do momento. Quanto ao lado Português, salientamos por exemplo a exaltação e o aproveitamento político feito pelo “Estado Novo”.

Temos consciência que a estratégia do modelo de escrita adoptado não foi a melhor: expondo no decorrer do texto quase todas as passagens que nos interessou ir buscar à bibliografia em vez de as remeter para notas. Se o fizéssemos tornaríamos a leitura, mas fácil, mais objectiva, mais sã e escoreita. Assim, tornou-se uma leitura por vezes maçada, por vezes confusa. Mas esta opção dá-nos uma comparação imediata do que os principais escritos foram vertendo. É, pois, uma leitura que aconselhamos fazer-se “capítulo por capítulo” e, com a devida pausa e reflexão. Pelo facto apresentamos as nossas desculpas.

Os autores.

Do Mito à Realidade

A Batalha de Aljubarrota – 14 de agosto de 1385

“A História Que Não Se Contou”

Carlos Mendes*
Miguel Baêna**
Cláudio Pereira***



Desenho por Jaime Martins Barata - "*De como se azou e venceu a batalha real de Aljubarrota*"

* Mestre em História Regional e Local e Licenciado em Arqueologia e História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Arqueologia "Uniarq" da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Presidente e investigador da Associação Terras Quentes.

** Doutorado em História, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, Investigador da Associação Terras Quentes, Perito em História militar, Diplomata de carreira na disponibilidade de serviço.

*** Licenciado em Arqueologia e História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e Investigador da Associação Terras Quentes.

Parte I

Introdução:

Inúmeros historiadores, militares, eclesiásticos e alguns curiosos, já se debruçaram sobre um dos acontecimentos mais marcantes da história de Portugal – a Batalha de Aljubarrota.

Partimos do princípio que tudo o que iremos expor não será mais do que algumas novas ideias, pois, como é óbvio, o “dossiê Aljubarrota” nunca estará encerrado. Pensamos que neste caso, *“a historiografia necessita de uma forte ajuda da arqueologia”* (Monteiro 2001, pág. 193) para que se compreenda com maior exactidão qual a formatação dos exércitos em contenda, a configuração das defesas naturais e artificiais existentes, a logística necessária e as táticas empregues por D. João I e pelos seus auxiliares Ingleses.

Não devendo ser a disciplina “história” uma repetição da historiografia passada, neste caso, desde a doação efectuada no “tavoado” de Aljubarrota, no dia a seguir à batalha (15 de Agosto), à carta escrita à cidade de Múrcia pelo rei castelhano D. Juan, aos 29 dias de Agosto de 1385, passando pelo testemunho do “Dispensero” da Rainha de D. Leonor, pelas “crónicas” de Fernão Lopes, às reflexões de todos historiadores subsequentes a este cronista - até aos dias de hoje - adindo ainda o modo celebrativo e ideológico do “Estado Novo”, forjado na metodologia discursiva de António Oliveira Salazar que visava a sedentarização das vontades em torno de consensos, a cristalização de uma ordem da Nação e a edificação de um projecto de unidade para Portugal (Gomes 2016, pág 72), que levou a não dar continuação aos trabalhos arqueológicos levadas a cabo pelo tenente-coronel Afonso do Paço entre 1958 e 1960 no campo de São Jorge, e que, conduziu ao destorcimento global de toda a “verdade” sobre grande parte da história do nosso País.

Pretendeu-se reflectir sobre os acontecimentos (Batalha de Aljubarrota) apoiados em textos já conhecidos, alguns documentos e relatórios inéditos e sobretudo uma análise cuidada, objectiva e de bom senso, sobre a realidade militar da Idade Média, com cruzamento de dados entre as batalhas de Crécy (1346), Poitiers (1356) e Aljubarrota (14 de Agosto de 1385), todas elas inseridas na “guerra dos 100 anos”, sabendo-se, todavia, que será difícil fazer uma reconstituição exata e exaustiva do que aconteceu durante o dia 14 de Agosto no campo de S. Jorge e nos preparativos para a contenda nos dias que o antecederam. Para tanto sentimos necessidade de, em primeiro lugar escorarmo-nos em vários conceitos existentes à época. Assim:

Capítulo I - Os conceitos.

O conceito de Nação na segunda metade do século XIV:

O conceito de “Nação” no século XIV, ainda não existia. O conceito de nação é relativamente recente, remonta ao século XVIII na Europa, mais propriamente à segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. O Romantismo, pelas suas

características intrínsecas, acolheu a missão de construir as identidades nacionais das nações emergentes, tanto na Europa como mais tarde, nos processos de independências das colónias americanas.

“O Romantismo, baseado na figura humana idealizada numa ancestralidade mítica, derivava de um passado equidistante que lhe fornecia os princípios desse atavismo. Dessa forma, cria um nacionalismo que se contrapõe à ideia de progresso, futuro e modernidade já que o passado e a tradição eram os seus princípios basilares. A razão mais relevante para tal acolhimento é o facto de o Romantismo eleger a emoção, em detrimento do intelecto e da razão como principal fundamento da natureza e da experiência humana. Ao propor a separação entre corpo e mente e consolidar a ideia de que as emoções são naturais e vivem no corpo, e o intelecto vem da civilização e existe na mente, eleger a experiência afectiva como fonte de sabedoria, da autenticidade e da criatividade. Foi a literatura, fazendo uso da ficção, que estabeleceu o princípio de uma identidade nacional unitária e ontológica porque era fixa e centralizadora, e encontrou a forma adequada principalmente no modelo monológico do romance romântico, uma vez que nele o nacional configurava-se como valores organizados em torno da figura do herói pátrio, centralizador e em harmonia com o cenário, o espaço e a paisagem” (Mendes, 2009).

Percebendo este conceito, que não existia no final do século XIV, o conceito de Nação, compreender-se-á, com mais facilidade, a existência de grandes vultos portugueses a lutarem do lado castelhano, caso por exemplo dos irmãos de Bornes, ou dos irmãos de Nuno Álvares Pereira (nos dois casos falecidos em plena batalha Real). A postura dos intervenientes era em função de intrincados interesses na maior das vezes pessoais e/ou de correlação das forças partidárias.

Exércitos: Realidade do final do século XIV.

Exércitos permanentes versus não permanentes:

A constituição de exércitos permanentes é um fenómeno que se inicia a partir de meados do século XV. O não levar em conta este facto quando analisamos os episódios da crise 1383-1385 vivida no país, distorce-nos completamente a realidade dos acontecimentos. Assim importa historiar o que foi a evolução do país em armas desde o início da fundação. Para isso recorreremo-nos de um artigo publicado na revista do Exército Nº 2477/2478 de junho/julho de 2008 escrito pelo Tenente-Coronel Nuno Correia Barrento de Lemos Pires.

“Á época não existiam casernas, quadros ou carreiras militares bem definidas, existiam isso sim, era campanhas sazonais mais ou menos bem preparadas, defensivas ou ofensivas, locais ou “nacionais”.¹

Desde a fundação do nosso país que encontramos os Ingleses combatendo lado a lado com os Reis de Portugal, desde logo na tomada de Lisboa, em 1147. O primeiro bispo da cidade recuperada para os cristãos, Gilberto de Hastings, era inglês e, em 1199, o conhecido João Sem-Terra mandou uma embaixada ao nosso país para pedir a mão de uma princesa – leia-se, para formalizar uma aliança política que, afinal, não se concretizaria até 17 de Fevereiro de

1294, quando os dois reinos fortalecem de uma maneira formal as relações “diplomáticas””. (Pires, 2008)

Depois de mais tentativas falhadas de alianças matrimoniais (em 1344 Eduardo III pedirá a mão de uma infanta portuguesa, filha de Afonso IV, para o seu filho, o famoso Príncipe Negro), em 1353 foi assinado um decisivo acordo comercial entre o Rei de Inglaterra e os mercadores portugueses.

Mas, o essencial da aliança política entre as duas coroas firmou-se no âmbito da Guerra dos Cem Anos. Em Tagilde, perto de Guimarães, no dia 10 de julho de 1372, os dois emissários do rei inglês encontraram-se com D. Fernando, firmando um tratado. É tradição fundear em Tagilde, perto de Guimarães, a aliança luso-britânica, assim, no dia 10 de julho de 1372, os dois emissários do rei inglês encontraram-se com D. Fernando, firmando este tratado.

"Só em 1381, aquando da chamada Terceira Guerra Fernandina, as tropas inglesas comandadas pelo Conde Cambridge com 2.000 peões (metade dos quais temíveis arqueiros) vêm em efectivo socorro do rei português. Depois, quando o mestre de Avis, aflito, se dirigiu a Ricardo II, invocando os tratados para poder recrutar soldados em Inglaterra, esses soldados, sobretudo os arqueiros, operaram maravilhas em Aljubarrota, como é sabido. Foi neste contexto de vitória que se celebrou, em 9 de maio de 1386², Em Windsor, o tratado com o nome desta cidade: treze artigos jurando «ligação, amizade e confederação geral e perpétua» entre os dois reinos. A estrutura da hoste régia portuguesa dos finais da Idade Média nada se relaciona com os conceitos de Exércitos permanentes e profissionais de hoje. Só na segunda metade do século XV é que despontou essa realidade. A hoste do rei medieval era o resultado da congregação de uma série de parcelas com elevado grau de autonomia e era sempre um exército provisório porque, não se podiam afastar as pessoas dos campos e sustentá-las por muitas semanas.

As várias parcelas eram as seguintes e abrangiam um todo nacional, complementado, quando necessário, com forças estrangeiras:

- *A Guarda do Rei era composta por cerca de 20 homens, da nobreza, núcleo essencial do Exército régio: lanças proporcionais às contias que variavam de 1 até 30 lanças; no início do séc. XV constituíra-se a ordenança permanente para defesa do reino com 3 200 lanças (500 dos Capitães – Vassalos principais, 2 360 dos escudeiros de uma lança – vassalos de pequena nobreza e 340 das ordens militares;*
- *O recrutamento concelhio: Aquantidados – em função da fortuna pessoal, eram constrangidos a possuir determinado equipamento militar que deveriam apresentar em revistas periódicas e com o qual deveriam comparecer em caso de convocação; Besteiros – recrutados entre os mesteirais e supostamente bem adestrados no manejo de uma arma de importância tática; Besteiros do Conto – género milícia com organização própria e chefiada pelos anadéis dos lugares e pelo anadel-mor do reino e os besteiros de cavalo – corpo de atiradores com besta a cavalo, núcleo bélico muito peculiar e a quem a monarquia reservou um lugar especial no seio da hoste régia, bem preparada e especialmente escolhida.*

- *As Ordens Militares (Templo, depois Cristo, Hospital, Avis, Santiago); Mercenários (primeiros em Portugal na 1ª Guerra Fernandina (1369-71) e que na crise de 1383/85 (mercenários ingleses) desempenharam um papel muito importante na campanha militar no Minho para submeter os castelos fiéis a D. Juan e D. Beatriz; por último tínhamos os denominados homiziados (criminosos e marginais que esperavam um perdão vantajoso)" (Pires, 2008).*

Embora tenhamos descrito um número elevado de parcelas, João Gouveia Monteiro afirma-nos que *"os efectivos da hoste régia na Idade Média teriam, no máximo, de 10 000 a 12 000 homens"* (Monteiro, 1999).

Quanto à Administração Militar e a forma como esta abrangia todo o território nacional, era feita por delegação do Rei através do: Caudel-mor³, e do Anadel-Mor⁴ (e os respectivos coudel e anadel locais). O Alcaide-Mor era importante do ponto vista operacional assim como a figura de Fronteiro-Mor e dos diversos fronteiros locais. Estes últimos eram de nomeação régia e dispunham de poderes de excepção.

Sempre que se preparava uma campanha militar eram organizadas frontarias que correspondiam ao espaço genérico das comarcas do reino (p. ex. Entre Douro e Minho, Beiras, Entre-Tejo e Guadiana, etc. ou cidades como Santarém ou Lisboa).

Esta estrutura base, com algumas diferenças desde a fundação do Reino no século XII até à segunda metade do século XV, criou uma "identidade nacional" fortemente ligada ao seu Exército – o do Rei de Portugal - ao contrário do que se passava na generalidade da Europa com pequenos Exércitos privados ao serviço de grandes senhores (tipo feudo-vassálico). Tal estrutura criou formas e meios de mobilização organizados no todo nacional que várias vezes se provou de uma eficácia tremenda na defesa de Portugal. No Exército medieval português, o serviço militar era, não só um dever (principalmente para os nobres e clero que compensavam assim certos privilégios), mas também um direito a exercer por quem ascendia a um estatuto de liberdade relativamente aos nobres, colocando-se na dependência do Rei (o que significava o seu eventual apoio contra os nobres), como era o caso das tropas dos concelhos. Era um verdadeiro sistema serviço militar obrigatório, sobretudo colectivo.

Interessa-nos, para melhor entendermos a composição do exército, destacar três importantes e antigas leis do Reino relativas à criação de milícias:

- D. Sancho I (1185-1211) fomentou a criação de autênticos "viveiros de gentes".
- D. Sancho II (1223-1248) passou a estabelecer nas suas cartas forais a obrigação de serem constituídas Milícias Municipais;
- A "Nação em Armas" – na Regência de D. Pedro (1444). Foram promulgadas as Ordenações Afonsinas (1446), incluindo as ordens reais que regulamentavam a organização territorial da milícia municipal, o acontiamento dos nobres e a organização dos besteiros do conto.

Para melhor se entender o que se passou em Aljubarrota, à parte das questões políticas que levaram à chamada crise 1383-1385, bastamente escarpada pela nossa

historiografia importa focar-nos em alguns, importantes, factos e outros conceitos existentes no final do século XIV.

“Da fome, da peste e da guerra, livrai-nos Senhor!”⁵ A Peste bubónica (negra) nas crises de 1361-64, 1371-1374 e 1381-1384

Esta era a prece mais ouvida durante o século XIV, devido às crises económicas, financeiras e sociais que se abateram sobre a Europa e que provocaram grandes períodos de fomes e doenças epidémicas, das quais se destaca a *Peste Negra* que vitimou um terço da população europeia. Julga-se que a Peste Negra surgiu no Oriente (Crimeia, perto do mar Negro) e foi propagada (através dos ratos dos navios) para a Europa por mercadores genoveses. Esta epidemia surgiu em 1347 e vai afectar a Europa até 1400. A chegada a Portugal deu-se em 1348, provavelmente pelo Sul (Tavira), e até ao ano de 1400 houve mais cinco surtos. E provocou o despovoamento de várias aldeias e propriedades, provocando a fuga em massa das populações para as zonas urbanas.

Se a peste negra devastou a população europeia, incluindo a portuguesa, D. João I, herda, do seu antecessor D. Fernando, um país depauperado, não só por causa das crises epidémicas, mas também pelas três guerras “Fernandinas”, contra Castela.

A Primeira Guerra Fernandina dá-se entre 1369 e 1371. Resultado desta acção, D. Fernando entrou na Galiza, onde as principais cidades se haviam declarado a seu favor, mas rapidamente ocorreu Henrique de Trastâmara e D. Fernando, sem oferecer qualquer resistência, retirou para o Porto numa galé e daí para Coimbra. Ao mesmo tempo o rei de Castela entrava no Minho, tomava Braga, cercava Guimarães e retirava por Trás-os-Montes, cujas povoações flagelou sem qualquer resistência organizada do lado português.

A Segunda Guerra Fernandina acontece entre 1372 e 1373. D. Henrique invadiu Portugal por Almeida, Celorico e Viseu. Passou perto de Coimbra e dirigiu-se a Santarém, onde sabia estar o rei de Portugal.

O exército era comandado pelo próprio D. Henrique e pelo infante D. Dinis de Castro, que saía da corte por se recusar a beijar a mão à rainha D. Leonor Teles aquando o seu casamento com D. Fernando. Lisboa é cercada tendo sido negociada a paz (1373) e Portugal voltava a alinhar na política continental contra a Inglaterra, prometendo que os navios ingleses não utilizariam os nossos portos; prometia expulsar 28 fidalgos castelhanos refugiados em Portugal; prometia entregar reféns.... Será uma paz humilhante.

Por último, a Terceira Guerra Fernandina, dá-se entre 1381/1382. O primeiro episódio desta guerra consistiu numa batalha naval, (17 de julho de 1381) em frente ao cabo de Saltes (Huelva), onde a esquadra portuguesa é derrotada.

De referir, neste contexto, a activa participação dos mercadores de Lisboa. Em julho de 1381 chegava ao Tejo uma expedição militar inglesa, comandada pelo conde Eduardo de Cambridge (filho do rei inglês, e casado com uma filha do assassinado Pedro - O Cruel) e que agora se considerava herdeiro da coroa de Castela. Dias depois, casa-se (carecendo de consumação) a infanta D. Beatriz, filha de D. Fernando, com o filho do conde de Cambridge e

de D. Isabel. A intenção era garantir a independência portuguesa. Era uma política contrária à causa continental e ao papado de Avinhão e, na qual se insere o reconhecimento de D. Fernando do papa de Roma, Urbano VI.

O partido de Castela tinha cada vez mais adeptos em Portugal – era o partido da paz. Muita gente via no infante D. João (filho de D. Pedro e de D. Inês de Castro) um possível herdeiro do trono e que só saía de Portugal por causa do assassinato da mulher, D. Maria Teles (irmã de Leonor de Teles). Entre os populares, corria o boato que se tratava de uma cilada armada pela própria Leonor de Teles, para afastar o infante convencendo-o da infidelidade da mulher (sua irmã) que tê-lo-á levado a matá-la. Segundo se crê, porque eram numerosos os partidários do infante D. João de Castro, quer entre a nobreza, quer entre a camada popular. Daí os ingleses serem muito mal recebidos, ao ponto de muitas povoações lhes fecharem as portas. Todas as guerras Fernandinas foram de péssima memória. Tudo correu mal. Na região Transmontana, Vinhais e Bragança, são ocupadas por Castela.

Portugal sai das guerras Fernandinas semidestruído, desmoralizado, era uma autêntica panela de pressão social. A disponibilidade de mão-de-obra desceu brutalmente, a produção sofreu uma grande quebra, os mercados desorganizaram-se, os salários e os preços dispararam. A Coroa reagiu como sempre, taxando preços e salários. A convivência entre as pessoas azedou. A violência e o roubo despontaram.

Nos campos o panorama era desolador: A produção estava completamente desorganizada, muitas terras abandonadas, os circuitos de distribuição perturbados. Quem vivia sobretudo das rendas dos campos (fidalgos, arrendadores) ficaram arruinados na maioria dos casos. A estas calamidades juntou-se uma outra não menos violenta e dramática: a Guerra dos Cem Anos, que acabou por ter repercussões em quase todos os países europeus, inclusive em Portugal e Castela.

A juntar à peste e às guerras, assomaram terríveis crises agrárias, causadas por secas e más colheitas, que resultaram em fome, tanto em Castela como em Portugal. Acontecem mudanças profundas no tecido social e económico do reino. A crise nas rendas rurais penaliza duramente a aristocracia que endurece as relações com o campesinato. Maior pendor para a concentração do poder político e maior eficiência fiscal. Desponta uma nova sensibilidade religiosa e artística. Como em todas as crises há sectores da população que emergem em privilégios, neste caso estão os mercadores, cambistas, altos funcionários régios, os mais destacados artesãos de uma incipiente indústria – São estes que, após as medidas de fomento rural, comercial e naval, aparecem activos na crise da sucessão e que irão financiar o exército do mestre.

A morte de D. Fernando fez brotar uma crise dinástica em cima de um clima de instabilidade social e política. Pouco antes de falecer o rei assina um pacto de aliança com D. Juan de Castela (o Tratado de Salvaterra de Magos), a quem oferecera a filha D. Beatriz em casamento.

Logo após o falecimento de D. Fernando, embora Leonor Teles ficasse regente, D. Juan de Castela intitula-se rei de Portugal. A independência de Portugal estava em sério risco de se

perder. Todo este período temporal é sem dúvida um dos grandes testes à independência do País, o qual trouxe consigo uma mudança enorme na estrutura social do País.

Toda esta ebulição entra na compreensão do que foi a crise da sucessão 1383/1385 e da chegada ao poder do Rei, que se fez Rei, “D. João I”.

Para Oliveira Marques, a eleição nas cortes de Coimbra do Mestre de Avis significou nova dinastia e nova classe dirigente. D. João I (1385-1433) rodeou-se de juristas experimentados e de burocratas, procurando também apoio entre os mercadores, tanto portugueses quanto estrangeiros. Promoveu posições importantes, na política e socialmente, gente de «boa condição», oriunda da burguesia e da pequena nobreza. Contudo, D. João I não pôde impedir o surto de uma nova e forte aristocracia detentora de terras, em parte resultado da concentração de latifúndios e honrarias, nuns poucos nomes. À cabeça desta nova classe de senhores feudais estava Nuno Álvares Pereira, o herói da guerra, que o monarca fizera seu condestável.

Em 1385 D. João I foi aclamado rei de Portugal nas cortes realizadas em Coimbra⁶, tendo a sua realeza e a independência nacional ficado consagradas nesse mesmo ano com a vitória obtida na batalha de Aljubarrota.

A sociedade portuguesa renovou-se desde então, tendo Fernão Lopes afirmado que nessa altura se iniciou uma *"Sétima Idade, na qual se levantou outro mundo novo e nova geração de gentes"* (CDJ I, CLXIII), 1385 não marcou o fim da Idade Média mas assinalou a aproximação a um tempo em que Portugal, dando «*novos mundos ao Mundo*», foi o pioneiro de uma Europa que determinou uma nova época na História da Humanidade – a Idade Moderna. (Mendes 2009).

A Cavalaria no final do século XIV e a emergência da Infantaria.

Com as batalhas de Crécy, Poitiers e Aljubarrota, dá-se a transição da importância da cavalaria em detrimento da infantaria em batalha.

A cavalaria medieval assentava nestes principais conceitos:

Nas *Siete Partidas* (ley 2ª) de Afonso X de Castela e nas *Ordenações Afonsinas* (liv 1, tit. 63 Parágrafo 8º) – prescreve-se que se escolham para cavaleiros "homens de boa linhagem" devendo ser "filhos d'algo"; vindos "de linha direita de padre e madre e d'avoo ataa quarto graao"; recomenda-se que não seja cavaleiro o "homem mui pobre" e "o que per sua pessoa andasse fazendo merchandias" não era julgado digno de cingir espada.

"O cristianismo teve que reagir contra a decadência pagã, ensinando a renúncia a tudo o que fosse material e terrestre. Todavia a meditação, a oração, os jejuns e a penitência eram traduzidos por um enfraquecimento físico que o misticismo medieval mais exacerbava. A alma poderia estar temperada para obter as graças de Deus, mas o corpo macerado, não estava muscularmente apto, para defender o verbo do criador". (Magalhães 1935).

O *Livro da ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sella*, Parte V capítulo XV de D. Duarte, completa a ideia:

"E, porém, dou conselhos aos senhores e a outra gente manceba, a quem estas artes convenham que considerem que os seus corpos são assim como as vossas herdades, as quais se

não forem bem aproveitadas e lavradas, dão de sua natureza espinhos e cardos e outras ervas de pouco valor; e com trabalho e rompimento e aproveitamento delas, dão tais frutos de que principalmente em esta vida havemos nossa governança.

E os nossos corpos se em tempo de mocidade e mancebia são deixados em ociosidade, não se dispõem a boas ciências ou boas artes corporais, ou mesteres, conforme a vocação de cada um, são tornados assim sem proveito pelo que mereciam ser dados de sesmaria a outros que, como servos os fizessem servir e fazer alguma coisa proveitosa, segundo seus estados e disposição, para não comerem os mantimentos sem merecimento.”

Era um trajecto longo, aos 7 anos o filho do fidalgo era colocado em casa de outro cavaleiro, como pajem, para os primeiros ensinamentos. Aos 14 anos estando preparado para “maiores fadigas” ascendia a escudeiros, por cerimónia religiosa, era tempo de assumir outras responsabilidades, já que estava autorizado a usar espada, podendo acompanhar o seu Senhor já em guerra.

“Por último deveria ser o escudeiro, com demonstração da sua destreza, aptidão e valor, conseguisse a reputação necessária para ser admitido na cavalaria, o que só podia acontecer aos 21 anos de idade. As excepções a este limite eram em regra para a família real” (Magalhães 1935), como foi o caso de Nuno Álvares Pereira. A sua investidura passava (em norma) por um ritual bastante rígido em tempo de paz.

Os torneios foram para os tempos medievais, o mesmo que para os nossos dias são as manobras de qualquer unidade militar – treino – se bem que nos torneios da Idade Média, as mortes eram raras e acidentais, *“O torneio do século XV assumia foros de representação teatral”* (Oliveira Marques, Nova História de Portugal Vol. IV).

O torneio até ao século XIV era o combate entre dois grupos rivais que combatiam à lança. Outra modalidade era a Justa, um combate singular entre dois adversários que se combatiam em duelo. Por fim “o passo de armas” “o delírio dos torneios” que se fazia com todo o cerimonial e durava por vezes dias. Pretendia-se representar com este combate o ataque e a defesa numa posição militar, numa passagem estreita e difícil nos vales das montanhas, que numerosos mantenedores se dispunham interceptar a qualquer adversário que surgisse. (Magalhães, 1935 pag. 16).

Como já nos referimos a Baixa Idade Média é marcada por profundas transformações económicas, sociais e culturais, mas que também foi marcada por profundas transformações na arte de guerrear.

No cavaleiro desta época, por ser uma actividade mais ou menos “individualista” não se cultivava o “espírito de corpo” a “disciplina militar colectiva” a “tática militar” a “ordem unida” a “voz de comando”.

Serão os Ingleses a romperem com o modo da batalha feudal, baseado na cavalaria. Vamos assistir à passagem da “guerra guerreada” (a qual visava capturar o inimigo e não o matar) para uma “guerra mortal” neste tipo de guerra o importante era a vitória e matar o inimigo.

Veremos mais à frente os exemplos da batalha de Crécy, a batalha de Poitiers e a batalha de Aljubarrota, se nas duas primeiras se experienciou este tipo de guerra, Aljubarrota foi o seu resultado, final.

Isto ocorre porque a maioria dos combatentes já não eram nobres, mas sim, peões, ou mercenários que não seriam capturados e trocados por um resgate, logo defendiam-se de forma a matar o inimigo.

Uma chuva de flechas disparadas pelos arqueiros, não escolhia nobre ou peão, a guerra tornava-se demasiadamente arriscada para a nobreza. *“Os combates cavaleirescos vão-se tornando cada vez mais raros, até entrarem em decadência, dada a criação dos exércitos nacionais (permanentes)”* (Saccomori, 2009).

Capítulo II – Arregimentação, Estratégia, Tática e Técnica (o armamento).

Arregimentação de tropas para dar batalha em Aljubarrota.

D. João no início do ano de 1384 envia dois emissários, o Mestre de Santiago e Lourenço Eanes, (Froissart chama-lhe “Laurentien Fougasse”) à corte de Londres para negociar condições com o rei Ricardo II, para o envio de tropas para Portugal.

A carta/resposta espelha bem as condições impostas por Ricardo II a D. João: *“Pera o acorrimento que vós & nossos aliados d’esses reynos compridouro era. Nós outorgámos aos ditos embaixadores que da nossa parte podessem tirar homens d’armas & frecheiros por seu soldo & quaes lhe prougesse”* (Fernão Lopes CDJ, I, XLVI). É um documento sem data, mas pelo teor vê-se que foi escrito logo após a concessão para o recrutamento (28 de julho de 1384).

“A autorização abrangia não só qualquer súbdito inglês como também os que fossem vassallos (hommes liges) do soberano e, portanto, obrigados a servi-lo em guerra. Além disso poderia cada um dos auxiliares demorar-se em Portugal quanto tempo lhe aprouvesse (quandiu eis placeurit) e levar cavalo e armaduras.” (Vila Franca, 1950 pp 76 e 77).

O Conde de Vila Franca, na pág. 78 em nota 1 relata-nos: *“Quando Eduardo III maquinou a conquista de França tomou a serviço quantas gentes quiseram assoldadar-se eram na máxima parte aventureiros de todas as nações. Finda a guerra pelo tratado de Brétigny, ficaram sem subsistência aqueles mercenários”.*

Vila Franca refere-se (em nota 4 da pág. 79, citando Westminster, 8 de Janeiro de 1385 – Apud Rymer, tomo 7 pág. 453) a uma “Breve” de Ricardo II que manda prover os navios para transportarem cinco capitães e as suas companhias de homens d’armas e archeiros.

Tanto assim é que Fernão Lopes na sua crónica de D. João I cita alguns destes capitães, mas com os nomes invariavelmente truncados. Assim a Cressyngham chamou-lhe Trisinga e a Reinaldo Cobbam, Eleisabri, refere-se também a Grilho de Monferro que de facto se chamava William de Monferrant (Gascão) considerando-o erradamente um desses cinco capitães pois Montferrant, que possuía o grau de cavaleiro. Veio para Portugal com contrato singular e acabou por morrer no decurso da batalha de Aljubarrota.

Foram estes os cinco capitães que embarcaram de Plymouth em meados de março para Portugal aportando à cidade do Porto em 3 de Abril de 1385; Reinaldo Cobham; Pedro Cressyngham; Elias Blithe; Robert Grantham e Tomás Dale.

Capitaneava cada um, o seu agrupamento militar – que eram conhecidos por “Companhias Brancas” companhias que eram compostas por mercenários oriundos de várias nações. As companhias que vieram para Portugal fariam parte do remanescente de antigas companhias, aventureiros que nada tinham a perder. *“Os capitães eram militares profissionais e que exerciam com aridez e perícia o mister da guerra”* (Vila Franca, 1850).

Antes da Batalha:

Comecemos por fazer uma abordagem, aos antecedentes da batalha de Aljubarrota, analisando os aspectos Estratégicos, Táticos e Técnicos do pouco que se conhece, utilizados durante o século XIV.

Ao que chamamos a grande “Estratégia”:

Os conceitos sobre estratégia (uma ciência) militar de hoje, pouco ou nada terá que ver com o que se passou no século XIV, na batalha de Aljubarrota. Todavia tanto hoje como ontem a estratégia é algo subliminar que carece de argumentos pseudo-rationais e nunca poderá ser explicada sem um alto grau de domínio da disciplina militar.

Toda a batalha propõe problemas que o estratega deve resolver, e estes problemas desafiam a inteligência, a sabedoria e a vontade do estratega, sempre no sentido do enigma interior.

Quando se delineia uma estratégia, por norma, pensa-se mais tarde aplicar o plano no campo de batalha, envolvendo a logística incluídas na manutenção do exército.

É neste conceito que, Nuno Álvares Pereira (de forma inconsciente) define a estratégia a que chamaríamos “global” para dar batalha ao exército Castelhana, pois, quando, no conselho de guerra que teve lugar em Abrantes, não enfileira no pensamento de D. João I de ir fazer uma “guerra guerreada” à Andaluzia e abandona o conselho dirigindo-se a Tomar para enfrentar as tropas de Juan I, ainda não sabia onde iria dar batalha (não tinha escolhido o campo), nem tinha definido a logística necessária, elementos fundamentais da aplicação de uma boa estratégia militar.⁷

Mas, o que nos dizem os cronistas e historiadores sobre o assunto: “Antes da batalha”?

Comecemos por Fernão Lopes - e o que nos diz na sua Crónica “D. João I” edição 1990 - Página 77 cap. XXXII:

“E ho domingo que aly folgarã, (Porto de Mós) depois de misas, foy o Comde per mamdado del Rey contra Lieria, com cemto cavalo, com cotas e braçaees e lamças compridas e sobiraõ per huus cabeços altos se poderiaõ ver gente del Reu de Castela como vinha. E por quee a ver nnão poderiaõ, tornou-se ao arraial e diseo a el Rey. A segunda-feira seguinte amte menhaã véspera da Virgem Maria, bem cedo de madrugada, mandou o Comde dar

trombetas; e a noute, amte que amanhecese começou a ouvir suas misas; en naquela tenda omde ele estava davaõ o Santo Sacramento a quoantos comunguar queriaõ cleriguos que pera eso hi eraõ prestes."

Fernão Lopes pouco ou nada nos diz sobre o que se passou na procura e escolha do local onde a hoste anglo-portuguesa iria dar batalha, transcrevemos as informações que retirámos da sua crónica "D. João I" edição 1990 - Página 77 cap. XXXII: "*E loguo como foy de dia partio daly toda a oste, e foraõ camimho daquela campo homde despois foi a batalha, que he daly huua pequena léguoa, ho Condestabre diamte por buscar loguar comvinnhavel e el Rey detrás nna reguuarda como tinhaõ em cuustome. E assinado homde a batalha fosse e cada huua couusa devisada cheguouu el Rey, e prouuquelhe muito de como todo estava ordennado, e deçeose pee terra, e começarã de ordenar suua batalha da vanguarda e reguuarda e alas, e pagees e carriagem todos detrás cerquados de homeis de pee e besteiros, quue não podessem receber dapnno."* Ou seja, apenas refere que por ordem do rei D. João foi procurar "loguar comvinnhavel".

Mas, Jean Froissart, (traduzido por Mário Barroca 2008b) – in: *Crónicas, Duas Passagens Relativas a Aljubarrota* – é mais claro e assertivo quando nos apresenta o bilhete de identidade dos Ingleses, que já tinham a experiência de Poitiers e que D. João I os chama para lhes colher as sugestões de como haveriam de montar batalha: Froissart dá conta de uma passagem da entrevista que tem com João Fernandes Pacheco em Midelburg no ano de 1392. João Fernandes Pacheco foi protagonista na batalha, ao lado do Rei D. João I, em 1392. Na página 32 desta obra pode ler-se:

"(...)Quando chegou a manhã de sábado (12 de agosto)... Então foram chamados Norbury ⁸, Hartecelle ⁹ e Mertbury ¹⁰ e alguns outros guerreiros mais experientes e que mais haviam visto; e pediram-lhes conselho como esperar a aventura e a peleja, e se lhes convinha combater, pois que seus inimigos se chegavam muito perto, eram em grande quantidade e bem largamente quatro contra um.

*Ao que os Ingleses responderam e disseram: "Uma vez que vamos ter peleja e que eles são em maior número que nós, a coisa será de difícil começo e não os poderemos vencer se não ganharmos vantagem. Se sabeis aqui perto algum lugar onde haja sebes e arbustos, fazei-nos ir para essa parte; chegados aí, fortificar-nos-emos para que não seja tão fácil penetrar na nossa hoste como se estivéssemos em campo aberto. "Respondeu o Rei D. João I: "Falais avisadamente, e **sabei que o faremos prestes e sem demora**".*

E continua na página 33: "**Então foi dito na presença do seu conselho e dos Ingleses que aí haviam sido chamados, pois que embora fossem poucos, queria El-Rei fazer segundo o seu conselho:** "Senhor, não sabemos, aqui perto, lugar mais conveniente do que Aljubarrota, entre estas árvores: é lugar forte, e sê-lo-á ainda mais com o que pudermos fazer". Os que conheciam a região disseram "É verdade" – "Então, disse El rei vamos para essa parte e ordenemo-nos como gente de armas e de conselho deve fazer, para que os nossos inimigos, quando vierem sobre nós, não nos encontrem desguarnecidos nem providos de aviso e conselho". **E logo assim foi feito...** E disseram os Ingleses: "**Eis um lugar assaz forte com o que fizermos e onde poderemos seguramente e com ânimo esperar aventura**".

"Foram-se todos a passo para Aljubarrota e chegaram à Igreja. Então foram os Ingleses e Dom Mongues Navarrois, e alguns valentes homens de Portugal e de Lisboa que ali estavam

e percorreram todos os arredores para melhor o divisar. E disseram os Ingleses: “Eis um lugar assaz forte com o que fizermos e onde poderemos seguramente e com ânimo esperar aventura”. Então mandaram a toda a largura do campo derrubar árvores e deitá-las atravessadas, para que da planura não pudessem cavalgar sobre eles, e deixaram um caminho aberto que não era de entrada mui larga, e puseram o que tinham de arceiros e de besteiros nos dois lados do caminho e os homens de armas todos apeados no meio da planura...onde el rey se achava. Quando se viram assim ordenados, foram mui ledos e disseram que, se Deus quisesse, estavam em bom lugar para resistir longo tempo e fazer boa jornada.”

Repete-se o que Hermano Saraiva (1985) também afirmou – *“não os poderemos vencer se não ganharmos vantagem. Se sabeis aqui perto algum lugar onde haja sebes e arbustos, fazei-nos ir para essa parte; chegados aí, fortificar-nos-emos para que não seja tão fácil penetrar na nossa hoste como se estivéssemos em campo aberto “Disse o Rei D. João I”: “Falais avisadamente, e sabeí que o faremos prestes e sem demora”.*

D. João manda chamar estes Ingleses, antes de colher a opinião do conselho: São três antigos combatentes com mais de 50 anos de idade e que tinham a experiência vivida em Poitiers. Após isso manda reunir o conselho de guerra para aprovar as medidas – *“Então foi dito na presença e do seu conselho e dos Ingleses que aí haviam sido chamados, pois que embora fossem poucos, queria El-Rei fazer segundo o seu conselho”*

E continua Froissart: *“Então foram os Ingleses e Dom Mongues Navarrois, e alguns valentes homens de Portugal e de Lisboa que ali estavam e percorreram todos os arredores para melhor o divisar. E disseram os Ingleses: “Eis um lugar assaz forte com o que fizermos e onde poderemos seguramente e com ânimo esperar aventura”*

Mário Barroca entende que este Dom Mongues Navarrois se trata do Condestável (o que estamos de acordo) – (será um “lapsus linguae” de Froissart, o que nele, infelizmente, é “useiro e vezeiro”). Não faria sentido o rei ordenar um conselho de guerra e não estar presente o Condestável do reino.

Mas afinal a quem assacar os louros da “brilhante e ao mesmo tempo suicida” estratégia que a hoste Anglo-Portuguesa levou a cabo, com final feliz, na batalha de Aljubarrota: Ao Rei D. João I, ao Condestável Nuno Álvares Pereira ou aos Ingleses? Pensamos que aos Ingleses a escolha e transformação do terreno e a disposição, pelo menos das alas e, ao Conselho de Guerra a confirmação.

João Gouveia Monteiro na obra, *“Nuno Álvares Pereira, Guerreiro, Senhor Feudal, Santo”*, no capítulo “Aljubarrota a Batalha Real” na página 110. Narra-nos o seguinte: *“(…)No dia 13 Nuno Álvares Pereira acompanhado por uns 100 homens de armas incluindo ingleses e gascões fez uma operação de reconhecimento do terreno na região compreendida entre Porto de Mós e Leiria. E escolhem S. Jorge como local propício para a batalha”.*

Mas antes, na página 97 este autor afirmou *“O cronista percebia pouco de arte militar e conhecia mal a tradição de combate apeado das gerações anteriores”.*

João Gouveia Monteiro (2011, p.325) citando Fernão Lopes e relativamente à batalha de Atoleiros e ao número de tropas na hoste portuguesa diz-nos: *“Segundo Fernão Lopes,*

*Nun'Álvares podia contar com 300 homens a cavalo (180 dos quais equipados com bacinetes, i.e. com boas protecções de cabeça, para além da restante indumentária de combate), com perto de 100 besteiros e com pouco mais de 1.000 peões (decerto rudemente equipados). Não era muita gente para enfrentar uma hoste bem recheada; como resume o cronista, "pouca gente darmas, e nom bem armados" (não cita a presença de arqueiros ingleses na composição da hoste portuguesa). Mas na página 330 da mesma obra o mesmo autor refere: "Os animais recusavam-se a progredir e tentavam recuar para fugir **ao chuvaireiro de flechas, de dardos e de pedras que se abatera sobre eles com toda a força, dado o facto de tais mísseis estarem a ser arremessados de cima para baixo**".*

Como não há notícias até à data, de haver nas tropas portuguesas grupo ou grupos de arqueiros, infere-se que terá havido, (porventura um número reduzido) arqueiros Ingleses a ajudar Nuno Álvares Pereira em Atoleiros.

Na página 94 da sua obra, Vila Franca, leva-nos à mesma suspeita quando afirma: *"Logo desembarcados os auxiliares ingleses, eram enviados para Évora, onde se organizou um depósito militar de importância. À proporção que recebiam cavalos, eram distribuídos pelo Reino, conforme às exigências da guerra mais cumpria"*.

Mas há outras opiniões: José Hermano Saraiva (1985), apoiado nas crónicas de Froissart e às referências à Batalha de Aljubarrota, aludidas nos relatos de Orthez, narra: *"...Mas do lado português o rei também presta muita atenção a conselheiros estrangeiros. Os Ingleses seus aliados dizem-lhe: Os inimigos são muitos, e não os podemos vencer se não tivermos sobre eles alguma vantagem. Temos de encontrar um campo arborizado e com condições para nos fortificarmos. «Portugueses e Ingleses concordaram em que Aljubarrota era o lugar ideal para a batalha. Passamos a transcrever: «Fizeram, portanto, em redor dos campos abater as árvores que colocaram atravessadas, **de modo que fosse impossível cavalgar ali**; e deixaram aberto um caminho, cuja entrada não era muito larga, e colocaram os archeiros e besteiros de que dispunham de ambos os lados desse caminho, e os cavaleiros a pé, com o mosteiro atrás deles, no qual estava o rei, o estandarte e as armas reais.»... a indicação relativa ao dispositivo adoptado e à fortificação do terreno contém elementos esclarecedores, e podem estar relacionados com o facto, que até agora não encontrou cabal explicação, de que o rei de Portugal no dia seguinte ao da batalha datar um documento do «arreal de tavoada de cumeira de Aljubarrota»"*.

Na ordem "hierárquica" da hoste Portuguesa (se assim podemos colocar a questão – tendo em conta a pouca disciplina militar que era norma nos exércitos não permanentes da idade média), teríamos, à imagem de hoje, o Rei D. João I como Chefe Supremos das Forças Armadas, seguia-se-lhe o Condestável do reino Nuno Álvares Pereira (à imagem de hoje; Chefe do Estado Maior das Forças Armadas), e por fim o Marechal Álvaro Pereira (à imagem de hoje; o Chefe dos Estado Maior do Exército) com funções delegadas pelo Condestável, mais inerentes à operacionalidade nas deslocações, aquartelamento e logística das tropas – Que poder (posição hierárquica) teriam os Senhores, que forneciam verdadeiros pequenos exércitos à hoste? Que poder (posição hierárquica) na hierarquia, teriam as forças dos concelhos? Que poder (posição hierárquica) teriam as forças estrangeiras, sobretudo Inglesas, mas também os Gascões na hierarquia militar da hoste Portuguesa?

Sabemos do apreço que D. João I tinha pelas forças estrangeiras, mormente pelos Ingleses. Sabemos da aversão que Nuno Álvares Pereira tinha pelas forças estrangeiras, mormente pelos Ingleses. (Fernão Lopes dá-nos conta desse apreço e dessa aversão na sua crónica).

Acervámos os escritos (mormente) de um cronista que não tendo estado presente na batalha é contemporâneo dela, Jean Froissart (c.1337 – c.1404) e que captou depoimentos vários de participantes na contenda – Fernão Lopes que escreveu a crónica de D. João I 60 anos após esta se ter realizado e de dois brilhantes vultos o primeiro como o “maior divulgador e comunicador de história de Portugal” e o segundo como historiador, (José Hermano Saraiva e João Gouveia Monteiro) que escreveram sobre o assunto 600 anos depois, um já falecido e outro felizmente ainda entre nós.

Definida por Nuno Álvares Pereira aquilo a que chamamos a estratégia global, que se dá quando abandona o Conselho de Guerra em Abrantes com a menção de ir dar batalha ao rei Castelhana, obrigando mais tarde o Rei D. João a juntar as suas tropas às do Condestável, anuindo à sua determinação. Mas estávamos longe de saber se iríamos de facto dar batalha ao exército Castelhana, quando e onde, se bem que no dia 12 de agosto as alternativas já fossem poucas.

José Hermano Saraiva (1985) socorre-se dos relatos de Froissart e dos relatos de Orthez para se avançar nas informações sobre a escolha do campo de batalha assim narra, repetindo o que atrás já dissemos pela pena de outros autores: “...*Mas do lado português, o rei também presta muita atenção a conselheiros estrangeiros. Os Ingleses seus aliados dizem-lhe: Os inimigos são muitos, e não os podemos vencer se não tivermos sobre eles alguma vantagem. Temos de encontrar um campo arborizado e com condições para nos fortificarmos. «Portugueses e Ingleses concordaram em que Aljubarrota era o ideal para a batalha»*”.

Começa por ser referir que, em consonância com D. Juan de Castela neste caso com os Franceses, também o Rei Português nutria grande apreço pelos combatentes Ingleses tendo-os chamado para lhes darem a sua opinião de como devia por batalha tendo sido o rei informado da opinião inglesa que lhes dizem: “*Não poderemos vencer a batalha se não tivermos vantagem sobre o inimigo temos que encontrar um campo adequado que se possa fortificar*”, dando a impressão que começaram imediatamente os trabalhos.

Táctica:

O elemento “táctica” vem complementar o elemento “estratégia”, todavia este elemento táctico nasce baseado na observação do inimigo, do campo de batalha, das próprias forças. Existem dois tipos de táctica, as convencionais que são adquiridas mediante estudo e prática constante e as tácticas naturais que surgem em função da experiência, do local onde se irá travar a batalha e das qualidades próprias do comandante, as quais darão melhor resultado quando se entroncam com as tácticas convencionais.

Um factor importante na táctica a utilizar é estudar de maneira profunda e constante o inimigo e os seus movimentos estabelecendo meios que nos mantenha sempre informados do

que acontece nas linhas inimigas. E isto pode explicar muito bem as movimentações dos exércitos em contenda, como mais adiante iremos falar.

Se para o estabelecimento da estratégia “global” a utilizar em Aljubarrota não encontramos dúvidas, pois todos os cronistas são unânimes a relatar o acontecido passados no quartel-general em Abrantes, já na tática utilizada na batalha a substância é mais difícil de descortinar, isto porque, as fontes não são unânimes na descrição, nem do campo de batalha, nem como ela se desenrolou.

Os aspectos táticos da batalha só foram definidos após a escolha do planalto de S. Jorge para dar a batalha.

Tentaremos chegar a alguma conclusão sobre a disposição das forças da hoste Anglo-Portuguesa quando nos debruçarmos sobre a “Batalha”.

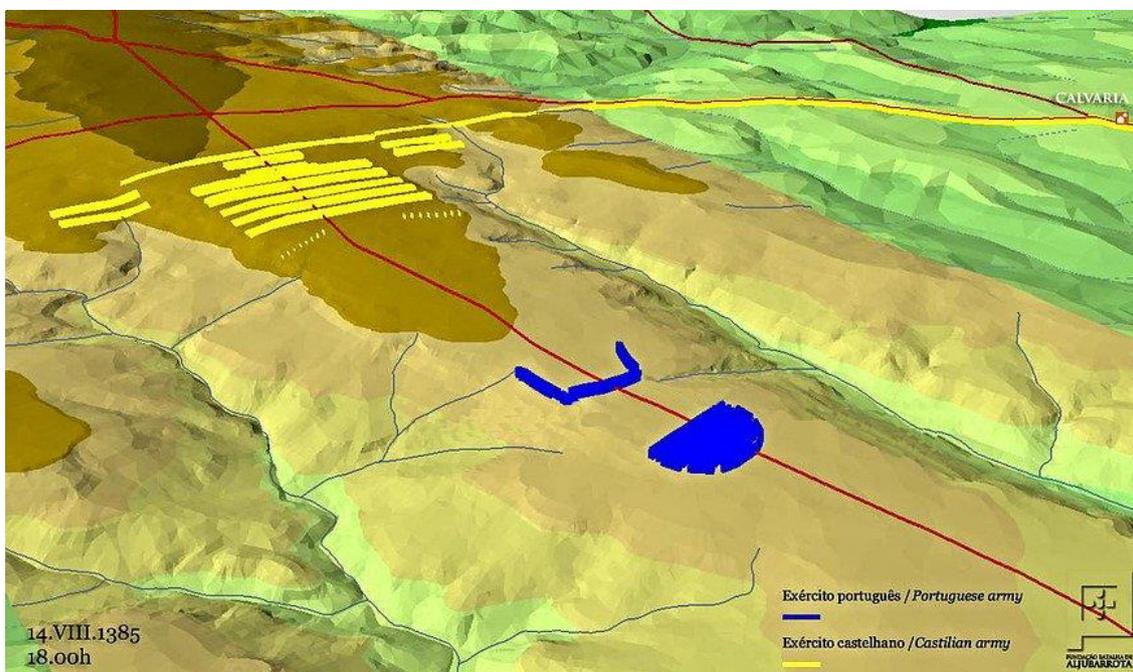


Fig. 1 - Posição dos dois exércitos no campo de batalha - vista SE (sobre mapa da Fundação da Batalha de Aljubarrota)

Capítulo III – Sobre a geomorfologia do campo de batalha (As defesas acessórias)

Sobre o campo de batalha

Vamo-nos socorrer das fontes conhecidas para conseguirmos tirar algumas conclusões, sobre a geomorfologia do campo de batalha, – um tema muito discutido – a existência ou não de obstáculos artificiais e naturais. Antes de extrairmos quaisquer conclusões, iremos expor, simplesmente, as principais (fontes) notícias que nos chegam dos cronistas, historiadores e de alguns protagonistas da batalha.

Comecemos por lembrar a carta de doação que o rei **D. João I** assinou no “Tavoado de Aljubarrota”, no dia seguinte à batalha, 15 de agosto de 1385. É a primeira nota sobre os pormenores do campo onde se desenrolou a contenda.

“Doação de bens a Gonçalo Roiz [Rodrigues].”¹¹

*“Carta porque o dito Senhor [D. João I] fez doacção/Para todo o sempre a Gonçalo Rodrigues seu va- /ssalo, De todos os bens moveis e demais etc que/Joham Gomes de Abreu haja em Santarém/E em seu termo e em outros quais quer/lugares deste reino/ O qual os perdeu/Por ser em desserviço do dito senhor etc/Tem... assinada **no arraial do tavoado da cumeira d’Al- /jubarrota 15 dias de agosto de 1385 anos.**”*

D. Juan de Castela:

A segunda nota, que nos descreve com algum pormenor, o campo de batalha, provem de uma carta que D. Juan de Castela escreve em Sevilha no dia 29 de agosto de 1385, à cidade de Múrcia dando conta do desastre das suas tropas na batalha de Aljubarrota em que afirma:

*“Eles se puseram-se naquele dia, desde a manhã, **numa praça-forte entre arroios (de fundo cada um dez a doze braças)** e, quando a nossa gente aí chegou e **viram que não os podíamos atacar por ali**, tivemos, todos, de rodear, para chegar a eles, todos nós tivemos que cercar para chegar a eles por outro lado que nos pareceu mais vantajoso [...]”*

Do Original:

“Elos se puseron aquel dia desde mañana en una Plaza fuerte entre dos arroyos de fundo cada uno diez ó doce brazas y quando nuesgtra gente ali llegó y vieron que no podian acometer por alli hubimos todos de rodear para venir à elles por otra parte que nos ppareció ser mas llano y quando llegamos à aquel lugar era yá hora de visperas y nossa gente estava muy cansada. Entonces los mas de los cavalleros que con nosotros estaban que se habian visto em otras batallas acordaban que se habian visto em otras batallas acordaban que no diese esta en aquel dia; lo uno, porque nuestra gente iba fatigada; y otro para mirar la gente portuguesa como estava. Mas toda la otra nuestra gente con la voluntad que habian de pelear, fueronse sin nuestro acuerdo allá, y nos hallamos com ellos, aunque com mucha flaqueza, que habia catorce dias que ibamos camino en litera, y por esta causa no podiamos entender ninguna cosa del campo, como cumplia à nuestro servicio.”¹²

Dispensero da Rainha D^a. Leonor:

A terceira informação digna de crédito sobre a descrição do campo de S. Jorge e coeva dos acontecimentos, dá-nos conta a carta que o Dispenseiro da rainha D. Leonor, mulher de D. Juan de Castela lhe escreve, quando afirma: *“Os quais estavam colocados (os portugueses) numa ótima posição, num palanque, muito forte, em torno do seu rei, e muitos fossos cobertos com ramos... Eles (castelhanos) foram até ao seu palanque para dar-lhes a batalha e de tal maneira fizeram que, foi desbaratado este rei e mortos naquela batalha a maior parte dos cavaleiros deste reino segundo consta mais amplamente nas crónicas deste rei (D. Juan)”*.

Do original:

“El Despensero da la reyna Doña Leonor Muger del rey Don Juan.

[...] Los quales estaban puestos en gran recuesto que ende estaba é fecho un muy fuerte palanque al derredor de su real é fechas muchas fossas cubiertas com ramas... Fueron fasta su palanque à les dar la batalla é en tal manera se fizo, que ovo de ser desbaratado este rey, y muertos en aquella batalla la mayor parte de caballeros deste reyno segun que mas largamente se contiene en lá corónica deste rey.”¹³

Das crónicas de Pero Lopez **Ayala**, (que esteve presente na batalha de Aljubarrota).

Do Tomo II das *“Crónicas de Los Reyes de Castilla, com emendas del Secretario Gerónimo Zurita”*, e publicadas no ano de 1780, retirámos o depoimento prestado ao rei D. Juan de Castela por Mosen Juan de Ria, camareiro e embaixador do rei de França e presente na batalha, que na página 232 diz o seguinte:

“Senhor sou um cavaleiro do rei de França vosso irmão e amigo e tenho a idade que vedes. Estive em muitas batalhas, cristãs como com Mouros estive além-mar e por tanto que aprendi digo que a coisa mais importante do mundo e que nos pode dar melhor vantagem sobre o inimigo é termos uma “boa ordenança” assim na guerra como na batalha. E senhor em duas batalhas que os reis de França meus senhores, O rei D. Filipe e o rei D. Juan tiveram com o Rei Eduardo de Inglaterra e com o príncipe de Gales seu filho perdemos as batalhas por não termos “boa ordenança de batalha” Por isto vos peço Senhor, por mercê, que vos quedeis no dia de hoje (14 de Agosto) e mandar aos seus que se tenham em boa ordenança – em conhecer as suas vantagens – O Conselho dos seus cavaleiros disseram que os vossos devem ficar quietos no lugar onde estão, até que o inimigo parta da vantagem que tomou”.

E continua na página 233: *“Senhor segundo os vossos cavaleiros vos disseram, se os seus inimigos não partirem daquele lugar donde estão, não há dúvida que mostram grande medo e não poderão por muito tempo manter-se naquele lugar que tomaram... “Aquela vantagem que agora têm antes da noite irão abandoná-la e perderam a vantagem que tomaram – durante a noite perderão a coragem e saíram dali, pois não tem comida mais do que para hoje segundo se sabe. E senhor qualquer homem pode ver que as Alas de vossa batalha, assim que a sua vanguarda se movimentar para combater, vão encontrar com uns vales que tem de frente e não poderão chegar ao inimigo, nem ajudar a sua vanguarda.”¹⁴*

Pensamos que esta conversa entre o embaixador Francês e o Rei Castelhana D. Juan ter-se-á passado no Chão da Feira, momentos antes de se iniciar a segunda fase da batalha. Mosen Juan de Ria manifesta verdadeira preocupação junto do rei pela péssima ordenança das tropas Castelhanas, por certo já teria avaliado as condições geomorfológicas do planalto de S. Jorge, onde poderia e aconteceu o embate das tropas em contenda.

A.B. da **Costa Veiga**, na sua obra *“Aljubarrota”* separata oficial de julho de 1958, relata-nos logo no início da sua monografia a síntese documental que temos vindo a referir.

Diz: *“Quando em 1930 iniciei, na revista “O Instituto”, a publicação, que por vários números se prolongou, dum extenso, embora ainda incompleto, estudo intitulado De Extremoz a Aljubarrota, dei a conhecer o registo, na chancelaria de D. João I (L^o fl.99v), de certa doação do mesmo soberano datada de 15 de Agosto de 1385, dia imediato ao da batalha, e, quanto ao lugar, do “arreal da tavoado de cumeira de Aljubarrota”.*

A propósito disse que a expressão “areal de tauodo” parece confirmar a notícia, em que os “cronistas estrangeiros” (melhor precisando Froissart e o chamado despensero da la reina D. Leonor) de que, no campo de batalha de S. Jorge, os portugueses executaram alguns trabalhos de fortificações improvisadas, dispondo em certos sectores da posição, uma rede de defesas acessórias de madeira “Froissart refere abatizes”: O Despensero em “palanque”, i. é. Uma estacada ou paliçada”.

E continuando a descrição do terreno, Costa Veiga na página 10 da sua monografia diz-nos:

“Como poderá parecer excessiva a frente que atribui à vanguarda, direi que a situação que para esta supus é a menos extensa de todas as possíveis a Norte do local da ermida e transversalmente ao planalto. Além disso apoiar-se-ia em flancos fortes – a Sul dum deles (o de Oeste) existe uma escarpa que transformaria em zona neutra a correspondente fracção do campo exterior. Por outro lado, é claro que importava opor ao inimigo uma frente de, pelo menos, igual extensão à sua, isso a fim de evitar que ele pudesse realizar, dentro do planalto e envolvimento de uma das alas. Porventura foi a lembrança de Aljubarrota que levou D. João I a inserir no seu livro da Montaria o seguinte trecho: «devese avisar o rrey quando ouver de filhar o campo para estar em batalha, que pare bem mentes quanta gente he a sua, e que campo pode tomar com ella, em tal guisa que a todos o seu osmar, nom possam mais pelejarem no frontal da batalha que os seus, ca doutra guisa serialhes perigoso: e isto pode fazer em esta maneira: ver o campo quejando he, e entom deve ahi meter as batalhas» (agora na acepção de linhas tácticas)» em tal lugar, que as pontas dellas sejam assi cerradas, que os outros nom possam por outro lugar vir, senom per ante; e isto pode fazer poendo sua batalha, que as pontas cheguem a par de alguas pedras ou de alguas arvores, que sejam muitas e espessas, ou entre valles» (caso de Aljubarrota) «ou em outras cousas semelhantes, que esta cousa possam embargar, que todavia noim possam mais pelejar que os seus» (edição da Academia das Ciências por Esteves Pereira, 1918, pág 22)”.

E continua o mesmo autor, na sua obra citada, na página 12: “A capela está num estrangulamento do planalto, mais se observa que para Oeste do mesmo estrangulamento, corre uma depressão em cuja vertente sul existe uma escarpa de 1,5m a 3m segundo medições no local. E para Este o terreno apresenta um esporão próprio para o estabelecimento da ala esquerda, assim como favorável era, para a direita, o saliente oeste do planalto umas dezenas de metros a norte da escarpa de que falei”. E continua citando Froissart; “Au costé devers fin que de plain l'on les champs abattre les arbres et couchier ne effondrer sur euls et laissièrent ung chemim ouvert qui n'estoit pas d'entrée trop large et misrent ce qu'ils avoient d' archiers et d'arbalestriers sur les deux elles de ce chemim et les gens d'armes tout de pié au beau plan” (ed. e vol, cit pág 164).

Tradução: “Assim que nos campos foram cortadas, as árvores e o palanque, não caiu no chão e deixaram um caminho aberto que não era uma entrada muito ampla e apostaram o que tinham de arqueiros e besteiros. Em ambos eles neste caminho e os homens de armas todos de pé num belo plano.” (ed e flight, cit pág 164).

Com outra plausível estacada no limite leste do planalto (a uns 20 metros para lá do fosso), e protegido de lado sul pelo sistema, atrás citado, de fossos e covas de lobo, o órgão de

flanqueamento assim definido desempenharia um papel análogo ao de certas couraças de praças-fortes medievais. Mas teria sido assim? Não posso afirmá-lo. E continua o autor na página 14: *“Em qualquer caso é de surpreender o extraordinário número de defesas acessórias, porque, além das já descobertas, há que contar com as que, sem dúvida, houve a Oeste da estrada e, possivelmente em frente à ala esquerda, senão também, em torno do curral ou parque de viaturas e solípedes.*

- Embora exageradamente os informadores bearneses de Froissart lhe houvessem falado em 1388 do “Fort des Lissebonnois”

- Tantas defesas acessórias feitas parece, em menos de 4 horas! É facto que os trabalhadores não escasseariam; podiam ir buscar-se e foram-no, decerto, “homens de pé” e à chamada “gente de serventia”. Mas as ferramentas? Contudo houve-as em muito avultado número! – Razão para induzir que a hoste levou mais viaturas do que as que era lícito calcular antes das escavações”.

Peter Russel na sua obra *“A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos”* e que visitou o campo de S. Jorge no ano de 1955 faz-nos uma longa e pormenorizada descrição do planalto e seus acessos. Começando a sua descrição na página 421 e continuando nas seguintes:

“A cerca de 11km para sul de leiria a estrada pela qual o exército castelhano deveria agora avançar desce para uma depressão pouco profunda onde se erguem hoje a vila e o mosteiro da batalha...“Logo à saída da batalha, a estrada cruza na perpendicular com um pequeno ribeiro que, depois de galgar as colinas arborizadas perto de Calvaria de Baixo, corre de ocidente para oriente num vale relativamente amplo, até se juntar ao rio Lena – a cerca de 1 km de distância. Hoje, em dia o ribeiro é atravessado por uma ponte, mas em 1385 era quase seguramente necessário atravessá-lo a vau, o que implicava uma descida rápida para o fundo do vale. Depois de atravessar o vale, a estrada começa a subir acompanhando uma encosta íngreme ao longo de cerca 1km mais, até desembocar num planalto bastante estreito e chão que se estende para sul.

Ao longo deste troço que se ergue do vau, a estrada é imediatamente dominada, à esquerda por uma ladeira abrupta, enquanto à direita o terreno mergulha numa ravina profunda. Uma vez alcançado o planalto, o viajante de hoje, quando voltado para norte, avista a ponte pela qual a estrada atravessa o ribeiro referido. Foi neste ponto – onde os seus homens podiam ocupar as arborizadas zonas montanhosas que controlam a um tempo o vau e a ladeira adjacente. – Mesmo nos dias de hoje essa seria uma posição defensiva natural para uma infantaria que tentasse fazer frente a um avanço inimigo proveniente das bandas de Leiria.

A posição no extremo norte do planalto tinha a vantagem adicional de estar protegida de ambos os flancos. Voltado para a Batalha, o flanco esquerdo confinava primeiro com o vale referido e depois com o leito bastante profundo de um curso de água que corria de sul para norte até desembocar no vale. À direita a posição estava igualmente protegida por uma outra corrente profunda – esta a curta distância para leste da actual ponte – que, descendo do lado de Carqueijal, corre também para o vale”.¹⁵

A Página 422 diz-nos: *“A posição no extremo norte do planalto tinha a vantagem adicional de estar protegida de ambos os flancos. Voltado para a Batalha, o flanco esquerdo*

confinava primeiro com o vale referido e depois com o leito bastante profundo de um curso de água que corria de sul para norte até desembocar no vale. À direita a posição estava igualmente protegida por uma outra corrente profunda – esta a curta distância para leste da actual ponte – que, descendo do lado de Carqueijal, corre também para o vale.”...“No seu afunilado extremo norte o planalto não chega aos 500 m de largura. Atravessando esta extremidade corre ainda (1955), a estrada principal como acontecia há 500 anos atrás. Vindos do Norte, e depois de atravessarem o vau próximo da batalha, sob o fogo de besteiros e arqueiros que se perfilavam nas zonas montanhosas por detrás dele, os castelhanos tinham também que escalar esses cabeços sob fogo ainda mais cerrado, desferido de cima, antes de ficarem em contacto com o inimigo há muito e em posição e escondido quase até ao último momento, pela vegetação e a configuração do terreno. Era uma posição praticamente inexpugnável que não podia, sem graves riscos para os atacantes, ser contornada por qualquer dos flancos, fosse por homens de armas apeados ou pela cavalaria”.

José Hermano Saraiva no Artigo “Aljubarrota e as gavetas do Silêncio” in Diário Popular, de 14 de agosto de 1985:

“O que se sabe e o que se repete sobre o dia de Aljubarrota é o que Fernão Lopes nos deixou na segunda parte da crónica de D. João I. É um relato breve e vigoroso, empolgante. Ao cronista andam ligadas noções de rigor histórico, imparcialidade, respeito pela verdade, predicados que, como se sabe, ele reclamava, e que com razão a posteridade lhe atribuiu. O essencial da sua narrativa está acima da linha das dúvidas: data, local, protagonistas, circunstâncias essenciais, desfecho, tudo isto é confirmado por todas as fontes disponíveis. E tanto basta para que os capítulos consagrados ao assunto continuam a constituir uma espécie de texto básico de todas as descrições e o ponto de partida de todas as interpretações.

Mas Fernão Lopes não é contemporâneo da batalha. «Esta idade que dizemos que se começou nos feitos do Mestre (...) há agora 60 anos que dura” escreveu ele. O relatório é, portanto, posterior à revolução de 1383-1385, sessenta anos. Não se baseia em testemunhos orais, que nunca refere, mas em fontes escritas, em especial na crónica do Condestável, que segue de muito perto e que lhe serviu de guião fundamental; ora esta é também muito posterior, visto que dela consta ter sido escrita depois da morte de Nuno Álvares, facto que se deu em 1431; é uma fonte indirecta, animada por uma evidente intenção hagiológica, e que está mesmo provavelmente relacionada com o processo de canonização.

Os relatos que se podem considerar contemporâneos são quatro: O mais autorizado é o do Chanceler Pero Lopez Ayala que tomou parte na batalha e veio a ser prisioneiro poucos dias depois, em Santarém. Relação de testemunho não presencial, mas da época, é a que se encontra no Sumario de los Reyes de España escrita pelo Despensero Mayor de la Reina D. Leonor; o quarto é completado pelas duas narrativas recolhidas pelo cronista francês Jean Froissart (1333-1410) das quais a primeira reflete a opinião francesa auscultada em 1388 na cidade pirinaica de Orthez, e a segunda um relato muito completo e coerente feito em 1389 por um cavaleiro de Aljubarrota, que teve o cargo de guarda-mor de D. João I e combateu ao lado dele: João Fernandes Pacheco. A este conjunto informativo deve somar-se um outro texto narrativo de grande valor; o que consta de uma carta dirigida algumas semanas depois da batalha pelo rei de Castela à cidade de Múrcia, e que foi publicada por Francisco Cascales nos discursos de la mui noble y mui leal ciudad de Murcia, editado em 1621.

É com estes materiais narrativos que temos de escrever a história da batalha. Além deles há raros indícios: a capela de S. Jorge, que segundo a crónica do condestável teve a sua bandeira durante a batalha; os vestígios das obras de fortificação postas a descoberto pelos trabalhos de exploração realizadas em 1958; uma doação do rei D. João I datada de 15 de Agosto de 1385 (o dia seguinte à batalha) e ditado no “arreal de Tovoada da Cumeira de Aljubarrota”, Um arreal de Tavoada é um fortim de madeira; é evidentemente o mesmo a que o relato do despensero Mayor chama “un muy fuerte palanque al rededor de su real” – uma forte paliçada à volta do arraial – um fortim que, conjugando as duas referências, ficava no lugar da Cumeira, dois ou três quilómetros para sul de S. Jorge.

Já foi muitas vezes chamada a atenção para as divergências entre as fontes portuguesas (crónica do Condestável e Fernão Lopes) e as fontes Castelhanas. O próprio Fernão Lopes tomou a peito levantar a questão, refutando muito expressamente a opinião de Ayala, que explica laconicamente o desastre militar sofrido pelo exército de Castela pelas condições do terreno. Ora, diz o grande cronista português «tal escrever foi burla composta para enganar os que não sabem, ca ai não há vales nem outeiros que nojo pudessem fazer, mas tudo é charneca rasa, em que caberiam dez tamanhas batalhas». E, noutro capítulo: «Ali não havia melhoria do campo que os portugueses tivessem escolhidos, nem montes nem vales que torvassem os seus inimigos, como alguns mal-escrevendo em seus livros querem contar, ca tudo era campina rasa sem nenhum estorvo a ambas as partes». Isto é, o campo de batalha era completamente plano e não tinha quaisquer declives que tivessem dado vantagem aos portugueses. É suficiente o exame da carta topográfica para ver que Fernão Lopes não tinha razão; sob este aspecto tem de se concluir que o seu relato não merece crédito.”

Do livro da Fundação da Batalha, de **Mário Barroca** (2008b), com o título "Jean Froissart – Duas passagens relativas a Aljubarrota", da página 33 retirámos:

“Então mandaram a toda a largura do campo derrubar árvores e deitá-las atravessadas, para que da planura não pudessem cavalgar sobre eles, e deixaram um caminho aberto que não era de entrada mui larga, e puseram o que tinham de archeiros e de besteiros nos dois lados do caminho e os homens de armas todos apeados no meio da planura, junto do mosteiro e do adro. Onde el rey se achava. Quando se viram assim ordenados, foram mui ledos e disseram que, se Deus quisesse, estavam em bom lugar para resistir longo tempo e fazer boa jornada.”

Fernão Lopes na sua “Crónica de D. João o Primeiro e dos Reis D. Duarte e D. Afonso V”, publicada em 1643, escreve no Capítulo LVII - “Número de gentes dos dous exércitos: Sua disposição para a batalha. Contam-se os fidalgos do exército português”, na página 191: “El Rei de Portugal ordenou sua batalha em hum campo chã coberto de urzes, no meio da estrada por onde os castelhanos haviam de vir & porque sua gente era tão pouca” e continua na página 193 dizendo-nos “Os portugueses nem em o lugar & sítio onde puseram as batalhas levavam vantagem aos castelhanos, por não haver montes e vales e por tudo ser campina igual. Mas nisto estavam peor os portugueses, que quando a alva do dia começou a romper, já tinham sua batalha ordenada e estiveram toda a sesta por sol muito quente qual é o de agosto, até à tarde armados e os demais deles sem comer nem beber, por ser véspera de tal festa, e ficou-lhe o sol com o pó e vento nos rostos e com isto aguardavam os inimigos, com grande alvoroço”.

Fernão Lopes na sua crónica (tirada do exemplar de 1644) no capítulo 35, páginas 23 e 24 com o título: *“Do Conselho que ElRey de Castela teve, se poria batalha, ou nom”* diz, fazendo um relato do Conselho de guerra Castelhana:

*“... & Quando ElRey vio Pero Lopez & outros, prougelhe cõ eles, & preguntou, que lhes parecia da ordenança dos portugueses? Nós Senhor, disseram eles, falámos com Nuno Álvarez quanto nos mandastes, e mais todo o qentediamos por vosso serviço e sua resposta em concrusam que as cousas estavam já em tal termo, salvo de poerem na mão de Deos, & livrar todo por batalha... **O dia é já muito bâxo, que he ácerca de horas de vespora** e as maisde vossas gentes ã ham hoje comido, nem bebido, & estom anojados de quentura: e do caminho, deshi muitos homens de pé & besteiros nom sam ainda vindos, ca vam com as carretas, & azémolas da hoste. Porem segundo a nós parece, a vanguarda da vossa batalha está em boa & nobre maneira: mas as duas alas hú estam muitos: E boons cavaleiros, segundo a ordenança, que vemos, nom nos podem aproveitar, porque tem diante dous vales que passar, nom podem pero empécer aos inimigos, & acorrer a os da vanguarda. Mas tal escrever foi bulha composta para enganar os que nom sabem. Cá hi nom há valles, nem oiteiros que nojo podem fazer, mas todo he charneca raza, em que caberiam dez tamanhas batalhas; & se os ahi avia, culpa de quem nom ordenava; mas disserom esto por encobrir sua má fortuna & mingua de aquecimento... Ora leixando esto, diz que disserom estes mais a ElRey de Castela. Os portugueses; Senhor tem sua vanguarda; & duas alas juntas: em que há gente de pé & besteiros em avondança & para quem tem tanta boa gente, como vós: de vela dordenar de tal guisa, que se ajudem huns aos outros: & pois que estais em praça & tendes vossas batalhas bem ordenadas, a nós parece, que os deveis mandar estar quedos: & nossos inimigos de duas cousas farão hua: ou sahirão daqlla ordenança”.*

António Borges Coelho no seu livro *“A revolução de 1383-1385”* refere-se a Fernão Lopes nestes termos:

“Ao referir-se às dificuldades do seu trabalho, ao citar as fontes subjacentes ao seu trabalho, como os escritores Martim Afonso de Melo, Pedro Lopes Ayala, Doutor Christophorus, Fernão Lopes assume, tem consciência do seu papel criador de inventor da verdade oculta, no escorregamento dos tempos” (Coelho, 1991, pág. 48), acrescentando na página 51 da obra citada, que as crónicas lopeanas não constituem um “evangelho”. Borges Coelho crê que *“o fogo que se tem centrado à volta de Fernão Lopes se deve à omissão na sua crónica das covas de lobo [encontradas pelo Coronel Afonso do Paço nas escavações arqueológicas efectuadas entre 1958/1960, afirmando que Ayala também as omitiu e lembra que os Franceses e Castelhanos já as conheciam da guerra dos 100 anos de Crécy e Poitiers”.*

Mas, também, lembra que devemos fazer uma leitura mais subliminar às crónicas de Fernão Lopes para encontramos as referências há existência de várias armadilhas naturais existentes no perímetro do campo e artificiais construídas pelos portugueses em S. Jorge, e dá Borges Coelho como exemplo as seguintes passagens: Lembro que só aceitando implicitamente as covas de lobo podemos compreender a afirmação de Fernão Lopes *“E se em este passo achardes escrito que os Castelhanos cortaram as lanças e as fizeram mais curtas do que traziam havei que é certo e não duvideis porque muitos, cuidando de pelejar a cavalo quando viram a batalha a pé terra por se desenvolver e ajudar melhor delas as talharam que lhes depois mais empeceu que aproveitou.”* E noutro passo: *“E se a (batalha) eles mui mal*

ordenaram como alguns por sua escusa escrevem culpa de quantos bons aí vinham e de todos os estrangeiros que Pero Lopes Ayala gabou, e o Conde que tão sabedores eram da guerra.

As covas de lobo e outras artimanhas não estariam implícitas na boa ordenação das batalhas? Aquele passo termina com as palavras: “Mas porque a causa nunca tão bem declara por semelhança como por ela mesma, assim nós, que o tão bem por escritura dizer não podemos como aconteceu, o mostramos aqui figurado de guisa como estavam postas”.

E conclui Borges Coelho. *“Mais uma vez a diferença entre o acontecimento e a descrição do acontecimento”.*

O conde de **Vila Franca do Campo** na sua obra *“D. João e a aliança Inglesa”* a páginas 93 é mais demolidor que Borges Coelho na apreciação que faz de Fernão Lopes, dizendo: *“O cronista de D. João (Fernão Lopes) obstinando-se – no desempenho do seu ofício de cortesão – em sempre engrandecer os actos do rei cuja crónica lhe fora cometida, pretende atenuar o haver o mestre de Avis, quando regente do reino solicitando socorro estrangeiro”.*

Em nota 15 da mesma obra, Vila Franca, emite a opinião de Pinheiro Chagas sobre Fernão Lopes: *“Devemos sempre desconfiar um pouco, do que escreve o eminente historiador [Fernão Lopes]”.*

Já **Gouveia Monteiro** (Coord) na obra *“Aljubarrota Revisitada”*, a páginas 195 nos fala na *“organização do terreno”* e refere-se às barreiras físicas que a hoste de D. Juan I teve que enfrentar no seu assalto à posição ocupada pelos portugueses em S. Jorge.

Será então a arqueologia que virá pôr um ponto final nas dúvidas que alguns cronistas e historiadores, ao longo dos séculos colocaram sobre a existência de barreira artificiais (a que alguns chamam barreiras acessórias) no campo de S. Jorge.

Sobre a questão das tropas anglo-portuguesas terem ou não construído *“barreiras acessórias”* no campo de S. Jorge, parece-nos que a arregimentação deste acervo bibliográfico não deixa muita margem para dúvida que elas existiram. Interessa agora fazer uma abordagem aos tipos de *“armadilhas”* que foram construídos e a sua influência no desenrolar da contenda.

Para além das informações escritas importa reproduzir o que nos disseram os intervenientes nas campanhas arqueológicas (até hoje realizadas) no campo de São Jorge: Afonso do Paço nas campanhas que decorreram entre os anos de 1958 e 1960 e Helena Catarino na campanha de 1999.¹⁶

As campanhas arqueológicas levadas a cabo pelo Tenente-coronel Afonso do Paço nos anos de 1958/1960 confirmaram em pleno a existência barreiras artificiais (covas de lobo e valas). Em Junho de 1999, Helena Catarino (Monteiro, Coord; 2001) faz nova intervenção arqueológica e põem a descoberto mais nove covas de lobo e na UE25 encontra um fosso com uma grande concentração de seixos rolados, afirma: *“Pensamos que podemos, hoje, aceitar sem qualquer ponta de dúvida que fez parte da tática montada pelo exército Anglo-Português na batalha de Aljubarrota as “armadilhas” artificiais a que se juntaram as condicionantes naturais do terreno e que terão sido fundamentais no desfecho da batalha”.*

Os excelentes resultados obtidos nos trabalhos arqueológicos de Afonso do Paço (1958/1969) e de Helena Catarino (1999) levantam-nos uma série de questões e dúvidas. Assim:

Um dos grandes enigmas que emergem do campo de batalha é como e quando o exército português procedeu à abertura das covas de lobo, valas e abatisses no campo de São Jorge?

Conclusão sobre a geomorfologia do campo de S. Jorge – Existiram obras de defesa acessórias ou não?

Existiram ou não obras de defesa acessórias no planalto de S. Jorge, quais e onde? Foi esta a grande dúvida que sempre (até meados do século XX e para alguns historiadores até hoje) persiste. Acabámos de arrolar as principais informações vertidas por protagonistas na batalha, por cronistas da época, por alguns ilustres historiadores e arqueólogos contemporâneos.

A primeira notícia que nos chegou aos dias de hoje, provém do próprio rei português D. João I que no dia seguinte a se ter travado a contenda, ou seja no dia 15 de Agosto de 1385, nos informa que através de uma carta de doação passada a favor de Gonçalo Roiz e assinada pelo rei no *“tavoado da cumeira de Aljubarrota”*. Era indício que alguma obra de defesa teria sido feita no local da batalha.

Mas o rei D. Juan de Castela, 15 dias após a batalha (29 de Agosto de 1385) vem confirmar não só essa existência como ampliá-la, pois dá-nos conta dos constrangimentos que a geomorfologia do local e as construções artificiais existentes no campo de São Jorge lhe causaram e que o levaram à derrota: A existência de *um serro cortada, que nos dava até à cintura*; Na frente de batalha, *uma vala tão funda, como um homem até a garganta*; Por último refere que a testa do esquadrão (frente da vanguarda) estava *tão fechada pelos arroios (ribeiros) que eles tinham nas laterais, de que não havia de frente trezentos e quarenta a quatrocentas lanças*.

O despenseiro da Rainha D. Leonor, mulher do rei de Castela e que esteve presente na batalha, também dá como registo dizendo que os Portugueses estavam numa ótima posição, num planque, muito forte, em torno do seu rei, e muitos fossos cobertos com ramos.

São três depoimentos que reputamos verosímeis, pois emergem de três personagens sendo duas delas as personagens principais da contenda – Os reis –.

Pero Lopes Ayala, cronista castelhano que também esteve presente na batalha dá-nos a sua visão constatando que a historiografia portuguesa tenha olvidado os trabalhos das defesas acessórias dizendo: *“Os escritores portugueses não mencionam estes vales, nem o terreno vantajoso. Só o fizeram para negar que os seus tivessem tal vantagem”*.

É a partir do depoimento prestado ao rei de Castela pelo embaixador do rei de França, presente na batalha, Mosen Juan de Ria que Pero Lopez Ayala nos confirma as dificuldades que a hoste Anglo-Portuguesa colocou à hoste Franco-Castelhana quando relata que *“qualquer*

homem pode ver que as Alas de vossa (Castelhana) batalha, assim que a sua vanguarda se movimentar para combater, vão encontrar com uns vales que tem de frente e não poderão chegar ao inimigo, nem ajudar a sua vanguarda."

Fernão Lopes, assim como no tema atrás referido sobre a escolha do terreno para dar batalha, também neste olvida qualquer tipo útil de informação, antes pelo contrário mantém-se em negação quando aborda o assunto – somente três vezes – na sua crónica, dizendo:

- *"El Rei de Portugal ordenou sua batalha em hum campo chã coberto de urzes, no meio da estrada por onde os castelhanos haviam de vir."¹⁷*
- *"Os portugueses nem em o lugar & sítio onde puseram as batalhas levavam vantagem aos castelhanos, por não haver montes e vales e por tudo ser campina igual."¹⁸*
- *"Cá hi nom há valles, nem oiteiros que nojo podem fazer, mas todo he charneca raza, em que caberiam dez tamanhas batalhas; & se os ahi avia, culpa de quem nom ordenava; mas disserom esto por encobrir sua má fortuna & mingua de aquecimento."¹⁹*

Também Borges Coelho é assertivo para com Fernão Lopes, pois acredita que o fogo que se tem centrado à volta de Fernão Lopes se deve à omissão na sua crónica das covas de lobo.

Para A. B. da Costa Veiga não lhe oferece dúvida na existência de obras de fortificação no campo de S. Jorge pela passagem da carta de doação que o rei D. João assinou - *"ao lugar, do "areal da tavoado de cumeira de Aljubarrota". A propósito disse que a expressão "areal de tauodo" parece confirmar a notícia, em que os "cronistas estrangeiros" (melhor precisando Froissart e o chamado despensero da la reina D. Leonor) de que, no campo de batalha de S. Jorge, os portugueses executaram alguns trabalhos de fortificações improvisadas, dispondo em certos sectores da posição, uma rede de defesas acessórias de madeira "Froissart refere abatises": O Despensero em "palanque", i. é. Uma estacada ou paliçada". E continua referindo-se a outras dificuldades existentes no planalto e que viriam a ser determinantes no desfecho da batalha para as forças anglo-portuguesas; "Como poderá parecer excessiva a frente que atribui à vanguarda, direi que a situação que para esta supus é a menos extensa de todas as possíveis a Norte do local da ermida e transversalmente ao planalto. Além disso apoiar-se-ia em flancos fortes – a Sul dum deles (o de Oeste) existe uma escarpa que transformaria em zona neutra a correspondente fracção do campo exterior. Por outro lado, é claro que importava opor ao inimigo uma frente de, pelo menos, igual extensão à sua, isso a fim de evitar que ele pudesse realizar, dentro do planalto e envolvimento de uma das alas". E mais observa este autor dizendo que "a capela está num estrangulamento do planalto, mais se observa que para Oeste do mesmo estrangulamento, corre uma depressão em cuja vertente sul existe uma escarpa de 1,5m a 3m segundo medições no local. E para Este o terreno apresenta um esporão próprio para o estabelecimento da ala esquerda, assim como favorável era, para a direita, o saliente oeste do planalto umas dezenas de metros a norte da escarpa de que falei".*

Peter Russel que visitou o campo de S. Jorge em 1955 faz uma longa e pormenorizada e exaustiva descrição das dificuldades geográficas e hidrográficas existentes no local e que dificultariam sobretudo a hoste Franco-Castelhana, terminando a sua exposição dizendo que o posicionamento em batalha da hoste Anglo-Portuguesa era uma posição praticamente inexpugnável que não podia, sem graves riscos para os atacantes, ser contornada por qualquer dos flancos, fosse por homens de armas apeados ou pela cavalaria.

Froissart é claro quanto à existência de defesas acessórias no campo de batalha: *“Au costé devers fin que de plain l'on les champs abattre les arbres et couchier ne effondrer sur euls et laissèrent ung chemim ouvert qui n'estoit pas d'entrée trop large et misrent ce qu'ils avoient d' archiers et d'arbalestriers sur les deux elles de ce chemim et les gens d'armes tout de pié au beau plan”*. Tradução: *“Assim que nos campos foram cortadas, as árvores e o palanque, não caiu no chão e deixaram um caminho aberto que não era uma entrada muito ampla e apostaram o que tinham de arqueiros e besteiros. Em ambos eles neste caminho e os homens de armas todos de pé num belo plano”*.

João Gouveia Monteiro na sua obra *“Aljubarrota Revisitada”* fala-nos na *“organização do terreno”* e refere-se às barreiras físicas que a hoste de D. Juan teve que enfrentar no seu assalto à posição ocupada pelos portugueses em S. Jorge. Gouveia Monteiro que será um dos investigadores nas intervenções arqueológicas levadas a cabo no campo em 1999.

E será a arqueologia a colocar um ponto final no assunto – As forças Anglo-Portuguesas procederam em campo de batalha à abertura de valas, covas de lobo, abatases e outro tipo de fortificações – como paliçadas, que por serem fabricadas em material perecível será mais difícil a arqueologia comprovar.

Assim, as escavações levadas a cabo pelo tenente-coronel Afonso do Paço nos anos de 1958/1960 confirmaram em pleno a existência de barreiras artificiais, colocando à mostra cerca de 830 covas de lobo e uma vala com perto de 200m. Em junho de 1999, Helena Catarino faz nova intervenção arqueológica e põe a descoberto mais nove covas de lobo e na UE25 encontra um troço de fosso com uma grande concentração de seixos rolados desta feita a oeste da capela de S. Jorge.

Podemos hoje aceitar, sem qualquer dúvida, que fez parte da tática montada pelo exército Anglo-Português na batalha de Aljubarrota as *“armadilhas”* artificiais a que se juntaram as condicionantes naturais do terreno e que terão sido capitais para a definição da tática a adotar na distribuição das forças como foram fundamentais para o desfecho da batalha. Temos notícia que durante o ano de 2018 se irão reiniciar as intervenções arqueológicas no campo de S. Jorge, por parte da Direcção do Património Cultural deste País, que assim seja, pois, só assim, se poderá esclarecer mais algumas dúvidas que por certo doutra forma irão subsistir.



Fig. 2 - Desenho de Afonso do Paço (1959) – As 830 covas de lobo e pequenas valas postas a descoberto

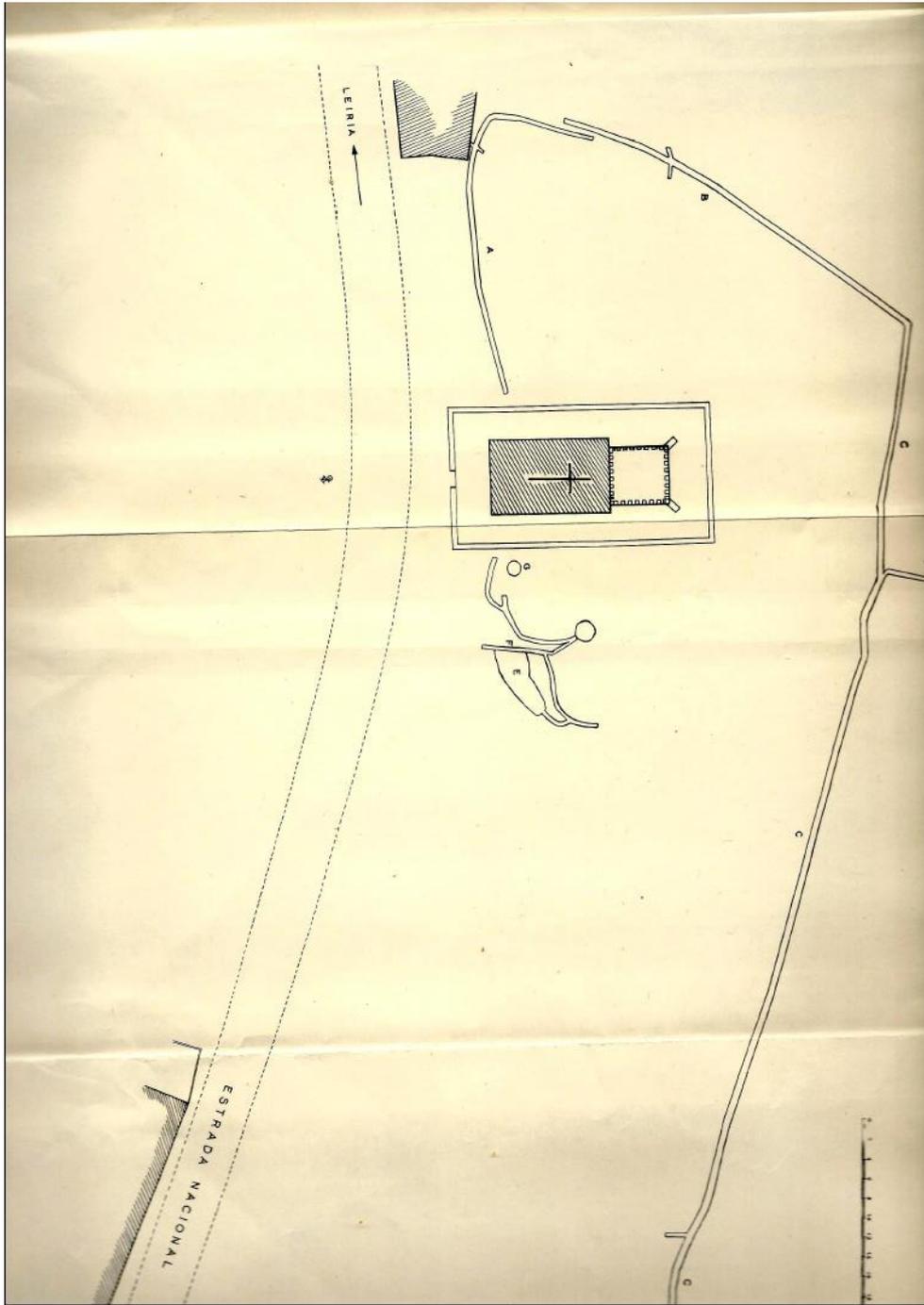


Fig. 3 - Desenho de Afonso do Paço (1959) – Vala grande do lado nascente posta a descoberto e que circunda a capela de S. Jorge.

Capítulo IV – A Logística

O que seria necessário para manter em movimento os exércitos presentes na Batalha de Aljubarrota? Foi com esta questão que iniciámos a nossa pesquisa e investigação, tendo como objectivo dar a conhecer a importância da carriagem numa coluna de marcha em finais do século XIV. Não iremos, portanto, aqui nos delongar sobre como decorreu a batalha, nem avançar com hipóteses sobre as estratégias utilizadas, (isso será tratado em outros capítulos) o foco deste capítulo incide sobre o trem de carriagem.

Para compreendermos o papel desempenhado pelo trem de apoio de um exército, é necessário começar com algumas noções prévias sobre a realidade medieval, sempre que possível recorrendo a excertos das fontes e crónicas da altura.

A logística implicada na organização, recolha e conservação de todos os recursos essenciais para manter um exército afetava todos os semblantes da estrutura de um reino, e, em caso de derrota, poderia revelar-se funesta para toda a sociedade em geral.²⁰ A ideia popular que ainda hoje perdura de a era medieval ser uma "Idade das Trevas", não é viável quando a confrontamos com todo o planeamento prévio que seria imprescindível para realizar com sucesso uma campanha militar. De facto, um bom comandante medieval seria versado nos grandes tratados sobre a guerra da antiguidade clássica, como o *Commentarii de Bello Gallico* de Júlio César ou a *Epitoma Rei Militaris* de Flávio Vegécio Renato.

Apesar dos novos caminhos rasgados ao longo dos séculos XIV e XV, as redes viárias medievais assentavam ainda, de uma maneira geral, nas antigas vias romanas e muçulmanas²¹. Nem sempre nas melhores condições, estas estradas e carreiras, pavimentadas ou em terra-batida, seriam bastante estreitas para os padrões actuais, não ultrapassando os 4 metros de largura, mas permitindo o transporte de pessoas e mercadorias por todo o país. Em média, um cavaleiro do século XIV trilhava cerca de 50 Km por dia²², mas esta cifra dependeria muito do estado da via e das condições meteorológicas e geográficas. O transporte de mercadorias pelos comerciantes seria maioritariamente feito no dorso e lombo de animais de carga, em sacos e alforjes, evitando assim o recurso à carriagem que, para além de ser dificultado pelas más condições das estreitas e tortuosas vias, era taxado mais severamente pelos impostos fiscais.

Um exército em marcha conseguia alcançar uma média de 15 a 22 Km por dia²³, sendo a sua velocidade imposta pelo elemento mais lento da sua coluna, ou seja, pela carriagem. As campanhas militares seriam, quase exclusivamente, praticadas nos meses de verão, pois as chuvadas de Inverno deixariam as estradas intransitáveis às carroças e comprometeriam a qualidade dos alimentos que estas transportavam.

Na Europa de meados do século XIV estamos já longe dos enormes exércitos da antiguidade clássica. De facto, as próprias campanhas militares seriam raras e curtas, apesar das guerras se arrastarem durante anos a fio, dependiam principalmente de efectivos não profissionais. Nem a demografia nem a logística de transporte e abastecimento permitia que fosse de outra maneira²⁴.

A Carriagem

A partir de fins do século XIV, a enorme responsabilidade de coordenar toda a logística inerente a um exército em movimento²⁵, recaía sobre o Condestável. Logo a seguir ao Rei, este seria o principal responsável pelas tropas e assuntos militares no reino. Em 1383, D João I atribui esse cargo ao jovem Nuno Álvares Pereira, na altura apenas com 23 anos, o que só pode ser explicado pela grave crise que grassava em Portugal durante o Interregno e pela grande confiança que o rei tinha neste seu companheiro de armas. A seguir na hierarquia estava o cargo de marechal, responsável pela organização e segurança do acampamento quando a hoste parava, ao fim de um longo dia de marcha. Estava também encarregue da distribuição dos alojamentos, muitas vezes em regime de aposentadoria, pelos capitães e senhores que incorporavam a hoste. A estes vassallos do rei caberia por sua vez o comando dos homens que traziam consigo para engrossar as fileiras. A guiar toda esta coluna em marcha estaria o Adail, encarregue da escolha do melhor caminho ou terreno e responsável pelos diversos batedores e inculcas²⁶.

A um extenso número de homens num exército em marcha irá sempre corresponder um grande volume de mantimentos indispensáveis. Para tal é então necessário recorrer à carriagem. Esta seria composta por centenas de carroças e azémolas puxadas por um elevadíssimo número de animais de carga e de tiro, nomeadamente gado cavalariço, muar ou asinino²⁷. Nestes carros era transportado tudo o que seria essencial para apoiar a expedição militar: alimentos (destacando o pão, o vinho, carne e peixe salgados ou fumados, frutos secos e sal), gado para abate, forragem para os animais, tendas para os acampamentos, ferramentas diversas, armas, munições para os arqueiros e besteiros (certamente uma grande soma de setas e virotões), elementos de artilharia (como trabucos e trons) e materiais para sua construção, e ainda os diversos bens e objectos pessoais dos guerreiros bem como o saque que estes foram obtendo pelo caminho.

A acompanhar a carriagem viria também todo um arraial de não-combatentes, que, no entanto, seriam essenciais para manter em funcionamento um exército medieval em marcha ou durante um cerco prolongado²⁸. Entre eles destacamos os mesterais (carpinteiros, ferreiros, armeiros, alfaiates, engenheiros especialistas em poliorcética e maquinaria de cerco), físicos, cirurgiões, boticários, diversos mercadores (de alimentos, medicamentos, tecidos, perfumes, etc.), inúmeros condutores de carroça e tratadores de animais, prisioneiros e até mesmo prostitutas. Fernão Lopes relata o episódio onde Nuno Álvares Pereira, durante a Campanha de Trás-os-Montes e tendo assentado o seu acampamento em Castelões (Macedo de Cavaleiros), expulsa todas as mulheres do seu arraial e ordenou a seus homens que nenhum "*trouxese mamçeba nem mulher comsygo*"²⁹ sob pena de ser açoitado publicamente³⁰. Como vimos, seria mesmo frequente entre combatentes e não-combatentes, fazerem-se acompanhar de suas mulheres (e até filhos)³¹, que cumpririam igualmente diversas funções importantes como o lavar, limpar e despiolhar das tropas³².

Ao descrever a carriagem castelhana presente em Aljubarrota, Fernão Lopes³³ fala, porventura com algum exagero, em 700 carroças de bois, e com elas muitas azémolas que transportavam mantimentos, armas e "*cousas para vender dalguns mercadores*" e ainda mais de 8000 cabeças de gado, a maior parte adquirida em acções de forrageio já em território

português. Ximenez de Sandoval³⁴, estima para o total de homens que acompanharia o trem de apoio castelhano perto de 12 000 não-combatentes. Ao somar aos cerca de 20 000 ou mais guerreiros, o exército castelhano em marcha teria uma profundidade de 40 Km e demoraria cerca de 10 horas a escoar³⁵.

Em suma, a coluna de marcha de um exército medieval assemelhar-se-ia a uma cidade móvel. Resultando este trem de apoio numa enorme carreira que se podia estender ao longo de quilómetros, atrasando consideravelmente o avanço das tropas³⁶ e que seria um dos pontos mais vulneráveis de toda a coluna.

Era então fundamental garantir a sua protecção. Por norma, a coluna de marcha seguiria na seguinte formação: na vanguarda ia o condestável a comandar a cavalaria; a seguir a infantaria a pé; depois seguiria a carriagem, protegida de ambos os lados pelas alas (normalmente compostas essencialmente por arqueiros e besteiros); e por fim na retaguarda seguia o rei, muito bem guardado pelos maiores fidalgos do reino e por seus homens de confiança, reforçados por um contingente de besteiros. Disso faz menção Fernão Lopes na Crónica de D. João I, "*e a caryagem em meo e homens de pee e besteiros em seus logares, regidos como compria. E assy amdauom todos muyto de seu vagar per homde o Comde queria*"³⁷ e "*E na retaguarda hija el-Rey e o Duque com muyta gemte darmas, e a carriagem toda em meo; e tomava gram praça de campo a ordenamça destes gemtes, que era assaz fremossa de uer e espantossa a seus emmjgos*"³⁸; ou ainda numa outra passagem: "*Partio estomçe el-Rey de Tomar com aquella hordenamça que ally fezera: o Comdestabre na avanguardia e allas, o page o balsom tendido eo alfferez a bandeira na fumda, e el-Rey na retaguarda com aquelles que era hordenado; e com este regimento chegarom a Ourem, que eram dally tres legoas, homde o comde ja tinha tomado alloiamento*"³⁹

Como vimos, era dada especial consideração à defesa da carriagem. Não só porque seria o elemento mais lento e com menos manobrabilidade da coluna em marcha, mas também porque seria aí que seguiam todos os objectos pessoais dos guerreiros bem como o saque por eles, tão arduamente adquirido, muitas vezes o único provento a que podiam almejar numa morosa e perigosa campanha. Considerando a distintiva pouca disciplina de um exército medieval não permanente, não é de admirar então que estes se sentissem tentados a abandonar as suas posições para tentar salvaguardar os seus pertences⁴⁰. O trem de apoio estaria também particularmente susceptível a perigosos ataques laterais, daí o reforço do número de homens que compunham as suas alas. Temos exemplo disso mesmo no episódio relatado por Fernão Lopes quando D. Leonor viaja de Lisboa para Alenquer "*hiam de tras com çertas lamças, por guarda das azemellas cõ temor dos de Lixboa, rreçeamdosse que fossem depos elles.*"⁴¹

Também durante as batalhas seria indispensável a preocupação com a salvaguarda da carriagem. Por norma, esta estacava na retaguarda e um pouco afastada das linhas de batalha, numa formação em círculo ou em quadrado e guarnecida por um contingente de guerreiros, sobretudo de besteiros e arqueiros. Certamente, o grande número de não-combatentes também desempenharia um papel na defesa dos trens de apoio, como adiante veremos para o caso de Aljubarrota.

Um outro bom exemplo da importância de manter protegida a carriagem chega até nós pela pena de Fernão Lopes ao descrever a Batalha de Trancoso⁴², onde um pequeno grupo de fidalgos beirões e seus homens faz uma emboscada à coluna castelhana liderada pelo alcaide de Toledo, que regressava de uma campanha de razia (que se estendeu até Viseu) com um avultado saque em mantimentos, despojos e prisioneiros⁴³. Esses prisioneiros portugueses capturados na coluna castelhana, acabariam por se libertar de seu cativo no trem de apoio, e conseqüentemente por contribuir para afugentar os pajens que guardavam os cavalos dos seus senhores castelhanos, impedindo a fuga apressada destes e resultando na sua morte. Ao não acautelar a protecção da carriagem, os castelhanos propiciaram a fuga de seus prisioneiros, que em muito terão contribuído para o desfecho da batalha.⁴⁴

Fundamental para o sucesso de uma campanha seria a questão do abastecimento alimentar de suas tropas. Já Vegécio tinha argumentado que a fome poderia ser mais mortífera que o inimigo⁴⁵, e que a obtenção de víveres, a sua conservação e distribuição eram cruciais para um exército em marcha.

Por mais completo e exigente que fosse todo o processo de logística prévio a uma campanha, seria impossível acarretar todos os alimentos necessários à mobilização de um exército. Não só pela impraticabilidade do seu transporte, mas também pela dificuldade na sua conservação. Daí ser comum aos chefes militares recorrer a diversas estratégias para garantir o acesso constante a vitualhas, sendo o abastecimento a partir de suas linhas na retaguarda o mais usual. O rei ou seus comandantes podiam também ir comprando a produtores locais os alimentos necessários para manter a coluna em movimento. Mas, uma vez em território inimigo o mais provável seria simplesmente recorrer a razias e operações de forragem, recolhendo o que as populações em fuga deixavam para trás nos campos ou mesmo rapinando o pouco que estas possuíam. O peso da máquina de guerra deixava a sua marca indelével por onde passava e mesmo aqueles que nada sabiam sobre as contendas dos reis, sofriam os seus efeitos por muitos e árduos anos.

Mais uma vez podemos recorrer a Fernão Lopes para ilustrar a importância da obtenção de mantimentos e do uso da carriagem para tal, quando o Mestre de Avis encarrega Nuno Álvares Pereira de encontrar mantimentos em Sintra, em vésperas do cerco de Lisboa: *“Porque o Mestre emtemdia que huña das cousas que lhe mui necessárias era, pois cercado avia de seer, assi era avomdamça de mantiimentos; hordennou amte que elRei de Castella vehesse de bastecer a cidade de viamdas o mais que sse fazer podesse. E mandou NunAllvarez que fosse a Simtra, pera trazer de seu termo alguus mantiimentos, (...) e apanhou muitos mantiimentos de gaados e triigo, e outras cousas de comer, de que carregarom assaz dazemellas de que já hiam percebidos pera esto, e nehuũ sahiu do logar que sse trabalhasse de lho tolher.”*⁴⁶

Dois exércitos em movimento - A caminho de Aljubarrota

Uma vez falhado o cerco a Lisboa em 1384, devido a um surto de peste que grassava no arraial castelhano, o Rei D. Juan I volta a organizar, um ano depois, um enorme exército com o mesmo objectivo de conquistar a capital portuguesa. A sua estratégia passava por um ataque articulado em várias frentes. Por mar seguiria a sua forte armada que zarpou de Sevilha

para bloquear Lisboa; e por terra o ataque ramificava-se em duas hostes, uma comandada pelo arcebispo de Toledo que entrava pela região da Beira, enquanto a hoste real entrava pelo Alentejo e fazia cerco a Elvas. No entanto, os seus planos foram gorados pela pesada derrota que os homens de João Rodrigues de Castanheda sofreram na batalha de Trancoso⁴⁷ e pelo insucesso do cerco a Elvas que obrigou D. Juan a recuar para Ciudad Rodrigo⁴⁸.

Este cerco castelhano a Elvas, em junho de 1385, oferece-nos um outro exemplo da importância da carriagem. Uma vez que esta cidade estava tão próxima da fronteira com Castela, o arraial de D. Juan I era continuamente abastecido pelos trens que traziam vitualhas e mantimentos a partir de Badajoz. Sendo este um trajecto curto e maioritariamente dentro do reino de Castela, a segurança destas caravanas foi descurada. E disso tirou partido Gil Fernandes, comandante da guarnição de Elvas, que juntamente com um pequeno grupo de seus homens, furtivamente, partiu da vila sitiada tendo atacado e dominado facilmente um destes trens de abastecimento, retornando com os preciosos mantimentos que já escasseavam na vila. Este revés, conjugado com o desastre de Trancoso, levou o rei castelhano a abandonar o cerco a Elvas e a repensar toda a sua estratégia de ataque⁴⁹.

A 17 de Julho de 1385, já reorganizado e reforçado o seu exército, D. Juan atravessa a fronteira junto a Almeida e segue pela Estrada da Beira com cerca de 20 000 homens⁵⁰, sem contar com não-combatentes. Naturalmente, existe muita especulação face ao número de efectivos de ambos os lados. Fernão Lopes⁵¹ menciona 31 000 homens (dos quais 6000 lanças, 2000 ginetes, 8000 besteiros e 15000 peões), Froissart⁵² diz que seriam entre 20 000 a 40 000 homens, e Ximenes de Sandoval⁵³ propõe que os efectivos castelhanos seriam cerca de 32 000 mais 12 000 não-combatentes, "*...pagens, & azemeis, & doutra gente de serventia, era tanta, que a vista da hoste era espantosa cousa de ver.*"⁵⁴

Independentemente da discrepância numérica, não resta dúvida que seria um exército muito numeroso, especialmente para os padrões da época. Um tal número de efectivos implicava um enorme trem de apoio, que juntamente com os trons que transportavam, consentiam uma lenta deslocação média de apenas 7 Km por dia. Uma vez alcançado Celorico da Beira, ao dia 21 de julho, foi efectuada uma reorganização da sua coluna de marcha. Um quinhão considerável da desmedida carriagem, incluindo os trons⁵⁵, terão sido desviados para Aveiro de maneira a serem transportados pelas galés até Santarém⁵⁶. O recurso ao transporte fluvial dos mantimentos era comum e desejável sempre que possível. Não só era mais rápido, eficiente e seguro, como aligeirava significativamente o tamanho da carriagem e as dificuldades inerentes ao transporte terrestre que necessitava de um largo número de carroças, animais de carga e tiro, forragens e toda a logística a eles associada. A velocidade média da coluna em marcha sobe então, a caminho de Coimbra e depois Leiria, para uns já aceitáveis 18 Km por dia.

O objectivo de Juan I seria alcançar rapidamente Santarém, que teria voz por D. Beatriz, sua esposa, e a partir daí cercar e dominar Lisboa, que se encontrava então já alvo de um bloqueio naval e a sofrer com escassez de alimentos. Como afirmavam os conselheiros de D. Juan, "*tomada esta cidade, tomadas eram todas as outras vilas e cidades e o reino todo*"⁵⁷. Ou seja, toda a sua estratégia se baseava num eventual cerco a Lisboa e não numa batalha

campal. De resto, estas seriam bastante raras, sendo que o alicerce do tradicional método de guerrear medieval assentava nos cercos a castelos e cidades.

Por seu lado, uma vez decidido a dar batalha aos castelhanos, o exército português procurava bloquear o caminho destes numa zona ainda afastada de Lisboa, mas já bem dentro do reino.

Deste modo, dificultava o acesso a possíveis reforços castelhanos e interrompia o abastecimento de mantimentos por via terrestre. É importante lembrar que a carriagem, por maior e melhor equipada que fosse, não conseguia manter um exército em território inimigo por um longo período de tempo.

Terá sido esta uma das mais importantes razões para D. Juan dar batalha ao seu congénere português. Seria impensável avançar para Santarém e deixar atrás de si a sua carriagem vulnerável aos ataques do exército português, muito experimentado na chamada "guerra guerreada"⁵⁸ e consequentemente comprometer a sua linha de abastecimentos e reforços.

Tal como para o exército castelhano, também não existem certezas relativamente ao número de efectivos da hoste portuguesa. Seriam certamente mais do que os 6500 homens de armas avançados por Fernão Lopes, mas não chegariam aos inflacionados 12.200 combatentes mencionados por Ayala⁵⁹. Em nossa opinião mais acertadamente, Ximénez de Sandoval⁶⁰ estimou os efectivos portugueses em cerca de 10.000 combatentes e perto de 3000 não-combatentes⁶¹, entre estes estariam diversos pajens, criados, famílias, mercadores, condutores de azémolas e tratadores de animais, muitos deles certamente armados com picos, fundas ou outras armas rudimentares.

O trem de carriagem português seria certamente bem menor do que o castelhano, não só porque os efectivos eram em número inferior, mas porque não tinham de cobrir tanta distância nem permanecer em marcha durante tanto tempo. Segundo Ayala, seriam cerca de 200 carretas e algumas centenas de azémolas de carga, garantindo provisões para apenas dois ou três dias.

A carriagem no campo de batalha

Tal como no que refere a um exército em marcha, também as crónicas e fontes são escassas sobre o papel desempenhado pela carriagem no campo de batalha. Não iremos aqui desenvolver como decorreu a Batalha de Aljubarrota, nem esmiuçar sobre a primeira e segunda posições da hoste portuguesa ou sobre as tácticas militares empregues por Nuno Álvares Pereira. Vamos antes analisar o contributo do trem de carriagem português para o desenrolar dos acontecimentos daquele dia 14 de agosto de 1385.

Como nos diz Fernão Lopes⁶², logo no início da manhã, a carriagem assentou atrás da retaguarda, num espaçoso "curral" onde cabiam todas as carroças, animais de carga, cavalos e todos os não-combatentes. O trem de apoio, provavelmente organizado numa disposição em círculo ou quadrado, foi então "entrincheirado" com o recurso a uma forte paliçada constituída por valas e abatises e protegido por diversos homens de armas. "*& Eles eram todos*

cercados de homens de pé, & besteiros, de geito, que nas espaldas da reguarda, & em esta carriagem, nenhum nom podia topar, para fazer dano, que todo nom achasse apercebido."⁶³

Para a compreensão da importância da carriagem numa batalha é necessário também ter noção do armamento e equipamento auxiliar que estas carregavam. Um guerreiro medieval fazia-se acompanhar de diversas armas às quais recorreria em diferentes momentos da batalha. Entre as quais destacam-se as lanças ou alabardas, as espadas e estoques, as maças e os machados. Naturalmente, não carregariam todas estas armas consigo durante a árdua marcha até ao seu destino. Alguns cavaleiros poderiam transportá-las no dorso do seu cavalo, mas a maior parte deste equipamento ficaria a cargo de seus escudeiros e pajens e certamente seria acarretado no trem de apoio. O mesmo se passaria com a enorme quantidade de setas, dardos, virotes e pedras que terão sido arremessados em Aljubarrota.

Segundo Fernão Lopes nos conta "*(...) os piões, & besteiro laçando em tanto muitas pedras, & virotões (...)*"⁶⁴

Aquando a fuga dos castelhanos, ainda terá sido esboçada uma curta perseguição a cavalo que não se terá estendido muito para lá do campo de batalha devido ao perigo de um possível contra-ataque. Mais uma vez, ficamos com a noção que o trem de apoio, onde estariam guardados os cavalos, não ficaria muito afastado da retaguarda, pois de outra maneira seria complicado realizar essa perseguição montada.

Dos despojos capturados pelos portugueses, Fernão Lopes enumera diversos pendões e bandeiras castelhanas, muitas azémolas, carros e gado do trem de apoio bem como a sua preciosa carga de mantimentos e vitualhas pilhadas já em terras portuguesas; e ainda várias tendas de campanha, entre as quais a do próprio rei D. Juan I, ricamente ornamentada e recheada com as mais diversas preciosidades. Entre variadas joias de ouro e prata, ainda na tenda do monarca castelhano foi encontrado um relicário (a única peça do saque que interessou a Nuno Álvares Pereira) e uma magnífica cruz de ouro⁶⁵. Esta tenda seria posteriormente utilizada em diversas campanhas por D. João I e seus descendentes.

Daqui podemos depreender que, para além de todos os mantimentos e materiais essenciais para sustentar um exército em marcha, os reis e seus maiores fidalgos não prescindiam de certos luxos e confortos. Um bom exemplo disso é o episódio do transporte da cama de Nuno Álvares Pereira na *Crónica do Condestável*: "*(...) per hõde o Condeestabre sayra aazemella com a cama cayo morta em terra (...)* E mandou que posessem a cama em outra besta (...)"⁶⁶.

Capítulo V - Aspectos técnicos - As Armas

Sobre o armamento utilizado na batalha de Aljubarrota, por parte das tropas anglo-portuguesas:

O “Long Bow”

Talvez a arma mais importante e determinante no resultado final da batalha de Aljubarrota, como já tinha sido na Batalha de Crécy e Poitiers, tenha sido o arco longo “Long Bow”, arma utilizadas pelos arqueiros Ingleses, únicos na contenda com larga experiência na sua utilização. Uma breve síntese histórica sobre esta arma:

Enquanto o arco curto vingava na Península Ibérica, em Inglaterra começou a aparecer um arco bem maior, o long-bow, caracterizado por ter a altura do seu utilizador, e que já na segunda metade do século XIII, durante o reinado de Eduardo I, se iria tornar na arma oficial inglesa. Curiosamente, o long-bow foi utilizado em Portugal na segunda metade do século XIV, aquando da vinda para o nosso país dos arqueiros do Príncipe Negro, duque de Aquitânia e irmão de John the Gant. Porém, nunca aqui teve aceitação, por os Portugueses terem já, como iremos ver, grande prática e tradições no fabrico e uso das bestas.

O long-bow era um arco com comprimento que variava entre 1,82m e 1,93m era fabricado de uma simples vara de teixo aperfeiçoada. As ponteiros onde encaixava a corda eram geralmente em chifre, a empunhadura era geralmente feita em cabedal e tinha cerca de 30 cm. Sem ornato nem especial acabamento, que aliava duas qualidades aparentemente contraditórias - elasticidade e rapidez. Esta madeira era fácil de ser encontrada, em certas localidades do País de Gales e da Escócia e também no norte de Portugal. Mas era insuficiente. Por isso os Ingleses além de começarem a plantar árvores expressamente para o efeito, trataram de legislar no sentido de importar varas de teixo de Espanha, Itália, e do sul de França. Conhecem-se leis e ordenações que obrigavam os navios a trazer com as suas mercadorias um certo número de varas de teixo para fazer arcos. No tempo de Eduardo IV, cada tonelada de carga devia vir acompanhada por quatro varas; cada pipa de vinho, dez varas, com pesadas multas para cada vara que faltasse à conta. Como o teixo não era fácil de se arranjar, começaram a ser feitos long-bows com madeira de sorveira, freixo, ácer e olmo. No entanto, a melhor madeira continuou a ser o teixo. As cordas desses arcos eram feitas de tripa enrolada, cânhamo, seda, flax ou linen, eram besuntadas com beeswak e fixas a duas peças de chifre encaixadas nas extremidades da vara. Como o long-bow era muito comprido, não podia usar-se a cavalo e, além disso, perdia muito a elasticidade com o uso prolongado.

O arco era transportado numa embalagem feita de lona encerada e a corda era transportada debaixo do chapéu ou por debaixo da roupa atada à cintura ou envolvendo o braço esquerdo para a manter seca.

A força de um long-bow era imensa, o que o tornava numa arma terrível nas mãos de um atirador de elite. Na batalha de Albergaveny, junto à fronteira com o País de Gales, foram encontradas flechas de long-bow que atravessaram de lado a lado portas de castanho com 8cm de espessura.

A força do long-bow tem sido fabulosamente exagerada. Sir Walter Scott, nos seus romances históricos, muito contribuiu para os divulgar; mas são simples devaneios ter Robin Hood atirado flechas até uma milha (quase dois quilómetros), ou mesmo um terço de milha, bem como outros dos seus heróis ter rachado a quatrocentos passos uma vara de aveleira, que a tal distância ele nem poderia ver. Com um arco construído expressamente, detentor de muito mais força do que a admissível para um homem e que era armado mecanicamente, o mais que alcançou foi de 330m.

A maior distância a que um homem muito robusto e destro podia atirar com um arco uma flecha de guerra seria, pois, uns 260m. O alcance vulgar não passava de 230m ou 240m, e com flechas leves em combate, poderia chegar a 290m ou, em casos excepcionalíssimos, num país como a Inglaterra, onde toda a população masculina se exercitava ao arco, talvez se chegasse a 300m ou 310m.

Actualmente, os mais hábeis atiradores não alcançam, com flechas leves, além dos 270m. E não há motivo para imaginar que os antigos fossem tão excepcionalmente superiores aos modernos atiradores.

Shakespeare dá como alcance notável no seu tempo, o mesmo de hoje, 260m. Muitos castelos construídos no tempo dos combates com arco e flecha, ficando a uns 300m de distância, julgando-se assim fora do alcance.

Em todo o caso, o que é certo, é que a 150m o antigo arco inglês não era nada inferior à espingarda de pedreneira, tal como se usava ainda em 1840.

Se alinhássemos frente a frente, a 15m de distância, um cento dos frecheiros de Crécy ou de Azincourt e um cento dos melhores atiradores de Waterloo com as suas respectivas armas, os primeiros teriam decerto uma fácil vitória. Porque não só atirariam seis flechas por cada bala dos adversários, mas como seriam também mais certos e de maior efeito mortal.

Como exemplo da inferioridade das antigas espingardas, encontra-se um episódio transcrito num diário da guerra peninsular que vale a pena recordar. Em 10 de Maio de 1811, Wellington deu ordem a um soldado, que estava perto, para atirar a um soldado francês que se tinha aproximado das linhas inglesas fazendo esgares e gestos imprudentes. O inglês apoiou a arma sobre uma roda de carreta de artilharia, apontou com cuidado e conseguiu atingir o homem. Foi isto julgado um feito de atirador tão raro, que o noticiarista acrescenta ter presenciado o facto e ter medido a distância, que era de 80 jardas, ou seja, 73m.

Compreende-se que um arco com estas características nas mãos de um caçador experimentado se tornasse uma arma extremamente eficaz. Sabemos de casos de aves abatidas em pleno voo por archeiros de elite. As flechas tinham o comprimento do braço do atirador e eram feitas de varas de estevas, de bétulas de freixo ou de carvalho, enquanto as rectrizes podiam ser feitas de cartão, coiro, penas de ganso selvagem, pavão ou de águia, entre outras.

As flechas eram mergulhadas numa solução à base de nitrato de cobre conhecida por Virtus Greco, que lhe conferia uma cor esverdeada e se destinava a evitar que empenassem

com a humidade. Em combate, as pontas metálicas eram engraxadas ou untadas com sebo para uma melhor penetração.

Um bom long-bow chegava a ter 150 libras (68kg) de potência, exigia ao atirador um longo treino para o conseguir manejar. Quando na década de 70 do século XX se procedeu ao levantamento do navio inglês Mary Rose (século XVI), os exames médicos detectaram imediatamente os esqueletos dos arqueiros pelo invulgar desenvolvimento das omoplatas e dos seus músculos das costas.

Curiosamente, desse navio foram retiradas várias caixas com long-bows, os quais, após devidamente tratados numa solução de polietilenoglicol, puderam ser de novo experimentados, com sucesso, após quatro séculos de imersão.

Nas obras “Os arcos de Henry Grace a Dieux” e “Chronicle of Gerald de Barri” falam da potência do arco, que era capaz de atravessar cotas de malha e portas de carvalho com 5 cm. O arqueiro levava numa aljava de 12 a 24 flechas e era comum na Inglaterra dizer-se na Idade Média que “cada arqueiro levava ao cinto 12 escoceses pendurados”

O arco curto desapareceu das lides das guerras e da cena venatória em Portugal logo na segunda metade do século XII, dando lugar à besta.



Fig. 4 - Arco (Long Bow)

Designação: Arco (Long Bow)

Cronologia: Século XIV

Proveniência: Original Igreja Matriz de Alcácer do Sal.

Comprimento total: 170cm

Localização: Museu Martim Gonçalves de Macedo, Macedo de Cavaleiros.

Podemos encontrar um raríssimo exemplar de Long-Bow no Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo, feito em madeira de teixo, proveniente da Igreja Matriz de Alcácer do Sal e datado dos finais do século XIV. A melhor madeira para o arco era a de teixo, mas

também o carvalho e o bordo depois de uma secagem mínima de dois anos. Embora os ingleses tivessem sido os grandes mestres no fabrico e manejo do long-bow, há notícias através de uma carta de quitação a Gonçalo Afonso, almoxarife do armazém da cidade de Lisboa (século XV) da existência de numerosos arcos feitos em madeira de teixo.

A Flecha



Fig. 5 - Flecha

Designação: Flecha (Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo)

Cronologia: Século XIV (Long Bow)

Proveniência: Reprodução feita a partir de uma peça original

Comprimento total: 68cm

Ponteira: 4,5cm.

A “Besta”

Se a utilização do “Long Bow”, arco longo Inglês, foi determinante no resultado final da batalha de Aljubarrota a utilização da “Besta Portuguesa” não terá sido muito inferior. Assim como os Ingleses eram excelentes atiradores de arco longo, também as nossas tropas eram exímias no manejo da “Besta”. A diferença mais importante, como iremos ver, é que com o arco longo podia-se fazer tiro em “volei” enquanto a besta só permitia tiro directo.

Pequena síntese histórica sobre a Besta e os seus acessórios:

Enquanto na Grã-Bretanha o arco comprido se tornou, nos finais do século XIII, com Eduardo I, na arma oficial por excelência, utilizado tanto na guerra como na caça, na Europa, e particularmente em Portugal, começou a divulgar-se, principalmente a partir do segundo quartel do século XII, uma nova arma bem mais poderosa e eficaz: a besta.

A besta não foi invenção daquela altura. Não sabemos ao certo onde nem quando apareceu, mas sabemos que os Romanos já a utilizavam. Após vários séculos de eclipse, a besta reapareceu na Europa com a primeira cruzada (1095/1098). Curiosamente, nessa altura já esta arma era utilizada no Ocidente peninsular. A crónica Silense, ao fazer referência à conquista de Coimbra por Fernando I, o Magno, em 1065, relata-nos o castigo infligido a um mouro que em 1028 matou Afonso V, sogro de Fernando I, com uma besta.

Durante o II Concílio de Latrão (1139), o papa, reconhecendo o enorme poder mortífero daquela arma, proibiu o seu uso na guerra entre cristãos, sob pena de excomunhão. Contudo, podia e até era aconselhado que fosse usada contra os Infiéis. Assim, à data da Batalha de Ourique (julho de 1139), já se utilizariam largamente bestas em Portugal.

Uma certeza temos: nos finais do século XII já a besta tinha suplantado amplamente o uso do arco de duas voltas tanto nas lides da guerra como na caça. Não é de estranhar, por

isso, que em muitos dos forais portugueses do século XII se encontre menção a uma milícia municipal cuja arma era a besta. E quando D. Sancho I saía à caça, acompanhava-o açoreiros, falcoeiros e besteiros.

As vantagens de utilização da besta sobre o arco eram nítidas. Para se distender um arco forte, era necessário efectuar movimentos esforçados que, de uma forma geral, eram detectados pelo animal ou pelo inimigo. Com a besta, isso não acontecia, pois podia fazer-se a aproximação com o arco já distendido e pronto a disparar, evitando assim aqueles movimentos que um archeiro tinha de efectuar previamente. Por outro lado, se o arco fosse muito forte, ninguém conseguia mantê-lo distendido durante muito tempo. Isso já não acontecia com a besta, que permitia que o atirador pudesse visar calmamente a sua presa, sem a espantar e com grande precisão. Na caça a sessenta passos, dizia Juan Mateos, in: *Origen y dignidad de la caça - "res parada tierra limpia"*.

Para além disso, a besta era uma arma imensamente mais potente do que o arco. Enquanto um arco muito potente podia ter 80 libras e em casos excepcionais 100 libras de potência, uma besta equipada com arco de aço atingia as 220 ou mesmo 250 libras e, mesmo em alguns casos 700 libras, dependendo da forma como a besta era fabricada, ou arco em madeira simples; composto ou em ferro (torno).

Geralmente o arco destinava-se a ser disparado com uma inclinação de 45 graus de modo a constituir uma barreira que parasse a cavalaria inimiga, enquanto a besta era disparada a direito contra um inimigo. Por isso se dizia que o arco atingia mais longe, mas não é verdade que fossem mais potentes. Tinham era finalidades diferentes, e bem mortais quando juntas.

Apesar de tudo a besta tinha desvantagens sobre o arco. Era mais pesada – o seu peso oscilava de 5 a 7 Kg – e por isso mais difícil de manejar. E enquanto um archeiro podia disparar 10 a 12 flechas por minuto, a besta raramente no mesmo espaço de tempo disparava mais do que um virote. A corda, contrariamente à do arco, não podia ser retirada em caso de chuva, o que tornava a arma frequentemente inútil.

A superioridade sobre o arco fez com que a besta se tornasse numa arma particularmente grata entre os atiradores portugueses, tanto mais que era, como dizia Alonso Martinez de Espinar na sua obra *"Arte de Ballesteria y Monteria"*, uma "arma que mata e não espanta". Tendo em conta estas vantagens, os portugueses tornaram-se exímios fabricantes de bestas, ao ponto de os Genoveses, na altura considerados como os grandes mestres nessa arte, admirarem os fabricantes de bestas portuguesas. Há razões e ordem militar que explicam este facto. Enquanto por toda a Europa prevalecia o feudalismo, em Portugal as estruturas assentavam sobre os municípios. Isto significa que, enquanto no feudalismo era o senhor feudal que tinha de armar os seus homens para a guerra, em Portugal as cartas forais, ao determinarem as obrigações militares dos concelhos, obrigavam a que cada homem possuísse as suas próprias armas. Em 1317, por exemplo, D. Dinis escreveu ao Conselho de Lisboa, determinando o armamento que havia de ter cada individuo na proporção dos valores que possuísse. E curiosamente a besta era a arma que se exigia aos peões mais nobres. Não admira, portanto, que a besta estivesse tão divulgada entre os portugueses. Podemos

considerar que, ao longo dos séculos, a besta foi a arma de guerra e de caça por excelência dos Portugueses.

Os besteiros de monte, tantas vezes mencionados em documentos coevos, mais não eram do que caçadores muito experimentados que prestavam serviço tanto na guerra como na caça.

As bestas primitivas pouco mais potentes eram do que um “*long-bow*”. O arco era feito em madeira de ácer ou de teixo e tinha o grave inconveniente de, em dias de chuva ou humidade, as cordas e a madeira ficarem lassas e deixarem de funcionar. Foi isso que aconteceu aos besteiros genoveses que alinharam ao lado dos franceses durante a batalha de Crecy (1346), acabando por ditar a vitória dos Ingleses. Como o arco das bestas ainda era relativamente fraco, as cordas podiam ser distendidas à mão. O besteiro colocava os dois pés sobre o arco ou sobre um estribo existente a meio do arco e com as mãos retesava as cordas. Nesse período arcaico, a coronha era muito mais curta e os besteiros disparavam com os dois braços estendidos. Só a partir da segunda metade do século XIII se começou a divulgar uma coronha mais comprida, que permitia ser encostada e apoiada à cara. E só muito mais tarde se inventaram as coronhas para encosto ao ombro.

Nos finais do século XII, começaram a aparecer bestas equipadas com arcos compostos e dotadas de uma força imensamente superior à dos arcos de madeira. Esses arcos eram feitos com tiras de madeira de teixo intercaladas com fasquias de chifres ou osso de baleia (a costa portuguesa era particularmente rica em baleias) e tendões de pescoço de cavalo. Tudo isto era colado e enrolado em cabedal fido com tendões do pescoço de cavalo e envernizado. A corda do arco era feita de linho ou cânhamo enrolado e era geralmente muito grossa, de forma a aguentar as enormes pressões a que estava sujeita.

A partir do século XIV o arco composto foi sendo gradualmente substituído por um arco de aço, que tinha todas as vantagens sobre os anteriores, até mesmo uma força imensamente superior.

Como os arcos compostos e de aço eram fortíssimos e não havia força humana capaz de os distender, começaram a utilizar-se aparelhos para esse fim, que acabaram por dar o nome à besta, como a gafa, o torno, o polé e a garrucha, descritos por Fernão Lopes ao longo da crónica de D. João I, e mais tarde o cranequim (séculos XV e XVI), mais pesado e lento.

A potência de uma besta equipada com arco era imensa. Não havia armadura que resistisse a uma virotada, e sabe-se de um caso em que um virote atravessou a perna de um cavaleiro revestida de armadura, e o arreio do cavalo e saiu do outro lado, depois de ter também atravessado a perna contrária. A velocidade inicial de um virote podia atingir entre 50m a 70m por segundo e era preciso até 70m ou 80m. A 40m era vulgar atravessar uma tábua de carvalho com 15 cm de espessura. Por isso, na caça o besteiro podia atirar a grande distância, certo de que o virote acertaria no alvo e que a peça seria atingida mortalmente. Em guerra o virote podia atingir mortalmente um inimigo a 30m.

Os virotes e as bestas podiam ter diversos tamanhos e feitios, conforme a finalidade a que se destinassem. Ao contrário dos virotes de guerra, que não obedeciam a um critério

específico, excepto no que respeitava ao feitio da ponta, os virotes de caça eram mais aprimorados e concebidos especialmente para um determinado tipo de caça.

O termo “virote” – do verbo virar – provém da existência na sua extremidade de retrizes em espiral que obrigavam a um movimento de rotação. As retrizes produziam um efeito semelhante àquela que as estrias do cano de uma espingarda produzem nas balas. Ainda hoje utilizamos a expressão “anda tudo num virote” quando queremos designar uma situação rápida e movimentada. Os virotes de caça tinham geralmente entre 22 e 30cm de comprimento por 2,5 onças de peso. A sua espessura tinha de ser idêntica à da corda do arco, ou seja, sensivelmente 1 cm. As pontas de ferro podiam ter formas várias, consoante o tipo de caça a que se destinavam, e eram executadas com muito mais cuidado do que as pontas de guerra. Conhecem-se casos em que as pontas eram totalmente lavradas e cinzeladas. Na guerra, também as pontas eram adaptadas a finalidades bem específicas.

De uma maneira geral, os virotes de caça estavam equipados com três retrizes, feitas de penas de ganso selvagem, de cisne ou outras aves, enquanto os virotes militares tinham só duas, e em caso excepcional três e eram quase sempre executadas em madeira, coiro ou chifre.

Os caçadores portugueses costumavam embeber as pontas dos seus virotes no sulco do bolbo de uma planta – a beladona – colhida durante o mês de agosto, que dava origem a um veneno chamado helboro, ou varato branco. Esse veneno actuava por coagulação do sangue, pelo que o animal não andava mais do que 15 a 20 passos. Ao virote envenenado dava-se o nome de virote ervado e ainda hoje a beladona, essa bonita e inofensiva flor que abunda nos nossos campos é conhecida por erva-dos-besteiros. Curiosamente, os portugueses e espanhóis utilizavam virotes ervados tanto na guerra como na caça. Fernão Lopes narra-nos ao longo da crónica de D. João I, casos de portugueses atingidos superficialmente por virotes ervados que, poucos minutos depois começavam a sentir formigueiros nos lábios, acabando por ter uma morte horrorosa. Tornou-se famoso o episódio do combate que Ruy Mendez de Vasconellos travou com os castelhanos durante o qual *“deram-lhe (a Ruy Mendez de Vasconellos) com huum viroton huum a pequena ferida acerca do ombro. Entrou tam pouco que andava o viroton pendurado nom curando nenhuma cousa delle. E como veeo a temda e foi desarmado, disse aa queles que eram presentes: por certo eu som ferido de herva (...)”* (CDJ, II, CX)

E mais à frente, aludindo aos combates que os portugueses travavam contra os castelhanos cerca do rio Shança, relata-nos Fernão Lopes que um escudeiro, ao ver virotes de besta, teria dito: *“ca se aqy mor espaço estamos todos nos ham de ferir com esta mortal herva (...)”* Fernão Lopes, crónica de D. João I, cap. CX vol. II. Acreditava-se naquela altura que o remédio indicado contra virotes ervados fosse beber urina. E se a urina fosse de padre o efeito era garantido.

Os portugueses habituaram-se de tal maneira a envenenar os seus projecteis e acreditavam de tal forma nos seus efeitos, que chegavam a envenenar os projecteis das armas e armas de fogo ligeiras e até mesmo dos canhões. Muitos anos mais tarde, em 1640, foi perpetrada em Lisboa uma tentativa de assassinato contra D. João IV, junto da actual Rua de S. Nicolau. O assassino

estava, curiosamente, equipado com uma carabina de repetição de vários tiros, carregada com pelouros ervados, para ter a certeza do resultado do seu acto.



Fig. 6 - Besta com arco composto

Designação: Besta (exemplar exposto no Museu Municipal Martim Gonçalves De Macedo)

Cronologia: "século XIV"

Proveniência: Reprodução feito a partir de um arco composto que se conhece e se encontra no "Wallace Colection"

Comprimento total: 84cm

Comprimento coronha: 73cm

Comprimento arco: 63cm

Referência histórica: "*...El Rey quando vio aqueles e emtemdeo o que fazer queriam mādou chamar todollos besteiros que vinham na reguarda que ficassem ali a passagem pera tirarem aos de cavallo e deu cuidado a Guomçallo Vasquez Coutinho e carreguo que os acandelhasse; o qual como ardido cavaleiro, em cima de huu cavalo murzello, sem outr home darmas consigo os acandelhava, tendo esta maneira; enquanto hus tiravam armavam os outros*" Crónica de D. João I, Fernão Lopes, vol. II, cap. CXII.

Besta com arco composto. Á época de Aljubarrota havia dois tipos principais de bestas: bestas equipadas com arco composto e bestas equipadas com arcos de ferro.

Apesar da besta de arco composto ser muito menos poderosa do que a de arco de ferro, era, contudo, ainda muito utilizada pela facilidade em se armar e pelo peso diminuto.

Designação: Besta de torno com arco em ferro (exemplar exposto no Museu Municipal Martim Gonçalves De Macedo)

Cronologia: "século XIV"
Proveniência: Reprodução feito a partir de peça original (coleção particular)
Comprimento total: 83cm
Comprimento coronha: 75cm
Comprimento arco: 65cm



Fig. 7 - Besta de torno

Referência histórica: " Os muros todos da cidade (Lisboa) nom aviam míngua de boõ rreparamento; e em seteenta e sete torres que ella teem a rredor de ssi, foram feitos fortes caramanchoõs de madeira, os quaaes eram bem fornecidos descudos e lamças e dardos e beestas de torno e doutras maneiras com grande avomdamça de muitos virutoões". Crónica de D. João I, Fernão Lopes, Vol. I cap. CXV.

Os Virotos

Designação: Virotos (3 peças - Museu Municipal Martim Gonçalves De Macedo)

Cronologia: século XIV
Proveniência: Reprodução
Comprimento total: 37cm
Comprimento das viras: 13cm

Referência histórica: "...em este combate (Vila de Alenquer) deu huu viratom pelo rrosto a Joham Affonso filho d'Affomso Estevez de Azãbuza de que morreo esse dia" Crónica de D. João I Vol I, cap. CLXVII.



Fig. 8 - Virotos

Os virotos de guerra que não tinham mais de 35cm de comprimento possuíam cerca de 1cm a 1,5cm de espessura e podiam estar equipados com duas viras ou em certos casos, sem nenhuma. Estas viras podiam ser feitas de coiro, madeira, ou de penas. Estes eram os materiais mais comuns. No entanto, os portugueses faziam-nas por vezes em pergaminho destinadas também a enviar mensagens escritas.



Fig. 9 - Ponteiros de viotes e setas

Designação: Ponteiros de viotes e setas (17 peças - Museu Municipal Martim Gonçalves De Macedo)

Cronologia: Século XIV

Proveniência: Réplicas

Referência histórica: As ponteiros que equipavam as flechas e os viotes não eram todas iguais. Podiam ter diferentes formatos conforme o fim a que se destinavam. Havia ponteiros para perfurar cotas de malha, peças de ferro, lançar materiais incendiários, contra cavalos, para cortar cordas, um nunca mais acabar de finalidades.

A Espada

Síntese histórica:

Até, praticamente, ao último quartel do séc. XII, as espadas pouco evoluíram desde os séculos anteriores. Eram armas curtas medindo entre 80cm e 110cm e muito leves, raramente excedendo 1,2kg. A lâmina era larga e concebida para talhar, isto é, não tinha bico. As guardas eram rectas, podendo eventualmente encurvar-se nas pontas por influência oriental, e o pomo podia ser de diferentes tipos, também reflexo de regiões geográficas diferentes.

As espadas deste período, conhecido por “período da cota de malha”, foram concebidas para fazer frente às armas defensivas então existente. Como a malha ou a loriga feita de matérias leves, embora resistentes, eram relativamente vulneráveis, a espada podia

actuar de gume com a máxima eficácia. Por isso, quase todas as lâminas dessa época eram desprovidas de ponta.

Durante esse espaço de tempo – que vai desde 1110 até cerca de 1185 e que coincide com o início do reinado de D. Sancho I e com o aparecimento das primeiras peças de armadura em Portugal – centram-se sobre o nosso país três grandes influências: uma proveniente do Norte e da Europa Central: foi a chamada influência Atlântica e Continental, deriva fundamentalmente do movimento das cruzadas. A segunda, dirigida através do Sul da Europa, principalmente via Espanha e Itália, denominada influência mediterrânea e, finalmente, uma terceira conhecida por influência oriental, que teve os principais progenitores nos Árabes estacionados na Península.

Essas três influências convergiram para o nosso país e, em maior ou menor escala, cada uma delas se refletiu no nosso armamento.

Infelizmente não existe um único exemplar de espada do século XII encontrada em Portugal. Há algumas espadas desse período, em coleções particulares, mas adquiridas no estrangeiro. O mais antigo e único exemplar completo que se conhece encontrado no nosso país é uma espada de meados do século XIII levantada de um túmulo de Igreja de S. Nicolau, em Santarém, e presentemente no Museu Militar de Lisboa. Apesar de não existirem exemplares do Século XII existe, no entanto, uma vasta iconografia que nos permite reconstituir as espadas desse período.

A observação atenta de alguma dessa iconografia, principalmente as iluminuras existentes no “livro das Aves” e no “Apocalipse” do Mosteiro do Lorvão e uma comparação atenta com outras existentes em Espanha do mesmo período permite-nos rapidamente concluir pela sobreposição daquelas três influências.

A partir do século XIII, começaram a aparecer por toda a Europa placas de reforço à loriga. Portugal e Espanha foram, talvez, os países que mais cedo adoptaram ou criaram essas primeiras peças de armadura. O documento mais antigo de que tivemos conhecimento em que se menciona essas peças data de 1189 e está inserido no Codicilo de D. Sancho I ao partir para a conquista do Algarve, onde se refere, entre outras peças de armamento, “*loriga & lorigone, genoleiras... (joelheiras)*”. In Elucidário - Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo.

O aparecimento e uso de placas de armadura forçou os espadeiros a desenvolverem uma nova forma de lâmina, dando assim origem a um novo tipo de espada.

Temos então, desde a primeira metade do século XIII, uma espada mais comprida equipada com guardas que começaram e encurvar-se levemente e com uma lâmina terminando em bico.

A partir sensivelmente de 1250, o comércio e o desenvolvimento da Liga Hanseática no norte da Europa vai trazer para Portugal uma nítida influência da Europa Central e do Norte, em detrimento da influência oriental, que acaba por se esvaír gradualmente. A Liga Hanseática foi a mais importante associação comercial do século XIII. Fundada em 1241 por duas das mais importantes cidades mercantis alemãs, Hamburgo e Lubeck, que assinaram entre si num

tratado de aliança e protecção mútua com objectivos comerciais, a Hansa cresceu desmesuravelmente e poucos anos depois abrangia 19 cidades desde Reval e Riga, na actual Rússia até Colónia, junto ao Reno.

A Europa Medieval era, na altura, predominantemente católica, e os frequentes dias de jejum e abstinência de carne davam azo a um imenso mercado de peixe que os mercadores se apressaram a explorar. Salgado e fumado, o arenque era exportado com o trigo e o centeio da Polónia e da Rússia por via fluvial até aos portos da Hansa, como Danzing ou Riga. Para o regresso, os mercadores carregavam vinhos, têxteis e outros produtos.

Para conservar o arenque, necessitavam de sal, que iam carregar às minas de Salzburgo. Como na travessia fluvial tinham que passar por diversos reinos, principados ou condados, onde tinham que pagar elevadas taxas, o sal chegava aos portos de origem por um preço exorbitante, tornando o arenque quase inacessível.

Então, as cogas hanseáticas começaram a derivar para sul em direcção a Portugal, onde carregavam sal, no Sado, a preços incrivelmente mais baratos. A partir daí, começaram a considerar o nosso país como parceiro privilegiado, e os navios que aportavam a Portugal estabeleceram connosco um contacto comercial importante, em que as armas desempenhavam uma posição de relevo.

A grande revolução no campo das espadas inicia-se no reinado de D. Dinis (1279-1325), com a divulgação das peças de armadura que ao longo do século XIV se começaram a articular até formarem, já no final desse século, a armadura completa.

Durante esse período, divulgaram-se três tipos de espadas:

1. A espada cinta
2. A espada de armas
3. A espada de armas de duas mãos.

Dessas espadas de armas houve um modelo que se celebrou: o estoque. O estoque apareceu inevitavelmente com o desenvolvimento das armaduras. Até então, a esgrima era toda feita de gume à custa de golpes desfechados à base da força, em que a ponta de espada não tinha qualquer influência, visto que esses golpes eram suficientes para quebrar a relativamente frágil loriga.

Com as peças de reforço, aumentava a invulnerabilidade aos golpes de gume, e por isso começa a aparecer um novo tipo de esgrima destinada a perfurar baseado numa espada com uma lâmina bastante pontiaguda. Tinha nascido o estoque.

Não se sabe ao certo qual a sua origem. É provável que tenha aparecido nos países com uma forte indústria de armamento, provavelmente – talvez na Europa central ou no norte de Itália – ainda na primeira metade do século XIV ou até mesmo nos finais do século XIII.

Em Portugal os estoques divulgaram-se durante as guerras da independência (1383-85), provavelmente por influência inglesa.

Ao descrever a Batalha de Aljubarrota, narra-nos Fernão Lopes:

“(...) E leixadas as lamças das mãos que a huuns e a outros pouco nojo faz e jazendo huum gramde vallo dellas amtre huuma aaz e outras, veheram aas fachas e espadas darmos, nom desta grandeza do tempo daguora, mas tamanhas como espadas de mãos grossas e estreitas e chamavam-lhe estoques (...)” Fernão Lopes, Crónica de D. João I Vol II Cap. XLI.

Aludindo à forma como Vasco Martins de Mello, “O Moço” se defendera contra um ataque Castelhana, refere-nos aquele historiador: *“(...) E como homem de grande esforço a cavallo como hija se lamçou entre os Castelhaãos que eram muytos, fazendo tanto por sua mão quanto huum vallente e ardido cavaleiro podia fazer, attaa que deribado do cavallo e ficou pé terra. E com huum stoque darmas se defendeo muy bem; porem não fora muy bem armado, mataram-no a lançadas (...). Idem Cap. XXIX.*

Na narração da morte do Conde João Fernandes de Andeiro, relata-nos Fernão Lopes: *“(...) E elle (Conde de Andeiro) movendo para se colher aa camara da Rainha (D. Lenor de Telles) com aquella ferida e Rui Pereira que era mais acerca, meteo huu estoque d’armas por elle que logo caiu em terra morto (...)” Idem, Cap. XX).*

Dos estoques dessa época, existe em Portugal um exemplar que apesar de ser uma espada funerária (isto é, uma espada em tudo igual à utilizada em vida pelo defunto cavaleiro, mas com a lâmina sem têmpera destinada a figurar sobre o túmulo), não deixa por isso de ter o maior interesse. Esteve durante muitos anos no Mosteiro da Batalha, junto ao túmulo de D. João I. Trata-se de um magnífico exemplar coevo pelo que se supõe ser igual ao estoque de armas utilizada em vida pelo monarca. Encontra-se presentemente no Museu Militar de Lisboa e uma réplica no Museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros.

Estoque de D. João I



Fig. 10 - Estoque d’armas de D. João I

Cronologia: Século XIV

Proveniência: Reprodução feita a partir do original que se encontra no Museu Militar de Lisboa

Comprimento total: 112cm

Empunhadura: 22,5cm

Guarda: 30cm

Pomo: 8cm

Punho: 12,5cm

Lâmina: 89,5cm

Referência histórica: Era um modelo de espada, maior e mais pesada, que os cavaleiros levavam presa ao arção da sela do lado esquerdo. Mais uma vez socorremo-nos de Fernão Lopes, que, ao descrever a batalha de Aljubarrota, narra: “(...) O Conde Dom Joham Affonso Tello, que era na avanguarda dos Castelãos, lhe (a D. Nuno Alvares Pereira) mandou de gojas por huum escudeiro em desafiaçom huua espada d’armas guarnyda (...)” Crónica de D. João I Vol.I cap. XLI.

Espada d’armas:



Fig. 11 - Espada d’armas (Museu Municipal Martim Gonçalves De Macedo)

Cronologia: Século XIII

Proveniência: Reprodução feita a partir de fragmentos existentes no Museu Militar de Lisboa.

Comprimento total: 104cm

Empunhadura: 17cm

Guarda: 22cm

Pomo: 6,5cm

Punho: 10cm

Lâmina: 88cm

Referência histórica: “O Comde dom Johão Afomso Telo.... Lhe mandou de guajás, por huu escudeiro, em desafiação huua espada darmas guarnida”. Crónica de D. João I, Fernão Lopes Vol II, cap. XLI.

A espada d’armas aparece no século XIII como consequência dos combates em campo aberto. Durante o século XII, predominou o assalto a fortalezas em que a espada curta e leve constituía uma ferramenta mais ou menos generalizada pela necessidade de actuar no topo das muralhas usando as duas mãos e colocando a espada na boca. Por isso a espada tinha de ser muito leve e curta.

No século XIII tudo isto se alterou. No alto das suas montadas e em campo aberto, o cavaleiro necessitava de uma espada maior que permitisse um golpe mais violento, ao mesmo tempo que chegasse mais abaixo, ao nível da peonagem.

Estas espadas, também conhecidas por espadas de mão e meia, iam quase sempre penduradas no arção da sela do lado esquerdo e faziam parte da terrível panóplia de armas que o cavaleiro levava dependurada na sela.

Espada cinta



Fig. 12 - Espada cinta (Museu Municipal Martim Gonçalves De Macedo)

Cronologia: Século XIV (c.1340)

Proveniência: Reprodução feita a partir de um fragmento original existente no museu Militar de Lisboa

Comprimento total: 97cm

Empunhadura: 8,5cm

Guarda: 17,5cm

Pomo: 5cm

Punho: 12cm

Lâmina: 88cm

Referência histórica: Espada ligeira usada à cintura do lado esquerdo e só em tempo de guerra. Nos actos religiosos a espada cinta era deixada de lado. Fernão Lopes, na crónica de D. João I, refere-se várias vezes a estas espadas: “(...) E ell (Mestre de Aviz) trazia huua cota vestida e ataa vinte consigo com cotas e bracaes e espadas çimtas come homees caminheiros (...)” Cap. XXXVII.

E mais à frente, na descrição das armas usadas pelo Mestre de Aviz no cerco inflingido a Lisboa pelas tropas castelhanas, relata-nos: “(...) O mestre estava a cavallo com cota e bracaes e huua espada çimta e huua tabardilha em çima”. Cap. XXXII.

Esta reprodução foi feita sobre restos de uma espada existente no Museu Militar de Lisboa cuja datação a localiza entre 1270 e 1340. Trata-se de um modelo típico do norte de Itália que, pelas suas características se tornou bastante popular no nosso país nesse período. É muito provável que este tipo de espada estivesse presente em 1385 nos campos de Aljubarrota.

Espada de “Justiça” atribuída a Nuno Álvares Pereira:



Fig. 13 - Espada atribuída a D. Nuno Álvares Pereira (Museu Municipal Martim Gonçalves De Macedo)

Cronologia: Século XIV

Proveniência: Reprodução feita a partir do original que se encontra no Museu Militar de Lisboa

Comprimento total: 110cm
Empunhadura: 25cm
Guarda: 23cm
Pomo: 9,5cm
Punho: 14cm
Lâmina: 85cm

Referência histórica: Encontra-se no museu militar de Lisboa uma espada atribuída a D. Nuno Álvares Pereira, proveniente do Convento do Carmo em Lisboa onde esteve até 1836.

Venerada pelos monges carmelitas, esta espada integrava a imagem de Santo Isidro que regularmente saía em procissão. Havida como a genuína espada do Santo Condestável nunca ninguém se lembrou de pôr em causa a sua autenticidade acabando por se constituir como um símbolo nacional.

Análises recentes acabaram por demonstrar que a lâmina era de facto do século XIV, tendo sido feita em Passau, na Alemanha, mas destinada a uma espada de execução e não de combate. Pelo que toca ao punho, esse não era mais do que uma substituição feita três séculos mais tarde, muito provavelmente destinado a substituir o punho original já então degradado ou danificado.

Temos assim uma lâmina de execução original do século XIV montada sobre um punho que não era da época.

Há muitas teorias destinadas a explicar este “casamento” enigmático. Todavia a hipótese mais verosímil será a de que a lâmina pertencia a uma espada de execução que acompanhou sempre o meirinho (oficial de justiça) de D. Nuno Álvares Pereira, João Gonçalves e que acabou por professar na Ordem Carmelita acompanhando D. Nuno no Convento do Carmo. E com ele teria levado a espada de execução, símbolo do poder do seu Mestre e Senhor. Após a morte do Santo Condestável a espada passou a ser objecto de veneração até ao terremoto de 1755 que danificou seriamente o Convento do Carmo e muito provavelmente a espada de D. Nuno Álvares Pereira. Foi então refeita, criando-se uma nova empunhadura sobre a lâmina original.

Embora esta seja uma hipótese, afigura-se-nos ser a melhor das aproximações para um enigma ainda por decifrar.

Como seria a espada de “justiça” de Nuno Álvares Pereira:



Fig. 14 - Espada de execução D. Nuno Álvares Pereira (Museu Municipal Martim Gonçalves De Macedo)

Cronologia: Século XIV

Proveniência: Reconstituição conjectural da espada de execução de D. Nuno Álvares Pereira, tal como seria na época, feita a partir do original adulterado que se encontra no Museu Militar de Lisboa.

Comprimento total: 105,5cm

Empunhadura: 21cm

Guarda: 19cm

Pomo: 9,5cm

Punho: 14cm

Lâmina 85cm

Descrição: Reconstituição conjectural da espada de execução atribuída a D. Nuno Álvares Pereira, tal como teria sido no século XIV.

A Acha ou Maça d'armas:

Síntese histórica.

Foi a mais terrível e devastadora arma da Idade Média e talvez, por isso, a preferida pelos cavaleiros. Apesar de tudo, a cavalaria feudal não utilizou antes do século XIII, porque a considerava como uma arma própria de vilão.

A partir do século XIII começaram a ser feitas maças de ferro, bronze e chumbo. Por melhor que fosse a malha da cota, ou por mais resistente que fosse o cambais eram impotentes para suster os efeitos dessa arma. Um golpe de maça era suficiente para esmagar um crânio ou cortar um braço.

A fim de se protegerem, os cavaleiros começaram a reforçar a cota de malha com placas de metal, chifre ou cuir-bouilli (coiro moldado e enrijecido com água e coberto com cera quente). Mas à medida que as armaduras se foram desenvolvendo, também as maças se foram aperfeiçoando.

Nos finais do século XIII e no século XIV, já as maças eram feitas com pontas de ferro semeadas de longos bicos. Este tipo de arma não foi utilizado por muito tempo. Bem fabricada a maça podia desferir golpes muito perigosos. Mas as maças de ferro dessa época tinham um problema. É que os ferreiros não conseguiam caldear devidamente os bicos do corpo central, nem forjá-los em conjunto, pelo que estes ficavam sempre levemente esquinados, acabando por se partir com relativa facilidade, com um golpe forte. Perante esta dificuldade os fabricantes optaram por criar maças de bronze fundido.

Todavia essas maças, além de serem caras, rapidamente se deterioravam contra as peças de ferro dos arneses. Por outro lado, começou-se a verificar que as maças de bico tinham um grande inconveniente: prendiam-se nos falsos da armadura e nas intrincadas peças do vestuário do combatente. Começaram então a substituir os bicos por lâminas, inicialmente de forma rectangular, depois arredondadas e, finalmente triangulares. Os portugueses criaram

um tipo de maça muito peculiar, feitas de chumbo, material barato e extremamente denso, pelo que uma pancada tinha efeitos demolidores.

A essas armas foi dado o nome de fochas. Fernão Lopes ao longo da crónica de D. João I refere-se bastas vezes às fochas e amiúde às fochas de chumbo. “(...) *E leixadas as lamças das mãaos que huuns e a outros pouco nojo fez e jazendo huum grande vallo dellas amtre huuma aaz e outra, veheram as fochas e espadas d’armas* “ Fernão Lopes, Crónica de D. João I, Vol. I Cap. XLVIII.

Designação: Maça de Bicos

Cronologia: “Século XIV”

Proveniência: Reprodução

Comprimento total: 16cm

Máxima espessura: 3cm

Comprimento médio dos bicos: 2cm

Descrição: É uma forma mais aprimorada do porrete, sendo uma arma de mão forte e pesada. Consiste em um cabo de madeira, às vezes reforçado com metal ou placas de metal, com uma cabeça de pedra, cobre, bronze, ferro ou aço. Esta cabeça é geralmente bem saliente e às vezes contém tachões e pontas para ajudar a penetração da armadura e infligir maior dano. Caso a cabeça seja presa por tiras de couro ou uma corrente, a arma é denominada mangual e não maça. O tamanho das maças é bem variado.

A partir dos finais do século XIII, com a crescente adopção de placas metálica para reforço da malha de ferro, o cavaleiro tornou-se cada vez mais invulnerável aos golpes da espada. Tornava-se necessário uma arma de ponta que perfurasse e arrancasse essas peças de armadura. É assim que apareceu as primeiras maças de bicos profusamente representadas na iconografia da época.



Fig. 15 - Maça de Bicos
(Museu Municipal Martim
Gonçalves De Macedo)

Designação: Maça de Bicos

Cronologia: “século XIV”

Proveniência: Reprodução

Comprimento total: 7cm

Máxima espessura: 4,5cm

Comprimento médio dos bicos: 2,3cm

Descrição: Maça de bicos mais curta que a maça embora mais utilizada pela sua leveza e pela sua eficácia que nada ficava a dever à mais comprida.



Fig. 16 - Maça de Bicos (Museu Municipal
Martim Gonçalves De Macedo)

Designação: Maça de Esferas

Cronologia: "século XIV"

Proveniência: Reprodução

Comprimento total: 81cm

Comprimento da lâmina: 13,5cm

Descrição: Embora o nome (maça de esferas) seja recente esta arma enquadrava-se na tipologia das maças d'armas de bicos. O inconveniente dos bicos era grande. Para além de serem difíceis de caldear, em combate podiam prender-se nos falsos das armaduras e nas intrincadas peças de vestuário dos combatentes. Começaram então a encurtar os bicos e a arredondá-los.



Fig. 17 - Maça de Esferas (Museu Municipal Martim Gonçalves De Macedo)

Designação: Maça de Lâminas

Cronologia: Século XIV

Proveniência: Original, Alcobaça.

Comprimento total: 5,5cm

Máxima espessura das lâminas: 2,3cm

Espessura (diâmetro) do cabo: 3cm

Referência histórica: *"E como el Rey alçou a facha deçendo pera lhe dar elle (Álvaro Gonçalves de Sandoval) recebeu o guolpe e travou por elle e tirou tão rijo que lha levou das mãos e fezeo ageoalhar dambolos geolhos e foi loguuo alevantadomuito azinha, pero sobreveio o nobre Martim Gonçalves de Macedo, homem fidalgo, que bem servia ElRey em estes trabalhos. E quando Álvaro Guonçalvez levantou a facha pera lhe dar com ella, el-Rey esperou ho guolpe e tornoulha a tomaar por aquela guisa & quando lhe quizera outra vez dar, jazia já morto, pelos que eram presentes"...* Crónica de D. João I, composta por Fernão Lopes, cap. XLII, p108, 1644.



Fig. 18 - Facha de Lâminas (Museu Municipal Martim Gonçalves De Macedo)

O Bacinete de Arqueiro:

Cronologia: Século XIV (Inglaterra)

Proveniência: Reprodução

Altura: 18cm

Largura: 22cm

Descrição: A partir da segunda metade do século XIII durante o reinado de Ricardo I de Inglaterra o arco comprido, ou “long Bow” tornou-se na arma oficial inglesa. Eram armas extremamente potentes que exigiam uma destreza imensa para o seu manejo.

As protecções para a cabeça mais divulgadas naquela época, impediam que a corda do arco assentasse na face, impossibilitando assim uma boa pontaria. Foi essa a razão por que os arqueiros ingleses optassem por uma protecção específica para a cabeça que não interferisse com a visão. Era um pequeno casco ou bacinete que cobria somente a calote craniana deixando as faces livres.



Fig. 19 - Bacinete de arqueiro (Museu Municipal Martim Gonçalves De Macedo)

Bacinete de camalha do tipo Klap Visier:

Cronologia: “século XIV”

Proveniência: Reprodução (Alemanha)

Altura: 24cm

Largura: 22cm

Descrição: “As armas defensavees de todas erão bacinetes de camalha, deles com caras e deles sem ellas” (Crónica de D. João I, Fernão Lopes, Vol. II Cap. XXX). Ao tempo de Aljubarrota, os combatentes portugueses utilizaram três tipos de bacinetes: bacinetes de camalha (os mais aludidos por Fernão Lopes ao longo de toda a sua crónica de D. João I), bacinetes de baveira e barbudas.



Fig. 20 - Bacinete de camalha do tipo Klap Visier (Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo).

Estes três tipos de bacinetes, apesar de terem algumas características comuns eram diferentes e variavam de região para região.

O presente exemplar é tipicamente alemão dos anos 50 do século XIV, ou seja, contemporâneo da batalha de Poitiers e é conhecido pelo nome de “Klappvisier” (a denominação é recente). Distingue-se dos seus congéneres Italianos e Franceses pelo facto da cara ser articulado em cima, enquanto os outros tinham a articulação lateral.

Apesar deste modelo ser anterior a Aljubarrota, estamos de crer que lá estiveram presentes com os combatentes mais idosos.

Bacinete bico de pássaro:



Fig. 21 - Bacinete bico de pássaro (Museu Municipal Martim Gonçalves De Macedo).

Cronologia: "século XIV"

Proveniência: Reprodução

Comprimento total: 50cm

Largura: 19,5cm

Descrição: Este tipo de bacinete, proveniente do Norte da Itália era conhecido em Portugal pelo nome de "bacinete bico de pássaro". Os Ingleses davam-lhe o nome de Huns skull, corruptela da palavra alemã "hunsgugel" (cabeça de cão) alcunha derivada do formato da cara.

Afamaram-se dois modelos de bacinete: os feitos na Alemanha cuja cara era articulada à calote por um único pino e os Italianos, bastante mais aceites na Europa Ocidental, nomeadamente pelos Franceses e pelos Ingleses que tinham na calote dois pinos laterais sobre os quais se articulava a cara.

É de presumir que em Portugal tivessem sido utilizados os dois modelos já que detínhamos fortes relações comerciais quer com a Alemanha, quer com a Itália. Assim sendo estamos de crer que, em Aljubarrota se tivessem cruzado estes dois tipos de bacinetes.

Ao descrever o cerco da praça de Chaves, relata-nos Fernão Lopes: "E Johão Gil Sapo... deçeo do cavalo em que hia armado e pos o bacinete na cabeça e cõ hua facha nas mãos avantajado amtre os outros, amte que [se] os da villa colherem da ponte, matou aly por sua mão três.... (Crónica de D. João I, Fernão Lopes, vol. II cap. LXII).

A Lança

Síntese histórica:

No séc. XII a lança era a arma mais importante do cavaleiro. A carga começava sempre com lança, quando esta se quebrasse o combate continuava com as fochas e só no fim vinham as espadas. Uma boa lança tinha, no séc. XII, cerca de três metros de comprimento e no séc. XIV cinco metros.

Uma carga com lança era terrível. Raramente a peonagem resistia a uma carga em massa da cavalaria. Tudo em volta desaparecia.

Antes do cavaleiro carregar, a lança era mantida na vertical apoiada no estribo direito. Na altura da carga, no séc. XII, a lança era colocada não sob o braço direito, mas numa posição horizontal ao cavalo ao nível da anca. O ferro da lança podia ter diferentes feitios, mas a madeira entrava sempre dentro do ferro para se obter uma maior resistência. Muitas vezes, era posta na ponta uma pequena bandeira, que desapareceu totalmente das lides de guerra em meados do séc, XIII.

Uma lança com 5 metros era pesada, incómoda e difícil de se manter na horizontal, durante muito tempo. Por isso, no séc. XIII, começou a tornar-se necessário apoiar a lança durante a carga. Este apoio não podia estar fixo sobre a loriga que era mole. Então, prendiam uma correia de cabedal ao pescoço em que se enfiava a lança a fim de não terem de suportar o peso durante a carga.

Somente no séc. XIV se adotou sobre os peitos e panceiras de ferro um gancho, a que os franceses chamaram fanore ou fantre e os portugueses riste. No séc. XIV ter uma lança em riste era sinónimo de carregar.

A lança era, de uma maneira geral, feita de madeira de freixo pelo que era conhecida pelo nome de freisnin e ao ferro da lança dava-se, no séc. XIII, o nome de arestol.

No séc. XIV, dá-se uma alteração profunda no formato dos ferros. Os reforços em aço da cota de malha obrigaram a uma modificação na ponta das lanças. Os ferros curtos deixaram de servir, pois resvalavam sobre as placas metálicas, sendo substituídas por outros mais compridos, bem fixos à madeira e capazes de penetrar entre as placas. Os Franceses davam a estes ferros o nome de glaiva. Existe um exemplar em muito mau estado, conservado no Museu Militar de Lisboa e encontrado nos campos de Aljubarrota, 1385 - (peça abaixo).

No fim do séc. XIII, aparece um disco de aço em forma convexa, chamado arundela que se enfiava na madeira da lança destinada a proteger a mão do cavaleiro.

O impacto produzido por um cavalo em carga era imenso e o choque imprimia um movimento de recuo, tão pronunciado que a lança era projetada violentamente para a retaguarda. Para evitar que a lança escorregasse da mão começou a aparecer um sulco, em forma de concavidade, feito na empunhadura, na ponta do qual se fixada um colar em aço a que se dava o nome de grape.

Nos finais do séc. XIV, os cavaleiros para carregar punham-se de pé sobre os estribos, inclinavam-se para a frente e fixavam fortemente o braço direito, sobre a lança.



Fig. 22 - Ponta de lança

Origem: Original proveniente do campo de batalha de Aljubarrota (século XIV).

Local: Museu Militar de Lisboa.

Dizeres na sinalética: Em ferro – 46,2x7cm - Ponta de lança de perfil alongado, com secção circular na base, que se apresenta oca e incompleta, não deixando perceber se seria ou não fendida e se teria ou não orifícios para encabamento. Termina numa ponta maciça e de formato romboidal, levemente afiada, com aresta central muito pronunciada.

Esta ponta de lança foi encontrada em escavações feitas no Campo Militar de Aljubarrota, presumindo-se que seja uma das muitas utilizadas, por Castelhanos e Portugueses, na Batalha de Aljubarrota.

O armamento utilizado pela peonagem/infantaria portuguesa em Aljubarrota:

A Alabarda - Síntese histórica:

A espinha dorsal dos exércitos durante a Idade Média era a cavalaria. O cavaleiro era, por inerência ao seu “*status*”, o combatente e, por isso, só ele se mostrava devidamente armado. A peonagem quer em parte por não ter posses, quer por se encontrar desprovida de certos direitos, constitui-se unicamente como elementos auxiliares dos seus senhores. Mal-armados, socorriam-se de tudo quanto lhes vinha à mão para poderem fazer frente à cavalaria inimiga, poderosa e bem armada. Como esses peões viviam geralmente da agricultura, os instrumentos básicos que possuíam estavam normalmente ligados aos trabalhos agrícolas. Eram mangualdes, foices, facas, paus, fundas e outros.

Acontecia que muitas vezes tinham de modificar esses instrumentos para os tornar mais eficazes em combate. E nascem, deste modo, as primeiras armas utilizadas pelos peões e contra a cavalaria e expressamente concebidas a partir de instrumentos agrícolas.

Uma dessas armas foi a alabarda, que começou a aparecer durante o século XIV provavelmente na Alemanha (a palavra provém de *helm bart* o que significava machado de capacete), numa época em que o cavaleiro reforça a sua cota de malha com placas de ferro, coiro, chifre ou outros materiais rijos, tornando-a cada vez mais invulnerável. Como

consequência disso, houve que criar uma arma de haste, com uma ponta metálica, concebida de forma a poder actuar à distância contra a invulnerabilidade do cavaleiro.

A alabarda combinava as funções de lança, machado e foice e destinava-se a espetar, derrubar o cavaleiro do alto da montada com a foice, ou cortar os jarretes do cavalo e golpear com o machado.

A eficiência e proliferação desta arma, nos campos de batalha, foi tal modo, que deu novo poder à peonagem e, posteriormente, foi uma das causas do desaparecimento das armaduras, dos campos de batalha.

A alabarda permitia abater o cavaleiro isolado das seguintes maneiras:

- Parar o cavalo com o couto da arma assente no solo
- Dar um golpe com o machado
- Cortar os jarretes do cavalo com a foice
- Puxar o cavaleiro com a foice
- Perfurar as defesas do cavaleiro com a ponta

As primeiras alabardas do século XIV tinham uma ponta de lança estreita e curta e um machado muito largo, com a lâmina inclinada em relação à haste, tendo no lado oposto um gancho também relativamente curto.

Não podemos precisar, ao certo, quando apareceram as primeiras alabardas no nosso país. Derivadas como eram de instrumentos agrícolas é muito possível que fossem de há muito conhecidas da nossa peonagem. Todavia, inclinamo-nos mais para a hipótese de ter sido trazida pelos Ingleses, que as utilizavam nas táticas desenvolvidas ao longo da guerra dos 100 anos.

O nome alabarda ainda não era utilizado em Portugal, nessa época. Já o era na Alemanha, mas ainda não se tinham divulgado pelo resto da Europa.

A tática do “quadrado” que os Ingleses desenvolveram em Bannockburn (1313), Crecy (1346), Poitiers (1356) e depois em Portugal durante as guerras da Independência, nada teve a ver com os “quadrados” de que mais tarde, durante os séculos XVI e XVII, tanto se falou. Era o surgimento da Infantaria ainda nos seus esboços mais primários, composto por peonagem, geralmente, gente do campo, sem treino, sem disciplina, sem espírito de coesão. Essa gente que ocupava a primeira linha não tinha capacidade para aguentar um embate frontal de uma cavalaria pesada, bem equipada e adestrada, como veio a acontecer dois séculos mais tarde. Mas podiam fazer face a essa mesma cavalaria, com instrumentos próprios para os derrubar ou inutilizar os cavalos.

Em Portugal, os primeiros documentos em que é referido expressamente o uso da alabarda é a crónica de D. João I, por Fernão Lopes (Vol. II cap. XLII). Até este facto passa despercebido à maior parte dos historiadores pois Fernão Lopes não as chama de alabardas, mas sim lanças, já que aquele nome só entrou em vigor no nosso país durante o século seguinte. E daí a confusão que se gerou à volta do termo alabarda.

Diz-nos o cronista, ao relatar o conselho que o condestável Nuno Álvares Pereira deu aos combatentes da vanguarda momentos antes de se iniciar a batalha o seguinte: *“(...) que todos andassem muito passo quando os Castellãos movessem, e ao juntar estevesem quedos e firmassem bem os pees, tendo as lanças direitas apertadas so o braço, o mais perlongados que podessem; E quando os emiggos chegassem, que posessem as lanças em eles de guysa que prendessem e entom botassem quando podessem; e os que estevessem detrás que chegar não podessem com as lanças que botassem os outros ante ssy (...)”* Idem Vol. II, cap. XLI.

É curiosíssimo este breve trecho da crónica, até porque nos dá uma visão um pouco diferente daquela até hoje consagrada.

A tradição dizia-nos que D. Nuno havia mandado apear os cavaleiros, colocando-os na vanguarda com o canto das lanças apoiados no chão – muitas vezes até se dizia que alguns deles quebraram suas lanças de forma a aguentar o embate da cavalaria de Castela.

Ora a realidade é outra. A primeira linha era composta por peonagem. A cavalaria estava colocada à retaguarda na ala direita e uma parte na esquerda. Estava apeada, pelo menos as das alas, mas não estavam colocadas na vanguarda. Ai encontravam-se os peões. Ora esses peões não possuíam lanças comuns, como é feito crer através das crónicas. Aquelas lanças são alabardas. Uma lança normal era utilizada com o conto assente, para aguentar o choque do cavalo e cavaleiro. Ora Fernão Lopes narra-nos que D. Nuno teria dito para todos porem as lanças sob o braço e quando o inimigo chegasse os prendessem com elas e os atirassem ao chão. Esta arma só podia ser, evidentemente, a alabarda. E como quem usava a alabarda era o peão é de crer que a vanguarda do nosso exército fosse senão todo, pelo menos a maior parte, composta por peonagem. Aliás, este facto é-nos comprovado quando mais à frente o cronista refere que *“(...) ao ajuntar das aazas poseram as lanças huuns nos outros, ferindo e puxando quando podiam (...)”* idem, Vol. II cap. XLII.

Sendo assim, é de crer que a cavalaria apeada e não apeada estivesse nas alas e na retaguarda e nenhuma na vanguarda.

Essa cavalaria possuía realmente lanças que nos primeiros embates após a rotura do nosso quadrado se produziriam. Essas lanças eram, porém, de pouca serventia, como refere aquele autor. *“(...) E leixadas as lanças das mãos que huuns e a outros, pouco nojo fez, e fazendo huum grande valloo dellas antre huuma az e outra, venheram as fachas e espadas darmas (...)”* idem, vol II cap. XL.

O que, porém, foi decisivo foram as alabardas da primeira linha composta por toska peonagem. E, até prova em contrário, estamos plenamente convencidos de que foi esta uma das armas decisiva no desfecho da Batalha de Aljubarrota.

Alguns modelos de alabardas, provavelmente, utilizados pela peonagem/infantaria, Portuguesa na batalha de Aljubarrota (exemplares expostos no Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo):



Fig. 23 - Alabardas tipo Foice de Batalha (War-Scythe) e tipo Billhook.



Fig. 24 - Alabardas tipo Voulge e Voulge-Guisarme.

Os Machados:

Popularmente conhecido por machado dos galloglaich este tipo de arma esteve disseminado por toda a europa, particularmente pela europa central e pela Escandinávia. Foi o modelo mais comum de machado que as tropas inglesas usaram em Portugal durante a crise de 1383/85.

"...As armas defensavees de todas era bacinetes de camal deles com caras e deles sem ellas, e solhas e loudees e cotas e fraldões e panceiras; e de ferir lamças e fachas de ferro e de chumbo e deles machados que os podia aver"... Crónica de D. João I, Fernão Lopes vol. II, cap. XXXVII.

Esta referência de Fernão Lopes leva-nos a concluir que um bom machado d'armas era uma peça cara e, por isso, fora do alcance do comum dos combatentes. Era uma arma só para "quem os podia aver".

Mas a infantaria também usava machados comuns, os utilizados nas fainas agrícolas aos quais era acrescentado um cabo muito mais comprido. Presentemente torna-se muito difícil distinguir os machados agrícolas e os machados d'armas. Só mesmo especialistas altamente versados em armamento medieval e com longa experiência na investigação arqueológica serão capazes de os distinguir.

Machados, modelos provavelmente, utilizado pela peonagem / infantaria portuguesa na batalha de Aljubarrota:

Designação: Machado tipo Galloglaich

Cronologia: "século XIV"
Proveniência: Reprodução
Comprimento total: 23,5cm
Máxima largura: 12cm
Máxima espessura: 3,5cm



Fig. 25 - Machado - lâmina (Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo)

Designação: Machado d'Armas

Cronologia: "Século XIV"
Proveniência: Reprodução
Comprimento total: 23cm
Máxima largura: 19cm
Máxima espessura: 4cm.



Fig. 26 - Machado - lâmina (Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo)

Designação: Machado d'Armas

Cronologia: "século XIV"

Proveniência: Reprodução

Comprimento total:16cm

Máxima largura: 10,5cm

Máxima espessura: 3cm



Fig. 27- Machado - lâmina (Museu Municipal Martim
Gonçalves de Macedo)

Referência histórica:

Lâminas de machados d'armas, possivelmente portugueses - (século XIV).

Através das crónicas de Jean de Froissart, sabemos que D. João I utilizou um machado d'armas na batalha de Aljubarrota. Este facto é corroborado pelo pintor da corte Domingos António de Sequeira quando em 1800 passou pelo Mosteiro da Batalha e desenhou armas de D. João I que se encontravam naquela altura expostas cerca do seu túmulo, entre as quais sobressai uma "acha" ou machado.

Dessas armas, bem como de alguns outros objectos capturados em Aljubarrota e, também eles registados pelo pintor, desconhece-se o paradeiro. Desapareceram sem deixar rasto. Mas ficaram os desenhos esboçados em álbum particular.

A lâmina deste último machado d'armas é do mesmo tipo da utilizada pelo monarca que foi conservada durante vários séculos junto ao seu túmulo no mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Parte II

Capítulo I – “A Batalha”

Para se analisar os acontecimentos de 14 de agosto de 1385, passados no campo de São Jorge, importa situarmo-nos um pouco atrás e naquilo que Maria Helena Cruz Coelho chama de entrecruzamento de crises:

“O Jovem D. João emerge no reinado de D. Fernando, seu antecessor e herda uma exponencial crise que se vinha arrastando já da década de 30, com a carência de géneros alimentares, maus anos agrícolas sentidos em toda a década de 70, devido às sucessivas crises climáticas, ao que se vem juntar o espetro da epidemia. Como calamidade maior, a peste negra que assolou o país no final dos anos 40, 60, 70 e 80 do século XIV, e a conseqüente depressão demográfica, com uma corrida das populações dos campos para as cidades, conduzindo à falta de mão-de-obra e conseqüente subida de salários.

D. Afonso IV legisla a fim de obstar a todos estes problemas. Obriga os homens ao trabalho nas terras que antes amanhavam e ao desempenho dos seus comuns mesteres, servindo antigos senhores e obstando-lhes o expediente de correrem de concelho em concelho à procura de melhores oportunidades e ofertas de trabalho. Todavia estas medidas não impediram que o clima de crise económica, social e financeira se instalasse. (Coelho, 2008)”

“Fernão Lopes, apesar de referir que durante o reinado de D. Pedro se vive um período de grande estabilidade não consegue eliminar todos os males. Mas será D. Fernando, que irá abrir a caixa de pandora” (Coelho, 2008), juntando aos maus anos agrícolas e a mais crises epidémicas que perpassaram no seu reinado, os desastres das três guerras contra Castela e ao seu casamento com D. Leonor Teles.

A 11 De Abril de 1357, nasce D. João o primeiro rei desse nome⁶⁷. Vinte anos antes, 1337 a Europa tinha em palco um conflito que marcaria profundamente os países europeus – A guerra dos Cem Anos –. Como veremos também “oficialmente” por questões políticas – sobre questões de herança ao trono Francês, assim como a crise que se fez sentir em Portugal. A disputa ao trono Português entre (partidários de D. João I) e Castela – a crise 1383-1385 –.

Mas, para além da enorme crise, social, económica e financeira, as inúmeras guerras que se desencadearam no âmbito da “guerra dos cem anos”, originaram muitas e profundas alterações ao modo de fazer “batalha”.

Foi neste pano de fundo que D. João o Mestre de Avis herdou o reino de Portugal, nas cortes de Coimbra, que já decorriam desde março de 1385, sendo que no dia 10 de abril de 1385, Nuno Álvares Pereira decidiu, acompanhado por 300 escudeiros, entregar-lhe as chaves do reino.⁶⁸

Interessa agora examinarmos o que que demais relevante nos disseram os principais cronistas, historiadores e protagonistas da batalha “Real”, sobre o que se passou naquele dia 14 de agosto de 1385 nos campos de Aljubarrota.

Descrição da Batalha pelos principais cronistas, historiadores e protagonistas:

Começamos pelo que nos diz a **Carta de Múrcia** de 29 de agosto de D. Juan de Castela à cidade de Múrcia inserta nos "*Discursos Históricos*" compilados por Francisco Casales no ano de 1755 acerca da batalha. Assim, na página 197 dessa obra podemos ler: "*...Entonces los mas de los cavalleros que con nosotros estaban que se habian visto em otras batallas acordaban que no diese esta en aquel dia; lo uno, porque nuestra gente iba fatigada; y otro para mirar la gente portuguesa como estaba. Mas toda la otra nuestra gente con la voluntad que habian de pelear, fueron sin nuestro acuerdo allá, y nos hallamos con ellos, aunque com mucvha flaqueza, que habia catorce dias que ibamos camino en litera, y por esta causa no podiamos entender ninguna cosa del campo, como cumplia à nuestro servicio. Despues que los nuestros se vireron frente à elles, hallaron tres cosas; la una Un monte cortado, que les daba hasta la cinta. y la segunda, en la frente de su batalla una cava tan alta como un hombre hasta la garganta: y la tercera, que la frente do esquadron estaba tan cercado por los arroyos que la tenian al rededor que no habia de frente de trecientas y quarenta, à quatrocientas lanças. Pero aunque esto estaba así y los nuestros no dexaron de acometerlos y por nuestros pecados fuimos vencidos. Nos viendo nuestra gente desbaratada y rota fuimonos para Santaren.*"

Tradução: "*Mas todas as nossas outras pessoas estavam com a vontade de lutar e foram sem o nosso acordo lá, e nós estávamos com eles, embora com grande fraqueza, havia catorze dias que estávamos caminhando numa liteira, e por isso não conseguimos entender nada do campo, conforme cumpre nosso serviço.*

Depois que os nossos estavam frente à eles, eles encontraram três coisas; A Primeira: um serro cortada, que nos dava até à cintura.

A segunda: na frente de batalha, uma vala tão funda, como um homem até a garganta:

A terceira, que a testa do esquadrão (frente da vanguarda) estava tão fechada pelos arroios (ribeiros) que eles tinham nas laterais, de que não havia de frente trezentos e quarenta a quatrocentas lanças. Acrescento nosso: (0,90cm=1 lança, (estimativa de Costa Veiga e de J. G. Monteiro) isto é: entre 306m a 360m de frente de batalha.

Mas, embora estas dificuldades, a nossa gente não parou de lhes dar batalha e, para nossos pecados, fomos vencidos. Vendo a nossa gente desbaratada fugimos para Santarém."

Fernão Lopes:

Continuamos esta sumula orientadora sobre as principais descrições que encontramos sobre a batalha de Aljubarrota, por aquele que consideramos o maior cronista português de todos os tempos, Fernão Lopes.

Na leitura que fizemos à sua crónica, sobre o rei D. João I, mormente às impressas nos anos de 1643 e 1644, a si atribuídas, comentamos: Se na crónica impressa de 1644 não haverá grandes dúvidas sobre o seu patrocínio (quem a compôs), já a crónica impressa de 1643 e encontrada cópia na Biblioteca Nacional Austríaca, (impressa por António Alvarez, o mesmo da crónica de 1644) colocamos algumas reservas sobre a sua autenticidade (isto é, sobre a manipulação ou não dos manuscritos de Fernão Lopes, entretanto desaparecidos, aliás predicado que se pode colocar a todas as versões impressas posteriormente), todavia

tratando-se na quase totalidade da obra de um decalque da crónica de 1644, não hesitámos em referi-la. O que nos fez levantar suspeitas é o que se lê na página 190, na segunda coluna: *“...Outros escritores poem outra soma não menos do que dissemos: Mas Fernão Lopes historiador português que escreve esta batalha & que em tudo se deve seguir por sua fé & autoridade & modéstia na relação das cousas dos contrários & por ser guarda-mor da Torre do Tombo & arquivo real, onde as cousas do reino todas se vão registar diz que no exército dos castelhanos avia oito mil homens de cavalo e seis mil lanças & dois mil ginetes, oito mil besteiros e quinze piães, que por todos faziam trinta um mil homens de peleja.”*.

Se há assunto que não merece a unanimidade de todos os historiadores é a quantidade e especialidades dos intervenientes, tanto do lado do exército anglo-português, como do lado do exército franco-castelhano. Pensamos, todavia, que é um assunto de somenos importância, pelas razões que mais à frente aduziremos.

E Fernão Lopes vai-nos dando mais informação da composição dos exércitos, assim na página 191, vai-nos fornecendo mais elementos sobre as tropas em contenda, assim, e referindo-se ao exército franco-castelhano diz: *“A carruagem de carretas & azémolas era grandíssima & com grande multidão da gente de serviço, parecia cobrir os campos ao que a juntavam oito mil cabeças de gado grosso e algumas miúdas que tomaram em Portugal”*.⁶⁹

Na página seguinte refere-se novamente à formação do exército franco-castelhano. *“...Elles (castelhanos) passaram da parte da ala esquerda contra Aljubarrota (como está dito) pela qual razão foi forçado El Rei e ao condestável mudarem suas batalha, da ordem em que as tinham ordenadas, com rosto para Leiria e as voltarem para a parte onde estavam os inimigos & e assim passou a vanguarda pela rearguarda, dando uns a outros lugar e passou diante contra a parte donde os castelhanos vinham.”*

Mais informa Fernão Lopes:

“Os portugueses nem em o lugar & sítio onde puseram as batalhas levavam vantagem aos castelhanos, por não haver montes e vales e por tudo ser campina igual. Mas nisto estavam peor os portugueses, que quando a alva do dia começou a romper, já tinham sua batalha ordenada e estiveram toda a sesta por sol muito quente qual é o de agosto, até à tarde armados e os demais deles sem comer nem beber, por ser véspera de tal festa, e ficou-lhe o sol com o pó e vento nos rostos e com isto aguardavam os inimigos, com grande alvoroço...”

Continuando a descrição da batalha, passa à peleja na Página 199

“Os ginetes castelhanos trabalhavam quanto podiam para entrar na carruagem dos portugueses, mas o trabalho foi em vão, porque este lugar estava apercebido de maneira que nem lhe puseram fazer dano...Os castelhanos quando viram que a batalha se dava a pé, o que eles nem cuidavam, nem quiseram; cortaram as lanças que traziam para as menear melhor, do que depois se arrependeram. E deixadas as lanças vieram as maças & as espadas que então eram curtas & largas & e lhe chamavam estoques.” “...O lugar onde a peleja começou foi junto com a bandeira do condestável, onde agora está a ermida de S. Jorge.”

“...E por a vanguarda dos castelhanos ser de tanta gente & dobrada & e a dos portugueses singelos, foi rota a dos portugueses & e entrada de muitos que abriram um grande

portal por onde entrou a maior parte da gente contrária da vanguarda com a bandeira de Castela até perto donde estava a do Condestável e ali foi a maior força da peleja...”

Como já referimos atrás esta transcrição dos factos mais relevantes sobre a Batalha descrita por Fernão Lopes é exactamente igual, tanto na crónica impressa no ano de 1643 como a do ano de 1644. Como prova transcreve-se a página 108 da crónica impressa no ano de 1644 a que se refere também ao último parágrafo escrito:

Transcreve-se a página 108 que relata a cena do Martim Gonçalves Macedo:

“El Rei quando viu a vanguarda rota & o Conde em tamanha pressa com grande cuidado &, todos com ele, abalou rijamente com a sua bandeira dizendo a alta voz com grande esforço. Avante, avante São Jorge Portugal, São Jorge Portugal que eu sou El Rei & tanto que chegou hú era aquele áspero & duro trabalho, deixadas as lanças de que se pouco serviam por azo da mistura da gente, começou a ferir de facha & assim desenvolto & com tal vontade, como se fosse um simples cavaleiro desejoso de ganhar honra & fama & veio a ele por aquecimento Álvaro Gonçalves Sandoval bem mancebo & de bom corpo ardido cavaleiro, casado daquele ano & como el rei alçou a facha descendo para lhe dar, ele recebeu o golpe & travou por ele & tirou tão rijo que lha levou das mãos & fezeo ajoalhar dambolos os gijolhos & foi logo levantado muito azinha, pero sobreveio Martim Gonçalves de Macedo, homem fidalgo que bem servia El Rei & quando Álvaro Gonçalves alçou a facha para lhe dar, El Rei esperou o golpe & tornou-lha a tomar per aquela guisa & quando lhe quizera outra vez dar, jazia já morto pelos que eram presentes que o mais apressa fazer não puderam porque cada um tinha assaz que ver em si & sendo a batalha cada vez maior & muito ferida dambalas partes prougue a Deos que a bandeira de Castela foi derrubada & o pendão da devisea com ela.”

António Borges Coelho insiste na necessidade de se ler Fernão Lopes nas entrelinhas para se chegar mais além na sua descrição da batalha. Fernão Lopes não omite as dificuldades que os castelhanos encontraram no terreno, simplesmente tem que se subentender o seu escrito; Um exemplo disso dá-nos Borges Coelho no Capítulo 42: Descrição da batalha: “... Quando os Castellaõs movessem & ao juntar estivessem quedos & firmassem bem os pés, tendo as lanças direitas & apertadas sob o braço, o mais prolongadas que pudessem & quando os inimigos chegassem pusessem as lanças em elles de guisa que pendessem & entom botassem quanto pudessem & os que estivessem detrás que chegar nom pudessem com as lanças que botassem os outros entre si.”

Isto quererá dizer que a vanguarda portuguesa não se mexeu para o embate, esperou pelos castelhanos.

Ou ainda o exemplo que encontramos na página 106 da mesma crónica de Fernão Lopes:

“...Em passando começaraom de se fazer ficadiços huns tras outros, assi das azes como das alas de guisa que a sua vanguarda que era muito mais comprida & as alas tam grandes que bem podiam abraçar a batalha dos portugueses,- ficou tam curta daquela guisa que a de portugal tinha já vantagem della & ficou assim grossa & ancha em espessura de gente, que havia hum lanço de pedra dos primeiros aos dianteiros. Esto foi especialmente em direito da entrada por onde costumavam caminhar em tanto a vanguarda & reguarda se fez toda huma.”

Desta passagem do Fernão Lopes podemos concluir, pelo menos, que havia um estrangulamento no terreno que permitiu no momento do embate das tropas os números em contenda ser equilibrado.

Assim como ao afirmar *“Fazer ficadiços huns tras outros”* – Quererá dizer que a largura do terreno não os deixava (castelhanos) progredir e iam-se acumulando (mortos e feridos) na frente de batalha. Ou ainda no mesmo capítulo que nos relata, numa forma não muito clara que os castelhanos desmontaram e continuaram a batalha *“pé terra”* porque não conseguiam progredir montados nos seus cavalos.

“...Os castelhanos cortaram as lanças & as fizeram mais curtas do que traziam, avei que é certo & não duvideis por que elles cuidavam pelejar a cavalo & quando viram a batalha pé terra por se desembaraçar & ajudar melhor dellas as talharom o que lhes depois mais empecilhou que aproveitou & deixadas as lanças das mãos que a uns e outros pouco nojo fez & jazendo hum grande vallo delas ante hua az.”

António Borges Coelho ajuda-nos na apreciação das leituras da crónica de D. João I, de Fernão Lopes. Assim, na sua obra *“A revolução de 1383”* refere as *“dificuldades do seu trabalho pessoal, ao citar as fontes subjacentes ao seu trabalho como os escritores de Martim Afonso de Melo, Pedro Lopes de Ayala, Doutor Christophonus, Fernão Lopes assume, tem consciência do seu papel criador de inventor da verdade oculta “no escorregamento dos tempos”*. Para Borges Coelho *“As crónicas lopeanas não constituem um “evangelho”*.

Pero Lopez Ayala

Pedro Lopes Ayala, que esteve presente na batalha, nas suas *Cronicas de los reyes de Castilla, Tomo II, com las emendas del secretario Gerónimo Zurita – 1780 –* pág 232 e 233, refere-se aos conselhos que Mosen Juan de Ria, representante do rei de França em Aljubarrota, dá ao rei Castelhana D. Juan dissuadindo-o de dar batalha, por não terem *“boa ordenança”*.⁷⁰

“E El rei aceitou muito este conselho e mandou assim que se fizesse. Mas alguns cavaleiros do rei que eram homens mancebos (Diego Gomes Manrique e Diego Gomes Sarmiento) que nunca estiveram em outra batalha, não seguiram aquele conselho, dizendo que era cobardia e eram poucos os inimigos assumiram (a batalha). E assim foi, o que alguns tinham previsto, que as alas da batalha de el rei D. Juan não puderam combater, pois cada uma delas (alas) não puderam passar e a vanguarda del rei combateu sem ajuda das suas alas. E nas alas dos inimigos estavam muitos homens de pé e tinham muitas pedras e muitos besteiros os quais fizeram grande dano na vanguarda Del rei. Assim que a vanguarda e as alas do inimigo combateram a vanguarda Del rei sozinha, pois as suas alas não puderam acorrer-lhe, nem combateram. Por outro lado, dom Gonzalo Nunez de Guzman, mestre de alcântara que era então e foi depois mestre de calatrava estava nas costas do inimigo a cavalo acompanhado por gente que el rei lhe dera para estar com ele e começou a combater. Os peões e lanceiros de portugal eram muito e atiravam muitos dardos e setas e pedras de forma que os cavaleiros não podiam combatê-los. E ainda segundo dizem houve outro dano que os peões de Portugal fizeram, salvo aos cavaleiros de Castela que estavam nas suas costas então podiam sair, e assim forçadamente se tiveram que defender e combater. E isto é contra a boa

ordenança que os antigos mandaram guardar nas batalhas, que nunca um homem deve colocar nas costas do seu inimigo em nenhum combate para lhe dar lugar para fugir.

E a batalha assim começada, os da vanguarda de Portugal tinham grande vantagem, pois com a ajuda dos peões que tinham nas suas alas combateram com a vanguarda de Castela sozinha. E os das Alas de Castela não combateram pois não puderam passar os vales (valas)⁷¹ que encontraram pela frente, com já dissemos.

E esta batalha era perto de uma aldeia que dizem Aljubarrota e El rey no começo da batalha como estava fraco levaram-nos numas andas cavaleiros e escudeiros que foram ordenados para a guarda do seu corpo. E assim que viram a batalha perdida puseram-no numa mula...E durou a porfia da batalha, meia hora assaz pequena".

A. B. da Costa Veiga

Costa Veiga na sua monografia publicada em separata de relatório oficial de julho de 1958 dá-nos a sua visão sobre alguns pormenores da batalha real. Mormente sobre a formação das alas e da largura do campo de S. Jorge onde estava colocada a vanguarda Portuguesa, mas discorda do esquema da batalha apresentado pelo general Ximénez Sandoval⁷²

Entwistle W.J.

Na sua obra "The English archers at Aljubarrota diz-nos "Os aliados ingleses chegaram à Páscoa de 1385, constituídos por uma empresa de cerca de 100 arqueiros ingleses, veteranos da Guerra dos Cem Anos, enviados a honrar o Tratado Anglo-Português de 1373 (ainda o tratado internacional ativo mais antigo do mundo).

Como em outras batalhas defensivas do século 14 (Bannockburn (1314), Crécy (1346) ou Poitiers (1356), por exemplo), as disposições foram as seguintes: cavalaria desmontada e infantaria no centro com arqueiros ocupando os flancos."

Notavelmente, na ala esquerda da vanguarda (mais tarde cobrindo o flanco esquerdo), uma empresa composta por cerca de duzentos noviços não casados é lembrada da história como "Ala dos Namorados"; a asa direita, também duzentos archeiros, conhecida como "Ala de Madressilva" ou Honeysuckle Flank.

"Em ambos os lados, o exército foi protegido por obstáculos naturais (neste caso, riachos e encostas íngremes). Na retaguarda, os reforços estavam à mão, comandados por João I de Portugal."

Nesta posição topograficamente alta, os portugueses podem observar a chegada do inimigo e foram protegidos por uma inclinação íngreme na frente. A parte traseira da posição portuguesa, que era na verdade a sua frente na batalha final, estava no topo de uma estreita encosta, que chegou a uma pequena aldeia, e foi ainda defendida por uma série complexa de trincheiras e abatises interligadas destinadas a surpreender e aprisionar a cavalaria inimiga."

Na sua longa exposição que já atrás referimos Entwistle W.J. relata-nos ainda a dimensão dos exércitos, fazendo comparações entre as batalhas de Crécy, Poitiers e Aljubarrota fala-nos ainda da cavalaria pesada Francesa⁷³

João Gouveia Monteiro “Aljubarrota Revisitada”. Página 11 e seguintes:

Um dos grandes enigmas que emergem do campo de batalha é como e quando o exército português procedeu à abertura das covas de lobo, valas e abatizes no campo de São Jorge. Na sua obra “Aljubarrota Revisitada” João Gouveia Monteiro tem a preocupação de chegar a alguma conclusão sobre a matéria, mormente do tempo que foi necessário para proceder aos trabalhos “armadilhas” no campo. A página 12 diz-nos: *“Em conclusão segundo o estudo encomendado à D.A.E., em 1977, pelo Coronel Valdez dos Santos, para rasgar no terreno as supostas covas-de-lobo e os fosso que entre eles existem, teriam sido necessários perto de 1.600 homens trabalhando 2 horas, e quase outros 1.600, para durante cerca de 3 horas e através de um sistema de cordões humanos acarretarem as terras removidas para uma distância de cerca de 100 metros.*

Se considerarmos ainda a abertura do “grande fosso”, então concluiremos que a hoste anglo-portuguesa teria – de acordo com a estimativa em apreço – necessitado de afectar, durante duas horas, perto de 1.900 homens para escavarem o conjunto do sistema de entrenchamento defensivo descoberto por Afonso do Paço, mais os (muitos) homens que fossem necessários para transportar a terra remexida para longe do seu local de origem, caso houve necessidade de o fazer (no que a D.A.E. não parece acreditar e muito menos nós ainda).”

Mas Gouveia Monteiro decide por mote próprio fazer as suas experiências.⁷⁴

Rematando o tema, Gouveia Monteiro na página 21 afirma: *“Em termos gerais, podemos avançar que os resultados obtidos vieram reforçar as suspeitas de há quatro anos atrás. Chegara, portanto, a hora da arqueologia intervir.”*

Helena Catarino escavou entre 7 e 26 de junho de 1999. Abriu na área 1 duas quadrículas 4x4 = 9 covas de lobo 5 delas com a orientação este-oeste e as restantes quatro orientadas a 130º - tais covas encontram-se distanciadas entre 50 e 70 cm (dentro da mesma fiada) ou a 80 a 118 cm pensando na cova correspondente da fiada seguinte, apenas a 9ª cova surgia aparentemente isolada. – Todas elas de formato rectangular a primeira delas com os cantos arredondados. Em média 56cmx44x26cm fundo. Ainda encontrou um tramo de um fosso com orientação sudeste-noroeste.

“Ficara à vista de todos que o sistema de defesas acessórias congeminado pelo exército anglo-português em 14 de agosto de 1385, não se confinou ao seu flanco oriental, prolongando-se no mínimo por uma zona a noroeste daquela que foi objecto da escavação de Afonso do Paço”. (Catarino, 1999)

“A partir de agora a reconstituição do modelo táctico a que obedeceu a batalha poderá, portanto, ser enriquecida e clarificada pelos historiadores militares. – Dever-se-ia avançar com as escavações de forma a perceber qual a verdadeira extensão do sistema de entrenchamento defensivo gizado por D. João I, Nuno Álvares Pereira e os seus auxiliares Ingleses”. (Catarino,1999)

Cronologia dos movimentos das hostes anglo-portuguesa e Franco-Castelhana nos dias que antecederam a batalha:

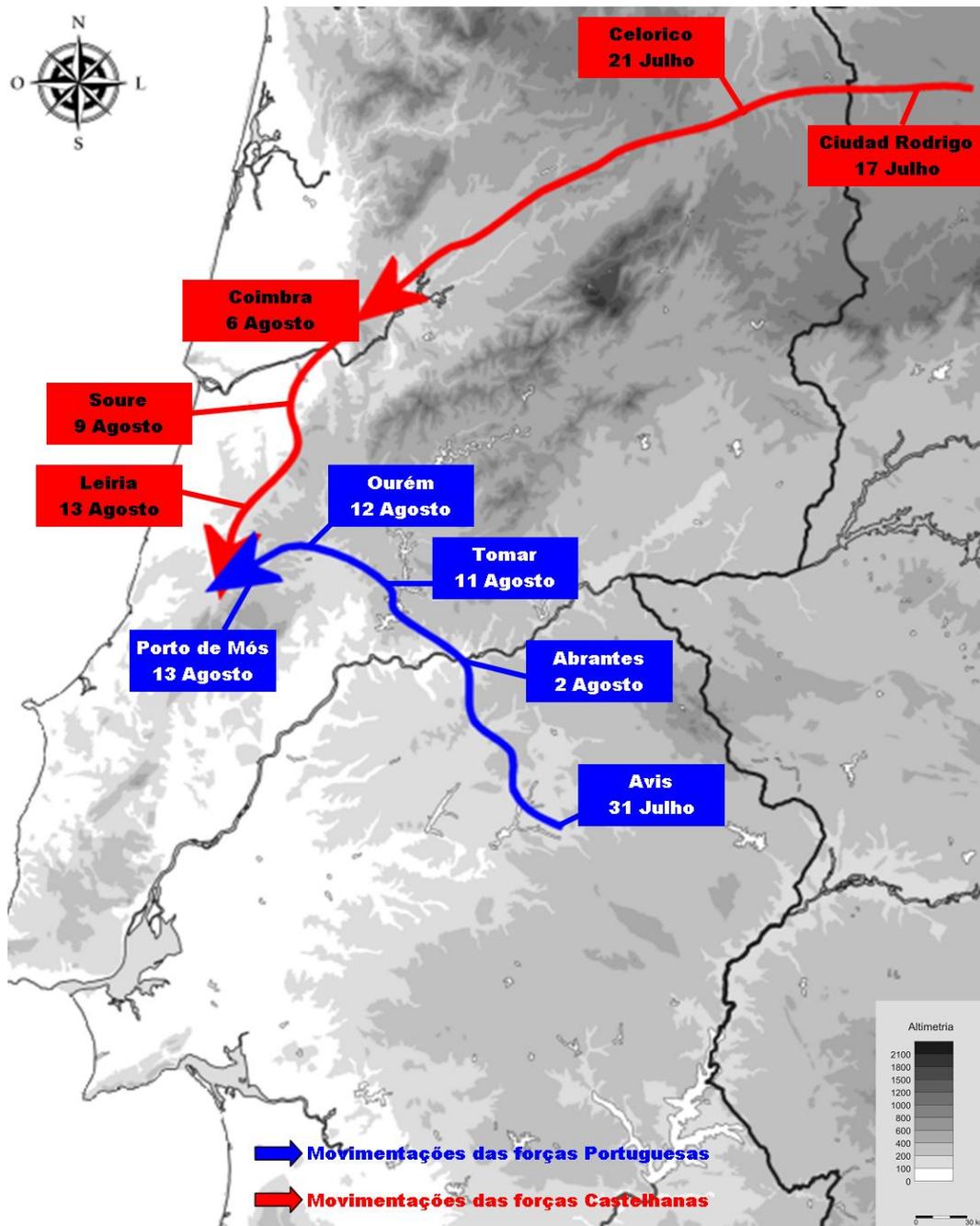


Fig. 28 - Movimentações dos exércitos Português e Castelhana (sobre base cartográfica de Rui Boaventura)

De notas tiradas dos livros de João Gouveia Monteiro, "*Aljubarrota a Batalha Real*" – 2003 a partir da pág 80 e *Aljubarrota revisitada* sabemos os movimentos das tropas em contenda. Gouveia Monteiro é minucioso a descrever todas as movimentações das hostes, anglo-portuguesa e franco-castelhana nos dias que antecederam a batalha Real, possibilitando-nos encaixar não só os factos passados, mas como eles decorreram. Pela sua extensão entendemos remeter essa descrição para a nota ⁷⁵.

“... As notícias eram alarmantes sobre o potencial castelhano. O Condestável no dia 10 obriga os espiões a deturpar a realidade para manter os ânimos dos portugueses em alta. No dia 11 o exército anglo-português contaria com 10.000 homens, e avança de tomar para Ourém; no dia seguinte 12 de agosto sábado D. João acampa com os seus em Porto de Mós. D. Juan chega a Leiria. A batalha torna-se inevitável.” (Monteiro – 2007 p.110).

Peter Russel, da sua obra “a intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos cem anos”. Tradução de Maria Ramos e revisão científica de João Gouveia Monteiro retirámos várias passagens que este autor fez da análise a vária documentação existente nos arquivos Ingleses como também a algumas constatações que fez aquando a sua visita ao campo de S. Jorge em 1955 assim como à documentação produzida pela bibliografia portuguesa referente aos acontecimentos antecedentes e ao momento do desenrolar da batalha fazendo-nos uma apreciação muito circunstanciada sobre o campo de S. Jorge e à tática utilizada pela hoste anglo-portuguesa. Pela sua importância e extensão e retiradas que foram todos os apontamentos que achámos relevantes remetemos para notas a sua narrativa.⁷⁶

Jean Froissart no “*Livro da Fundação da Batalha*” (de Mário Barroca 2008b) na página 26 refere: *“...Entraram no porto de Lisboa três grandes naus carregadas de homens de armas e archeiros Ingleses e podiam ser ao todo quinhentos de uns e de outros e digo-vos três quartos deles eram aventureiros livres de compromissos de Calais, de Cherbourg, de Brest na Bertanha e de Mortagne em Poitou, os quais tinham ouvido falar da guerra do rei de Castela e do rei de Portugal e se tinham reunido em Bordéus e haviam dito: Vamo-nos à aventura para Portugal.*

Lá encontraremos quem nos receba e nos dê que fazer” Messire (Don) Jean Harpenden, que naquele tempo era senescal de Bordéus, havia-os aconselhado a partir, pois não queria que eles demorassem em terra Bordalesa, onde poderiam fazer mais mal que bem, pois eram todos companheiros aventureiros sem nada a perder.

De todos os que chegaram então a Lisboa, não ouvi nomear um só cavaleiro, mas apenas três escudeiros Ingleses que eram seus capitães. Um chamava-se Norbury (Sir Jhon Norbury, capitão natural de Cheshire e falecido em 1414. Em 1384 é um dos guardiões das tréguas da Bretanha. No ano seguinte participa em Aljubarrota e em 1391 encontrava-se em Brest). O outro Mertbury (Mertbury, também natural de Cheshire) e o terceiro Huguenin de Hartecele, (Sir Hugh Hardreshull que serviu o rei de Inglaterra, na Bertanha entre 1343 e 1345 – Froissart classifica-o como “un bom homme d’armes, stillé et usagié de fait de guerre” Seria filho de Jean de Hardreshull, que serviu o rei de Inglaterra e foi enviado por este ao Conde de Hainau sobre como esperar a aventura, tendo participado na guerra da Bretanha entre 1343-1345) e só aqueles três tinham mais de cinquenta anos, e eram todos bons homens de armas e experientes na guerra (barroca 2008b pág 26 e 27).

...El rei foi mui ledo e perguntou-lhes se o Duque de Lencastre os enviava: Por minha fé respondeu Norbury, há muito que não vemos o duque de Lencastre, nem ele sabe nada de nós nem nós dele. Somos gente de desvairadas sortes, em demanda de feitos de armas e aventuras. Alguns há que vieram para vos servir da cidade de Calais.

Continua na página 32 *“...Então foram chamados Norbury, Hartecele e Mertbury e alguns outros guerreiros mais experientes e que mais haviam visto; e pediram-lhes conselho como esperar a aventura e a peleja, e se lhes convinha combater, pois que seus inimigos se chegavam muito perto, eram em grande quantidade e bem largamente quatro contra um.*

Ao que os Ingleses responderam e disseram: “Uma vez que vamos ter peleja e que eles são em maior número que nós, a coisa será de difícil começo e não os poderemos vencer se não ganharmos vantagem. Se sabeis aqui perto algum lugar onde haja sebes e arbustos, fazei-nos ir para essa parte; chegados aí, fortificar-nos-emos para que não seja tão fácil penetrar na nossa hoste como se estivéssemos em campo aberto “Disse o Rei: “Falais avisadamente, e sabeis que o faremos prestes e sem demora”.

Na página 33 diz-nos Froissart: “El-Rei de Portugal e os Lisboetas seguiram o conselho dos Ingleses e resolveram onde tomariam lugar. Deveis saber que, assaz perto do local onde eles se achavam, fica em Aljubarrota, uma vila para onde os Lisboetas haviam enviado todos os seus mantimentos, as bestas de carga e a carriagem, pois tinham intenção de se alojarem aí nessa noite, houvesse ou não peleja, se o dia tivesse um desfecho honroso. A um quarto de légua da vila, há uma grande abadia de monges onde os de Aljubarrota e de outras aldeias vão ouvir missa e fica essa igreja um pouco fora do caminho, numa mota (mote, monte artificial) rodeada de grandes árvores e de sebes e arbustos. Então foi dito na presença e do seu conselho e dos Ingleses que aí haviam sido chamados, pois que embora fossem poucos, queria El-Rei fazer segundo o seu conselho: “Senhor, não sabemos, aqui perto, lugar mais conveniente do que Aljubarrota. Eis o Mosteiro (abadia de Santa Maria de alcobaça), entre estas árvores: é lugar forte, e sê-lo-á ainda mais com o que pudermos fazer”. Os que conheciam a região disseram “É verdade” – “Então, disse El rei vamos para essa parte e ordenemo-nos como gente de armas e de conselho deve fazer, para que os nossos inimigos, quando vierem sobre nós, não nos encontrem desguarnecidos nem providos de aviso e conselho”. E logo assim foi feito. Foram-se todos a passo para Aljubarrota e chegaram à Igreja. Então foram os Ingleses e Dom Mongues Navarrois, e alguns valentes homens de Portugal e de Lisboa que ali estavam e percorreram todos os arredores para melhor o divisar. E disseram os Ingleses: “Eis um lugar assaz forte com o que fizemos e onde poderemos seguramente e com ânimo esperar aventura”. Então mandaram a toda a largura do campo derrubar árvores e deitá-las atravessadas, para que da planura não pudessem cavalgar sobre eles, e deixaram um caminho aberto que não era de entrada mui larga, e puseram o que tinham de archeiros e de besteiros nos dois lados do caminho e os homens de armas todos apeados no meio da planura, junto do mosteiro e do adro. Onde el rey se achava. Quando se viram assim ordenados, foram mui ledos e disseram que, se Deus quisesse, estavam em bom lugar para resistir longo tempo e fazer boa jornada.”

Página 35. “... Assim se ordenaram os Portugueses como vos digo, e fortificaram junto da Igreja de Aljubarrota em Portugal” ... mais adiante: – A Batalha. Na hoste dos cavaleiros Franceses havia largamente duas mil lanças, homens tão animosos, tão bem armados e tão bem encavalgados como se poderia ver ou desejar. Assim que viram os inimigos cerraram fileiras e juntaram-se como gente de experiência e bem ordenada e que sabia o que fazer, e chegaram-se a eles à distância de um tiro. Ali à primeira investida, foi duro o recontro, pois os que desejavam guerrear e ganhar graça e preço de armas lançaram-se com grande vontade contra a posição que os Ingleses, por seu engenho e arte, haviam fortificado, e entraram nela. Mas porque a entrada não fosse larga, foi, grande o aperto e os malefícios para os acometedores, pois o que lá havia de archeiros de Inglaterra disparava em ataque tão cerrado, que os cavalos eram todos trespassados e feridos, e caíam uns sobre os outros. Ali vinham

homens de armas Ingleses – não eram muitos – e Portugueses e Lisboetas, lançando o seu grito “Nossa Senhora! Portugal!”, que empunhavam as suas lanças afiadas, de ferros de Bordéus muito cortantes que derrubavam e feriam, golpeando e trespassando cavaleiros e homens de armas e punham tudo à sua mercê. Ali foi o Senhor de Lignac de Béarn, derrubado e a sua bandeira conquistada, assim como seis outros feitos prisioneiros, e desta gente do primeiro assalto, houve grande quantidade morta e cativa. Por seu lado, messire Jean de Rey, messire Geoffroi Richon e messire Geoffroi de Parthenay e seus homens haviam entrado nesse forte com tal dificuldade, que os seus cavalos feridos pelas setas dos archeiros, desabavam e caíam sobre eles. Ali estavam os homens de armas por seu lado, em grande perigo, pois ao levantar-se não podiam ajudar-se uns aos outros e não podiam afastar-se para se defenderem e combater à vontade. E digo-vos que quando os Portugueses quando viram o infortúnio abater-se sobre os primeiros combatentes, tornaram-se tão animosos e tão frescos e ligeiros no combate como ninguém.”

E continua na página 41: “... Pois se El rei de Castela e a sua grande hoste, em que havia não menos de vinte mil homens armados, tivessem vindo, por outra parte, acometer os Portugueses, diz-se que a jornadas teria sido deles, mas eles não fizeram e por isso mereceram censura e dano. Também para dizer a verdade, a primeira hoste acometeu cedo demais, mas fizeram-no porque queriam ganhar honra.

Por outro lado, os Espanhóis segundo fui informado esquivaram-se a vir muito cedo, pois os Franceses não estavam nas suas boas graças, e já haviam dito: “Deixá-los ir, encontraram certamente com quem se haver”

“...Por essa razão estavam os Castelhanos em uma grande hoste em que havia uns vinte mil homens, todos quedos, no campo, e não queriam avançar, o que muito aborrecia o Rei, mas nada podia fazer, pois os Castelhanos diziam, ainda que ninguém tornasse da contenda: “Meu senhor está feito; estes cavaleiros de França derrotaram os vossos inimigos; a jornada e a honra serão para eles”, - Deus o conceda, disse el-rei. Cavalguemos ora um pouco”. Cavalgaram a passo estugado, creio que o comprimento de um tiro de besta; e depois pararam. E, entretanto, combatiam os Franceses – aqueles que tinham descido dos seus cavalos, os que tinham logrado fazê-lo.”

Voltando à página 40, refere Froissart: “...Mas o recontro foi muito duro; e tudo isto fizeram os Ingleses pelo conselho que haviam dado de fortificar a posição. Assim na primeira refrega foram os Portugueses mais fortes que os seus inimigos, e subjugaram-nos e foram todos mortos ou cativos. Poucos se salvaram, mas, ainda assim, neste começo foram aprisionados 1000 cavaleiros e escudeiros, pelo que estavam (os Portugueses) mui contentes e não cuidavam nesse dia ter mais que guerrear, e tratavam muito bem seus cativos, e dizia cada um ao seu: “Nada temais; fostes derrotados num belo feito de armas, lutando com valentia; far-vos-emos boa companhia, assim como gostaríamos que nos fizésseis se nós fôssemos onde vós sois.”

2ª Investida. “... Novas chegaram ao campo do rei de Castela e à sua gente, que já estavam perto de Aljubarrota, pelos fugitivos (pois má é a batalha de onde ninguém escapa) que gritavam mui alta voz “Senhor rei avançai; os da vanguarda estão todos mortos ou presos. Não haverá esperança de libertação se não vier do nosso poder”. Quando el-rei ouviu estas novas, foi em grã cuidado e com razão, pois isto tocava-lhe de perto. E ordenou que

cavalgassem e disse “Cavalguemos com as bandeiras” Então começaram os castelhanos a estugar o passo, sem se desviar e em fileiras cerradas, e já era horas de vésperas e quase por-do-sol.

...E quando ouviram estas novas, reuniram (os Portugueses) um breve conselho, de que careciam, e decidiram então um feito indigno, pois foi ordenado e dito que (sob pena de ser morto, ali, sem mercê) qualquer um que tivesse cativo o matasse, por muito valente, poderoso, nobre, gentil ou rico que fosse. Ali foram os barões, cavaleiros e escudeiros cativos em duro lance, e os rogos de nada lhes valiam; estavam dispersos por variados lugares, por aqui e por ali, e todos desarmados, e cuidavam ser salvos, mas não o foram, o que na verdade foi grande desgraça, pois cada um matava o seu, e quem o seu não quisesse matar, matavam-lhe entre as suas mãos. E diziam os Ingleses e Portugueses que disto haviam posto conselho. “Mais vale matar do que ser morto; se nós não os matarmos, eles livrar-se-ão mentes nós estivermos ocupados a combater e a defender-nos, e depois matar-nos-ão, pois ninguém deve confiar no seu inimigo”. Assim foram mortos e por tal crime o senhor de Lignac, messire Pierre de Ker, o senhor de Lasprés, que se chamava missere Jean, o senhore de Bernarch, o senhor de Bordes, messire Bertrand de Baruje, o senhor de Morianne, messire Raymond d’Ouzac, messire Jean Azleguy, messire Menaud de Serremia, messire Pierre de Salebere, messire Étienne de Balansu, messire Raymound de Coarraze, messire Pierre de Marquefave, e uns trezentos cavaleiros e escudeiros das terras de Béarn e dos Franceses messire Jean de Rye, messire Geoffroy Richon, messire Geoffroy de Parthenay e vários outros. Vede a grande desventura, pois mataram nessa “segunda-feira” ao anoitecer, bons cativos dos quais tinham logrado quatrocentos mil francos entre uns e outros.”

No capítulo 21 em título – “Como o rei de Castela e toda a sua hoste foram desbaratados pelo rei de Portugal junto da povoação de Aljubarrota” diz-nos:

“...Quando Lisboetas, Ingleses e Portugueses libertaram a posição e mataram todos os seus cativos, não se salvou nenhum homem que não tivesse sido antes levado à vila de Aljubarrota, onde se achava a carriagem e as azémolas. Puseram-se de novo todos juntos, com grande ânimo e na mesma passagem, como haviam feito antes, quando a vanguarda os acometeu. A essa hora começava o sol a deitar-se, e chega el-rei de Castela em mui poderosa hoste...e entraram na passagem que estava fortificada. Aí foram recebidos com lanças e machados, e o primeiro golpe feriu muitos cavaleiros, e houve nessa hora vários perdidos (ainda não sabiam que os Franceses tinham sido todos mortos)

Ali houve dura e feroz peleja e muitos homens derrubados, e os Portugueses não estavam em vantagem, mas combateram valorosamente e com bravura, ou de outra guisa estariam perdidos. E o que mais os salvava e guardava era que ninguém podia alcançá-los senão por uma estreita passagem. Ali se apeou el-rei de Portugal e tomou seu machado e veio sobre a passagem e fez maravilhas de armas, e derrubou três ou quatro dos mais notáveis, tanto que todos os temiam e os inimigos não ousavam chegar-se a ele com pavor dos grandes golpes que ele dava e desferia por todas as partes.

Dir-vos-ei uma parte da condição dos castelhanos. Verdade é que o cavalo, à primeira investida, são de grande poder e o duro recontro dá-lhes vantagem e combatem assaz bem a cavalo, mas logo que lançaram e fizeram voar dois ou três dardos e deram um golpe de espada, vendo que os inimigos não foram desbaratados, começaram a temer e volvem os freios dos cavalos e fogem, os que podem fazê-lo. Também ali jogaram aquela partida e

fizeram daquela guisa, porquanto encontraram os seus inimigos duros e frios e tão frescos para a peleja como se não houvessem combatido nesse dia, o que muito os maravilhou e espantou. E perguntavam-se os castelhanos o que acontecera aos da vanguarda, pois que não os viam nenhum, nem ouviam novas de nenhum deles, e já entardecia. Ali foram os castelhanos em dura jornada, e a fortuna foi dura e cruel para eles, pois todos os que entraram na posição fortificada dos Lisboetas buscando galardão ou feitos de armas foram todos mortos, nem se tomava homem como refém por muito nobre que fosse. Assim o havia ordenado os Lisboetas, pois não queriam correr esse risco, nem causar embaraço com cativos. E ali foram mortos naquele campo de batalha, dos do rei de Castela os que se seguem todos altos barões; o senhor dom Diego Gomes Manrique, o senhor Diego Gomes Sarmiento, o senhor Don Pedro Rodrigues Sarmiento, o senhor Marich de Versaulx, o grão-mestre de Calatrava e um seu irmão que nesse dia tinha sido armado cavaleiros que se chamava Diogo Álvares Pereira, Dom Pedro Gonzales de Mendonça, Dom Pedro Fernandez de Velasque, Dom Pedro Gonzales de Sevilha, Don Juan Rodrigo de la Roselle, e uns sessenta barões e cavaleiros de Castela, e nem na batalha de Nájera, onde o príncipe de Gales venceu El-Rei dom Henrique morreram tantos nobres de Castela como na batalha de Aljubarrota. ”

Na Obra do **Conde de Vila Franca** – “D. João e a aliança inglesa”, retirámos o seguinte: Nas páginas 76 e 77 diz: “...O mestre de Santiago e Lourenço Anes embaixadores de D. João enviados à corte Inglesa, em poucos meses (Julho de 1384) obtiveram permissão oficial de poderem tomar de entre os homens de armas e archeiros ingleses todos os que por soldo quisessem vir em socorro de Portugal.”

Prossegue na página 89: “...A arregimentação saiu do porto de Plymouth (breve de Ricardo II de 8 de janeiro de 1385) duas grossas naus, uma barca e um navio de transporte que saem em meados de março de 1385. Chegando ao Porto a 3 de abril de 1385”. Na página 92 continua o autor: “...A expedição inglesa orçava por 800 pelejadores entre homens de armas e archeiros – 500 destes, conforme escreve Froissart. (“se bem que ao uso do tempo fora esta expedição computada em 800 pelejadores, cumpre notar que o seu numero era forçosamente mais avultada, pois durante a idade média cada homem de armas representava 3 ou 4 indivíduos válidos trazendo sempre consigo um para lhe levar a lança, outro o cavalo, outro para estar junto dele durante a peleja e no caso de queda para o erguer, o que o outro não podia fazer por causa do peso da armadura). Os archeiros eram os mais terríveis pelejadores então conhecidos. À tenacidade inquebrantável destes à certa perícia com que meneavam os arcos gigantes devera a nação inglesa pouco tempo havia as glórias de Crécy e Poitiers.

Para este autor (Conde de Vila Franca), Fernão Lopes não lhe merceria grande crédito, pois na página 92 narra: “...O cronista de D. João (Fernão Lopes) obstinando-se – no desempenho do seu ofício de cortesão – em sempre engrandecer o actos do rei cuja crónica lhe fora cometida, pretende atenuar o haver o mestre de Avis, quando regente do reino solicitando socorro estrangeiro. Neste antecipado propósito amesquinha quanto possível lhe é a importância da expedição auxiliar e os seus efeitos; esconde que tivessem vindo homens de armas, por isso que estes formavam então a parte mais considerável da organização militar do tempo e limita-se a dizer que os embaixadores enviaram algumas gentes de armas, archeiros e leva ao ponto de afirmar de estes archeiros foram poucos.” “Estes ingrezes recebrão logo por

mandato Del Rey soldo & foramse para Evora onde havião daver bestas para...hirem servir onde os mandassem" Lopes CDJ, II, IV.

E parece que não está sozinho nas suas apreciações a Fernão Lopes terminando dizendo: *"Devemos sempre desconfiar um pouco, escreve o eminente historiador Sr. Pinheiro Chagas, do velho cronista..."*

José Hermano Saraiva – Artigo *"Aljubarrota e as gavetas do Silêncio"* in *Diário Popular*, de 14 de agosto de 1985.

José Hermano Saraiva inicia o seu artigo referindo-se às divergências entre as fontes Portuguesas e Castelhanas, quando afirma: *"Quanto ao desenvolvimento da batalha, o nosso cronista (Fernão Lopes) não é muito pormenorizado. Chega mesmo a desdenhar dos que se ocupam com os pormenores: «Para quê dizermos golpes, nem forças, nem outras razões compostas por louvor de alguns, nem aformosentar história que os sisudos não hão-de crer?» Também os cronistas castelhanos são de grande parcimónia".*

E continua *"É neste ponto que as duas versões registadas por Jean Froissart proporcionam uma vasta informação, muitas vezes discordante da proporcionada pelas fontes portuguesas e, em qualquer caso, da maior utilidade para as completar e para dar uma visão global dos acontecimentos. A sua recordação justifica-se, assim, tanto pelo seu valor informativo como pela circunstância de andarem quase completamente esquecidos dos historiadores actuais. A narrativa baseada nas informações de Orthez, cidade situada próximo dos Pirenéus, inicia-se pela concentração dos cavaleiros berneses e gascões que vinham tomar parte na invasão de Portugal. «Disseram-me aqueles que os viram partir que eram os mais belos homens de armas, os mais bem armados e equipados que desde há muito tempo se viam no país do Bearne!»", diz o escritor.*

Mais à frente José Hermano Saraiva, escorre sobre o papel dos aliados Franceses e Ingleses tendo como referência Froissart e os relatos de Orthez. Baseando-se nesses mesmos relatos dá-nos conta do fracasso da hoste Francesa no campo de S. Jorge, contando-nos pormenores da chacina a que foram sujeitos pelas tropas anglo-portuguesas⁷⁷, terminado o seu artigo com uma visão diferente sobre Aljubarrota.

Diz o autor: *"É uma Aljubarrota completamente diferente da que nos foi contada pela Crónica do Condestabre (obviamente hagiográfica e glorificante) e reproduzida com um ou outro aditamento pelo genial Fernão Lopes. Neste relato não há os famosos trons, não se encontra o «quadrado de Nun'Álvares» não se fala numa pretensa inversão de frente durante o combate; e sobretudo não há resultados milagrosos. O quadro é outro. Um lado um exército pequeno, mas fortemente unido, com uma chefia que não discute. Do outro lado um exército de várias nações, com desconfianças e rivalidades internas, e com quebras de disciplina. A posição militar (e ambos os relatos concordam nisso) é definido por duas grandes alas de tropas populares que, como os dois ferros de uma tenaz, vão estrangulando e esfacelando o adversário e o empurram até ao colocarem perante a hoste real, e fina flor do exército. É uma disposição estratégica que corresponde bem ao plano político: toda a força do mestre estava nas alas do povo. Aspecto de grande importância a batalha desdobra-se em dois combates, e a vitória no primeiro dá aos portugueses confiança para aguentar o segundo assalto. Versão nova, portanto mais verdadeira, mais fabulosa.*

Só há uma resposta objectiva: mais contemporânea. E, em qualquer caso, merecedora de atenção e análise.

Mas fica no nosso espírito uma perplexidade fundamental: porque tem andado esta versão, que não diminuí em nada a glória das armas nacionais, tão afastada da versão oficial que ainda agora neste 6º centenário, preside à narrativa dos acontecimentos? Não creio que seja apenas a relativa dificuldade de acesso ao texto que a revela (os capítulos de Froissart relativos à crise portuguesa nunca foram editados em Portugal). Houve, e continua a haver, uma espécie de movimento de rejeição natural, um instintivo guardar do assunto nas gavetas do silêncio, um esquecimento desejado. Julgo que isso se relaciona com a crueldade do sacrifício dos prisioneiros franceses. É uma página triste, e não deixa de ser significativo que ela, apesar de brutal realismo, esteja tão completamente esquecida quando se recorda o fantasioso episódio da padeira que matou sete de uma vez. Apesar de tudo foram só sete, tantos quanto os nossos pecados. As tradições têm por vezes essa utilidade de emprestar à história o confronto dos eufemismos”.

O Condestável

É sem dúvida a figura incontornável da história da batalha de Aljubarrota, ícone nacional, da História de Portugal: Mas, como disse, José Hermano Saraiva (pelas leituras da Crónica do Condestabre e de Fernão Lopes), é uma figura criada com um fundo “obviamente, hagiográfico e glorificante”. Carreámos para “notas” algumas passagens que nos contam as crónicas e alguns historiadores (mais recentemente) como o caso de Alexandre Sousa Pinto na Comunicação apresentada na Academia de Marinha, em 20 de outubro de 2009. “Nun’Álvares Pereira – O Homem e o Militar e João Gouveia Monteiro na sua obra Nuno Álvares Pereira, Guerreiro, Senhor Feudal, Santo – Os três rostos do Condestável – 2017.

13º Filho de 17, Nuno Álvares é uma figura, singular, heroica, mas também mítica, como verificamos em algumas passagens das obras que citámos.⁷⁸ Veja-se o que se diz e o que se escreve, ainda hoje, sobre o seu miticismo:

Retirámos uma passagem da obra do Bispo D. António dos Reis Rodrigues (2009) “*Nun’Álvares Condestável e Santo*”:

Na página 11 desta obra o autor informa que o opúsculo foi redigido em 1961, para os alunos da academia militar, de que o autor era ao tempo capelão e que, cerca de 25 anos depois, (por altura das comemorações do sexto centenário das Cortes de Coimbra e da batalha de Aljubarrota), publicaram-se novamente, corrigidas. Na edição que nos segue de guia (2009) o autor refere na página 12: “*O autor destas páginas, não se inclui no número desses profetas da desgraça que hoje pululam entre nós...Por isso, o estudo das grandes figuras históricas não é um acto de saudosismo doentio, uma fuga para trás, um repúdio do tempo em que se vive, mas a aprendizagem como, posto que num quadro de vida e em circunstâncias muito diferentes, é possível triunfar da mediocridade e colocar-se, hoje mesmo, ao serviço de uma causa nobre*”.

Todavia no colóquio “D. Nun’Álvares Pereira – O Homem e a Memória” – o Bispo D. António dos Reis Rodrigues é citado numa passagem da sua primeira edição, (pois a passagem que vamos transcrever foi retirada da edição de 2009), afirmou-se:

“A tradição secular afirma que em Fátima, quando passava de Tomar a caminho de Aljubarrota a 13 de Agosto de 1385, D. Nuno foi atraído à Cova de Iria, onde, na companhia dos seus cavaleiros, viu os cavalos do seu exército ajoelhar, no mesmo local onde, 532 anos mais tarde, durante as conhecidas Aparições Marianas, Deus operou o Milagre do Sol. Foi por esta razão intitulado, por vários historiadores carmelitas de “Precursor de Fátima”. E quem poderá saber o papel providencial que D. Nuno teve na libertação dos pequenos videntes de Fátima que foram detidos a 13 de agosto e libertos a 15 de Agosto de 1917 na mesma terra do seu antigo Condado de Ourém.”

E assim se foi fazendo a história deste País.

As Batalhas Análogas

Não pretendemos fazer uma análise profunda ao que se passou nas batalhas de Crécy e de Poitiers mas apontar algumas similitudes entre elas e o que se passou em Aljubarrota. Com as batalhas de Crécy (1346) e Poitiers (1356) verificou-se a emergência da Infantaria a imergência da cavalaria, que vai perdendo a sua importância na estratégia e na tática das batalhas da época.

Para se ter uma ideia mais inclusiva do que se passou em Aljubarrota teremos que compreender o que se passou sobretudo na batalha de Crécy e de Poitiers, assim:

A Batalha de Crécy.

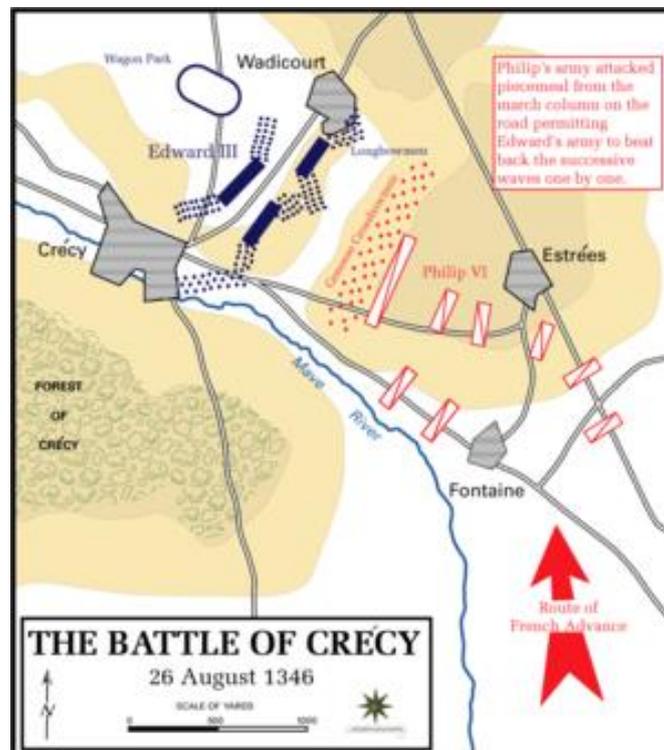


Fig. 29 - Mapa táctico da Batalha de Crécy. Na batalha, Eduardo III da Inglaterra dispôs seus arqueiros nas laterais, com o que surpreendeu e derrotou Filipe VI de França (Fonte da imagem: Wikipédia)

Apresentando um breve resumo do que mais significativo, em termos estratégicos e táticos, se passou nelas. Começamos pela batalha de Crécy que foi travada nas cercanias de

Crécy-en-Ponthieu (ao sul de Calais-França), no dia 26 de Agosto de 1346, entre os exércitos de Eduardo III (Inglês) que, segundo estimativas, estaria acompanhado por cerca de 12.000 homens e o de Filipe VI (Francês) que contaria entre 35.000 a 40.000 homens.

Decisivo para o êxito de Eduardo III terá sido a estratégia usada, tendo disposto o seu exército no topo de uma colina, restringindo o combate pelo lado inglês à infantaria (homens de pé, besteiros e arqueiros).

Os Franceses teriam investido sobre a hoste Inglesa várias vezes e nas primeiras investidas os Ingleses abateram a maior parte dos besteiros genoveses e a cavalaria Francesa carregou sobre a vanguarda inglesa de forma desorganizada.

O terreno estava enlameado e em alvive – não obstante isso, acrescido aos diversos obstáculos artificiais que havia sido preparados pelos ingleses e aos corpos dos besteiros que haviam sido abatidos na primeira fase da batalha, os cavalos começaram a negar-se a seguir caminho e a atirar os cavaleiros Franceses ao chão e a serem abatidos com facilidade pelos arqueiros ingleses que empregavam os seus arcos Long-bow a uma distância de 30/40 metros, distância muito curta que daria para perfurar a armadura dos cavaleiros e soldados franceses que se aglomeraram numa massa confusa, em frente à vanguarda Inglesa.

As perdas pelo lado Francês foram enormes, estimando-se em cerca de 12.000 homens entre os besteiros genoveses, cavaleiros e homens de pé.

Pelo lado Inglês, se bem que se ponham reservas nesta estimativa calcula-se em cerca de 300 homens as suas perdas.

A Batalha de Poitiers.

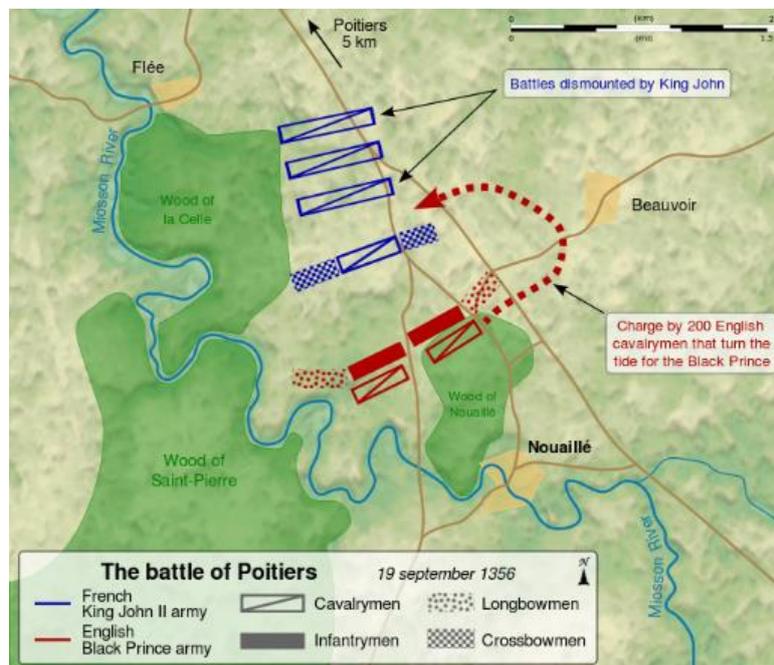


Fig. 30 - Batalha de Poitiers (Fonte da imagem: aminoapps.com/c/eras-historicas/page/blog/)

A batalha de Poitiers, uma das batalhas mais importantes da guerra dos 100 anos, decorreu em território Francês em 19 de setembro de 1356 e mais uma vez os Ingleses devido à sua estratégia militar derrotaram os Franceses, dir-se-ia, com uma chuva de flechas.

As tropas inglesas eram comandadas pelo célebre Príncipe Negro, herdeiro do rei Eduardo III e as tropas Francesas eram comandadas pelo seu Rei, João II.

Novamente o número de combatentes em contenda mostrava-se desproporcionado. Cerca de 7.000 Ingleses contra 20.000 efectivos Franceses.

O primeiro encontro dos exércitos deu-se a 17 de setembro a Este de Poitiers num terreno desfavorável aos Ingleses, assim, no dia seguinte, estes procuraram uma posição que lhes fosse mais favorável o que aconteceu perto de Nouaillé-Maupertius, onde seria possível repetir a estratégia utilizada na batalha de Crécy. Todavia desta feita os Franceses avançam com a infantaria, possibilitando às forças do rei Eduardo e do príncipe Negro contra-atacar enviando um grupo de cavaleiros para o flanco esquerdo, enquanto os arqueiros e os portamachados defendiam a vanguarda. Os Franceses aglomeraram-se numa massa confusa, aproveitando o rei Eduardo para contra-atacar com os seus cavaleiros. Como resultado foram feitos muitos prisioneiros incluindo o rei francês João II.

Nestas pequenas sinopses das batalhas de Crécy e Poitiers verifica-se facilmente as similitudes com o que se passou (e iremos ver) em Aljubarrota. Isto é, o desnível no número de combatentes, muito superior na parte dos vencidos, verificamos que o posicionamento geográfico (escolha do terreno para dar batalha) dos vencedores (Ingleses), tanto em Crécy como em Poitiers é praticamente igual ao campo de S. Jorge, a participação eficaz e determinante dos arqueiros ingleses no desfecho das batalhas.

Conclusão: Como decorreu a batalha de Aljubarrota:

Como, possivelmente, se teriam passado os trabalhos de construção das defesas acessórias do campo de S. Jorge:

Vamos seguir o procedimento anterior, expondo e comentando o que extraímos das narrativas dos principais cronistas, protagonistas da batalha e de alguns historiadores mais recentes:

D. João I manda chamar os três comandantes Ingleses para o aconselharem e eles disseram o que fazer. Em resposta o Rei disse: *“Falais avisadamente, e sabeis que o faremos prestes e sem demora”*. De imediato reuniu o Conselho que prontamente anuiu na procura de um lugar *“convinhável”*.

Os que conheciam a região disseram *“É verdade”* – *“Então, disse El-Rei vamos para essa parte e ordenemo-nos como gente de armas e de conselho deve fazer, para que os nossos inimigos, quando vierem sobre nós, não nos encontrem desguarnecidos nem providos de aviso e conselho”*. **E logo assim foi feito**. Tudo isto se passa em Porto de Mós no dia 12 de agosto. É nossa convicção que as obras acessórias no campo de S. Jorge ter-se-iam realizado logo do dia 12 de agosto (sábado) ou quanto muito no dia seguinte. Pois como vimos desde esse dia que

era inevitável a batalha dar-se. Como nos diz João Gouveia Monteiro “no dia seguinte 12 de agosto sábado D. João acampa com os seus em Porto de Mós. D. Juan chega a Leiria. A batalha torna-se inevitável.” (Monteiro – 2007 p.110). Ou, como nos informa Russel “Domingo 13 de Agosto, não mais de 20km separavam os dois exércitos, a batalha era inevitável”. Só assim se pode compreender tamanha empreitada de fortificações acessórias realizadas no planalto de S. Jorge e a forma genial como foram idealizadas e realizadas, obra de engenharia militar, pois a disposição (simetrias e envolvimento, com objectivo claro, de provocar um afunilamento à frente de batalha) das valas e covas já conhecidas, leva a supor a intervenção de alguém com formação específica (conhecimentos de engenharia militar) para a congeminação deste feito notável.

Com as intervenções arqueológicas levadas a cabo por Afonso do Paço e Helena Catarino deixou, em nosso entender e comungada por estes autores, de haver duvidas que foram construídas obras acessórias de defesa no campo de S. Jorge, partindo deste pressuposto e admitindo por bem o número de covas de lobo e valas, tanto do lado da ala esquerda anglo-portuguesa (do lado Nascente 830 a 1000 covas de lobo e uma grande vala com cerca de 200m, como nos diz Afonso do Paço) como da ala direita (do lado Poente) se bem que em menor número, 9 covas de lobo (até ao momento) e um troço de vala, tudo leva a crer como já previra Costa Veiga que muitas haverá mais a colocar a descoberto. Temos ainda que conjecturar que os arqueiros ingleses faziam, individualmente a “sua” abatis, isto é, fazia parte do equipamento do arqueiro um martelo e um facão ou espada e cada um tinha por “obrigação de ofício” procurar uma vara, que aguçava de uma ponta e a espetava no chão e depois de espetada, aguçá-la-ia novamente na ponta que ficava a descoberto (como vemos na imagem). Imaginemos, pois, mais esse reforço no sistema defensivo.



Fig. 31 - Arqueiros na batalha de Crécy (Fonte: www.pinterest.com/) Comentário ao desenho: No equipamento do arqueiro são visíveis: o pequeno machado, e a espada para a feitura e colocação de um abatis individual, também nos mostra o sistema de colocação táctica das flechas espetadas no chão ao seu lado e, mais algumas flechas colocadas presas no cinto ou num alforge. Nota-se uma evolução no bacinete (capacete) usado em Crécy e o bacinete usado pelos arqueiros que estiveram em Aljubarrota, conforme mostramos no capítulo IV “armamento”.

Por via destes trabalhos de fortificação do planalto de S. Jorge e, partindo do princípio que é comumente aceite por todos os historiadores, que a frente de batalha decorreu nas imediações donde está hoje implantada a capela de S. Jorge, (mandada erigir por Nuno Álvares Pereira em 1393) Fernão Lopes o diz: *"O primeiro logar hu começaram de pelejar foy jumto com a bandeira do Condestabre, homde ora estaa huuma pequena igreja de Sam Jorge"*, Assim, não se entende ter existido um torneamento da hoste anglo-portuguesa que, segundo, os que advogam a ideia de numa primeira fase as tropas Anglo-portuguesas estariam estacionadas e prontas para dar batalha na parte terminal norte do planalto a cerca de 1,5km donde se deu o confronto – numa posição que era impossível se dar batalha – um cavaleiro castelhano com a sua armadura (homem e armadura c. de 200kg) nunca poderia vencer o aclave, da cota 78 para a cota 132 (54 metros de desnível), tanto assim que Russel escreve *"Nem mesmo os impetuosos, pouco experientes e jovens comandantes castelhanos tardaram a compreender, assim que examinaram a rota à sua frente, que Nuno Álvares escolhera uma posição que inviabilizava por completo qualquer ataque frontal desferido do cimo de qualquer um dos flancos. Tão pouco existia a mínima possibilidade de atacar qualquer um dos flancos da posição portuguesa com alguma esperança de êxito."*

Pensamos que estariam parte das tropas anglo-portuguesas, (provavelmente comandadas pelo Condestável) por volta do meio-dia do dia 14 de Agosto, (na cota 132) quando as narrações dizem que se começou a avistar a hoste franco-castelhana, na Jardoeira, no topo norte do planalto, o que teria induzido em erro a descrição dos cronistas. E se pensarmos que nos falta saber a extensão das covas e valas escavadas a poente da capela de S. Jorge temos que admitir facilmente que era impossível fazerem os trabalhos de escavação das fortificações acessórias até às 17H00, desse dia 14 de Agosto, com a hoste franco-castelhana tão próxima, mesmo que fosse, como diz Entwistle: *"Para "acalmar o nervosismo dos soldados" e melhorar a posição defensiva de seu exército, o Condestável Nuno Álvares Pereira ordenou a construção de um sistema de valas, covas de lobo e abatises. Esta aplicação de procedimentos táticos típicos de inglês"*.



Fig. 32 - Aproximação do Exército Castelhana ao campo de Batalha - vista de Norte para Sul (sobre original de CARMO, J. 2006)

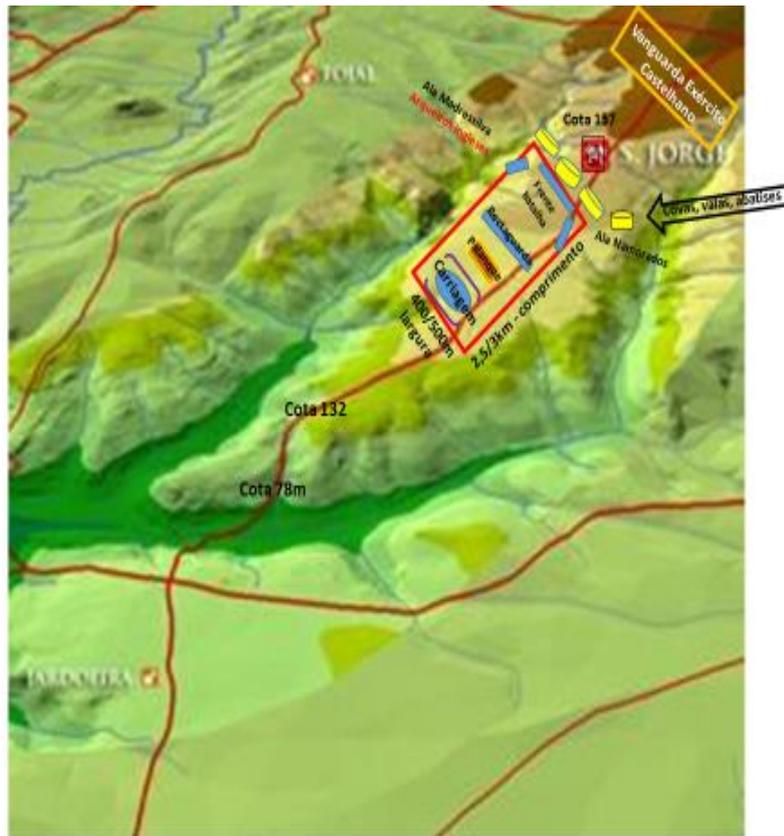


Fig. 33 - O campo de batalha em 1385 (vista de NW) com legendas dos autores (sobre original da Fundação Batalha de Aljubarrota - Projeção Cartográfica de Sigologia)

Em nosso entender os trabalhos de fortificação do campo estavam realizados. A “boa ordenança” das tropas Anglo-Portuguesas estava determinada e colocada nas imediações da capela de S. Jorge, onde começaram as hostilidades pois, o Condestável e os Ingleses sabiam que nunca seria possível a hoste franco-castelhana desferir um ataque de norte para sul, o que torna duplamente genial todo o plano gizado.

Mas continuemos com um resumo e mais alguns comentários do que nos noticiaram os principais cronistas, historiadores e protagonistas, sobre como se teria desenrolado a batalha de Aljubarrota:

Vejamos o que nos diz a Carta de Múrcia. Assim, na página 197 dessa obra⁷⁹ Podemos ler: “Mas todas as **nossas outras** pessoas (os Franceses) estavam com a vontade de lutar e foram sem o nosso acordo lá”.

“Depois que os nossos (franceses) estavam frente a eles, eles encontraram três coisas; A Primeira: um serro cortado, que nos dava até à cintura. A segunda: na frente de batalha, uma vala tão funda, como um homem até a garganta: A terceira, que a testa do esquadrão (frente da vanguarda) estava tão fechada pelos arroios (ribeiros) que eles tinham nas laterais, de que não havia de frente trezentos e quarenta a quatrocentas lanças”.

É curiosa a expressão do Rei de Castela, quando se refere às **nossas outras pessoas** – que estavam com vontade de lutar – Era obviamente a hoste Francesa que vai participar na primeira investida contra a hoste anglo-portuguesa e que marcharia a duas léguas de distância da hoste Castelhana.

Das afirmações do “Dispensero” da Rainha D. Leonor, retiramos somente a passagem em que nos informa que as forças anglo-portuguesas.” *Os quais estavam colocados numa ótima posição, num palanque, muito forte, em torno do seu rei, e muitos fossos cobertos com ramos.*”

Fernão Lopes faz a descrição da batalha, com minúcia, preocupando-se muito com o número das tropas em confronto, pormenor que nos é quase irrelevante, devido a forma como foi montado o dispositivo de defesa e como decorreu o confronto, assim está escrito na sua crónica de 1643 um comentário do Impressor António Álvares, o mesmo da crónica de 1644.

Diz... *“que no exército dos castelhanos avia oito mil homens de cavalo e seis mil lanças & dois mil ginetes, oito mil besteiros e quinze mil piães, que por todos faziam trinta um mil homens de peleja.”*

Mas mais a frente já com a “voz” de Fernão Lopes, informa que: *“O exército português era somente de mil e setecentas lanças & algumas delas não bem concertadas, oito centos besteiros & quatro mil homens de pé, que por todos de pé & de cavalo faziam seis mil e quinhentos homens, nem era verosímil que tivesse mais, porque o reino estava por Castela & os fidalgos que El Rei trazia eram poucos & todos de pequeno estado.”*

Fernão Lopes dá-nos também conta da disposição das nossas tropas no campo de batalha: *“ordenou somente duas pequenas azes. Na vanguarda estava o Condestável com a sua bandeira estendida & dobrados escudeiros por guarda dela e de seu corpo. Nesta az havia somente seiscentas lanças; na ala direita que nascia da ponta desta Az, iam Mem Rodrigues e Rui Mendes de Vasconcelos & outros bons fidalgos uma companhia que por sua honra & defesa do reino determinavam defender o lugar onde estão postos e chamavam ala dos namorados que a seu propósito traziam uma bandeira verde. Da outra parte na Ala esquerda ião de mistura com Antão Vasques de Almada & outros portugueses Mossem João de Monferrara, Martim Paulo e Bernardim Sola & alguns estrangeiros & poucos frecheiros Ingleses & homens de armas que seriam por todos duzentos, como na outra ala”.*

Mas, Fernão Lopes (como diz Borges Coelho lendo nas entrelinhas que alguma coisa de diferente se estava a passar senão não se compreenderia esta passagem) diz também: *“Os castelhanos quando viram que a batalha se dava a pé, o que eles nem cuidavam, nem quiseram; cortaram as lanças que traziam para as menear melhor, do que depois se arreperderam. E deixadas as lanças vieram as maças & as espadas que então eram curtas & largas & e lhe chamavam estoques”.*

Isto quer dizer que, Fernão Lopes se contradiz quando afirmou mais atrás que era um campo chã onde caberiam dez batalhas – então porque seria necessário a batalha dar-se “a pé”.

Informação importante de como estaria formada a vanguarda e as alas anglo-portuguesas nos dá também Fernão Lopes quando diz: *“Nesta Az **cuja pontas cerravam com a vanguarda** forrada com homens de pé”* querará dizer que as alas acabavam quando começava a vanguarda.

Fernão Lopes também nos ajuda a compreender que do lado da ala esquerda havia passagem: “...Elles [Castelhanos] passaram da parte da ala esquerda contra Aljubarrota”

Estamos de acordo com Fernão Lopes pois do lado poente é o lado direito da disposição das tropas Anglo-Portuguesas onde se situaria a Ala dos Namorados. E do lado nascente – ala esquerda – estaria a ala da Madressilva, composta maioritariamente por tropas Inglesas/arqueiros. Só não estamos de acordo, porque o desnível, das cotas, existente para a ribeira de Vale de Madeiros não possibilitaria a passagem da ala esquerda castelhana, aliás como será a opinião de Pero Lopez de Ayala.

Assim como Fernão Lopes ao afirmar “*Fazer ficadiços huns tras outros*” – quererá dizer que a largura do terreno não os deixava (castelhanos) progredir e iam-se acumulando (mortos e feridos) na frente de batalha. Claro que o anacronismo lopiano vêm logo a seguir quando diz: “...Os portugueses nem em o lugar & sítio onde puseram as batalhas levavam vantagem aos castelhanos, por não haver montes e vales e por tudo ser campina igual”. Perguntamos: Então como é que se amontoavam?

Pero Lopes Ayala, transcrevendo a conversa que Mosen Juan de Ria, embaixador do rei Francês, teve com Juan de Castela refere a desorganização que grassava na hoste Franco-Castelhana, quando chamava a atenção da necessidade de terem uma “boa ordenança” nas tropas coisa que não acontecia, daí sugerir ao rei castelhano que adiasse para o dia seguinte as hostilidades... Mas a cavalaria Francesa como já nos referimos atrás decidiu dar início à batalha, e diz Ayala: “*E assim foi, o que alguns tinham previsto, que as **alas da batalha de el rei D. Juan não puderam combater, pois cada uma delas (alas) não puderam passar e a vanguarda del rei combateu sem ajuda das suas alas.***”

Costa Veiga volta também a fixar-nos a frente de batalha no local de largura mais exígua existente no planalto, ou seja, nas imediações onde nove anos após a batalha Nuno Álvares Pereira mandou erguer a capela de S. Jorge. Costa Veiga dá-nos outros pormenores técnicos tirados das suas conclusões. Assim, em nota da página 8 da sua obra lê-se: “*A frente normal de um homem de armas apeado em fileira era de 3 pés ou seja 0,90cm cada uma das fileiras deveria ter 300 metros*”. Continua na página seguinte dizendo “*Nas duas alas devia haver em conjunto pelo menos 500 besteiros, 200 arqueiros (todos ingleses) 400 homens de armas e uns 2.400 homens de pé (lanceiros e atiradores) Tal disposição estaria de acordo com o manuscrito de 1425. Froissart*”.

A fazer fé nestes números e estimando a distância (largura máxima entre os 300 e os 350m) do terreno útil da frente de batalha, os 3.500 combatentes ocupando cada um 0,90m entre si teríamos, no máximo, gente para fazer 10 fileiras na vanguarda anglo-portuguesa. Como atrás referimos a questão do desnivelamento numérico entre os exércitos, para além do impacto psicológico, não teria sido importante, por essa razão, isto é, na pior das hipóteses foi um confronto de 500 contra 500 combatentes, atendendo à largura da frente de batalha.

Mas Veiga faz acrescentos ao sistema defensivo, pensado pelo exército anglo-português dizendo: “*Existiria outra estacada no limite leste do planalto (a uns 20 metros para lá do fosso).E protegido de lado sul pelo sistema, atrás citado, de fossos e covas de lobo, o órgão de flanqueamento assim definido desempenharia um papel análogo ao de certas couraças de praças-fortes medievais é de surpreender o extraordinário número de defesas*

acessórias, porque, além das já descobertas, há que contar com as que, sem dúvida, houve a Oeste da estrada e, possivelmente em frente à ala esquerda”

Perante esta descrição, que comungamos, temos uma visão mais completa de como estariam dispostas as defesas acessórias do campo e por outro lado nos dá a possibilidade de expormos a distribuição das forças Anglo-Portuguesas da vanguarda. Costa Veiga termina com grandes dúvidas! *“Tantas defesas acessórias feitas parece, em menos de 4 horas! É facto que os trabalhadores não escasseariam; podiam ir buscar-se e foram-no, decerto, “homens de pé” e à chamada “gente de serventia”. Mas, as ferramentas? Contudo houve-as em muito avultado número – razão para induzir que a hoste levou mais viaturas do que as que era lícito calcular antes das escavações.”*. A resposta para esta questão dar-nos-á mais à frente Froissart.

Entwistle W.J. Na sua obra *“The English archers at Aljubarrota”* dá-nos mais informações sobre os aliados *“ingleses que chegaram à Páscoa de 1385, constituídos por uma empresa de cerca de 100 arqueiros ingleses, veteranos da Guerra dos Cem Anos”*. Peter Russel tem outros números *“É difícil calcular o número de homens que se conseguiram recrutar para combaterem em Portugal...os apoiantes ingleses com que d. João pode contar durante a campanha de 1385 não tenha ultrapassado, no máximo 800 homens. Em finais de 1384 haviam sido nomeados já quatro capitães todos escudeiros ingleses: Elie de Blythe, Robert Grantham, Peter Cressingham e Reginald Cobham. Havia mais um pequeno contingente da Gasconha sob o comando de Guilhem Montferrand – tal como o Soudan de la Trau e Florimond de Lesparre. Os registos ingleses tornam perfeitamente claro que, durante as suas operações de recrutamento em Londres os dois enviados portugueses caíram em parte, nas garras de um picaresco grupo de soldados de fortuna...Nestas circunstâncias não nos surpreende o facto de encontrarmos tão poucas pessoas de renome na lista recrutada”*.

“Na carta de Gonçalo Domingos ao abade de alcobaça dá a entender que, em abril de 1385 desembarcaram 800 combatentes e outras especialidades vindos de Plymouth. Mas conclui dizendo: Em resumo na ausência de melhores provas parece razoável que os efectivos ingleses e gascões que em Aljubarrota apoiaram o D. João não se situaria aquém dos 400 nem mais além de 700.”

Claro que dificilmente chegaremos a um consenso, sobre o número de combatentes ingleses, gascões e portugueses que estiveram em Aljubarrota, todavia esse número seria importante saber-se para se aquilatar da distribuição dos arqueiros pelas alas anglo-portuguesas.

Mas continua Entwistle fornecendo-nos também a sua visão como seria o dispositivo Anglo-Português para dar batalha, diz este autor que como em outras batalhas defensivas do século XIV (Bannockburn 1314, Crécy 1346 ou Poitiers 1356, por exemplo), as disposições foram as seguintes: cavalaria desmontada e infantaria no centro com arqueiros ocupando os flancos. Este autor também adianta a sua previsão do número dos combatentes em cada ala. Assim na ala colocada a poente (ala dos namorados) 200 combatentes e na Ala de nascente (ala de Madressilva ou Honeysuckle Flank) estaria um igual número de archeiros Ingleses.

Finalizando, Costa Veiga, alinha com o pensamento da maioria dos cronistas e historiadores quando diz: *“A vanguarda castelhana chegou do Norte ao meio dia e os escudeiros de João de Castela notaram que o lado sul da colina tinha uma inclinação mais*

suave (do que o lado norte) e era lá que o rei castelhano queria atacar. Em resposta a este movimento, o exército português inverteu as suas disposições e dirigiu-se para o declive sul da colina. Como eles eram menos do que o inimigo e tinham menos terreno para cobrir, eles alcançaram sua posição final muito cedo na tarde”.

Claro que nada disto faz sentido acareando com o que temos vindo a descrever. Então se a vanguarda Castelhana avista as tropas Anglo-Portuguesas no topo norte do planalto por volta do meio-dia e como resposta invertemos a nossa posição de batalha, e é após isso que Nuno Álvares Pereira para “acalmar” (como também afirma Entwistle) o seu exército ordenou a construção de um sistema de valas, covas de lobo e abatisses!? Teriam tempo para toda essa empreitada? Ir-se-ia fazer todo o trabalho de abertura de fossos e covas com o inimigo à vista? Seria o exército a pegar nas pás e enxadas se é que as tinham à mão? Pensamos que não! A solução, em nosso entender foi outra, como atrás afirmámos.

João Gouveia Monteiro tem a preocupação de chegar a alguma conclusão sobre a matéria, mormente do tempo que foi necessário para proceder aos trabalhos e “armadilhas” no campo e começa por nos indicar as conclusões do *“estudo encomendado à D.A.E., em 1977, pelo Coronel Valdez dos Santos, para rasgar no terreno as supostas covas-de-lobo e os fossos que entre eles existem, teriam sido necessários perto de 1.600 homens trabalhando 2 horas, e quase outros 1.600, para durante cerca de 3 horas e através de um sistema de cordões humanos acarretarem as terras removidas para uma distância de cerca de 100 metros.”* Isto é, engajando no trabalho 3.200 homens, durante 5 horas para se abrir, supomos o número de covas de lobo e valas que Afonso do Paço pôs a descoberto nas intervenções de 1958/1960, mas, entretanto, como já vimos, já foram descobertas mais em 1999, por Helena Catarino. Costa Veiga é da opinião que do lado poente do planalto existiram outras tantas como as que já foram colocadas à vista.

Visão partilhada por Gouveia Monteiro quando afirma na sua obra Aljubarrota revisitada: *“não estava [nem está, em nosso entender] posta de parte a possibilidade de esse dispositivo não ter sido preparado todo ao mesmo tempo. Ou seja, parece-nos possível que uma parte dele tenha sido escavada antes do meio da tarde de 14 de agosto”* – Como referimos atrás provavelmente os trabalhos do dispositivo de defesa terem-se iniciados no dia 12 ou o mais tardar no dia 13 de Agosto, dia anterior à batalha.

Monteiro dá-nos mais alguns pormenores sobre a disposição das tropas, mormente arqueiros e besteiros dizendo: *“Por detrás de cada uma das alas e em apoio aos homens de armas aglomeravam-se arqueiros ingleses ou besteiros portugueses aptos a adoptar uma de duas atitudes: atirar por cima das cabeças dos homens de armas por forma a travar um ataque frontal do inimigo ou, se a situação o exigisse, proteger os flancos. Fernão Lopes afirma que, nesta ocasião, foi adoptado o invulgar procedimento de concentrar todos os arqueiros e besteiros nas alas, uma vez que a sua presença em cobertura directa à vanguarda era “inadequada em tal lugar”. A análise ao mapa anexo revelará que este desvio da prática normal se ficou a dever a um prudente bom senso: devido ao declive da estrada em direcção ao vau, quaisquer arqueiros ou besteiros estacionados imediatamente atrás da vanguarda ficariam impossibilitados de observar o avanço dos castelhanos quando estes atacassem a subida...”*

Estamos de acordo quando Fernão Lopes diz que se concentraram todos os besteiros e arqueiros nas alas. Já estamos menos de acordo em colocar besteiros atrás dos homens de pé ou homens de armas, porque como sabemos o besteiro só consegue fazer tiro directo - a não ser que estivesse num plano mais elevado - do que os homens de pé e dos homens de armas.

E continua Gouveia Monteiro: *“O corpo principal das forças defensivas, integrando entre 700 e 1.000 homens de armas, encontrava-se sob o comando pessoal de D. João I. Ocupou a sua posição a curta distância da vanguarda.” ...“ Mais atrás ainda, concentrados no interior de um verdadeiro quadrado composto de mais besteiros e peões encontravam-se pajens dos homens de armas e dos arqueiros com os palafreiros dos seus amos, juntamente com as mulas de carga do exército e todas as respectivas carroças e bagagens”.*

Gouveia Monteiro remete o posicionamento da Carriagem Portuguesa mais atrás da rectaguarda portuguesa o que coincide com o nosso pensamento, se está num verdadeiro quadrado ou com outra disposição é que não sabemos, estaria, contudo, com algum sistema defensivo como era hábito.

Peter Russel ajuda-nos a compreender a razão de não ter havido torneamento de posição do exército Anglo-Português quando afirma: *“Nem mesmo os impetuosos, pouco experientes e jovens comandantes castelhanos tardaram a compreender, assim que examinaram a rota à sua frente, que Nuno Álvares escolhera uma posição que inviabilizava por completo qualquer ataque frontal desferido do cimo de qualquer um dos flancos. Tão pouco existia a mínima possibilidade de atacar qualquer um dos flancos da posição portuguesa com alguma esperança de êxito.”*

Como também já referimos pensamos que não existiu o “torneamento” da hoste anglo-Portuguesa, pois como admitimos, as obras de fortificação começaram antes de terem a hoste inimiga à vista e a “boa ordenança” portuguesa, ficou a partir desse momento definida.

Jean Froissart traz-nos uma visão um tanto diferente daquela que era até então comumente aceite pela historiografia sobre a forma como se desenrolou a batalha, **fala-nos em dois momentos da batalha**, o primeiro momento de contenda dá-se quando a cavalaria Francesa – *“Assim que viram os inimigos cerraram fileiras e juntaram-se como gente de experiência e bem ordenada e que sabia o que fazer, e chegaram-se a eles à distância de um tiro. Ali à primeira investida, foi duro o recontro, pois os que desejavam guerrear e ganhar graça e preço de armas lançaram-se com grande vontade contra a posição que os Ingleses, por seu engenho e arte, haviam fortificado, e entraram nela. Mas porque a entrada não fosse larga, foi grande o aperto e os malefícios para os acometedores, pois o que lá havia de archeiros de Inglaterra disparava em ataque tão cerrado, que os cavalos eram todos trespassados e feridos, e caíam uns sobre os outros”.*

Sobre este primeiro momento João Fernandes Pacheco na entrevista que concede a Froissart é esclarecedor: *“O exército castelhano era formado por duas batalhas que marchavam com um intervalo de duas léguas uma da outra – a primeira batalha era formada por Gascões e outros estrangeiros, e contava com mil lanças”. E dá a sua versão de como as forças anglo-portuguesas desbarataram a cavalaria francesa: “A vanguarda cai então, com toda a força sobre os portugueses: «Entre eles e nós existia um fosso não tão grande que o cavalo não o pudesse saltar. Isto deu-nos algumas vantagens, porque ao passarem a nossa*

gente que estava disposta em duas alas, lançava sobre eles dardos aguçados, de que eles sofreram muito. Quando saltaram o fosso, juntaram-se a nós, na esperança de que o rei de Castela e o seu grande exército os socorressem sem demora, mas isso não aconteceu e eles foram todos mortos e derrotados antes que o rei de Castela e as suas gentes viessem. E eu explico porquê (diz João Fernandes Pacheco):” ... foi porque ficaram fechados e cercados entre nós e aqueles a que nós chamamos os concelhos do nosso país, de tal modo que descarregavam sobre eles as achas e as massas de armas sem os poupar. Os nossos homens de armas, que estavam frescos e vigorosos avançaram sobre eles de lança em punho e eles, recuando, iam cair no fosso que tinham sobre as costas. E digo, Senhor, que dentro de meia hora tudo estava acabado e estendidos pelo campo com certeza mais de quatro mil, porque ninguém era preso por resgate e quando alguns dos nossos cavaleiros ou escudeiros o queria fazer matavam-lhe o prisioneiro nas mãos.”

E Froissart mais tarde lamenta-se: *“Pois se El rei de Castela e a sua grande hoste, em que havia não menos de vinte mil homens armados, tivessem vindo, por outra parte, acometer os Portugueses, diz-se que a jornadas teria sido deles, mas eles não fizeram e por isso mereceram censura e dano. Também para dizer a verdade, a primeira hoste acometeu cedo demais, mas fizeram-no porque queriam ganhar honra.”*

Mas, Froissart fornece-nos a chave da questão: *Por outro lado os Espanhóis, segundo fui informado, esquivaram-se a vir muito cedo, pois os Franceses não estavam nas suas boas graças, e já haviam dito: “Deixá-los ir, encontrarão certamente com quem se haver”*

Este mau relacionamento entre as tropas franco-castelhanas era latente e tinha razões de fundo. José Hermano Saraiva dá-nos a explicação: *“...São narradas, com grande pormenor, circunstâncias que não constam dos relatos portugueses. Como a grande rivalidade que se estabelece entre os fidalgos espanhóis e os cavaleiros Franceses, que os castelhanos acham terem excessivo ascendente no ânimo do seu rei. A memória do crime de Montiel ainda não se apagou, e paira no espírito de todos que o rei de Castela é filho do «fratricida» (é esse o sinistro apelido de Henrique de Trastâmara) e recordam que o fraticida devia o trono inteiramente aos mercenários vindos de França. Porque todos sabiam, foi dentro da tenda do Condestável Bertrand de Guesclin que o rei de Castela, Pedro I, foi assassinado. Com tais precedentes não admirava que o filho do bastardo só se fiasse nos Franceses.”*

E continuamos com Froissart, dizendo que *“o exército Castelhana estava quedo no campo e não queria avançar, o que muito aborrecia D. Juan de Castela – diriam alguns castelhanos ao seu rei: Senhor está feito, estes cavaleiros de França derrotaram os vossos inimigos, a jornada e a honra serão para eles”. – Mas o resultado desta primeira refrega foi a hoste Anglo-Portuguesa ter desbaratado a cavalaria francesa tendo feito 1000 cativos e os restantes foram todos mortos, segundo Froissart.*

A segunda investida – a investida castelhana:

Alguns franceses que conseguiram fugir chegaram perto do rei castelhano e disseram-lhe: *“Senhor rei avancei; os da vanguarda francesa estão todos mortos ou presos. Não haverá esperança de libertação se não vier do nosso poder”. E o rei Castelhana ordenou que cavalgassem e disse “Cavalguemos com as bandeiras. Então começaram os castelhanos a estugar o passo, sem se desviar e em fileiras cerradas, e já era horas de vésperas e quase por-do-sol.”*

Neste íterim Froissart relata que os portugueses sabendo de novo ataque reuniram um breve conselho e decidiram então *“um feito indigno” foi ordenado que quem tivesse um cativo francês que o matasse e mataram todos os seus cativos, não se salvou nenhum homem que não tivesse sido antes levado à vila de Aljubarrota, onde se achava a carriagem e as azémolas”*.

Esta passagem é de extrema importância, não só porque nos dá conhecimento da chacina pelas tropas Anglo-Portuguesas de cerca de 1000 combatentes franceses, segundo Froissart, por outro lado indica-nos que a carriagem e as azémolas portuguesas se encontravam no campo de S. Jorge (Não vamos confundir a vila de Aljubarrota, com o que é comum entender, quando nos referimos à “Batalha de Aljubarrota, não nos estamos a referir que a batalha se travou na vila, hoje, de Aljubarrota). Froissart faz-nos o relato da segunda investida castelhana nestes termos: *“... Ali houve dura e feroz peleja e muitos homens derrubados, e os Portugueses não estavam em vantagem, mas combateram valorosamente e com bravura, ou de outra guisa estariam perdidos. E o que mais os salvava e guardava era que ninguém podia alcançá-los senão por uma estreita passagem. Ali se apeou el-rei de Portugal e tomou seu machado e veio sobre a passagem e fez maravilhas de armas, e derrubou três ou quatro dos mais notáveis, tanto que todos os temiam e os inimigos não ousavam chegar-se a ele com pavor dos grandes golpes que ele dava e desferia por todas as partes...”* vendo que os inimigos não foram desbaratados, começaram a temer e volvem os freios dos cavalos e fogem, os que podem fazê-lo. Também ali jogaram aquela partida e fizeram daquela guisa, porquanto encontraram os seus inimigos duros *“e frios e tão frescos para a peleja como se não houvessem combatido nesse dia, o que muito os maravilhou e espantou. E perguntavam-se os castelhanos o que acontecera aos da vanguarda, pois que não os viam nenhum, nem ouviam novas de nenhum deles, e já entardecia. Ali foram os castelhanos em dura jornada, e a fortuna foi dura e cruel para eles, pois todos os que entraram na posição fortificada dos Lisboaetas buscando galardão ou feitos de armas foram todos mortos.”*

José Hermano Saraiva, lendo também Froissart, tece alguns comentários sobre a chacina dos 1000 combatentes Franceses: *“Froissart não diz quem fosse, mas não é fora do razoável supor que tivesse sido o condestável Nuno Álvares Pereira, que era uma pessoa a quem competia dar tal ordem[...] O episódio é muito chocante para a nossa sensibilidade (suponho que por isso foi tão profundamente esquecido) mas estava de acordo com a crueldade da guerra. O facto de o cronista fazer em seguida uma lista nominal dos fidalgos de região que desse modo perderam a vida, é um forte argumento a favor da veracidade do informe”*.

João Fernandes Pacheco conta-nos a sua versão do que se passou na segunda investida: *“A vanguarda francesa estava, portanto, destruída quando chegou o exército de Castela. Mas quando se aproximaram era já de noite, e não sabiam do grande desastre que tinha acontecido à sua gente (franceses). Começaram a fazer diante de nós as suas proezas a cavalo, e mais de 500 para alardear valentia fizeram saltar o seu cavalo sobre o fosso, mas sapei, senhor, que nenhum dos que o saltaram voltou a passá-lo, porque todos lá deixaram a vida. E eram todos, ou uma grande parte deles, dos mais notáveis e dos que mais apreciavam os grandes feitos de armas, entre eles bom número de barões e cavaleiros portugueses que estavam contra nós, da parte do rei de Castela.”*

Como estariam dispostas as tropas anglo-portuguesas no campo de batalha:

Vamos centrar a nossa investigação do posicionamento das tropas Anglo-Portuguesas a partir da análise ao mapa do campo de S. Jorge apresentado por Helena Catarino a páginas 101 do livro, já citado, de João Gouveia Monteiro *“Aljubarrota Revisitada”* e que tem como legenda: *“Esquema das defesas acessórias já descobertas e dos prováveis dispositivos das duas hostes, pouco antes das vanguardas avançarem ao encontro uma da outra (extraído de Afonso do Paço, 1959, fig. 1). Localização das prospeções geofísicas e das sondagens arqueológicas.”*

Esquema de Afonso do Paço:

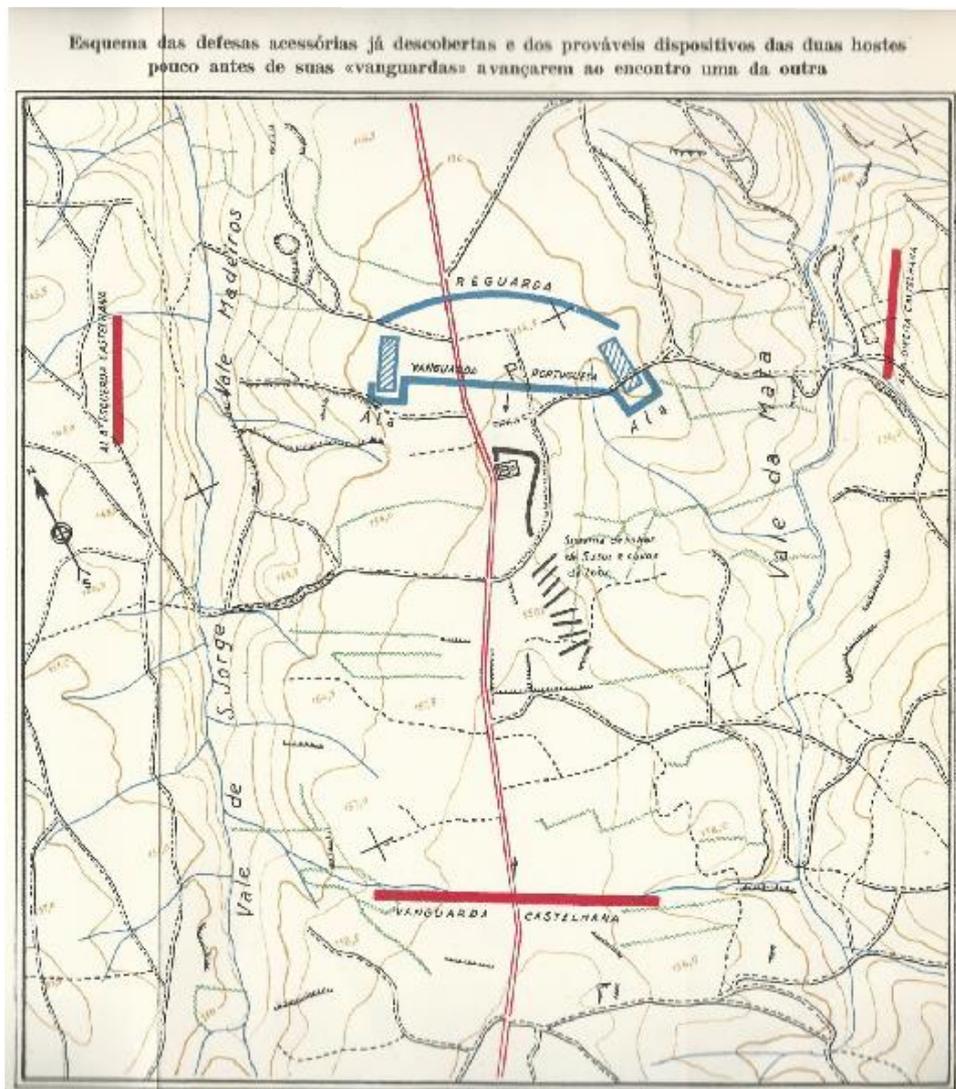


Fig. 34 - Mapa de Afonso do Paço – 1960

No mapa de Afonso do Paço não concordamos com a legenda apresentada: “Esquema das defesas acessórias já descobertas e dos prováveis dispositivos das duas hostes pouco antes de suas «vanguardas» avançarem ao encontro uma da outra”.

A imprecisão de Afonso do Paço está quando refere que as «vanguardas avançaram ao encontro uma da outra, pois dá a ideia de dinâmica entre as hostes quando em nosso entender a vanguarda anglo-portuguesa ficou parada aguardando a investida inimiga.

Esquema de Helena Catarino:

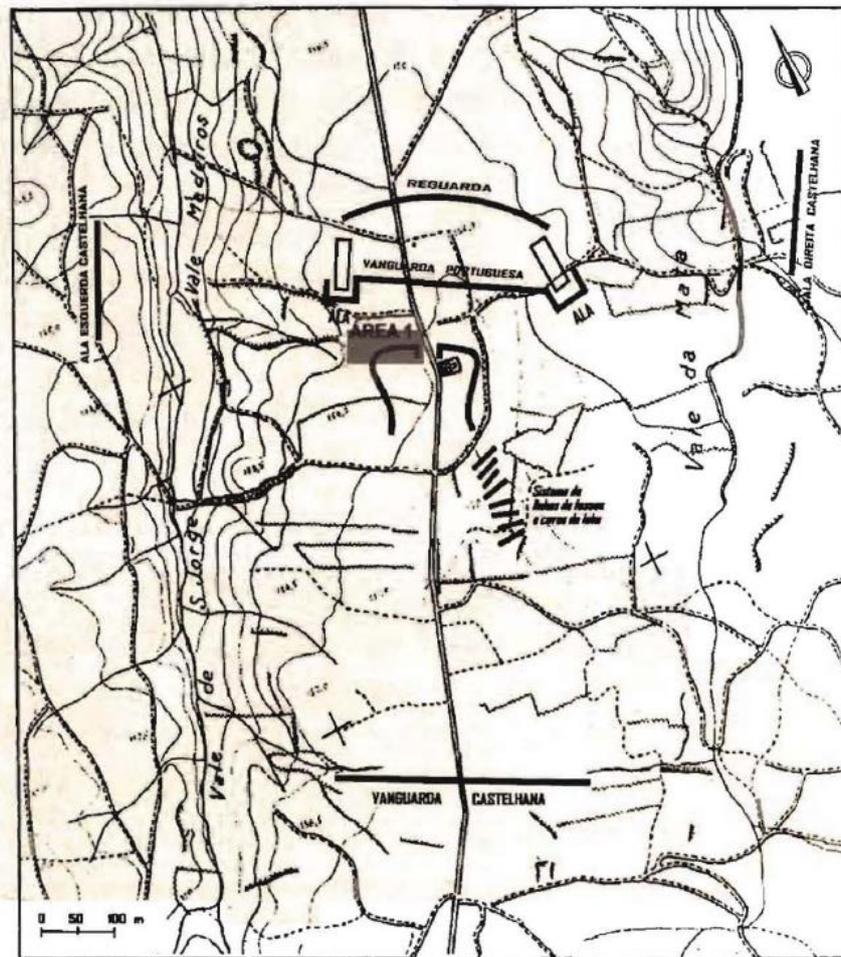


Fig. 35 - Mapa de Helena Catarino (1999)

Helena Catarino acrescenta ao mapa do campo de S. Jorge de Afonso do Paço uma nova grande vala, simetricamente situada a poente da vala apresentada por Afonso do Paço. Mantendo o posicionamento das hostes em contenda. Por certo, Helena Catarino inferiu esta hipótese a partir dos resultados da sua intervenção arqueológica efectuada em 1999 e com a qual concordamos inteiramente.

Esquema com novas sugestões:

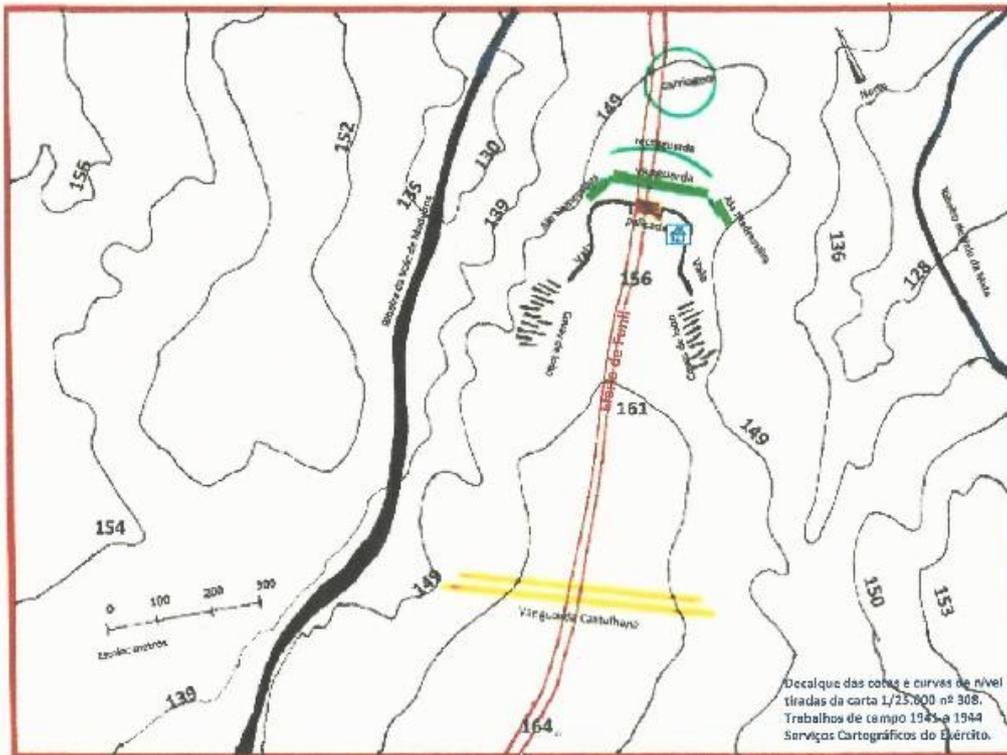


Fig. 36 - O decalque efectuado das cotas do terreno e curvas de nível foi feito em cima da carta 1/25.000 (ampliada). Esta carta (cópia do único exemplar existente) – amavelmente cedida pelo Sr. Coronel José Paulo Berger, responsável pela Direcção de História e Cultura Militar, Campo de Santa Clara em Lisboa. São visíveis os desníveis existentes da zona onde foi colocada a vanguarda e alas do exército anglo-português para as ribeiras de Vale de Madeiro (declive da cota 149 para a cota 130) e Vale da Mata (da cota 149 para a cota 128).

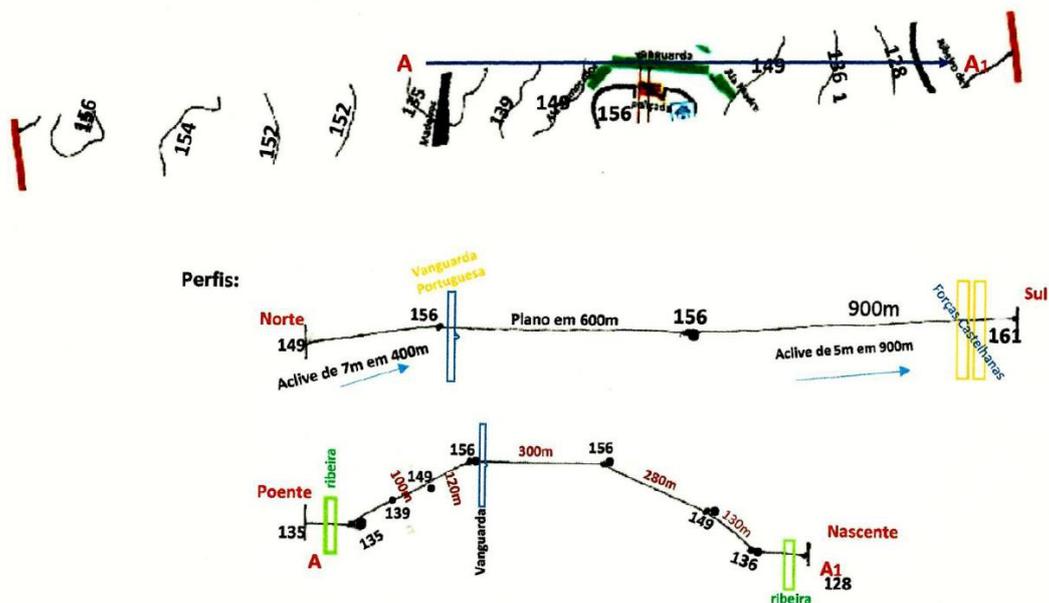


Fig. 37 - Perfis da zona da Capela de S. Jorge – Corte Norte/Sul e corte Poente/Nascente

De ambas as propostas apresentadas por Afonso do Paço e Helena Catarino limitámo-nos a acrescentar de forma também simétrica uma zona de covas de lobo e valas a poente das que foram encontradas por Afonso do Paço, o que nos remete para a ideia proposta por João Gouveia Monteiro do “efeito de funil” que se verificou aquando do ataque inimigo.

Por outro lado, não estamos de acordo da existência de uma pequena “abertura simples” pela parte central das pontas terminais norte das duas grandes valas. Teria havido eventualmente, uma dificuldade qualquer, implantada no terreno, por exemplo, um amontoado (a paliçada que nos fala o Despensero e Peter Russel) de troncos, mas que possibilitasse um “salto de cavalo” para que os cavaleiros, com dificuldade, entrassem numa “zona de morte” pois como diz Froissart, cavaleiro que entrasse, já não conseguia sair, daí o amontoado de feridos e mortes do lado dos atacantes. Aliás Peter Russel refere-se ao que se entende o que haveria à saída da boca do “funil” quando diz: *“Foi primeiro erguida uma paliçada, feita de matagal, até à altura da cinta. Podemos presumir que, à moda Inglesa, esta não seria contínua, antes visaria quebrar a carga inimiga e forçar os atacantes a amontoarem-se no centro da linha portuguesa, onde a resistência seria mais forte. Por detrás da linha da paliçada, foi também cavada uma vala, com vários pés de profundidade, por forma a acrescentar novas dificuldades aos homens de armas castelhanos que tivessem vencido o primeiro obstáculo”*.

No excelente artigo *“Os Mais Verdadeiros Testemunhos da Batalha de Aljubarrota: Os Ossos dos Seus Combatentes”* de Eugénia Cunha, Carina Marques e Vítor Matos, inserido no livro Aljubarrota revisitado, de páginas 133 a 191, na página 179, em “comentários finais” os autores chegam a essa *(daí o amontoado de feridos e mortes do lado dos atacantes)*, conclusão quando dizem: *“Relativamente aos dados novos inferidos a partir do estudo dos ossos, talvez a informação mais relevante seja a que se reporta à patologia traumática. O estudo detalhado deste tipo de lesões sugeriu um cenário de batalha em que as notas dominantes eram simultaneamente a violência e uma certa confusão...Não obstante, foram ainda assim encontradas algumas lesões que deverão, muito provavelmente, ter provocado a morte no campo de batalha. Referimo-nos aos cortes e às perfurações”*.

Por outro lado, como nos diz Fernão Lopes *“Nesta Az cujas pontas cerravam com a vanguarda.”* O que quererá dizer que as alas não estariam cobertas pela vanguarda, mas “cerravam” (fechavam) encostadas aos terminais (nascente e poente) da vanguarda anglo-portuguesa.

No mapa apresentado por Afonso do Paço e Helena Catarino, estes autores não nos propõem a localização da logística – carriagem – o trem de apoio ao exército:

O que se teria passado com a carriagem do exército anglo-português? Olhando para o mapa de Afonso do Paço e à distância entre a retaguarda e a vanguarda cerca de 150m (pensamos que a distância entre a vanguarda e a retaguarda seria menor) estamos em crer que, entre ambas, dificilmente lá caberiam como diz Ayala, 200 carretas e algumas centenas de azémolas de carga. Estaria isso sim, no planalto de S. Jorge, mas, entre 0,5km e 1km mais a norte.

Como já explicamos no capítulo IV, a carriagem de um exército na Idade média era fundamental para o sucesso de um exército, tanto assim que a tarefa da organização da logística estava entregue, por norma, ao condestável do reino.

A acompanhar a carriagem vinha todo um arraial de não-combatentes, que, no entanto, teriam sido essenciais para executarem a estratégia da batalha criando as fortificações acessórias que viriam a ser determinantes. Por outro lado, recuperando o episódio da chacinha francesa – como aconteceu em Atoleiros os prisioneiros foram levados para a zona defensiva criada com a carriagem – e aí foram executados. O facto de se encontrar a carriagem à distância que indicámo seria o suficiente para, como dizem alguns cronistas, mormente, Froissart e João Fernandes Pacheco os Castelhanos não se aperceberam do que lhes tinha acontecido. E, ainda, dá sentido ao empréstimo do cavalo de Pero Botelho a Nuno Álvares Pereira para ir em socorro da carriagem quando esta estava a ser atacada pela ala do Mestre de Alcantara, D. Gonçalo Nunes de Gusmão. Facilmente aceitamos o facto de Nuno Álvares Pereira e mais alguns combatentes não irem a pé 500 ou 1000 metros para socorrer a carriagem. Não faria sentido.

Ao contrário do que nos dá nota Ayala sobre o que aconteceu às alas franco-castelhanas (que aparentemente não entraram na batalha) as alas anglo-portuguesas, “dos Namorados” e da “Madressilva” tiveram um desempenho notável: *” E assim foi, o que alguns tinham previsto, que as alas da batalha de el rei D. Juan não puderam combater, pois cada uma delas (alas) não puderam passar e a vanguarda del rei combateu sem ajuda das suas alas”*.

É o próprio Fernão Lopes que nos diz que não havia besteiros na vanguarda, como também nos diz Costa Veiga: *“sabemos que na formatura da vanguarda não havia besteiros, logo, já por aí, é de presumir que os 300 do seu efectivo orgânico tivessem sido destacados para as alas”*. Pensamos que as alas eram formadas a de poente pelos besteiros portugueses, homens de armas e peonagem e a ala de nascente a da madressilva composta pelos arqueiros ingleses e também acompanhados por homens de armas e peonagem, se bem que se possa admitir a existência de besteiros e arqueiros nas duas alas. Pois fará mais sentido os arqueiros numa segunda linha por detrás dos besteiros que faziam disparos em “vólei” para dentro do “funil”. (***Knee Stretch – New Strick***) (Joelho dobrado – Novo tiro) – esta ordem de comando, dada aos arqueiros ingleses pelo seu comando, com Long-bow’s de 100 libras de tensão, devia ter feito toda a diferença no decorrer da batalha). Os besteiros (alguns com bestas de torno com 700 libras de retesamento, que matavam a 200 metros e feriam a 300m, mas se estivessem a 50 metros do inimigo um tiro de besta de torno perfuraria a armadura de um cavaleiro) faziam tiro directo para quem passasse a boca do funil – Não faria sentido fazerem-se tiros de besta quando os combatentes de ambos os lados já estavam em confronto. Daí pensarmos que a distância entre a vanguarda e a boca do “funil” (pequena entrada como relatam alguns autores) não ser superior a 30m e que a rectaguarda não estaria a uma distância, da vanguarda, superior a 50m. A ideia tira-se das afirmações de João Fernandes Pacheco: *“foi porque ficaram fechados e cercados entre nós e aqueles a que nós chamamos os concelhos do nosso país, de tal modo que descarregavam sobre eles as achas e as massas de armas sem os poupar. Os nossos homens de armas, que estavam frescos e vigorosos*

avançaram sobre eles de lança em punho e eles, recuando, iam cair no fosso que tinham sobre as costas.”

Quanto ao número de combatentes que estariam empenhados na composição das duas alas, subscrevemos o manuscrito de 1425 de Froissart - *“Nas duas alas devia haver em conjunto pelo menos 500 besteiros, 200 arqueiros (todos ingleses) 400 homens de armas e uns 2.400 homens de pé (lanceiros e atiradores).”*

João Gouveia Monteiro e Peter Russel acompanham-nos no nosso raciocínio quanto à distância entre vanguarda e rearguarda indicando-nos na mesma declaração o número de combatentes que integravam a rearguarda: *“O corpo principal das forças defensivas, integrando entre 700 e 1.000 homens de armas, encontrava-se sob o comando pessoal de D. João I. Ocupou a sua posição a curta distância da vanguarda.”*

Quanto ao número de combatentes que constituíam a vanguarda, supomos, todos homens do Condestável, João Gouveia Monteiro informa-nos que Nuno Álvares Pereira consegue reunir (CDJ II cap. 25) *“600 homens de armas, 2000 peões e 300 besteiros. D. Juan já perto de Coimbra – Nuno Álvares Pereira e D. João encontram-se em Abrantes no final de julho”* (Monteiro – 2017 p. 109).

Se procedermos ao somatório destas forças teremos um número entre os 6.800 e os 7.400 combatentes, isto se considerarmos a utilização dos 300 besteiros do condestável na contagem das alas, uma sobreposição e, por outro lado, se usarmos o número maior ou o mais pequeno nas forças da rearguarda (entre 700 e 1000 combatentes). O que nos parece um número de combatentes, bastante em média com o que nos contam todos os cronistas e historiadores que se debruçaram sobre a batalha de Aljubarrota. Se a este número juntarmos entre 2.500 a 3.000 não combatentes estaremos dentro das previsões apresentadas por Gouveia Monteiro, que o número total da hoste anglo-Portuguesa se situaria entre s 10.000 e, as 12.000 pessoas.

Como se desenrolaram os momentos decisivos de batalha:

Alinhando pelas descrições de Froissart, João Fernandes Pacheco e José Hermano Saraiva, as que melhor se coadunam com a tese por nós gizada, a batalha deve-se ter desenrolado em dois momentos. Num primeiro momento o ataque, antecipado, da Cavalaria Francesa, que foi totalmente dizimada, num segundo ataque a investida castelhana.

Como nos conta João Fernandes Pacheco: *“O exército castelhano era formado por duas batalhas que marchavam com um intervalo de duas léguas uma da outra. A primeira batalha era formada por gascões e outros estrangeiros”*. E continua João Fernandes Pacheco: *“A vanguarda cai então, com toda a força sobre os portugueses: Entre eles e nós existia um fosso não tão grande que o cavalo não o pudesse saltar. Isto deu-nos algumas vantagens, porque ao passarem a nossa gente que estava disposta em duas alas, lançava sobre eles dardos aguçados, de que eles sofreram muito. Quando saltaram o fosso, juntaram-se a nós, na esperança de que o rei de Castela e o seu grande exército os socorressem sem demora, mas isso não aconteceu e eles foram todos mortos e derrotados antes que o rei de Castela e as suas gentes viessem”*.

Froissart ajusta-se aos dizeres de Pacheco: *“Na hoste dos cavaleiros Franceses havia largamente duas mil lanças. Assim que viram os inimigos cerraram fileiras e juntaram-se como gente de experiência e bem ordenada e que sabia o que fazer, e chegaram-se a eles à distância de um tiro. Mas porque a entrada não fosse larga, foi grande o aperto e os malefícios para os acometedores, pois o que lá havia de archeiros de Inglaterra disparava em ataque tão cerrado, que os cavalos eram todos trespassados e feridos, e caíam uns sobre os outros. Ali foi o Senhor de Lignac de Béarn, derrubado e a sua bandeira conquistada”*

José Hermano Saraiva remata: *“É uma Aljubarrota completamente diferente da que nos foi contada pela Crónica do Condestabre (obviamente hagiográfica e glorificante) e reproduzida com um ou outro aditamento pelo genial Fernão Lopes. Neste relato não há os famosos trons, não se encontra o «quadrado de Nun’Álvares» não se fala numa pretensa inversão de frente durante o combate; e sobretudo não há resultados milagrosos”.*

A Chacina:

Tivemos 630 anos para fazermos a catarse desta guerra, (aliás, somos um povo que nunca conseguiu fazer catarse de nenhuma guerra em que participou) já é altura de fazermos a catarse do que se passou em Aljubarrota – coisa que não nos diminui, como povo, pelo contrário nos engrandece – É altura de abrimos as “gavetas do silêncio”.

Pela narrativa de Froissart e outros articulistas que seguimos, ficamos a saber que foram chacinados cerca de 1.000 franceses no íterim do primeiro assalto da hoste francesa para a segunda investida da hoste castelhana.

Palavras de José Hermano Saraiva: *“Do lado português alguém conservara, entretanto, a serenidade, e não se deixara empolgar pela embriaguez da vitória. Froissart não diz quem fosse, mas não é fora do razoável supor que tivesse sido o condestável Nuno Álvares Pereira, que era uma pessoa a quem competia dar tal ordem”*

Da tradução de Froissart: *“Quando o rei de Portugal ouviu estas notícias, ele e os seus tiveram um breve conselho, que lhes era bem necessário. E ali foi ordenada uma cousa muito triste, porque foi resolvido que, sob pena de morte, quem quer que tivesse prisioneiros, nobre, rico que fosse, pudesse ser exceptuado ou escondido. Os barões, cavaleiros e escudeiros que estavam presos viram-se ali em grande aflição, porque súplica alguma evitava que fossem mortos. Foi na verdade piedosa cousa de ver, porque cada um tinha que matar o seu prisioneiro, e o que o não queria fazer, matavam-lho entre as mãos. Os portugueses e ingleses que tais ordens deram, diziam: antes matar que ser mortos. Se os não matamos, eles soltam-se quando nós estivermos ocupados a combater, e matam-nos nessa altura”.*

E refere, por fim, José Hermano Saraiva: *“O facto de o cronista fazer em seguida uma lista nominal de alguns fidalgos de região que desse modo perderam a vida, é um forte argumento a favor da veracidade do informe. Os bearnenses mortos foram os Sires de Longnach, de l’Esprés, de Bordes, de Moraine, Sire Pierre de Queo, e os barões Bertrand de Baruge, Raymond de Donzach, Jehan Assolegie, Monault de Sarame, Pierre de Sabbiere, Estiene de Valentin, Estienne de Corasse, Pierre de Havefane, e cerca de trezentos escudeiros bearnenses. Dos cavaleiros de França cita os nomes de Jehan de Rye, Gieuffroy Richon e Gieuffroy de Partenay, além de grande número de escudeiros”.*

Mas a batalha ainda não havia terminado. Há o segundo momento, o ataque da grande hoste Castelhana: As novas chegaram ao campo do rei de Castela e à sua gente.

Seguimos novamente Froissart, na publicação da Fundação da Batalha de Aljubarrota de tradução de Mário Barroca: *“Quando Lisboaetas, Ingleses e Portugueses libertaram a posição e mataram todos os seus cativos, não se salvou nenhum homem que não tivesse sido antes levado a Aljubarrota”*. (À carriagem, que se encontrava perto do topo norte do planalto, como já referimos atrás)

“A essa hora começava o sol a deitar-se, e chega el-rei de Castela em mui poderosa hoste...e entraram na passagem que estava fortificada. Aí foram recebidos com lanças e machados, e o primeiro golpe feriu muitos cavaleiros, e houve nessa hora vários perdidos (ainda não sabiam que os Franceses tinham sido todos mortos). Ali houve dura e feroz peleja e muitos homens derrubados, e os Portugueses não estavam em vantagem, mas combateram valorosamente e com bravura, ou de outra guisa estariam perdidos. E o que mais os salvava e guardava era que ninguém podia alcançá-los senão por uma estreita passagem.

Ali se apeou el-rei de Portugal e tomou seu machado e veio sobre a passagem e fez maravilhas de armas, e derrubou três ou quatro dos mais notáveis, tanto que todos os temiam e os inimigos não ousavam chegar-se a ele com pavor dos grandes golpes que ele dava e desferia por todas as partes. Ali foram os castelhanos em dura jornada, e a fortuna foi dura e cruel para eles, pois todos os que entraram na posição fortificada dos Lisboaetas buscando galardão ou feitos de armas foram todos mortos, nem se tomava homem como refém por muito nobre que fosse”.

“Mas quando se aproximaram (conta João Fernandes Pacheco) era já de noite, e não sabiam do grande desastre que tinha acontecido à sua gente. Começaram a fazer diante de nós as suas proezas a cavalo, e mais de 500 para alardear valentia fizeram saltar o seu cavalo sobre o fosso, mas sabej, senhor, que nenhum dos que o saltaram voltou a passá-lo, porque todos lá deixaram a vida. E eram todos, ou uma grande parte deles, dos mais notáveis e dos que mais apreciavam os grandes feitos de armas, entre eles bom número de barões e cavaleiros portugueses que estavam contra nós, da parte do rei de Castela”.

As forças Anglo-Portuguesas venceram as forças Franco-Castelhanas em Aljubarrota devido ao génio de alguns Ingleses ao escolherem o campo de S. Jorge para dar batalha a fortificá-lo e a definir a tática. Atrás falámos numa estratégia genial e suicida, suicida pois o plano não previa fuga (pelo posicionamento geográfico não havia por onde fugir se as coisas corresse mal) – era ganhar ou morrer. Morreram muitos de ambos os lados, mas venceu-se a batalha, ganhou-se um País. Permitiu-nos, de seguida, (com o mesmo rei) começar a abrir as portas de um novo mundo.

Concluimos este capítulo VI com as palavras proferidas por José Hermano Saraiva no acto comemorativo do sexto centenário da Batalha Real: *“Guardar o assunto nas gavetas do silêncio, é um esquecimento desejado. Julgo que isso se relaciona com a crueldade do sacrifício dos prisioneiros franceses. É uma página triste, e não deixa de ser significativo que ela, apesar do brutal realismo, esteja tão completamente esquecida quando se recorda o fantasioso episódio da padeira que matou sete de uma vez. Apesar de tudo foram só sete, tantos quanto os nossos pecados. As tradições têm por vezes essa utilidade de emprestar à história o confronto dos eufemismos”*.

Parte III

Capítulo I – Martim Gonçalves de Macedo

Introdução

O património mais importante de um país, de uma comunidade, é a sua identidade. A nossa comunidade (o nosso País – os Portugueses) deve orgulhar-se da sua história, exaltando e reconhecendo os feitos e os defeitos dos seus antepassados assim, ajudando-nos a reconhecer as nossas fraquezas, mas também as nossas virtude e é nessa imensidão de história que possuímos que temos de pensar o nosso presente e projectar o nosso futuro colectivo.

A nossa história é feita de muitos sucessos, mas também de muitos fracassos, cabe ao historiador buscar nas fontes, os factos e, relatá-los o mais fidedignamente possível, não iludindo a verdade – sabemos que será sempre a sua verdade – sabemos que quem escreve do lado do vencedor não terá a mesma perspectiva a mesma objectividade daquele que escreve do lado do vencido, daí as dificuldades.

Tudo isto a propósito de uma figura Macedense que viveu no século XIV/XV e que esteve no sítio certo no lugar certo à hora certa. Até ao ano de 2006 restou a lenda. Com o livro *“De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo”* acabou-se a lenda, tirou-se a poeira que o tempo lhe tinha colocado por cima, reabilitou-se o homem. Hoje com os dados retirados da bibliografia é possível retratar-se a figura na policromia correcta. Afinal o maior cronista de todos os tempos – Fernão Lopes – que descreveu a batalha de Aljubarrota, na primeira versão impressa da sua crónica publicada em 1643 e em outra versão impressa no ano de 1644 refere-se a Martim Gonçalves de Macedo, como o homem, o escudeiro real, o cavaleiro que em momento decisivo da batalha de Aljubarrota salvou a vida ao Rei D. João I. Acto que levou D. João I a colocar-lhe um braço real armado de uma maça de lâminas, no seu brasão e a premiá-lo com várias doações. Castelãos, freguesia adossada à cidade de Macedo de Cavaleiros também faz parte dos locais bafejados com acontecimentos históricos, pois foi aí que se reuniram as tropas dos exércitos de D. João I e do Condestável Nuno Álvares Pereira entre meados de abril e meados de Maio de 1386 aquando da célebre campanha do “Norte”.

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória “Batalha” já rectificou a imprecisão histórica que estava na identificação da sua sepultura jacente que se encontra à entrada da sala do Fundador. Hoje pode ler-se – *“Túmulo de Martim Gonçalves de Macedo – Segundo a inscrição da lápide Martim Gonçalves de Macedo salvou a vida ao Rei D. João I na Batalha de Aljubarrota”*.

O Município Macedense também tem sabido honrar a memória do seu antepassado, mormente com a inauguração do museu dedicado a Martim Gonçalves de Macedo e à batalha de Aljubarrota, assim como sinalizou o sítio onde estiveram acantonadas as tropas portuguesas em Castelãos.

Martim Gonçalves de Macedo na bibliografia:

Arrolam-se 16 publicações desde o século XV ao século XX onde consta, em todas elas, o relato dos acontecimentos durante a Batalha de Aljubarrota em que esteve implicado Martim Gonçalves de Macedo quando salvou a vida ao rei D. João I.

Pretende-se com este arrolamento desmontar cabalmente todo o que se tem reproduzido na bibliografia portuguesa acerca da figura de Martim Gonçalves de Macedo, tanto no que respeita ao seu acto heróico durante a Batalha de Aljubarrota como também sobre a propriedade do seu túmulo à entrada da capela do fundador na nave da igreja do mosteiro de Santa Maria da Vitória, hoje, já devidamente identificado.

A primeira entrada bibliográfica refere a existência de um manuscrito proveniente da casa de Tarouca e que foi apresentado à Academia Real das Ciências de Lisboa em sessão de 13 de janeiro de 1898 por José Arriaga.

Século XV (c. 1410)

Manuscrito Inédito apresentado à Academia Real das Ciências na Sessão de 1898, por José de Arriaga. Manuscrito de Pero Vaz Soares. (Ainda eram vivos participantes na Batalha).

Na página 11 assiste-se à interpelação que José de Arriaga faz a Theophilo de Braga... Assim à saída d'aquele cavalheiro annunciámos a existência de uma crónica inédita do rei D. João, insistimos com S. Ex^a que se não tratava de nenhuma das cópias de Fernão Lopes. Affirmámos-lhe que declara ser de Pero Vaz Soares... Ainda insisto em que estamos na presença de uma obra inédita, escripta em gothico e em estilo mui antigos quasi contemporânea dos factos e de incontestável valor. Fazendo uma relação mui desenvolvida dos fidalgos que na Batalha de Aljubarrota acompanharam a D. João I, e referindo-se aos que sahiram do reino acrescenta o chronista.

«... Dos quaes allgus jamorrerõ como o almirante e o conde de Viana Aires Gomes da Sylva, etc...

Donde se conclue que ainda no tempo d'elle existiam alguns dos que entraram na guerra. Há mais provas disso.

Na página 13 do livro das sessões diz-se: " [...] *Fomos depois à Torre do Tombo e lemos todos os manuscritos que n'ella se encontram sobre o assumpto. Resultou d'esse estudo a convicção de que todas as chrónicas de D. João I, até agora encontradas são cópias mais ou menos infiéis, da de Fernão Lopes, cujos autógrafos desapareceram, talvez por cumplicidade de alguns dos que desejaram passar por auctores. Desgraçadamente os originaes, à face de que se fez a impressão são das cópias mais recentes e mais infiéis... Quanto mais recentes, tanto mais infiéis são as cópias. As que serviram de original para a impressão d'aquella chronica pertencem, como dissemos, às de data mais moderna. Basta apontar o facto estranho de o portuguez e orthographia da primeira parte serem de uma epocha posterior à da segunda.* "

Na página 18 lemos: "[...] Na obra impressa há também omissões importantes. Assim, por exemplo, n'ella diz-se que foi apenas Martim Gonçalves de Macedo quem primeiro acudiu a D. João I no momento em que este correu perigo de ser morto por Álvaro Gonçalves do Sandoval."

No manuscrito de Pero Vaz Soares, cita-se em primeiro lugar ao marechal Álvaro Pereira e depois ao Macedo.

A página 52 do Livro acima citado, (De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo) acerca deste assunto, (o alcandoramento à cena do marechal Álvaro Pereira) demos a explicação do sucedido: "Não houve interpolação do episódio, mas o contrário. Isto é, que em algumas versões, já do século XVI, Martim Gonçalves foi retirado para fazer ressaltar a valentia e a coragem do fundador da Dinastia de Avis. Retirar o autor da façanha por parte dos que queriam glorificar o rei era possível em algumas cópias do texto de Fernão Lopes. Mas uma interpolação por interesses familiares appareceria num exemplar, ou nas cópias da família. Aliás, o que aconteceu com os Pereiras é, para nós, demonstrativo. Apenas um exemplar reproduz o episódio colocando aí Álvaro Pereira, ao lado do nosso herói".

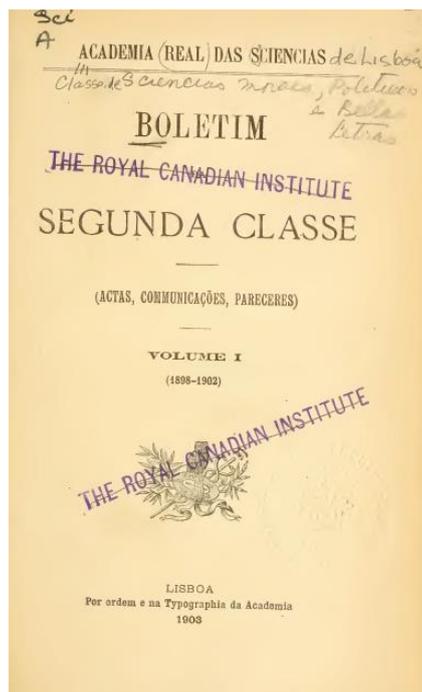


Fig. 38 - Capa do "Boletim da Academia Real das Ciências"

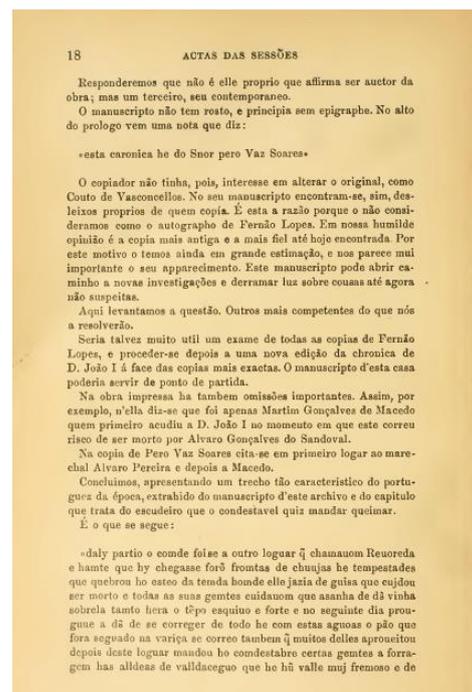


Fig. 39 - Página 18 do "Boletim da Academia Real das Ciências"

Finais do século XV

Manuscrito dos finais do século XVIII, arquivado na Biblioteca Nacional sob o número 11.038 (retirado do livro de Macedo a Macedo de Cavaleiros, a figura de Martim Gonçalves de Macedo)

Manuscrito 11.038 da Biblioteca Nacional de Lisboa; Transcrevemos a passagem, a partir do artigo que temos vindo a seguir:

“...e elle [D. João I] recebeu o gollpe e travou por ella a tyrou tão riço que lha levou das mãos e fezeo ajoelhar dambos joelhos e foy lloguo levantando muito asynha per ho nobre martym gonçallvez de maçedo homem fidalgo que bem servia ell Rey em estes trabalhos e quoando allvaro gonçallvez alçou a facha para lhe dar ell Rey esperou o golpe e tornoulha a tomar per aquella gysa e quoando lhe quisera outra vez dar jazia jaa morto pelos que eram presentes que o mays apresa fazer não poderão porque cada hum tynha asaz que ver em sy”.

Obras do Século XVII

1643

Crónica de DelRey D. Ioam. I. de Gloriosa Memoria - Este exemplar que fomos encontrar cópia na biblioteca Nacional Austríaca e que nunca vimos citada na bibliografia portuguesa, na pág 200 – conta o episódio da batalha e refere-se a Martim Gonçalves de Macedo.

O Interessante desta obra, é que foi impressa no ano de 1643, refere na capa que foi tirada à luz por ordem de “Dom Rodrigo da Cunha” obra que aparece um ano antes do mesmo impressor do rei António Alvares imprimir a crónica de D. João I, “composta por Fernão Lopes” com veremos a seguir. Curioso é que o impressor régio utiliza para as duas publicações a mesma gravura da capa.



Fig. 40 - Capa da Crónica de DelRey D. Ioam. I, de 1643

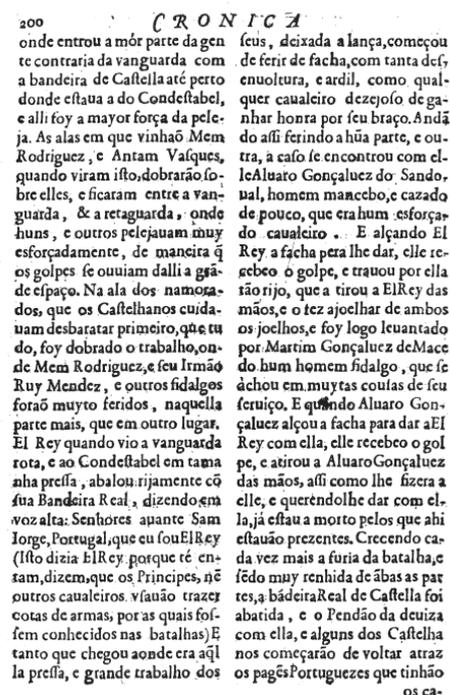


Fig. 41 - Página 200 da Crónica de DelRey D. Ioam. I, de 1643

Crónica de DelRey D. Ioam. I. de Boa Memoria composta por Fernão Lopes, tirado do original pelo impressor do rey António Alvarez. Pág 108.

Esta crónica, algumas vezes referenciada por historiadores a partir do século XIX parece que serviu de base, como veremos mais abaixo, às crónicas que durante o século XX foram impressas, sobretudo pela livraria civilização, não se entendendo o ostracismo a que votou a figura de Martim Gonçalves de Macedo.

A sua importância deve-se ao facto de não ter sido transcrita de uma cópia por um outro cronista do século XV, mas foi impressa por António Alvares (impressor do rei) ao que parece directamente de uma transcrição dos Manuscritos de Fernão Lopes, que existiriam à época, mas que entretanto desapareceram.

Nela consta (obra composta por Fernão Lopes) o episódio do Martim Gonçalves de Macedo a salvar o rei D. João num momento de apuro na batalha de Aljubarrota, sendo que o texto do acontecido é igual ao texto da crónica de 1643.

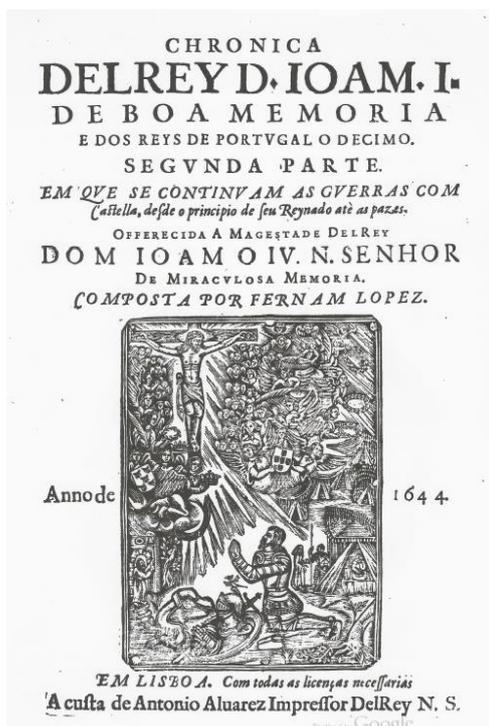


Fig. 42 - Capa da Crónica de DelRey D. Ioam. I, de 1644

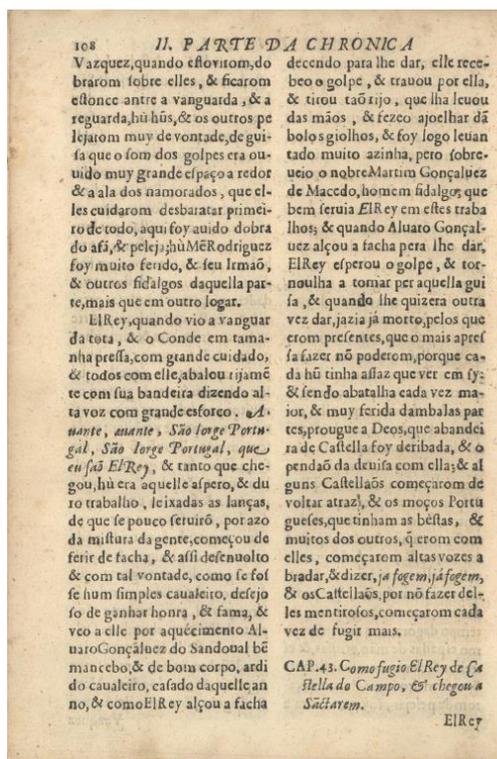


Fig. 43 - Página 108 da Crónica de DelRey D. Ioam. I, de 1644

Sugestivas são as advertências encontradas nas crónicas de D. João I, publicadas pela Livraria Civilização nas suas edições de 1949 e 1960, advertências que nos fazem compreender a razão de não constar nelas o nome de Martim Gonçalves de Macedo.

Assim lê-se nas crónicas de D. João I Volume II (ditas de Fernão Lopes) editadas pela Livraria Civilização edições de 1949 e 1960 (trata-se do mesmo texto em ambas as edições na página 107. Para além de ocupar a mesma página ocupa o mesmo espaço na página):

Ao abrir o livro deparamos com “Advertência” em que se diz:

*"Serviu de original à edição desta segunda parte da Crónica de D. João I o Códice Ms de Évora nº CIII/I-10, na sua totalidade **confrontando com a edição de 1644** e, até págs 352, com um Códice Ms da Biblioteca da Universidade de Coimbra, e dessa página em diante (**por necessidade de acelerar a correção das provas**) com os Códices 784 e 87, da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Até págs 352 as palavras ou frases entre [] **suprem as deficiências e lacunas do texto de Évora, e propõem-se em face do Ms de Coimbra e da edição de 1644**; e as que vão «» e () estão a mais no texto de Évora. Da referida pág 352 em diante, constituem correções ou adições à lição do Códice de Évora, feitos segundo os Códices do Porto, as palavras ou frases metidas entre * *; as que vai compreendidas entre [] são da edição de 1644; representando, finalmente, lições simultâneas do Códice 784 do Porto e da edição de 1644 as que vão entre = =."*

Ressalta desta “advertência” a ligeireza e o pouco rigor que houve na transcrição do “original” de Fernão Lopes, da sua edição de 1644 que se dá nota e provavelmente a razão de Martim Gonçalves de Macedo ter sido retirado do cenário.

Seguem-se várias edições em que consta o episódio do Martim Gonçalves de Macedo na batalha de Aljubarrota, salvando a vida ao Rei D. João I, retirando-o das mãos do castelhano Álvaro Gonzalez de Sandoval.

1679

Europa Portuguesa, tomo II – Manuel de Faria e Sousa.

Nas páginas 279 e 280, podemos ler: *"Quando llegó elRey al riesgo mayor, largó la lança y empeço a cortar com la acha como el más atrevido cavallero que com el braço pretende ganar honra en los mas árduos conflitos. Al ir assy velozmente com ella y dexar caer un golpe en el Alvaro Gonçalvez de Sandoval mancebo de gran valor et fe, arranco de la mano com tal violência que le hizo poner las rodillas en tierra. Levantouse luego ayudado de Martin Gonçalvez de Macedo, cavallero bien afortunado en ocasiones de servile y recobrada la acha iva a abrir com ella al Sandoval, quando y ale vió caer muerto a golpes de los suyos que avian recrecido a la voz del sucesso."*

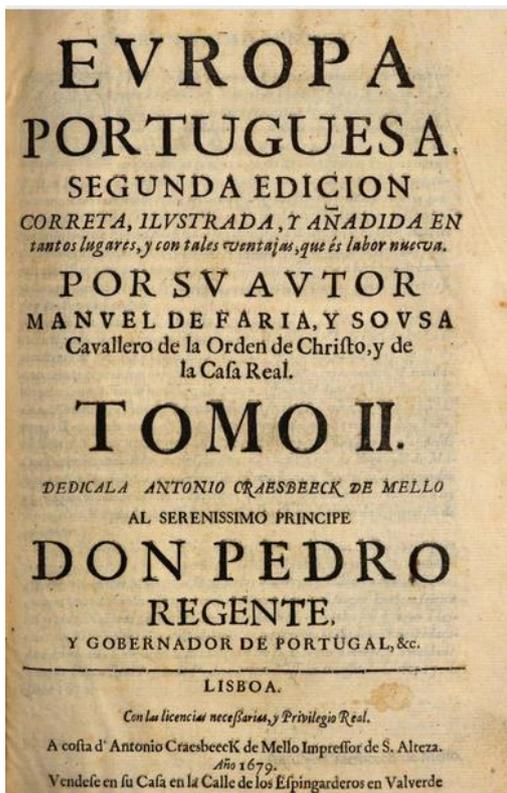


Fig. 44 - Capa "Europa Portuguesa, tomo II"

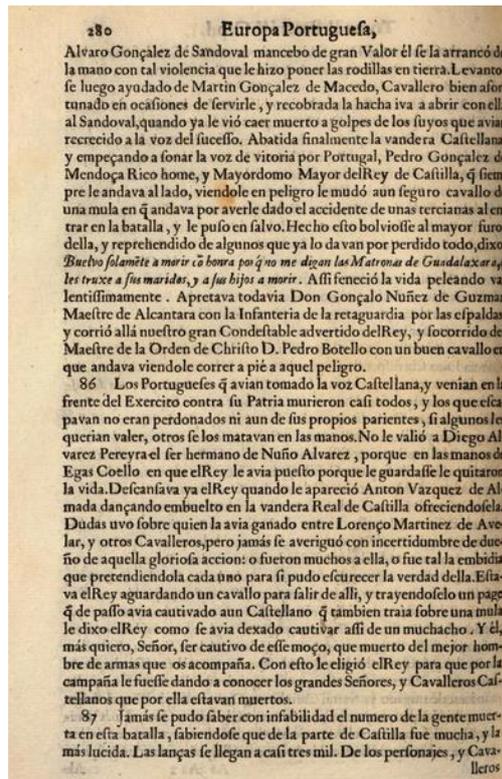


Fig. 45 - Página 280 "Europa Portuguesa, tomo II"

Século XVIII

1723

Crónica de D. Nuno Alvares Pereira – Fr. Domingos Teixeira.

O curioso é que na crónica de Nuno Alvares Pereira, composta pelo Frei Domingos Teixeira, não se sabendo que é o seu autor se bem que muitos a atribuem a Fernão Lopes, se encontra relatado o episódio do Martim Gonçalves de Macedo na página 380.



Fig. 46 - Capa "Crónica de D. Nuno Alvares Pereira"

que chegou a arrancalla das mãos a ElRey, depois de hir com os gíolhos a terra por sustentalla; mas levantando-se socorrido de Martim Gonçalves de Macedo, e reparando no escudo outro golpe, que lhe descarregou o Malafaya, tornou a cobrar a massa, e hindo a vingar o atrevimento, lhe faltou tempo para satisfazerse do agravo, porque já o agressor agonizando estava no chaõ rendendo a vida ao golpe de outro braço, que tinha de valoroso, o que lhe faltava de real.

200 Os nossos recebêrão dano em quanto pelejáraõ divididos, mas tanto q̄ outra vez se formáraõ, deraõ a conhecer ao inimigo os coraçõens inteiros nas forças lastas. Durava porfiada a briga na vanguarda, porque huns, e outros contendores iguaes no valor, e disciplina, não sabião affroxar na resistência; fõ com a differença, que os nossos sempre os mesmos, e os Castelhanos com a vantagem de succederem aos mortos, ou feridos outros descantados. Ouviaõ-se os gemidos dos que cortados dos golpes sem piedade pedião aos estranhos compaixão, aos naturaes lastima. Alguns que procuráraõ socorrer os que já agonizavaõ, tal vez acabáraõ primeiro. Viaõ-se no campo razo tantas lanças quebradas, e corpos tendidos, que serviaõ aos nossos de embaraço, e aos inimigos de trincheira, a cuja sombra se amparavaõ de nossas armas curtas, com que começavaõ a ferirse. ElRey vendo-se precizado a valerse da espada, e que os cadaveres serviaõ de muro aos Castelhanos, a nós de impedimento, procurou romperlhes os reparos por huma parte, por outra o Condestavel atropelando difficuldades, passáraõ ao razo. Aqui começou nova outra peleja; pouco tempo se sustentou inteiro o inimigo; mal soffrido em golpes tão pezados, por si mesmo sefoy desordenando, e perdendo o campo a pezar da resistência dos Cabos, que

Fig. 47- Página 380 "Crónica de D. Nuno Alvares Pereira"

Transcrição das páginas 379 e 380: "...que chegou ElRey a encontrasse com Álvaro Gonçalves Malafaya, [é a única vez que Sandoval nos aparece com este apelido "Malafaya", nem Fernão Lopes na sua crónica o reconhece com esse nome, mas sempre como de Sandoval] Fidalgo Castelhana, que se fazia respeitado pelo sangue e entre os seus tinha justamente adquirido opinião valente. O successo nos dá argumento ainda mayor de seu esforço, porque esperando constante hum golpe da Magestade, lhe travou da massa com tanta violência que chegou a arrancalla das mãos e ElRey, depois de hir com os gíolhos a terra por sustentalla: mas levantando-se socorrido de Martim Gonçalves de Macedo, e reparando no escudo outro golpe, que lhe descarregou o Malafaya, tornou a cobrar a massa, e hindo a vingar o atrevimento, lhe faltou tempo para satisfazerse do agravo, porque já o agressor agonizando estava no chaõ rendendo a vida ao golpe de outro braço, que tinha de valoroso, o que lhe faltava de real."

Nota: "...porque já o agressor agonizando estava no chaõ rendendo a vida ao golpe de outro braço, que tinha de valoroso, o que lhe faltava de real". Nesta frase o autor (provavelmente Fernão Lopes), atribui a Martim Gonçalves de Macedo a morte de Álvaro Gonçalves Sandoval.

1732

Memórias para a História de Portugal – Que compreendem o governo de D. João I – 1383 a 1433 – Joseph Soares da Sylva tomo III. Refere-se Martim Gonçalves de Macedo Cavaleiro, na pág 1257, dizendo: "Quando ElRey de Portugal correo a socorrer a vanguarda, e com a sua

faxa de armas hia de forte ferindo aos inimigos, que para seus golpes parece não havia resistência, Alvaro Gonçalves do Sandoval, cavaleiro castelhano, e de iguaes forças que valor, e destreza, levantando ElRey o braço para ferillo, elle recebendo o golpe no escudo, lhe pegou na faxa com tanta violência, que lha tirou das mãos e o fez ajoelhar em terra, mas socorrido logo por Martim Gonçalves de Macedo, (Fidalgo dos que com fidelidade o serviaõ, como havia mostrado em outras occasioens) se levantou tanto a tempo, que querendo darlhe com a mesma faxa Álvaro Gonçalves, elle recebendo também o golpe, lha arrebatou das mãos, execendo muito na imitação, pela mesma causa de lhe dar o exemplo, mas não podecastigarlhe o insulto, porque ao repetirlhe o segundo golpe, já o achpou inútil, por se antecipar o mesmo Martim Gonçalves de Macedo, e outros a tirarlhe a vida".

Nas páginas desta mesma crónica de Joseph Soares da Sylva de 1732, nas páginas 1232 e 1233, relata-nos o momento em que o Rei D. João ordena cavaleiro Martim Gonçalves de Macedo, conta-nos: Sob o título Fidalgos que ElRey arma Cavalleiros – Liv III. Cap. CCLII – "... Discorrendo ElRey por todo o seu exército, começou a animar os soldados com razoens eficazes e verdadeiras; e também então ordenou Cavalleiros alguns fidalgos, dos quaes nos referem as historias os seguintes; ...Martim Gonçalves de Macedo" – o cronista refere 57 nomes entre os quais o Martim Gonçalves de Macedo, refere-se ainda a Martim Gonçalves do Carvalhal, tio do Condestável Nuno Álvares Pereira, que em meados de Maio de 1386 o iremos encontrar a comandar as tropas destes, aquando do aquartelamento em Castelões, Macedo de Cavaleiros.



Fig. 48 - Capa "Memórias para a História de Portugal – Tomo III, O governo de D. João I – 1382 a 1433 – Joseph Soares da Sylva"

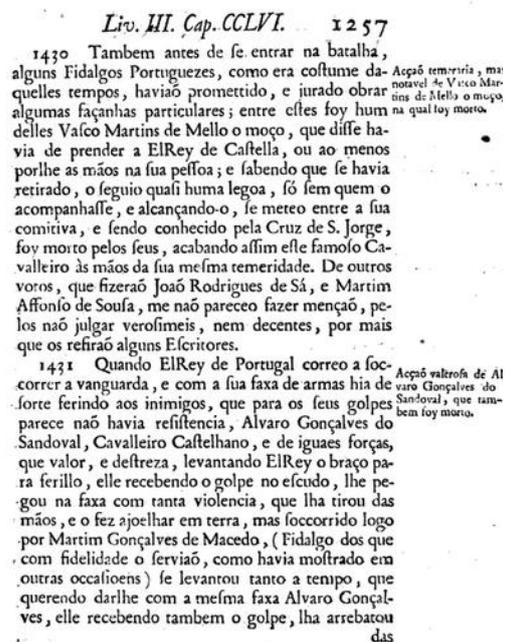


Fig. 49 - Página 1257 das "Memórias para a História de Portugal – Tomo III, O governo de D. João I – 1382 a 1433 – Joseph Soares da Sylva"

Paralelos de Príncipes e Varões – Francisco Soares Toscano na página 204 – relata-nos o feito na batalha de Martim Gonçalves de Macedo, comparando-o com o mesmo feito de Clyto Dropylo assim como nos conta os acrescentos eu D. João I fez no escudo de armas dos “Macedos”. Mas atesta também que este relato foi retirado por si na crónica de Fernão Lopes cap. 42. P.2 e também da crónica de Duarte Nunes de Leão.

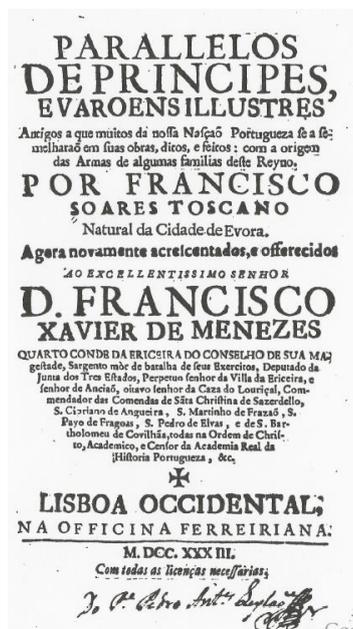


Fig. 50 - Capa "Paralelos de Príncipes e Varões Ilustres"

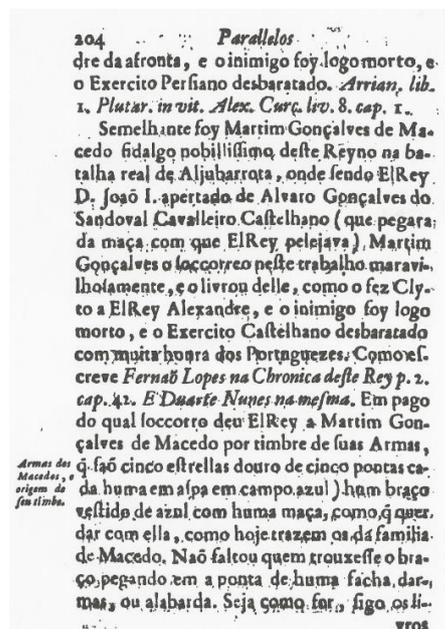


Fig. 51 - Página 204 "Paralelos de Príncipes e Varões Ilustres"

Diz-nos então Francisco Soares Toscano: (Páginas 203 e 204 da sua obra) Capitulo LXXXIX com o título de Clyto Dropylo a Martim Gonçalves de Macedo: “Clyto Dropylo soldado esforçado de Alexandre, vendo o seu Rey e senhor oprimido e afrontado por Spithridades Capitaõ Persiano que lhe hia descarregando hum golpe de Alsange na batalha do rio Granico contra El Rey Dario, Clyto o socorro taõ maravilhosamente que livrou Alexandre da afronta e o inimigo logo morto e o exercito Persiano desbaratado. (Arrian, lib I in vit. Alex Curc. liv. 8. Cap I.). “Semelhante foy Martim Gonçalves de Macedo fidalgo nobilissimo deste Reyno na batalha real de Aljubarrota, onde sendo El Rey D. João I apertado por Alvaro Gonzales do Sandoval, Cavalleiro Castelhana (que pegara na maça com que El Rey pelejava) Martim Gonçalves de Macedo o socorro neste trabalho maravilhosamente e o livrou delle, como o fez Clyto a El Rey Alexandre, e o inimigo foy logo morto e o exercito castelhano desbaratado com muita honra dos Portugueses. Como escreve Fernão Lopes na Chronica deste Rey p.2 cap. 42 E Duarte Nunes na mesma. Em pago do qual socorro deu El Rey a Martim Gonçalves de Macedo por timbre de suas armas, que são cinco estrelas douro de cinco pontas cada huma em aspas em campo azul, hum braço vestido de azul com huma maça, como q quer dar com ella, como hoje trazem os da familia de Macedo. Não faltou quem trouxesse o braço, pegando em a ponta de huma facha, dardmas, ou alabarda, seja o que for. Sigo os livros da armaria e o que

todos trazem basta que aqui quem ganhou foy Martim Gonçalves de Macedo este timbre por socorrer o seu Rey, pegando nas armas que o inimigo o queria ofender.”

1737

Flores de Espana, Excelências de Portugal – António de Sousa Macedo. Na página 209, o feito do Martim Gonçalves de Macedo e as doações.

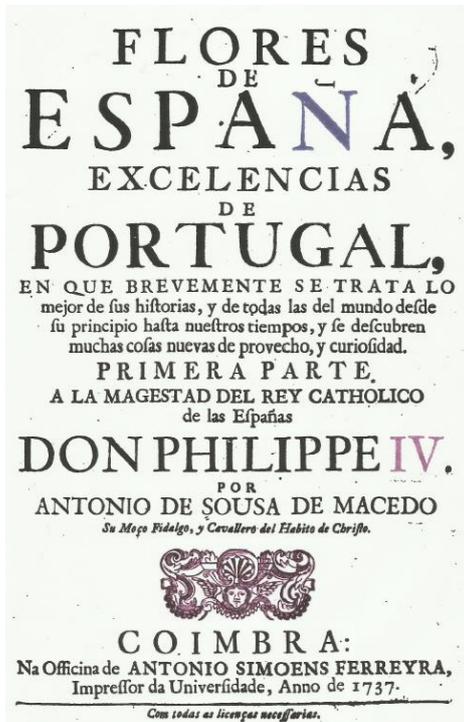


Fig. 52 - Capa "Flores de Espana, Excelências de Portugal"

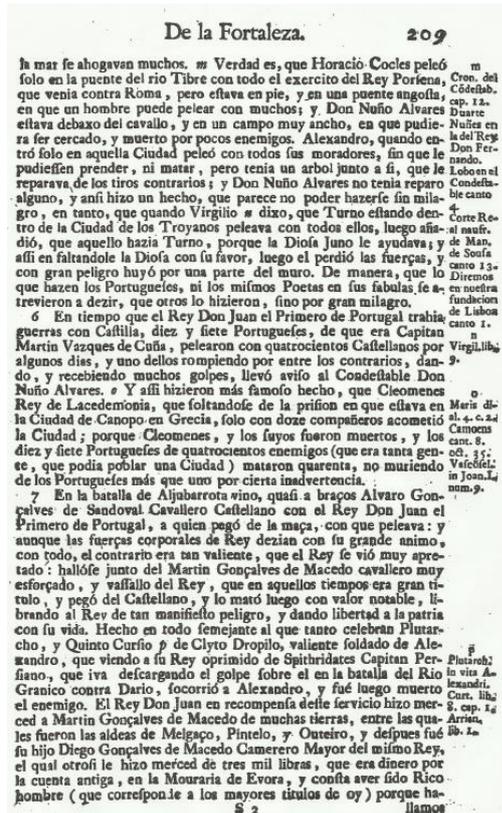


Fig. 53 - Página 209 "Flores de Espana, Excelências de Portugal"

No ponto 7 página 209, António de Sousa de Macedo, relata-nos quase da mesma forma os acontecimentos, como o tinha feito Francisco Soares Toscano como vimos na obra apresentada anteriormente. “Assim diz-nos António Macedo:...”*“En la batalla de Aljubarrota vino, quasi a braços Alvaro Gonzales de Sandoval, Cavallero Castellano com El Rey Don Juan El primeiro de Portugal e quien pegó de la maça com que peleava: y aunque las forças corporales de Rey dezian com su grande animo, com todo el contrario era tan valente, que El Rey se vio muito apertado: allóse junto del Martin Gonçalves de Macedo cavaleiro mui esforçado y vassallo del rey que en aqueles tempos era gran titulo, y pegó del Castelhana y lo mato logo com valor notável, livrando el rey de tan manifesto peligro y dando libertad a la pátria com su vida. Hecho en todo semelhante al que tanto celebraram Plutarcho y Quinto Cursio de Clyto Dropilo valiente soldado de Alexandre que vindo a su Rey oprimido de Spithridates Capitan Persiano que iba descargando el golpe sobre ele en la batalla del rio Granico contra Dario, socorrió a Alexandro y fué logo muerto el inimigo. El Rey Don Juan de Portugal en recompensa deste servicio hizo merced a Martin Gonçalves de Macedo de muchas tierras entre las quais fueron las aldeas de Melgaço, Pintelo y Outeiro y despues dué su hijo Diego Gonçalves de*

Macedo Camarero Mayor del mismo Rey el qual outrosi le hizo merced de três mil libras, que era dinero por la cuenta antiga, en la mouraria de Evora y consta aver sido Rico Hombre (que corresponde a los mayores títulos de oy”.

1744

Agiologio Lusitano dos Santos e Varões ilustres do Reino de Portugal – D. António Caetano de Sousa, pág 530 e 531, conta-nos também o feito do Martim Gonçalves de Macedo nos seguintes termos:

“...Vendo peleijar ao seu rei como qualquer soldado, sendo como rayo a quem a resistência he prejudicial; entrou na batalha taõ destemido e valoroso que chegando ao mayor perigo largou a lança e começou a cortar com a facha de armas, como se fora um cavaleiro particular que pelo seu braço pretendia ganhar honra no mayor perigo. Pretendeo oporse-lhe Alvaro Gonçalves de Sandoval, cavaleiro valente e robusto e querendo El Rey ferir o castelhano, recebeu o golpe no escudo; e pegando com grande ousadia e destreza na facha de armas del Rey lha arrebatou da mão com tal violência que o fez ajoelhar em terra. Neste tão evidente perigo a não ser taõ grande o coração delRey ficaria oprimido da ousadia deste valente macebo, mas com animo pio e com valor sem igual levantando o pensamento ao Ceo invocou os merecimentos de S. Bernardo de quem se jactava filho e venerava em patrono. Quando [caso maravilhoso] vio sobre a tenda delRey de Castela, em pouca distancia, hum bago abacial arvorado e pendente do Bago hum Paludamento Militar, ou cota de armas como tingida de sangue. Animoso e esforçado se levantou logo do chão ajudado de Martim Gonçalves de Macedo, sempre afortunado nas occasioens de o servir e quando quis castigar o atrevimento, tendo já cobrada a facha e descarregando o golpe sobre o Sandoval, foy tempo que já pelos seus era morto.”



Fig. 54 - Capa "Agiologio Lusitano"

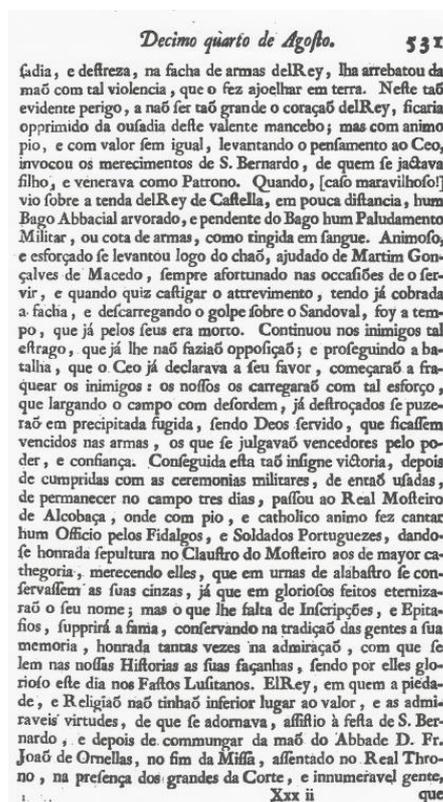


Fig. 55 - Página 531 "Agiologio Lusitano"

Cronicas del Rey Dom João I. Duarte Nunes de Leão, página 254, como nos conta o feito de Martim Gonçalves de Macedo.

Página 254: "... porque té entaõ, dizem, que os Príncipes, nem outros cavaleiros usavão trazer cotas de armas, por as quaes fossem conhecidos nas batalhas. E tanto que chegou aonde era aquella pressa e grande trabalho dos seus, deixada a lança, começou a ferir de facha com tanta desenvoltura e ardil como qualquer cavaleiro deseioso de ganhar honra por seu braço. Andando assim ferindo a huma parte e outra a caso se encontrou com elle Álvaro Gonçalves do Sandoval, homem mancebo e cazado de pouco, que era hum esforçado cavaleiro. E alçando el Rey a facha para lhe dar elle recebeu o golpe e travou por elle taõ rijo que a tirou a el Rey das mãos e o fez ajoelhar de ambos os joelhos; e foi logo levantado por Martim Gonçalves de Macedo, hum homem fidalgo que se achou em muitas cousas de seu serviço. E quando Alvaro Gonçalves alçou a facha para dar a el Rey com ella, elle recebeu o golpe e a tirou a Alvaro Gonçalves da mão assim como lhe fizera a elle; e querendolhe dar com ella já estava morto pelos que ali estavam presentes".

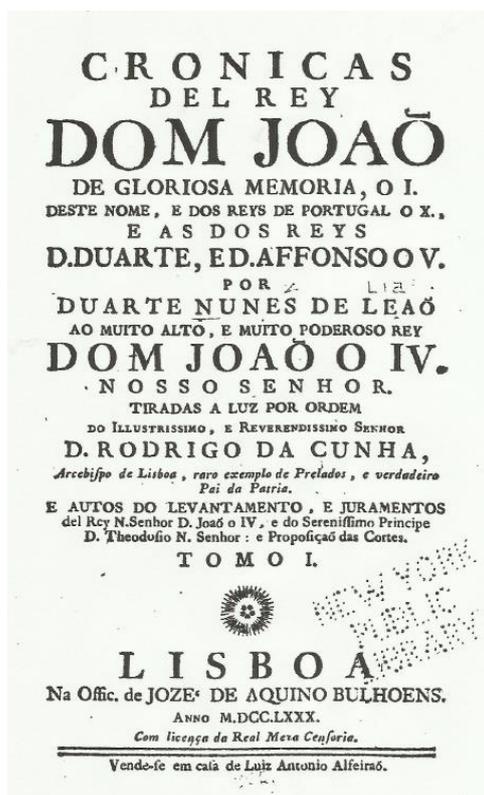


Fig. 56 - Capa "Cronicas del Rey Dom João I"

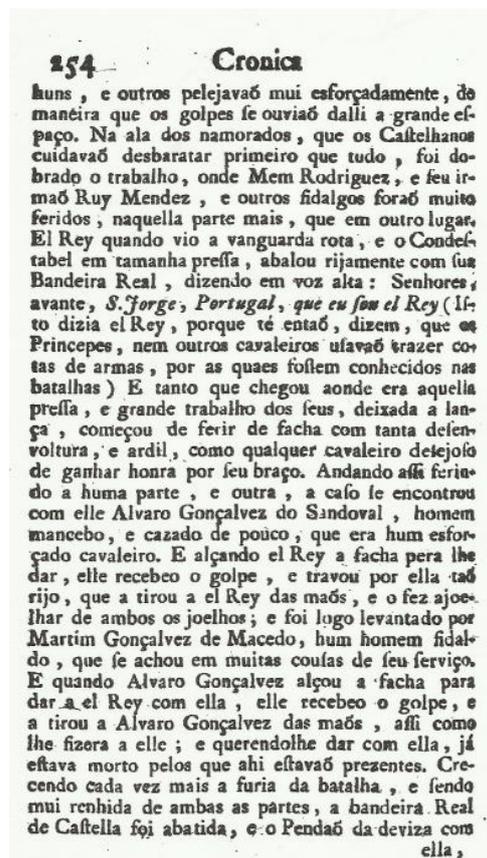


Fig. 57 - Página 254 "Cronicas del Rey Dom João I"

1786

História Geral de Portugal, Tomo V, Damião António de Lemos Faria e Castro, página 33/342, feito e doações de Martim Gonçalves de Macedo.

Damião de Lemos também nos dá conta do episódio passado na batalha entre o Rei D. João, Martim Gonçalves de Macedo e o castelhano Álvaro Gonçalves de Sandoval, assim: “... A vanguarda do Condestável investida por muitos dos mais valorosos castelhanos, depois de huma resistência incrível era obrigada a recuar até ao corpo da batalha que se abriu para o receber. O Rei sahio entãõ do seu posto para acodir ao perigo da gente do Condestável e tirando da espada foi ferindo os inimigos e clamando: Adiante Senhores que ao vosso lado vai pelejando o vosso rei. O valoroso Alvaro Gonçalves Sandoval, que o ouviu, lhe esperou o golpe e lançando-se a ele o fez ajoelhar e arrancou das mãos as armas. O rei com impulso veemente foi sobre elle e recobrou a espada e socorrido por Martim Gonçalves de Macedo, mataraõ o bravo Sandoval”.

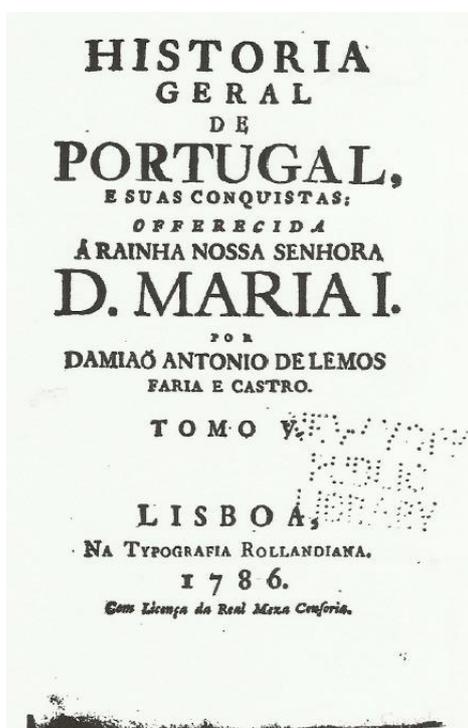


Fig. 58 - Capa "História Geral de Portugal"

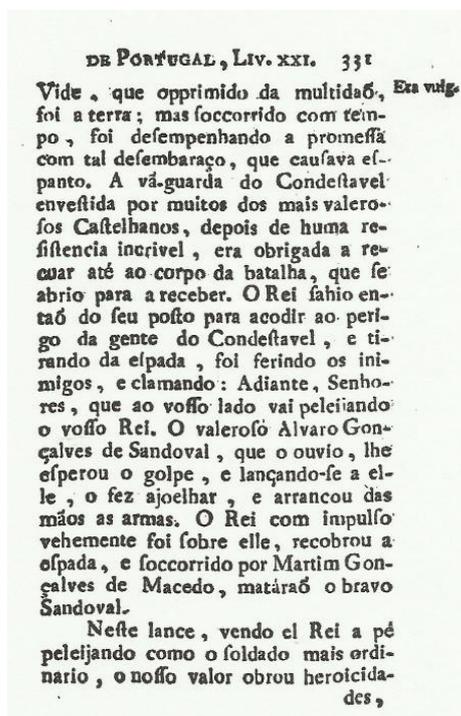


Fig. 59 - Página 331 "História Geral de Portugal"

Século XIX

1846

Portugal Pittoresco. Descrição histórica d'este reino - por Fernando Denis: Página 103 diz: “chamado Gonzalez Sandoval, este lhe arrancou a pesada arma com tal vigor, que do cavalo fez cair El Rey que certamente teria parecido se um cavaleiro chamado Gonçalves de Macedo

não corresse a socorrê-lo, no mesmo instante em que o espanhol ia a ferir El Rey, caiu aos golpes de um portuguez.”

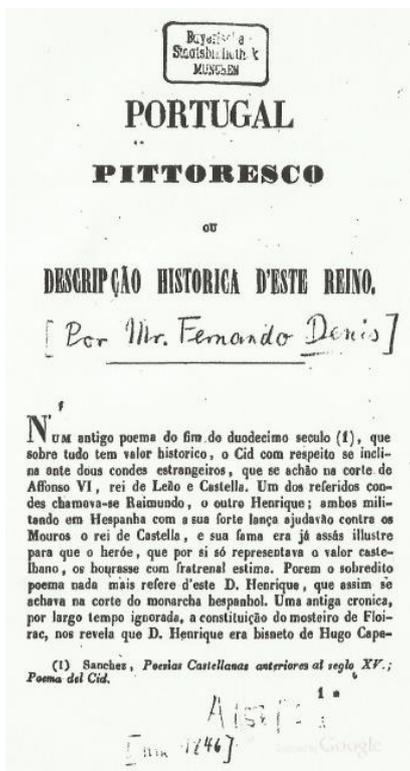


Fig. 60 - Capa "Portugal Pittoresco. Descrição histórica d'este reino"

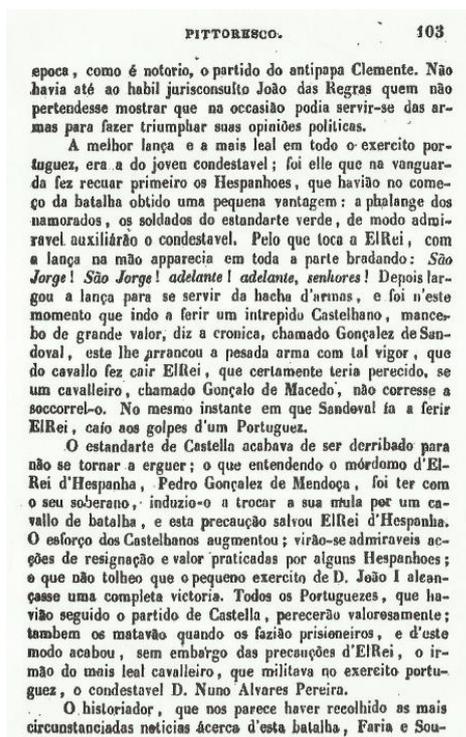


Fig. 61 - Página 103 "Portugal Pittoresco. Descrição histórica d'este reino"

No mesmo ano de 1846, mas noutra Revista “O Jardim Literário – Semanário de Instrução e Recreio, Vol II”.

Pág 337: “Não zombeis tanto dessa pequena força que tendes em frente, disse o embaixador Francês, La Ria. Não é pelo número só que se devem avaliar as forças, não falo assim para me eximir à peleja morrerei também nesta: porém conheço quem são os portugueses; têm votado e hão-de cumprir seus votos – Também eu respondeu Gonzales de Sandoval, votei derribar esse orgulhoso rebelde dito rei de Portugal e hei-de cumpri-lo”... - página 338 continuação – “Foi nesta ocasião que Álvaro Gonzales de Sandoval castelhano de grande valor quis cumprir o seu voto; e com efeito aproximando-se ao invencível rei de Portugal, chegou, não só a arrancar-lhe a maça das mãos, mas ainda a acurva-lo; porém muito caro lhe custou o seu atrevimento, que pagou desde logo com a vida às mãos de Martim Gonçalves de Macedo”.

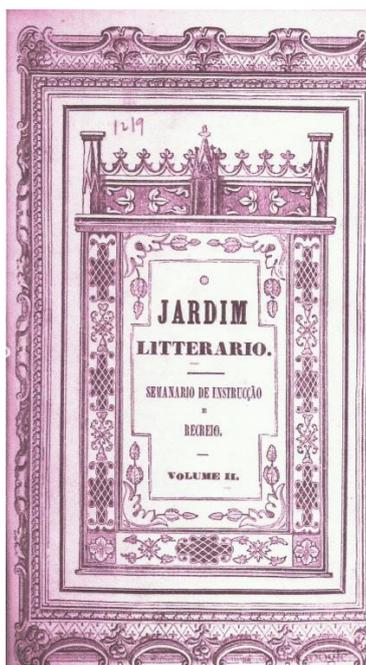


Fig. 62 - Capa "O Jardim Literário – Semanário de Instrução e Recreio, Vol II"

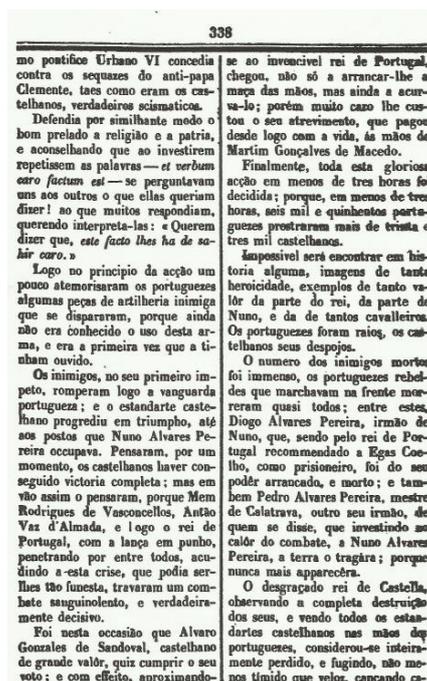


Fig. 63 - Página 338 "O Jardim Literário – Semanário de Instrução e Recreio, Vol II"

1848

Ulyssipo Poema Heroico (nova edição). António de Sousa Macedo, volta ao assunto e dedica um poema heróico (Canto XII, pág 243) a Martim Gonçalves de Macedo.

António de Sousa de Macedo constrói o seu poema heróico Ulyssippo, dedicada a Martim Gonçalves de Macedo utilizando uma estrofação em oitava rima, como Camões nos Lusíadas ou Homero na sua Odisseia e ou ainda Virgílio na sua Eneida. Assim na última estrofe do conto 13 faz a dedicação ao Martim Gonçalves de Macedo.

Transcrevemos:

Vede a Antam Vaz de Almada que valente
 Entre todos se mostra a essoutro lado!
 Notai que Rui Pereira não consente
 Que outro em valor lhe seja avantajado.
 Este varão que tem na vista ardente
 Hum Hercules ao vivo retratado,
 Cujo intrépido peito ignora o medo,
 Será Martim Gonçalves de Macedo.

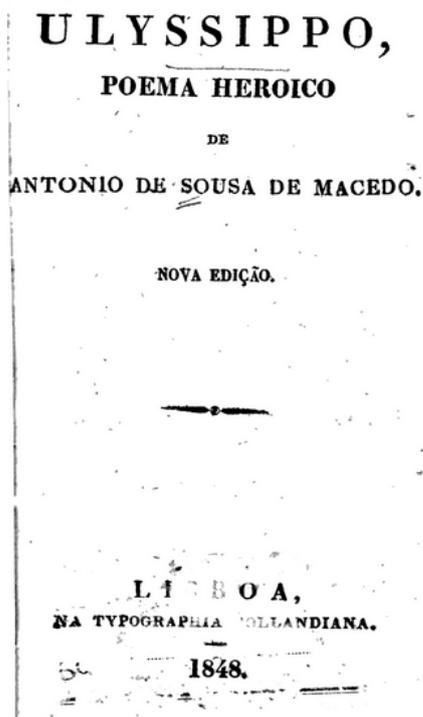


Fig. 64 - Capa de "Ulyssippo, Poema Heroico"

CANTO XII. 243
 XXXVIII.

Chegai a ver a maravilha estranha
 Que a fama espera, a natureza admira;
 Cujo braço já teme a forte Hespanha,
 Sô Lusitania seu valor suspira.
 Não averá já mais gloria tamanha
 Que trono tão neste templo acquira;
 He do Lysio valor alma primeira
 O grande Dom Nuno Alvares Pereira.

XXXIX.

Se vejo que em seu rosto representa
 Toda a virtude, toda a magestade,
 Referirvos, em vam a voz intenta
 O que mais certa a vista persuade.
 Já Lusitania, já Iberia augmenta
 Na esperança, & temor daquella idade;
 Mas a louvores tais sômente iguala
 Bello silencio quando a obra falla.

XL.

O da vermelha insignia mostra claro
 Ser Sousa, nesse aspecto generoso;
 Dom Lopo Dias he, no valor raro,
 A quem Mavorte ve, como iuvejoso.
 Ao que logo se segue fica avaro
 Qualquer louvor, pois corre vitorioso
 Seu nome os mais distantes parallellos;
 Mem Rodrigues será de Vasconcellos.

XLI.

Vede a Antam Vaz de Almada q valente
 Entre todos se mostra a essoutro lado!
 Notai que Rui Pereira não consente
 Que outro em valor lhe seja avêtejado.
 Este varaõ que tem na vista ardente
 Hum Hercules ao vivo retratado,
 Cujo intrepido peito ignora o medo,
 Sera Martim Gonçalves de Macedo.

Q 2

Fig. 65 - Página 263 "Ulyssippo, Poema Heroico"

1897

Crónica de D. João I por Fernão Lopes, director literário Luciano Cordeiro

Esta crónica é importante pois é uma transcrição "*ipsis verbis*" da crónica de 1644 não havendo nenhuma alteração ao texto Seiscentista se bem que utiliza a gramática portuguesa da época.

Transcrição: ...*"El-rei quando viu a vanguarda rota e o conde em tamanha pressa, com grande cuidado e todos com elle, abalou rijamente com a sua bandeira dizendo em voz alta com grande esforço: avante, avante, S. Jorge, Portugal, S. Jorge Portugal, que eu sou el-rei, e tanto que chegou onde era qauelle áspero e duro trabalho, leixadas as lanças de que pouco serviram, por azo da mistura da gente, começou de ferir de facha, e assim desenvolto e com tal vontade, como se fosse um simples cavaleiro, desejoso de ganhar honra e fama, e veiu a elle por aquecimento Álvaro Gonçalves do Sandoval, bem mancebo e de bom corpo, ardido cavaleiro, casado d'aquelle anno, e como el-rei alçou a facha descendo pera lhe dar, elle recebeu o golpe e travou por ella, e tirou tão rijo que lh'a levou das mãos e feze-o ajoelhar d'ambos os gijolhos, e foi logo levantado muito azinho, pero sobreveio o nobre Martim Gonçalves de Macedo, homem fidalgo que bem servia el-rei em estes trabalhos, e quando*

Álvaro Gonçalves alçou a facha pera lhe dar, el-rei esperou o golpe e tornou-lh'a a tomar por aquella guisa e quando lh'a quisera outra vez dar, jazia já morto pelos que eram presentes que o mais à pressa não puderam porque cada um tinha assaz que vês em si''.

BIBLIOTHECA DE CLASSICOS PORTUGUEZES
DIRECTOR LITTERARIO — CONSELHEIRO *LUCIANO CORDEIRO*
Proprietária e fundador — *MELLO D'AZEVEDO*

CHRONICA
DE
EL-REI D. JOÃO I

POR
Fernão Lopes

VOL. IV

ESCRITORIO
147 — RUA DOS RETOZEIROS — 147
LISBOA
1897

Fig. 66 - Capa "Crónica de D. João I"

Chronica d'El-Rei D. João I 167

acerca da do condestabre, onde foi a mór força da peleja.

As alas d'onde era Mem Rodrigues e a outra de Antão Vasques, quando esto viram dobraram sobre elles e ficaram entonce entre a vanguarda e a re-guarda, onde uns e os outros pelejaram mui de vontade, de guisa que o som dos golpes era ouvido mui grande espaço a redor, e a ala dos namorados que elles cuidaram desbaratar primeiro de todo, aqui foi havido dobrado afan e peleja, onde Mem Rodrigues foi muito ferido, e seu irmão, e outros fidalgos d'aquella parte, mais que em outro logar.

El-rei quando viu a vanguarda rota e o conde em tamanha pressa, com grande cuidado e todos com elle, abalou rijamente com sua bandeira, dizendo alta voz com grande esforço: ávante, ávante, S. Jorge, Portugal, S. Jorge Portugal, que eu sou el-rei, e tanto que chegou onde era aquelle aspero e duro trabalho, leixadas as lanças de que se pouco serviram, por azo da mistura da gente, começou de ferir de facha, e assim desenvolto e com tal vontade, como se fosse um simples cavalleiro, desejo de ganhar honra e fama, e veiu a elle por aquecimento Álvaro Gonçalves do Sandoval, bem mancebo e de bom corpo, ardido cavalleiro, casado d'aquelle anno, e como el-rei alçou a facha descendo pera lhe dar, elle recebeu o golpe e travou por ella, e tirou tão rijo que lh'a levou das mãos e feze-o ajoelhar d'ambos os gíolhos, e foi logo levantado muito azinho, pero sobreveiu o nobre Martim Gonçalves de Macedo, homem fidalgo que bem servia el-rei em estes trabalhos, e quando Álvaro Gonçalves alçou a facha pera lhe dar, el-rei esperou o golpe e tornou-lh'a a tomar por aquella guisa, e quando lh'a quizera ou-

Fig. 67 - Página 167, onde se fala do Martim Gonçalves de Macedo.

Século XX

1983

Damião Peres – **D. João I** – 1ª edição 1917 – pág 195 relata o acontecimento do Martim Gonçalves de Macedo a salvar D. João I.

Na página 185 lê-se: "*Álvaro Gonzalez Sandoval casado daquele anno, e como ElRey alçou a facha decendo para lhe dar, elle recebeu o golpe, e tratou por ella, e tirou taõ rijo; que lha levou das mãos, e fezeo ajoelhar dãbolos gíolhos, e foy logo levantado muito azinha, pero sobreveio o nobre Martim Gonçalves de Macedo, homem fidalgo, que bem servia ElRey em estes trabalhos; e quando Alvaro Gonçalves alçou a facha pera lhe dar, ElRey esperou o golpe, e tornoulha a tomar per aquella guisa, e quando lhe quizera outra vez dar, jazia já morto, o mais a pressa fazer nõ poderom, porque cada hu tinha assaz que ver em sy''.*

Trata-se da mesma redacção que acabamos de ler na obra anterior de Luciano Cordeiro, que terá sido tirada da crónica de 1644 de Fernão Lopes.

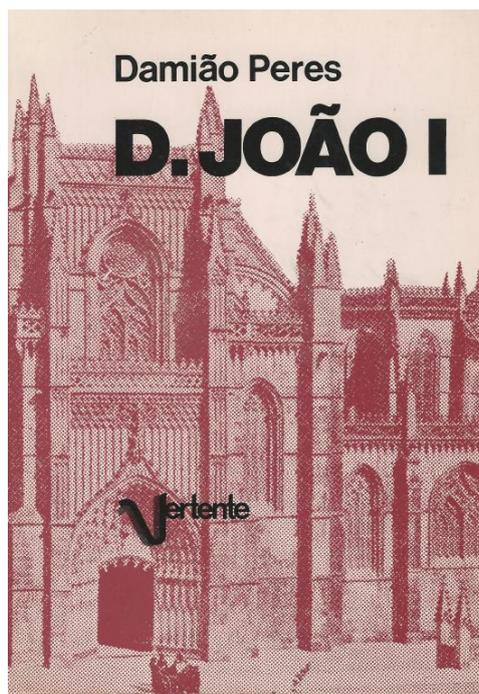


Fig. 68 - Capa "D. João I", de Damião Peres

casado daquelle anno, e como ElRey alçou a facha decendo para lhe dar, elle recebeo o golpe, e traou por ella, e tirou taõ rijo; que lha leuou das mãos, e fezeo ajoelhar dâbolos gíolhos, e foy logo leuantado muito azinha, pero sobreueio o nobre Martim Gonçaluez de Macedo, homem fidalgo, que bem servia ElRey em estos trabalhos; e quando Alvaro Gonçales alçou a facha pera lhe dar, ElRey esperou o golpe, e tornoulha a tomar per aquella guisa, e quando lhe quizera outra vez dar, jazia já morto, pelos que erom presentes, que o mais apressa fazer nõ poderom, porque cada hu tinha assaz que ver em sy: e sendo abatalha cada vez maior, e muy ferida dambalas partes, prougue a Deos, que abandeira de Castella foy deribada, e o pendaõ da deuisa com ella; e alguns Castellaõs começaram de voltar atraz, e os moços Portugueses, que tinham as bêstas, e muitos dos outros, que erom com elles, começaram altas vozes a bradar, e dizer, *já fogem, já fogem*, e os Castellaõs, por nõ fazer delles mentirosos, começaram cada vez de fugir mais.

(F. Lopes, *Chron. de D. João I*; II, cap. 42)

Fig. 69 - Página 165 "D. João I"

Com a leitura destas dezasseis obras, parece-nos, que em definitivo sem arredou os fantasmas que levaram à poeira da história a figura de Martim Gonçalves de Macedo e o seu contributo na batalha de Aljubarrota.

Capítulo II - Sobre a Sepultura de Martim Gonçalves de Macedo à entrada da Porta da Sala do Fundador.

Pelo facto da sepultura de Martim Gonçalves de Macedo inicialmente se encontrar em frente à porta de entrada da sala do fundador, com o tempo e os visitantes a passar por cima do tampo, causaram-lhe um grande desgaste que hoje é bem visível na camada de cimento que, pensamos aquando do seu deslocamento lhe colocou. Também os dizerem nela constante “O que salvou a vida ao rei D. João na batalha de Aljubarrota” estão escritos com caracteres não utilizados no século XV, mas bem mais tarde.

Não podemos esquecer a quase ruína que o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, observou, atendendo sobretudo às invasões Francesas no início do século XIX, bem como, ao seu quase abandono, aquando em 1834 se confrontou com a extinção das ordens religiosas. Após isso a confusão generalizou-se. Todavia há dois testemunhos inequívocos que leram em meados do século XIX os dizeres da tapa tumular de Martim Gonçalves de Macedo. Cerca 1860 no livro da comemoração do centenário de Joaquim Mouzinho de Albuquerque 1855/1955 nas páginas 259 e 260, Joaquim Mouzinho de Albuquerque visita com a mãe o túmulo e a mãe lê-lhe o epitáfio que estava na tampa da sepultura “Martim Gonçalves de Macedo” (O Joaquim Mouzinho de Albuquerque nasceu em 1855 e ainda não sabia ler).

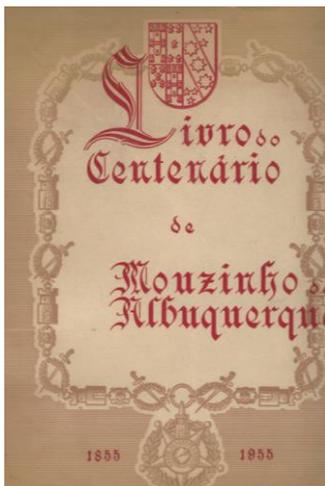


Fig. 70 - Capa "Livro do Centenário"

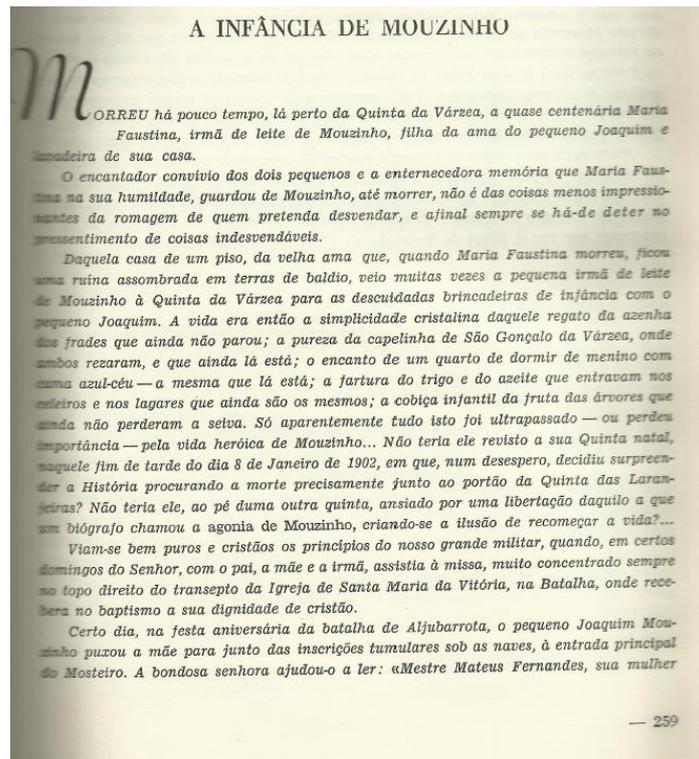


Fig. 71 - Página 259 "Livro do Centenário"

Isabel Guilherme». Noutra: «Aqui jaz o licenciado Miguel Henriques, sua mulher Antónia de Vivar e suas filhas». Numa terceira, ao lado: «Diogo Gonçalves Travassos, aio dos filhos do Infante D. Pedro».

Era certamente — deduziu o pequeno — gente merecedora daquele destino.

A última, porém, à entrada da capela do rei, surpreendeu-o em mais demorada reflexão: «Martim Gonçalves de Macedo, que salvou a vida do Senhor D. João I, na Batalha de Aljubarrota». Ali estava, na pedra jazente da Casa da Dinastia de Avis, admirável lição que a mãe do futuro aio do Príncipe Real não perdeu o ensejo de reproduzir em palavras amantíssimas. Explicou-lhe o simbolismo histórico. O mesmo guerreiro, o mesmo braço intrépido que salvara o rei na batalha, jazia naquele local, vigilante, à entrada da capela onde está o soberano, numa lealdade patente a todos os séculos. Muitos anos depois, o glorioso Mouzinho, ao invocar as «páginas brilhantes e consoladoras que há na História de Portugal Contemporâneo» — muitas alinhadas «lá pelos sertões de África» — escrevia ao Príncipe Real D. Luís Filipe de Bragança, de cuja educação estava encarregado, estas palavras de extrema dedicação: «Tudo suportámos de boa mente porque servíamos El-Rei e a Pátria, e para outra coisa não anda neste mundo quem tem a honra de vestir uma farda. Por isso nós também merecemos o nome de soldados: é esse o nosso maior orgulho».

Muito deste são orgulho se formou à sombra da empolgante revelação de heroicidade e sacrifício que foi para o pequeno Mouzinho o velho Mosteiro de Santa Maria da Vitória, onde seu tio fora Mestre; para onde o chamara, tantas vezes, o seu amigo Jorge Ribeiro, guarda do Mosteiro da Batalha, função em que foi continuado por duas gerações de descendentes, que por lá falam de Mouzinho de Albuquerque como da família.»

Fig. 72 - Página 260 "Livro do Centenário"

Transcreve-se o seguinte, nas páginas 259 e 260 do livro do Centenário de Joaquim Mouzinho de Albuquerque, diz-se: *"Certo dia, na festa de aniversário da batalha de Aljubarrota, o pequeno Joaquim Mouzinho puxou a mãe para junto das inscrições tumulares sob as naves, à entrada principal do Mosteiro. A bondosa senhora ajudou-o a ler... A última, porém, à entrada da capela do rei, surpreendeu-o em mais demorada reflexão: «Martim Gonçalves de Macedo, que salvou a vida ao Senhor D. João I, na Batalha de Aljubarrota» Ali estava na pedra jazente da Casa da Dinastia de Avis, admirável lição que a mãe do futuro aio do Príncipe Real não perdeu o ensejo de reproduzir em palavras amantíssimas. Explicou-lhe o simbolismo histórico. O mesmo guerreiro, o mesmo braço intrépido que salvara a vida ao rei na batalha, jazia naquele local, vigilante à entrada da capela onde está o soberano, numa lealdade patente a todos os séculos..."*

Em 1869 ano em que **Ximénez Sandoval** que visitou o Mosteiro de Santa Maria da Vitória di-lo na página 327 e o campo de S. Jorge, traduzindo essa experiência no livro – “A batalla de Aljubarrota”, na página, 260, Leu o seguinte:

Transcrição de parte da página 260: (sobre a visita ao Mosteiro da Batalha)

"...y fuera de ella, aunque junto à la puerta, bajo una losa em el suelo, se asegura hallarse enterrado Martins Gonçalves de Macedo, soldado de la ala de los enamorados que salvou al Rey en el trance más apurado de la batalla! Que sentimientos de simpatia inspira esse elocuente contraste de lealtad y caballerismo, de grandeza y humildad cristiana, entre la tradicion y los túmulos del Rey y del soldado."

Da página 305 transcreve-se:

"...Del valiente Martin Gonzales Macedo, que socorrió al Rey cuando estuvo para sucumbir en la plea com Alvaro Gonzales de Sandoval, ya dijimos reposa en la iglesia de Batalla..."

BATALLA
ALJUBARROTA

MONOGRAFÍA HISTÓRICA

ESTUDIO CRÍTICO-MILITAR.

POR

C. XIMENEZ DE SANDOVAL.



MADRID,
IMPRENTA Y ESTEREOGRAFÍA DE M. RIVADENEIRA,
calle del Duque de Ossa, número 4.
1874.

Fig. 73 - Página 260 "Livro do Centenário"

164

BATALLA DE ALJUBARROTA.

zoés compostas per louvor dalguns, nem afermosentar historia, que os se- zudos non haõ de crer, de guisa que destorias verdadeiras façamos fabu- losas patrânhas, abasta que de huma parte & doutra erom taes, & taen- nhaos golpes dados, como cada hum podia apresentar a aquelle, que lhe cahia em sorte; de guisa, q̃ os muitos por subjuagar os poucos, e os poucos por se verem leuatos de seus inimigos, lidaram com toda sua força: sêdo a sua az grossa daquella mançira; & a dos Portuguezes pequena, & singella; e nom a podendo sofrer foy rota por força a sua vanguarda, & entrada po- derosamente dos inimigos, & aquelle magote de muita gente, que dizemos, abriu hum grande, & largo portal, porq̃ entrõ a mór parte delles com a bandeira Del Rey de Castilla, & acerca da do Condestabre, hũ foy a mor força da peleja. As alas, donde era Mem Rodriguez, & a outra de Antam Vasquez, quando este virom, dobrõem sobre elles, & ficaram entões su- tre a vanguarda, & a regarda, hũ lãõ, & outros pelejarõ muy de von- tade, de guisa que o som dos golpes era ouvido muy grande espaco a redor & a ala dos namorados, que elles cuidaram desbaratar primeiro de todo, aq̃il foy avido dobrado afã, & peleja, hũ Mem Rodriguez foy muito ferido, & seu irmão, & outros fidalgos daquella parte, mais que em outro logar.

El Rey, quando vio a vanguardia rota, & o Conde em tamanha pressa, com grande cuidado, & todos com elle, abalou rijamente com sua bandeira dizendo alta voz com grande estorço. *Aventé, Aventé, São Jorge Portuguez, São Jorge Portugal, que eu sou El Rey,* & tanto que chogon, hũ era aquelle aspero, & duro trabalho, leixadas as lanças, de que se pouco serviu, por azomada mistura da gente, começou de ferir da facha, & assi desenvolto & com tal vontade, como se fosse hum simples cavaleiro, desejo de ga- nhar honra, & fama, & veõ a elle por aquecimento Alvaro Gonçalvez do Sandoval bem mancebo, & de bom corpo, ardidõ Cavaleiro, casado daquello anno, & como El Rey alçou a facha decendo par lhe dar, elle recebeu o gol- pe, & travou por ella, & tirou taõ rijõ, que lhe levou das made, & fanceo s'velhas d'abolos g'olhas, & foy logo levantado muito asinha, pero sobre- veio o nobre Martinõ Gonçalvez de Macedo, homem fidalgo, que bom servia El Rey em estes trabalhos; & quando Alvaro Gonçalvez alçou a facha para lhe dar, El Rey esperou o golpe, & tornoulha a tomar per aquella guisa, & quando lhe quizera outra vez dar, jazia já morto, pelos que erom presentes, que o mais apressa fazer nõ poderom, porque cada hũ tinha asazas que ver em sy: & sendo a batalha cada vez maior, & muy ferida dambalas partes, prossegue a Dora, que a bandeira de Castilla foy derribada, & o pendão da devisa com elle; & alguns Castellanos começaram de voltar atraz, & os mo- gos portuguezes, que tinham as bestas, & muitos dos outros, q̃ erom com elles, começaram altas vozes a bradar, & dizer, *já fogem, já fogem,* & os Castellanos, por nõ fazer delles mentirosos, começaram cada vez de fugir mais.

CAP. XLIII.—*Como fugio El Rey de Castilla & do Campocheou a Sãctarem.*

El Rey de Castilla olhando a batalha & vendo que a fortuna detodo em- todo era favoravel aos Portuguezes de guisa que sua bandeira era já aba- tida, & muitos dos seus voltavam atraz, & se acolliam as bestas, que acha-

Fig. 74 - Na página 164, relata-nos o acontecido da batalha, entre D. João I, Álvaro Gonçalves de Sandoval e Martim Gonçalves de Macedo.

260

BATALLA DE ALJUBARROTA.

En el lado meridional de la capilla están los sepulcros de los cuatro infantes, sus hijos, bajo unos arcos abiertos en el muro, todos con sus respectivos blasones y los motes ó divisas que adop- taron. El de D. Pedro, duque de Coimbra, tan conocido por sus viajes y poesías como por su desgraciada muerte en la batalla de Alfarrobeira, consiste en la palabra *Desir*; el de D. Enrique, du- que de Vizeu, famoso por su saber y porque abrió camino á los descubrimientos y empresas marítimas, *Talent de Bien Faire*; el del infante D. Juan, que fué Condestable del reino, *Je ay Bien Reason*; y el de D. Fernando, apellidado el Santo, el de la interesante historia de su voluntaria cautividad en Fez, des- pue de la funesta expedición de Tánger, sólo tiene un escudo con las quinas reales; pero se sabe que su emblema era *Le Bien me Plait*.

Cinco altares ocupan el lado oriental de la capilla, que servian para celebrar las misas de suffragios correspondientes á cada una de esas personas (1); y fuera ya de ella, aunque junto á la puer- ta, bajo una losa en el suelo, se asegura hallarse enterrado *Martins Gonçaloes*, soldado de la ala de los enamorados que salvó al Rey en el trance más apurado de la batalla. ¡Qué sentimien- tos de simpatía inspira ese elocuente contraste de lealtad y cabal- lerismo, de grandeza y de humildad cristianas, entre la tradición y los túmulos del Rey y del soldado!

Imponente, á la par que bello, sería el aspecto del panteon cuando, oyéndose el órgano y los cánticos sagrados, se asistiera á los oficios solemnes que celebraba la comunidad, y se contempla- sen allí mismo la armadura del Soberano y las banderas que ganó (2); por eso dijo muy bien el Padre Fr. Jerónimo Roman en su *Historia de los religiosos infantes de Portugal, D. Fernan- do, hijo del rey D. Juan I, y doña Juana, hija de D. Alfonso V: Aquí labró (el rey D. Juan I) una sepultura toda real para sí y*

(1) En el de D. Fernando se contempla una tabla pintada en que se le repre- senta (empuñase en retrato) con las cadenas de cautivo.
(2) Ninguna bandera se conserva ya ni hay noticia de cuándo faltaron, si bien se atribuye todo el dafio y despojos á los franceses de la division del Conde de Erion, que ocuparon el edificio en 1810, obrieron los sepulcros y se llevaron mu- cha plata y ornamentos. En la sacristía se muestra una espada y un yelmo que se dice pertenecieron á D. Juan I el día de la batalla, y de cuyos objetos acom- pañamos el dibujo.

Fig. 75 - Página 260 "Batalla de Aljubarrota"

CAPÍTULO V.

261

sus sucesores, tan de majestad, que aunque oy aya algunos sepul- cros de Reyes en España de mucha labor y riqueza, no creo que lo aya de tanta realce ni majestad, ni los de Bethlen en la Ciudad de Lisboa igualen con este que está en la Batalla (1).

Falta en el panteon la tumba de D. Duarte, el mayor de los hijos del Rey, que le sucedió en el trono, y autor del interesante libro *O Leal Conselheiro*; pero se encuentra tambien en mármol, con las estatuas yacentes de él y de su esposa doña Leonor, al pié de los escalones del altar, en la capilla mayor. Ignoro si, como su padre y hermanos, tendría algun mote heráldico en frances, mas consta que en el escudo se leia este latino: *Loco et Tempore*.

En la capilla del lado de la epistola, en una caja negra de ma- dera, está D. Juan II, y en la siguiente se ve el sepulcro del maestre de la orden de Cristo, D. Lopo Dias de Sousa, compañero del Rey en la batalla de Aljubarrota, y á quien por eso se le dedicó para enterramiento. Otro rico mausoleo, situado enfrente, cor- responde á uno de sus descendientes, el Conde de Miranda, del que proceden los Duques de Lafões.

En la sala capitular existen depositados en modestos túmulos de madera, provisionales, por no haberse concluido la *capilla im- perfecta*, los restos de D. Alfonso V el Africano, con su esposa doña Isabel, y los del malogrado principe D. Alfonso, cuya muer- te, ocurrida junto á Santarem, recien casado con la hija mayor de los Reyes Católicos, frustró las esperanzas de ver pacíficamente reunidas las coronas de Castilla y Portugal, y por consiguiente la unidad de toda la Península (2).

Pasado más de un siglo de la edificación de este gran templo, le agregaba el fastuoso monarca D. Manuel la parte que quiso sirviera para panteon real desde D. Juan II, con tan exquisito

(1) Este libro fué impreso en Medina del Campo en 1596, en un volumen 4.º; y el pasaje inserto lo pone el autor al hablar de cuando se llevaron á depositar allí los restos del infante D. Fernando.

(2) Constituye esta pieza del capitulo una de las más elogiadas del edificio por su hermosa bóveda, acerca de cuya construcción se refiere un incidente parecido al de otras semejantes, en que para tranquilizar el espanto de los que la creían imposible, colocó el arquitecto una columna en medio que no alcanzaba á su cla- ve. El moderno historiador Herculano tomó el asunto para una *leyenda titulada A. Alameda*, en la cual pone en boca del constructor, *mas avrassem serenos de estran- jeiro* (como explicando la significacion moral de aquel monumento), *que más que obra del Rey debe ser considerada como obra popular y nacional de la gente portu- guesa*; ¡pura democracia de actualidad!

Fig. 76 - Página 261 "Batalla de Aljubarrota"

Após a década de 1860/1870, existe muita confusão provavelmente derivado do estado de leitura da tampa tumular, com podemos verificar nos dois casos em análise.

Assim, mesmo os serviços do Mosteiro da Batalha à época, 1880 já não sabia quem estava naquele túmulo à entrada da sala do fundador.

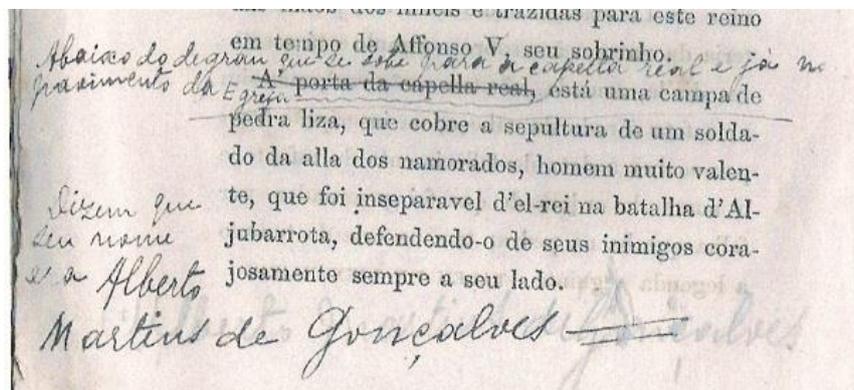


Fig. 77 - Revista do Mosteiro de 1880, excerto da página 12.

Leitura do texto em letra impressa:

"À porta da capella real está uma campa de pedra liza, que cobre a sepultura de um soldado da ala dos namorados, homem muito valente, que foi inseparável d'el-rei na batalha d'Aljubarrota, defendendo-o dos seus inimigos corajosamente sempre a seu lado."

Leitura do texto escrito à mão:

Parte superior lateral esquerda:

"Abaixo do degrau que se sobe para a capella real e já no pavimento da Egreja"

Parte inferior lateral esquerda:

"Dizem que seu nome era Alberto Martins Gonçalves."



Fig. 78 - Lajes junto ao Túmulo de Martim Gonçalves de Macedo

As lajes mais claras serão as originais? Os contrastes das patines das lajes são evidentes. O remendo no pavimento deve-se ter verificado aquando da deslocação do túmulo, para o lado direito, a fim de ficar desalinhado com a porta de entrada da sala do fundador. Como se infere da nota à margem no fascículo do Mosteiro da Batalha de 1880, página 12 – do escrito à mão: "*Abaixo do degrau que se sobe para a capela real e já no pavimento da Igreja*". Conclui-se, portanto, que a deslocação do túmulo, cerca de 1,5m/2metros, para a direita obra que se terá realizado depois de 1880.

Mas as dúvidas duraram até aos nossos dias:

Da obra de José Travaços Santos "*Cadernos da Vila Heróica, Arquivos Históricos, Artísticos e Literários da Batalha*" (2001), retiramos o seguinte texto: "*...Mas parece não restarem dúvidas de que foi Martim Gonçalves da Maçada que matou o castelhano, salvando assim a vida do rei que esteve em perigo naquele momento, ou não faria sentido o seu sepultamento junto ao panteão real nem a inscrição*" O mesmo autor, no decorrer do texto, refere-se à descrição de Oliveira Martins na sua obra "*A vida de Nun'Álvares*" transcrevendo: "*mas já o **Macedo** varara o castelhano com uma estocada deixando-o estendido*".

Comentário ao texto de José Travaços Santos: Nesta pequena passagem nota-se claramente o anacronismo do autor quando afirma trata-se de um Martim Gonçalves da Maçada e um pouco mais abaixo no mesmo parágrafo e transcrevendo uma passagem da obra de Oliveira Martins "*A vida de Nun'Álvares*" já admitir que é o Macedo.

No ano de 2008, Os signatários acompanhados pelo Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, O Sr. Professor Pedro Gomes Barbosa na qualidade de presidente do Instituto Alexandre Herculano da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Presidente da Fundação Batalha de Aljubarrota, Dr. Alexandre Patrício Gouveia., entregaram à tutela uma exposição com os fundamentos científicos necessários para que o erro histórico fosse rectificado alterando-se na sinalética o nome de Martim Gonçalves da Maçada, para Martim Gonçalves de Macedo.

Em resposta, foi-nos dada razão da existência do erro e que a solução se iria verificar quando o mosteiro entrasse em obras que proporcionasse a alteração. Em novembro de 2017, finalmente, o erro foi rectificado. Na nova sinalética lê-se: Túmulo de **Martim Gonçalves de Macedo**.



Fig. 79 - Nova sinalética no túmulo de Martin Gonçalves de Macedo

Notas

1 - João Gouveia Monteiro, Comunicação II colóquio histórico, apresentado no centro regional das beiras da Universidade Católica Portuguesa, em 20 de abril de 1999.

2 - O Tratado é assinado em Windsor/Inglaterra, mas D. João I, não está presente, encontra-se nesse momento, em Castelões, Macedo de Cavaleiros, a juntar tropas para tomar a praça de Bragança. Estão presentes à assinatura do tratado, pelo lado Português, como diz Fernão Lopes: " três homrrados bispos e o Duque Dlorca, tio Del Rey D. João I e por Inglaterra El Rey Richarte Ronhale."

3 - Coudel: Capitão de cavalaria, administrador de coudelaria.

4 - Anadel: Comandante de uma companhia de besteiros ou de espingardeiros.

5 - *"As úlceras apareciam sobre as axilas e nas virilhas e a morte sobrevinha ao terceiro dia. Por vezes, os doentes morriam sufocados pelo próprio sangue. O pavor era tal que, logo que apareciam feridas no corpo a um doente, todos o abandonavam, até os parentes: o pai deixava o filho agonizar no seu catre e o filho deixava o pai. Isto não nos deve espantar se pensarmos que a peste era altamente contagiosa. Quando numa casa aparecia a primeira vítima, tudo era contaminado e morriam as pessoas e os animais que vivessem debaixo do mesmo tecto. Assim pareciam, por falta de cuidados, muitos que, de outra forma, poderiam sobreviver; outros, quando atingidos, eram logo considerados condenados, levados para a vala e sepultados antes de terem dado o último suspiro".* Relato da época, citado por Baluze, Vie des papes D'Avignon, séc. XIV.

6 - As cortes de Coimbra reuniram-se em abril de 1385. Apresentaram-se quatro candidatos ao trono de Portugal: D. Beatriz; Os Infantes D. João e D. Dinis, filhos de D. Pedro e D. Inês de Castro, e o Mestre de Avis filho (bastardo) de D. Pedro e de uma senhora galega, Teresa Lourenço. Foi a pressão dos representantes dos concelhos, dirigidos pelo jurista João das Regras (enteado de Álvaro Pais, homem que transmitiu ao mestre o seguinte conselho: *"Senhor, Fazei por esta guisa: Dai o que vosso não é, e prometei o que não tendes, e perdoais a quem vos não errou, e servos-á em grande ajuda para tal negócio no qual sois posto"* (CDJ I, XXVIII)), era o orador oficial, mas claramente pelo Mestre, faz prodígios de retórica. Só não consegue convencer os apoiantes do Infante D. João. (as cortes já iam quase com um mês de duração e não se saía do impasse). Iria ser este impasse que faz intervir Nuno Álvares Pereira, irromper nas cortes, acompanhado de 300 escudeiros bem armados. Passado pouco tempo o Mestre de Avis era eleito 10º Rei de Portugal "per unida concordança de todollos grandes e do comum povo" (como nos relata Fernão Lopes). D. João I uma das primeiras medidas que tomou foi escolher para Condestável do Reino, Nuno Álvares Pereira. A intervenção musculada de Nuno Alvares Pereira, alcandora D. João o primeiro, a Rei de Portugal.

7 - Crónica de Fernão Lopes, CDJ, II, XXX, 1644 – (Pág. 66) *"No conselho de guerra (Abrantes) "Estas razoens diziam: Que pois ElRey de Castella entrava no reyno, que se fosse ElRey a Alentejo & que entrasse pela comarca de Andaluzia & quando ElRey de Castella esto soubesse que encaminharia pera o ir buscar, por acorrer a sua terra & por esta guisa o desviaria de não chegar a Lisboa pera lhe fazer dano"... [pág. 67] O Conde quando aquillo ouvio desprouguelhe muito tal acordo, como aquelle, que nenhua cousa mais desejava que verse com ElRey de Castella em campo: & ElRey outros: postoque este desejo tivesse, erom tantas as rezoens que os do conselho davom a se aver desculsar que o faziam poer em duvida & inclinar da sua parte & nom sem razom ca seu vencimento era muy duvidoso. Porem o Conde para os demover disse muitas e boas razoens mostrando quanto era proveito do reyno & honra DelRey de poer batalha a ElRey de Castella, pois o tinha consigo no reyno: doutra guisa nom o fazendo que mostraria grande grande mingoa & covardice: a qual quebraria a muitos os coraçõens dos portugueses que esperavam sua defensom & daria grande esforço a seus inimigos & deixando os chegar a Lisboa que podia ser que se lhes daria, vendose posta em aficamento & perdida Lisboa perdido era todo o reyno... [pág69] Cap. XXXI "No outro seguinte bem cedo pela manham ouvidas primeiro missas, segundo costume, mandou o Conde dar às trombetas & com coraçom bem menencorio, cheo porém de virtuosa ardidez, sem mais falar a ElRey, nem a outro, se partiu com suas gentes caminho de Tomar."*

8 - Sir Jhon Norbury, capitão natural de Cheshire e falecido em 1414. Em 1384 é um dos guardiões das tréguas da Bretanha. No ano seguinte participa em Aljubarrota e em 1391 encontrava-se em Brest.

9 - Mertbury, também natural de Cheshire.

10 - Segundo LG talvez Sir Hugh Hardreshull que serviu o rei de Inglaterra, na Bretenha entre 1343 e 1345 – Froissart classifica-o como "un bom homme d'armes, stillé et usagié de fait de guerre" Seria filho de Jean de

Hardreshull, que serviu o rei de Inglaterra e foi enviado por este ao Conde de Hainau sobre como esperar a aventura, tendo participado na guerra da Bretanha entre 1343-1345).

11 - Chancelaria de D. João I, Livro 1, folha 99.

12 - In: *Discursos Historicos de la Muy Noble, y Muy Leal, Ciudad de Murcia*, recolhida por Francisco Cascales em 1775.

13 - In: *Sumario de los Reyes de España por el Despensero Mayor de la Reyna Doña Leonor, Muger del Rey Don Juan el Primero de Castilla - Con las alteraciones y adiciones que posteriormente le hizo un anonimo* (1781). Imprenta De Don Antonio De Sancha. Madrid.

14 - Ainda neste tomo das crónicas de Pero Lopez Ayala na nota 3 na página 234 afirma: “Os escritores portugueses não mencionam estes vales, nem o terreno vantajoso que o hábil condestável Nuno Alvarez Pereira de que lhe resultou maior glória que foi consequência da sua acertada disposição. Só o fizeram para negar que os seus tivessem tal vantagem, como diz Joseph Soarez da Sylva nas memórias de D. João I. Quem não ficar satisfeito com a narração breve de Pedro Lopez Ayala leia a referida obra, donde achará recolhidas muitas particularidades que pareceram fabulosas ou exageradas aos que não sejam daquela nação.”

15 - Na sua nota 58 na página 423 o autor informa-nos: “A profundidade das ravinas formadas por estes dois cursos de água é bem visível a qualquer observador que dirija o seu olhar, como o terço feito o rei castelhano e os seus homens, através do vale, para sul, em direcção às regiões montanhosas em frente. Nos dias de hoje toda esta área está coberta de pinhais o que provavelmente não aconteceria no século XIV.”

16 - João Gouveia Monteiro tem a preocupação de chegar a alguma conclusão sobre a matéria, mormente do tempo que foi necessário para proceder aos trabalhos “armadilhas” no campo. A página 12 diz-nos: “Em conclusão segundo o estudo encomendado à D.A.E., em 1977, pelo Coronel Valdez dos Santos, para rasgar no terreno as supostas covas-de-lobo e os fosso que entre eles existem, teriam sido necessários perto de 1.600 homens trabalhando 2 horas, e quase outros 1.600, para durante cerca de 3 horas e através de um sistema de cordões humanos acarretarem as terras removidas para uma distância de cerca de 100 metros. Se considerarmos ainda a abertura do “grande fosso”, então concluiremos que a hoste anglo-portuguesa teria – de acordo com a estimativa em apreço – necessitado de afectar, durante duas horas, perto de 1.900 homens para escavarem o conjunto do sistema de entrincheiramento defensivo descoberto por Afonso do Paço, mais os (muitos) homens que fossem necessários para transportar a terra remexida para longe do seu local de origem, caso houve necessidade de o fazer (no que a D.A.E. não parece acreditar e muito menos nós ainda).”

E segue na pág 14: “...decidimos voltar a encarar de frente o problema que já preocupara Valdez dos Santos. Teria sido (im) possível ao exército anglo-português engendrar uma tal organização do terreno no curto espaço de tempo (talvez umas duas ou três horas) de que dispôs, entre a fixação na chamada “segunda posição” e o início da batalha, ocorrido perto das 18 horas? De acordo com a D.A.E. (Direcção da Arma de Engenharia), era perfeitamente impossível. Mas, e se esses cálculos não fossem adequados?”

Foi assim que no dia 15 de março de 1995, regressámos ao palco da “batalha real”, acompanhado por dois funcionários da Câmara Municipal de Porto de Mós munidos de uma pá e uma picareta. Posicionámo-nos num terreno situado a poente da Ermida de S. Jorge, quase no enfiamento do ramal B do “grande fosso”, entre a velha estrada que corre de S. Jorge para Porto de Mós e a actual Estrada Nacional Nº1. Tratando-se de um terreno que fez seguramente parte do campo onde se travou o combate e, achando-se ele na continuação aproximada de uma das estruturas (Ramo B do “grande fosso”) encontradas, a nascente, por Afonso do Paço, decidimos fazer ali o nosso teste. Os dois funcionários municipais que nos acompanhavam abriram então uma primeira cova, com 1,40m de comprimento, 0,60m de largura e 0,80m de profundidade, ou seja, com as dimensões das covas maiores que Afonso do Paço encontrara em 1958-60 e, simultaneamente, com umas medidas exactamente iguais àquelas que haviam servido de base aos cálculos da D.A.E. Feita uma cronometragem cuidadosa, verificou-se que este primeiro trabalho demorou cerca de 27 minutos, apesar de dificultado pela existência de muita pedra. Aberta a primeira cova, verificou-se que esta apresentava uma primeira camada (0,45m) de terra castanha, e uma outra, inferior, com perto de 0,35m de terra negra, não existindo praticamente vestígios de saibro. Seguiu-se a abertura de uma segunda cova, a dois metros de distância da anterior e com as mesmas dimensões. O trabalho foi, desta feita, cumprido em 21 minutos, dado não haver ali muita pedra e o saibro existente se apresentar mais macio. Esta segunda cova comportava-se, note-se, uma capa exterior de perto de 0,30m de terra castanha, seguida de uma faixa de terra negra com 0,20m de profundidade e, por fim uma camada inferior de saibro com cerca de 0,30m. Em ambos os casos (1ª e 2ª covas) verificamos que, passados cerca de 10 minutos os buracos apresentavam já uns 10cm de água. (“Não considerando sequer que o teste que fizemos no dia 15 de Março de 1995 foi realizado com o terreno molhado pelas chuvas dos dias anteriores, i.e., com o terreno pesado e, por isso, certamente mais difícil de escavar do que em Agosto de 1385).

Feito o teste, passámos às contas. Mesmo admitindo que cada uma daquelas covas demorasse, a dois homens munidos de pá e de picareta, uma média de 30 minutos.

Concluimos que 1.000 homens abririam 1.000 covas numa hora, ou seja, que no máximo 350 homens teriam sido capazes de escavar 1.000 buracos daqueles em 3 horas. Comparando com os resultados da D.A.E. (1.400 homens em 2 horas, só para abrir as covas de que estamos a falar), a diferença revelou-se abissal. O que era uma virtual impossibilidade tornou-se absolutamente verosímil. Como notou Costa Veiga ferramentas e trabalhadores não faltariam, entre os homens de pá e a “gentes de serventia” que tradicionalmente acompanhavam a hoste régia (Veiga, 1959 P15). Até porque, como os cálculos encomendados por Valdez dos Santos já reconheciam, o esforço de escavação das covas é que representou a “parte de leão” do trabalho de organização do conjunto do sistema de defesas acessórias dado a conhecer por Afonso do Paço, Costa Veiga e Gastão de Mello de Mattos. Para além disso, não estava (nem está, em nosso entender) posta de parte a possibilidade de esse dispositivo não ter sido preparado todo ao mesmo tempo. Ou seja, parece-nos possível que uma parte dele tenha sido escavada antes do meio da tarde de 14 de Agosto, na antevisão, bastante plausível, de que o exército castelhano não aceitaria combater na primeira posição que lhe foi “oferecida”, 2 km a norte do planalto, pelo adversário anglo-português, optando em vez disso, por tornear a posição portuguesa pelo lado do mar, na direcção do Casal do Relvas e da Calvaria, até estacionar, como seria previsível, numa ampla esplanada situada junto ao lugar ao Chão da Feira (cf. Veiga, 1930, pp79-80; Nunas, 1986, p 45 e Monteiro, 1998 esp. Pp. 297-298).

Por outro lado, dada a circunstância de o combate se ter travado já muito perto do pôr-do-sol, também tem sido considerado por vários autores como possível – e a narrativa de Fernão Lopes sugere isso mesmo – que o comando da hoste portuguesa não tenha nessa noite de nervos, tido uma noção exacta da verdadeira dimensão do seu sucesso e, receoso de um reagrupamento castelhano nas proximidades (recorde-se que uma fatia importante da coluna de marcha de D. Juan I estava ainda longe de S. Jorge na altura em que se feriu na batalha tenha decidido reforçar ou completar o sistema de entrincheiramento defensivo que, em última análise, lhe garantira a vitória.”

Na Página 20 “.... Já o mesmo se não podia dizer do terreno particular situado a poente da ermida da S. Jorge (Área 1 c.700m2) constatou-se efectivamente a existência de anomalias de resistividade que poderiam estar relacionadas com o prolongamento para ocidente, do sistema de fortificações acessórias congeminadas e Sul e a Leste, pelo exército anglo-português. Evidentemente não se sabia era se tais anomalias se deveriam a fossos e a covas de lobo ou tão-só a restos de muros ou a outros obstáculos, antigos ou modernos não relacionáveis com a batalha. (Esta hipótese foi já admitida tanto quanto sabemos pelo menos por Stott Howorth (1990, pp89-90), por Belisário Pimenta (1960, p.561) por Severino Lourenço (1985, p.11) e, de forma mais comedida, por Carlos Bessa (1988, p56). Curiosamente, Afonso do Paço nunca perfilhou, alegando que as pedras encontradas em toda a zona das covas e fosso são quanto a nós, prova contrária (Paço 1961, p 17 posição reafirmada em 1965, p.90 onde se insiste ser aquela circunstância um “sinal seguro de terem as covas e fosso sido abertos antes do combate e não depois). Percebemos o ponto de vista do consciencioso arqueólogo, que, no entanto, neste particular não nos parece ser inteiramente convincente: não se encontraram pedras de calcário em todas as covas e fossos, nem nunca nos será possível – a admitir a possibilidade de o dispositivo ter sido realmente completado durante a noite – distinguir o que pode ter sido feito antes da batalha daquilo que terá sido escavado depois dela”)

Na Pág. 21 “Em termos gerais, podemos avançar que os resultados obtidos vieram reforçar as suspeitas e há quatro anos atrás. Chegara, portanto, a hora da arqueologia intervir.”

17 - CDJ, II, XXXVIII

18 - CDJ, II, XXXVIII

19 - CDJ, II, XXXV.

20 - GAFFNEY, V. 2011.

21 - MARQUES, A. H. O. 1987, pp. 124.

22 - MARQUES, A. H. O. 1987, pp. 131.

23 - MARQUES, A. H. O. 1987, pp. 354.

24 - MARQUES, A. H. O. 1987, pp. 352.

25 - CARDOSO, E. 2015, pp. 20.

26 - Espiões.

27 - MARQUES, A. H. O. 1987, pp. 135.

28- MARTINS, M. G. 2016, pp. 221.

- 29- LOPES, F. *CDJ, II*, cap. LXX.
- 30- MENDES, C. 2009.
- 31- MARTINS, M. G. 2016, pp. 221.
- 32- MONTEIRO, J. G. (2017).
- 33- LOPES, F. *CDJ, II*, cap. XXXVII.
- 34- SANDOVAL, C. X. (1872).
- 35- CARMO, J.A. R. 2006, pp. 62.
- 36 - Como nos diz Fernão Lopes: "auemdo dezoito dias que emtrara per Castella, muyto de seu vagar como dante vinha com grande roubo de gaados e bestas e prisioneiros" *CDJ, II*, cap LVIII.
- 37 - LOPES, F. *CDJ, II*, cap. LIV.
- 38 - LOPES, F. *CDJ, II*, cap. C.
- 39 - LOPES, F. *CDJ, II*, cap. XXXIII.
- 40 - CARDOSO, E. 2015, pp. 33.
- 41 - LOPES, F. *CDJ, I*, cap. XVI.
- 42 - LOPES, F. *CDJ, II*, capítulos XIX, XX e XXI.
- 43 - TEIXEIRA, N. S. (Coord.) 2017, pp. 143.
- 44 - COELHO, M. H. da C. 2008, pp. 101.
- 45 - DRURY, J.B. 1984.
- 46 - LOPES, F. *CDJ, I*, cap. LXXI.
- 47 - Provavelmente a 29 de Maio de 1385.
- 48 - MARTINS, M. G. 2011, pp. 360.
- 49 - MARTINS, M. G. 2016, pp. 223.
- 50 - MONTEIRO, J. G. 2001, pp. 229.
- 51 - LOPES, F. *CDJ, II*, cap. XXXVII.
- 52 - FROISSART, J. pp. 157, pp. 162.
- 53 - SANDOVAL, C. X. de (1872) pp. 177.
- 54 - LOPES, F. *CDJ, II*, cap. XXXVII.
- 55 - *Fernão Lopes afirma que a batalha de Aljubarrota terá começado com um disparo deste tipo de bombardas, que terá provocado três baixas nas tropas portuguesas "Ainda sse nom atreuerom de os cometer com armas sem primeiro tirando com huma aaz de troons que hordenada tinham deante por os espantar e fazer fugir; nos quaes posto fogo, e esparando algumas pedras, dellas nom fezerom nojo, e outras empeçerom de maa maneira. Ca huuma deu na auamguarda do Condestabre e matou dous escudeiros, ambos irmãos. Juntamente, e outra deu a huum stramgeiro, e estes tres foram mortos dellas" CDJ, II, cap. XLII. No entanto, Lopes é o único cronista que faz menção do uso trons na Batalha de Aljubarrota.*
- 56 - CARMO 2006, pp. 65.

57 - COELHO, M. H. C. 2008, pp. 102.

58 - MONTEIRO, J. G. 2001, pp. 214.

59 - Nas *Crónicas de los Reyes de Castilla*.

60 - SANDOVAL, C. X. 1872, pp. 186 e 202.

61 - Outros autores, como João Gouveia Monteiro ou Maria H. C. Coelho estimam um total de 10 000 homens, entre combatentes e não combatentes.

62 - LOPES, F. *CDJ, II*, cap. XXXVIII.

63 - LOPES, F. *CDJ, II*, cap. XXXVIII.

64 - LOPES, F. *CDJ, II*, cap. XLII.

65 - Podemos encontrar um desenho desta cruz, executado por Domingos Sequeira (c. 1800), no Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo, em Macedo de Cavaleiros. A cruz original infelizmente ter-se-á perdido aquando das Invasões Francesas de 1810.

66 - Cronica do Condestabre de Portugal, cap. XLIII.

67 - Joseph Soares da Sylva no tomo I da sua crónica de D. João na pág 65, cita O Padre Francisco de Santa Maria, no seu Anno Histórico, pág 461, que diz o seguinte: “No dia 11 de abril, neste dia nasceo em Lisboa no anno de 1757 ElRey D. João filho del Rey D. Pedro e de Theresa Lourenço, mulher de mui nobre geração.”

68 - Joseph Soares da Sylva no tomo I na pág. 218 diz:...Que Martim Vasques tudo o que fazia, não era para lhe tirar o reino, mas para o dar ao Infante ...Depois disto, vindo Martim Vasques hum dia falar ao Mestre, e com ele seus irmãos, e outros fidalgos seus parentes, e amigos...Nuno Alvares que isto soube, se foy a toda a pressa para o Paço, e levou consigo mais de trezentos escudeiros armados o que ao Mestre causou algum cuidado, temendo desta demonstração alguma desconfiança, ainda por outra parte estimou ver em Nuno Alvares tão repetidos efeitos da sua fidelidade. ...E eles quando assim o virão, despedindo-se deste, se foram indo pouco a pouco sendo os primeiros Martim Vasques e Diogo Lopes Pacheco e os irmãos e filhos de hum e outro.

Fr. Manuel dos Santos, na parte VIII da Monarquia Lusitana diz-nos: ...E escolheram o Mestre de Avis, D. João - omnes concordés in uno amore, proposito, voto, consilio, actu - «concedendo-lhe» que se chamasse rei - et concessimus illi quod ipse nominaret se Regem - com todas as honras, todas as prerrogativas e todos os poderes que «em tal officio» costumaram ter os reis de Portugal. No termo de posse, em versão latina, deve ter sido feita com o fim de ser levada pelos embaixadores que haviam de dirigir-se à Santa Sé a impetrar a ratificação da eleição, feita sem embargo de não ter havido prévia dispensa do defeito do nascimento e da condição clerical. Essa finalidade que teve em vista ao redigir o auto justifica o cuidado em descrever com minúcia a relutância posta pelo Mestre na aceitação e a forma como acolheu a notícia da eleição: in admiratione positus, nobis cum magno tremore corporis respondit.

69 - *“O exército português era somente de mil e setecentas lanças & algumas delas não bem concertadas, oito mil besteiros & quatro mil homens de pé, que por todos de pé & de cavalo faziam seis mil e quinhentos homens, nem era verosímil que tivesse mais, porque o reino estava por Castela & os fidalgos que El Rei trazia eram poucos & todos de pequeno estado. & a Batalha se determinou de repente sem estar premeditada nem esperada, pelo que fica quadrando com a verdade o que alguns antigos escreveram & deixaram de mão em mão, que a gente dos castelhanos eram oitenta e sete mil & e os portugueses onze mil o que se entende contando os pajens & gentes de serviço de cada um dos exércitos. El Rei de Portugal ordenou sua batalha em hum campo chã coberto de urzes, no meio da estrada por onde os castelhanos haviam de vir & porque sua gente era tão pouca, ordenou somente duas pequenas azes. Na vanguarda estava o Condestável com a sua bandeira estendida & dobrados escudeiros por guarda dela e de seu corpo. Nesta az havia somente seiscentas lanças; Na ala direita que nascia da ponta desta Az, iam Mem Rodrigues e Rui Mendes de Vasconcelos & outros bons fidalgos uma companhia que por sua honra & defesa do reino determinavam defender o lugar onde estão postos e chamavam ala dos namorados que a seu propósito traziam uma bandeira verde. Da outra parte na Ala esquerda ião de mistura com Antão Vasques de Almada & outros portugueses Mossem João de Monferrara, Martim Paulo e Bernardim Sola & alguns estrangeiros &*

poucos frecheiros Ingleses & homens de armas que seriam por todos duzentos, como na outra ala. De maneira que faltavam a estas duas alas. De sua direita ordenança duzentos homens de armas, Estes tinham uma bandeira de S. Jorge. Detrás dos homens de armas que havia nas alas ambas, estavam besteiros & homens de pé posto em tal ordem que pudessem fazer ajuda & empecer aos inimigos. Na Az dianteira não havia nenhum destes besteiros ou homens de pé, porque não serviam em tal lugar. Da vanguarda até a retaguarda havia um arrezoadado espaço de maneira que algum desastre ou trabalho pudessem por ali socorrer com brevidade. Nesta Az cujas pontas cerravam com a vanguarda forrada com homens de pé & besteiros em que havia setecentas lanças estava El Rei com a sua bandeira que trazia Lopo Vasques da Cunha por seu irmão Lopo Vasques da Cunha ausente que era alferes-mor & os que eram guarda Del Rey junto com ele & assim mesmo os que aviam de guardar a bandeira. Após esta rectaguarda havia um espaçoso terreiro, onde estava a carruagem: a saber pajens, cavalos, azémolas de mantimentos, gentes de serviço & todas as outras coisas do exército; estes eram todos cercados de gente de pé & besteiros de maneira que nas espaldas da retaguarda & na carruagem não podia ninguém fazer dano que não achasse tudo apercebido”.

70 - *“...Senhor sou um cavaleiro do rei de frança vosso irmão e amigo e tenho a idade que vedes. Estive em muitas batalhas, cristãs como com Mouros estive além-mar e por tanto que aprendi digo que a coisa mais importante do mundo e que nos pode dar melhor vantagem sobre o inimigo é termos uma “boa ordenança” assim na guerra como na batalha. E senhor em duas batalhas que os reis de frança meus senhores, O rei D. Filipe e o rei D. Juan tiveram com o Rei Eduardo de Inglaterra e com o príncipe de gales seu filho perdemos as batalhas por não termos “boa ordenança de batalha” Por isto vos peço Senhor, por mercê, que vos quedeis no dia de hoje (14 de Agosto) e mandar aos seus que se tenham em boa ordenança – em conhecer as suas vantagens – O Conselho dos seus cavaleiros disseram que os vossos devem ficar quietos no lugar onde estão, até que o inimigo parta da vantagem que tomou.*

Senhor segundo os vossos cavaleiros vos disseram, se os seus inimigos não partirem daquele lugar donde estão, não há dúvida que mostram grande medo e não poderão por muito tempo manter-se naquele lugar que tomaram. Aquela vantagem que agora têm antes da noite irão abandoná-la e perderam a vantagem que tomaram – durante a noite perderão a vergonha e sairão dali, pois não tem comida mais do que para hoje segundo se sabe. E senhor qualquer homem pode ver que as Alas de vossa batalha, assim que a sua vanguarda se movimentar para combater, vão encontrar com uns vales que tem de frente e não poderão chegar ao inimigo, nem ajudar a sua vanguarda.

71 - Em nota da página 234: "Os escritores portugueses não mencionam estes vales, nem o terreno vantajoso que o hábil condestável Nuno Alvarez Pereira de que lhe resultou maior glória que foi consequência da sua acertada disposição. Só o fizeram para negar que os seus tivessem tal vantagem, como diz Joseph Soarez da Sylva nas memórias de D. João I. Quem não ficar satisfeito com a narração breve de Pedro Lopez Ayala leia a referida obra, donde achará recolhidas muitas particularidades que pareceram fabulosas ou exageradas aos que não sejam daquela nação."

72 - "Costa Veiga na página 22 dando-nos informações retiradas da crónica de D. João, de Fernão Lopes, onde afirma: *“sabemos que na formatura da vanguarda não havia besteiros, logo já por ai é de presumir que os 300 do seu efectivo orgânico tivessem sidos destacados para as alas”*. Dando-nos outros pormenores “técnicos” oportunos na nota da Página 8: *“A frente normal de um homem de armas apeado em fileira era de 3 pés ou seja 0,90cm cada uma das fileiras deveria ter 300 metros”*. Continua na página seguinte dizendo *“Nas duas alas devia haver em conjunto pelo menos 500 besteiros, 200 arqueiros (todos ingleses) 400 homens de armas e uns 2.400 homens de pé (lanceiros e atiradores) Tal disposição estaria de acordo com o manuscrito de 1425. Froissart”*.

Contudo discorda do esquema de batalha defendido por Ximenes Sandoval na sua obra “Batalla” de 1872, quando este afirma que: *“as alas são figuradas atrás da vanguarda e perpendicularmente a estas – Elas integraram-se indubitavelmente na 1ª linha tática aos lados da vanguarda.”*

Citando Fernão Lopes, Veiga aceita a sua opinião acerca do local onde estava posicionada a vanguarda Portuguesa: *“O primeiro logar hu começaram de pelejar foy jumto com a bandeira do Condestabre, homde ora estaa huuma pequena igreja de Sam Jorge, que el depois mandou fazer” – Ora como a vanguarda portuguesa avançou ao encontro da castelhana, claro que a situação inicial da primeira foi ao norte do local que a situação inicial do local da ermida – mais ou menos, julgo, a uma centena de metros. A capela está num estrangulamento do planalto, mais se observa que para Oeste do mesmo estrangulamento, corre uma depressão em cuja vertente sul existe uma escarpa de 1,5m a 3m segundo medições no local. E para Este o terreno apresenta um esporão próprio para o estabelecimento da ala esquerda, assim como favorável era, para a direita, o saliente oeste do planalto umas dezenas de metros a norte da escarpa de que falei.”*

Veiga cita Froissart e está de acordo com a existência de um palanque e com a distribuição dos arqueiros e besteiros no exército anglo-português, lembrando esta passagem da sua crónica: *“au costé devers fin que de plain*

l'on les champs abattre les arbres et couchier ne effondrer sur euls et laissèrent ung chemim ouvert qui n'estoit pas d'entrée trop large et misrent ce qu'ils avoient d' archiers et d'arbalestriers sur les deux elles de ce chemim et les gens d'armes tout de pié au beau plan (ed. e vol, cit pág 164)." Tradução: "Assim que nos campos foram cortadas, as árvores e o palanque não caiu no chão e deixaram um caminho aberto que não era uma entrada muito ampla e apostaram o que tinham de arqueiros e besteiros. Em ambos eles neste caminho e os homens de armas todos de pé num belo plano". (ed e flight, cit pág 164).

Mas Veiga faz acrescentos ao sistema defensivo pensado pelo exército anglo-português dizendo: "Existiria outra estacada no limite leste do planalto (a uns 20 metros para lá do fosso). E protegido de lado sul pelo sistema, atrás citado, de fossos e covas de lobo, o órgão de flanqueamento assim definido desempenharia um papel análogo ao de certas couraças de praças-fortes medievais. Mas teria sido assim? Não posso afirmá-lo.

- Em qualquer caso é de surpreender o extraordinário número de defesas acessórias, porque, além das já descobertas, há que contar com as que, sem dúvida, houve a Oeste da estrada e, possivelmente em frente à ala esquerda, senão também, em torno do curral ou parque de viaturas e solípedes. - Embora exageradamente os informadores bearneses de Froissart lhe houvessem falado em 1388 do "Fort des Lissebonnois"

- Tantas defesas acessórias feitas, parece, em menos de 4 horas! É facto que os trabalhadores não escasseariam; podiam ir buscar-se e foram-no, decerto, "homens de pé" e à chamada "gente de serventia". Mas as ferramentas? Contudo houve-as em muito avultado número – razão para induzir que a hoste levou mais viaturas do que as que era lícito calcular antes das escavações." Voltando à página 12 da mesma obra e citando novamente Fernão Lopes, (e Veiga aceita a opinião) "O primeiro logar hu começaram de pelejar foy jumto com a bandeira do Condestabre, homde ora estaa huuma pequena igreja de Sam Jorge, que el depois mandou fazer – Ora como a vanguarda portuguesa avançou ao encontro da castelhana, claro que a situação inicial da primeira foi ao norte do local que a situação inicial do local da ermida – mais ou menos, julgo, a uma centena de metros."

73 - E diz Entewistle - "A vanguarda castelhana chegou do Norte ao meio dia. Ao ver a posição fortemente defensiva ocupada pelos portugueses, João de Castela decidiu evitar o combate nos termos de João de Portugal. Lentamente, devido ao número de seu exército (cerca de 31 mil homens), o exército castelhana começou a contornar o morro onde os portugueses estavam localizados. Os escudeiros de João de Castela notaram que o lado sul da colina tinha uma inclinação mais suave e era lá que o rei castelhana queria atacar.

Em resposta a este movimento, o exército português inverteu as suas disposições e dirigiu-se para o declive sul da colina. Como eles eram menos do que o inimigo e tinham menos terreno para cobrir, eles alcançaram sua posição final muito cedo na tarde." Para acalmar o nervosismo dos soldados e melhorar a posição defensiva de seu exército, o Condestável Nuno Álvares Pereira ordenou a construção de um sistema de valas, covas de lobo e abatisses. Esta aplicação de procedimentos táticos típicos de inglês.

A iniciativa de iniciar a batalha foi com o lado castelhana. A cavalaria pesada aliada francesa carregava em toda a força, para destruir a ordem nas linhas inimigas. Mesmo antes de entrar em contato com a infantaria portuguesa, no entanto, eles já estavam desorganizados.

Assim como na Crécy, os arqueiros e besteiros defensores, com a aju das fortificações também efectuadas, com as valas e covas de lobo, fizeram a maior parte do trabalho. As perdas da cavalaria foram pesadas e o efeito do ataque completamente nulo. O apoio da parte traseira castelhana chegou tarde e os cavaleiros que não pereceram no combate foram feitos prisioneiros e enviados para a retaguarda portuguesa.

Neste ponto, a principal força castelhana entrou na batalha. Sua linha era enorme, devido ao grande número de soldados. Para chegar à linha portuguesa, os castelhanos ficaram desorganizados, espremendo o espaço entre os dois riachos que protegiam os flancos. Com todas as suas tropas necessárias na frente, não havia homens disponíveis para proteger os prisioneiros dos cavaleiros; João de Portugal ordenou que eles fossem mortos no local.

Avançando subindo com o sol nas costas, esmagado entre as obras defensivas portuguesas e suas traseiras, e sob uma forte chuva de flechas de arqueiros ingleses disparados por trás da linha portuguesa e os grupos de besta por trás das asas Ala dos Namorados e Madressilva nos seus flancos. Os cavaleiros castelhanos no corpo principal foram forçados a desmontar e a partir a metade as suas lanças de quatro metros de comprimento para se juntarem ao lado de sua infantaria.

Nesta fase da batalha, ambos os lados sofreram grandes perdas, especialmente na "Ala dos Namorados", ao tentarem afastar os cavaleiros fortemente blindados das alas castelhanas que, ainda a cavalo, tentaram flanquear as linhas portuguesas. Um ataque semelhante foi mais bem-sucedido no flanco direito "Madressilva", embora apenas brevemente e no final da luta. Ao pôr-do-sol, apenas uma hora depois da batalha ter começado, quando estandarte real castelhana caiu, as tropas já desmoralizadas na parte traseira pensaram que seu rei estava morto e começou a fugir em pânico."

74 - Gouveia Monteiro conta-nos a sua experiência a partir da página 14 da sua obra: "...decidimos voltar a encarar de frente o problema que já preocupara Valdez dos Santos. Teria sido (im) possível ao exército anglo-português engendrar uma tal organização do terreno no curto espaço de tempo (talvez umas duas ou três horas) de que dispôs, entre a fixação na chamada "segunda posição" e o início da batalha, ocorrido perto das 18 horas? De acordo com a D.A.E. (Direcção da Arma de Engenharia), era perfeitamente impossível. Mas, e se esses cálculos não fossem adequados?

Foi assim que no dia 15 de março de 1995, regressámos ao palco da "batalha real", acompanhado por dois funcionários da Câmara Municipal de Porto de Mós munidos de uma pá e uma picareta. Posicionámo-nos num terreno situado a poente da Ermida de S. Jorge, quase no enfiamento do ramal B do "grande fosso", entre a velha estrada que corre de S. Jorge para Porto de Mós e a actual Estrada Nacional Nº1. Tratando-se de um terreno que fez seguramente parte do campo onde se travou o combate e, achando-se ele na continuação aproximada de uma das estruturas (Ramo B do "grande fosso") encontradas, a nascente, por Afonso do Paço, decidimos fazer ali o nosso teste. Os dois funcionários municipais que nos acompanhavam abriram então uma primeira cova, com 1,40m de comprimento, 0,60m de largura e 0,80m de profundidade, ou seja, com as dimensões das covas maiores que Afonso de Paço encontrara em 1958-60 e, simultaneamente, com umas medidas exactamente iguais àquelas que haviam servido de base aos cálculos da D.A.E. Feita uma cronometragem cuidadosa, verificou-se que este primeiro trabalho demorou cerca de 27 minutos, apesar de dificultado pela existência de muita pedra. Aberta a primeira cova, verificou-se que esta apresentava uma primeira camada (0,45m) de terra castanha, e uma outra, inferior, com perto de 0,35m de terra negra, não existindo praticamente vestígios de saibro. Seguiu-se a abertura de uma segunda cova, a dois metros de distância da anterior e com as mesmas dimensões. O trabalho foi, desta feita, cumprido em 21 minutos, dado não haver ali muita pedra e o saibro existente se apresentar mais macio. Esta segunda cova comportava-se, note-se, uma capa exterior de perto de 0,30m de terra castanha, seguida de uma faixa de terra negra com 0,20m de profundidade e, por fim uma camada inferior de saibro com cerca de 0,30m. Em ambos os casos (1ª e 2ª covas) verificamos que, passados cerca de 10 minutos os buracos apresentavam já uns 10cm de água. "Não considerando sequer que o teste que fizemos no dia 15 de Março de 1995 foi realizado com o terreno molhado pelas chuvas dos dias anteriores, i.e., com o terreno pesado e, por isso, certamente mais difícil de escavar do que em Agosto de 1385"

Feito o teste, passámos às contas. Mesmo admitindo que cada uma daquelas covas demorasse, a dois homens munidos de pá e de picareta, uma média de 30 minutos.

Concluimos que 1.000 homens abririam 1.000 covas numa hora, ou seja, que no máximo 350 homens teriam sido capazes de escavar 1.000 buracos daqueles em 3 horas. Comparando com os resultados da D.A.E. (1.400 homens em 2 horas, só para abrir as covas de que estamos a falar), a diferença revelou-se abissal. O que era uma virtual impossibilidade tornou-se absolutamente verosímil. Como notou Costa Veiga ferramentas e trabalhadores não faltariam, entre os homens de pá e a "gentes de serventia" que tradicionalmente acompanhavam a hoste régia (Veiga, 1959 P15). Até porque, como os cálculos encomendados por Valdez dos Santos já reconheciam, o esforço de escavação das covas é que representou a "parte de leão" do trabalho de organização do conjunto do sistema de defesas acessórias dado a conhecer por Afonso do Paço, Costa Veiga e Gastão de Mello de Mattos. Para além disso, não estava (nem está, em nosso entender) posta de parte a possibilidade de esse dispositivo não ter sido preparado todo ao mesmo tempo. Ou seja, parece-nos possível que uma parte dele tenha sido escavada antes do meio da tarde de 14 de Agosto, na antevisão, bastante plausível, de que o exército castelhano não aceitaria combater na primeira posição que lhe foi "oferecida", 2 km a norte do planalto, pelo adversário anglo-português, optando em vez disso, por tornear a posição portuguesa pelo lado do mar, na direcção do Casal do Relvas e da Calvaria, até estacionar, como seria previsível, numa ampla esplanada situada junto ao lugar ao Chão da Feira (cf. Veiga, 1930, pp79-80; Nunas, 1986, p 45 e Monteiro, 1998 esp. Pp. 297-298).

Por outro lado, dada a circunstância de o combate se ter travado já muito perto do pôr-do-sol, também tem sido considerado por vários autores como possível – e a narrativa de Fernão Lopes sugere isso mesmo – que o comando da hoste portuguesa não tenha nessa noite de nervos, tido uma noção exacta da verdadeira dimensão do seu sucesso e, receoso de um reagrupamento castelhano nas proximidades (recorde-se que uma fatia importante da coluna de marcha de D. Juan I estava ainda longe de S. Jorge na altura em que se feriu na batalha tenha decidido reforçar ou completar o sistema de entrincheiramento defensivo que, em última análise, lhe garantira a vitória."

Na Página 20 "... Já o mesmo se não podia dizer do terreno particular situado a poente da ermida da S. Jorge (Área 1 c.700m2) constatou-se efectivamente a existência de anomalias de resistividade que poderiam estar relacionadas com o prolongamento para ocidente, do sistema de fortificações acessórias congeminadas e Sul e a Leste, pelo exército anglo-português. Evidentemente não se sabia era se tais anomalias se deveriam a fossos e a

covas de lobo ou tão-só a restos de muros ou a outros obstáculos, antigos ou modernos não relacionáveis com a batalha. "Esta hipótese foi já admitida tanto quanto sabemos pelo menos por Stott Howorth (1990, pp89-90), por Belisário Pimenta (1960, p.561) por Severino Lourenço (1985, p.11) e, de forma mais comedida, por Carlos Bessa (1988, p56). Curiosamente, Afonso do Paço nunca perfilhou, alegando que as pedras encontradas em toda a zona das covas e fosso são quanto a nós, prova contrária (Paço 1961, p 17 posição reafirmada em 1965, p.90 onde se insiste ser aquela circunstância um "sinal seguro de terem as covas e fosso sido abertos antes do combate e não depois). Percebemos o ponto de vista do consciencioso arqueólogo, que, no entanto, neste particular não nos parece ser inteiramente convincente: não se encontraram pedras de calcário em todas as covas e fossos, nem nunca nos será possível – a admitir a possibilidade de o dispositivo ter sido realmente completado durante a noite – distinguir o que pode ter sido feito antes da batalha daquilo que terá sido escavado depois dela".

75 - Notas tiradas dos livros de João Gouveia Monteiro, "*Aljubarrota a Batalha Real*" – 2003 a partir da pág 80 e *Aljubarrota revisitada*.

Movimento das tropas:

- Últimos dias Julho - D. João instala quartel-general em Abrantes.
- 3/Ago - Nuno Álvares Pereira andava pelo Alentejo a recrutar gente para a Batalha.
- 7/Ago – Nuno Álvares Pereira abandona Abrantes por não estar de acordo com D. João de fazer uma manobra de diversão pela Andaluzia e vai em direcção a Tomar.
- 9/Ago - D. João volta para trás com a ideia da Andaluzia e juntam tropas novamente em Tomar.
- 10/Ago – Nuno Álvares Pereira manda um mensageiro falar com D. Juan que volta com notícias – acção de espionagem?
- 11/Ago - As hostes Portuguesas (todos) saem de Tomar e vão para Ourém.
- 12/Ago, sábado - A hoste Portuguesa chega a Porto de Mós.
- 13/Ago - Os dois exércitos estavam distanciados a menos de 20Kms. O que torna a batalha inevitável. A hoste Portuguesa esteve estacionada todo o dia 13 em Porto de Mós. Nuno Álvares Pereira (segundo Fernão Lopes) com 100 cavaleiros, armados de cota de malha, de braçais e lanças compridas (sinal de precaução) saíram do acampamento de Porto de Mós logo de manhãzinha e procederam ao reconhecimento do terreno através dos cabeços dos actuais lugares de Cela, Golfeiros, Casal Novo, Casal do Alto e Picoto.
- 14/Ago - Alvorada às 3h37 dia clarear às 4h48m a hoste Portuguesa levantou arraial e marchou para o planalto de S. Jorge devendo ter percorrido 8 a 10km até alcançar a posição escolhida. Em nota do autor: Uma coluna de 9.000 peões se alongaria por 6 a 7km.
- 14/8 Continua - Foi então no extremo Norte de Planalto de S. Jorge (ao pé do Centro Interpretativo) sobre o desvio para a ponte da Boutaca (actual EN1) que a hoste Portuguesa se instalou logo de manhã – provavelmente puseram-se os homens em ordem de batalha – vanguarda, rectaguarda e alas, com os atiradores bem avançados, tirando partido do excelente campo de tiro. Podendo também terem realizado alguns trabalhos de fortificação acessória, coisa que, no entanto, a fortaleza da posição adoptada quase dispensaria. Era 2ª feira 14 de agosto, dia quente e seco 25/26º - às 18h00 20/21º - o ocaso do sol 18h44m – Escurecimento 19h12 – noite fechada 20h22 – em que o vento não deve ter soprado.
- 14/Ago "contínua": O comando Português em reacção à marcha castelhana (Jardoeira; Casal do Relvas; Calvária; Chão da Feira; decidiu inverter o seu dispositivo – É provável que esta manobra tenha levado de 2 a 3 horas – mudança de posição 2 Km para sul da posição inicial. O que se perdeu por se ter feito a manobra? a) Agora estava-se de frente para o sol, b) Perdeu-se o trunfo de ocupar uma posição muito mais elevada. – Chão da Feira cota 170 – Ermida cota 155 c) Além disso fomos forçados a deslocarmo-nos aparentemente uma escolha de recurso o que agradaria aos Castelhanos. Mas analisando mais atentamente chegamos a outra conclusão: 1) Existe um ligeiro estrangulamento natural do planalto (Múrcia 340 a 400 lanças = 300 a 360m (0,90m p/lança). 2 Por outro lado a posição da hoste portuguesa ficava defendida por linhas de água – a Oeste o ribeiro de Vale Madeiro e a Leste o ribeiro do Carqueijal ou Vale da Mata. A presença destas duas linhas de água coincide com a de outras tantas depressões no terreno um facto que se revelaria fundamental no decurso do combate. COSTA VEIGA – O perfil do planalto de S. Jorge no sentido leste-oeste apresenta cerca de 800m na horizontal e acha-se dividido em duas partes iguais por uma ligeira crista (entretanto terraplanada e nivelada, com entulhos para a construção da Ermida) onde; qual Eduardo III no moinho de vento de Crecy – O Condestável deve ter instalado aí a sua posição pessoal, pois avistaria todo o campo de batalha. 3 Deste ponto para nascente

existe um desnível de 25 m em 450m de extensão. -Para Poente o declive é de apenas 2% até ao ribeiro de Vale de Madeiro. - Logo à frente da Ermida o planalto de S. Jorge começa a estreitar. *Notas do Autor:* Entretanto a história da segunda posição portuguesa não está ainda, de todo, completamente contada. É que aos obstáculos naturais já identificados o exército de Nuno Alvares tratou de associar alguns outros, característicos das táticas militares ingleses de trezentos (Bannockburn 1314, Crécy 1346,) Falo, por um lado de abatises e por outro de fossos e de covas-de-lobo rasgados no terreno.

Distâncias Percorridas pela hoste Anglo-Portuguesa:

Abrantes – Tomar = 28Km

Tomar – Ourém = 17km

Ourém – Porto de Mós = 23km

Porto de Mós – Campo S. Jorge = 5km

Cronologia dos movimentos da hoste franco-castelhana nos dias que antecederam a batalha:

- 15 /julho Entraram em Almeida seguiram para Pinhel; Trancoso.
- 21/7 - Estavam em Celorico – D. Juan faz Testamento.
- 30/7 - Seguem por Fornos de Algodres, Mangualde, Mortágua, Mealhada, Coimbra.
- 9/8 - Chegam a Soure.
- 11/agosto - Evitam passar por Penela e Alvaiázere que os conduziriam para Soure e Tomar. Optam por ir por Vila Nova de Anços e Pombal. Em nota João Gouveia Monteiro informa. "Os peões fazem 4 a 5 km/hora – A cavalaria faz 6 a 7/Km/hora".
- 12/agosto - Devem ter chegado a Leiria. Onde passam o 13 de agosto a 20km de S. Jorge.
- 13/agosto - Rumam de Leiria para Sul indo pela estrada romana que passa por Canoeira e Santo Antão e afastando-se depois dela na ideia de tomarem a estrada que os conduzia a Alcobaça, ou na de pisando o esporão de S. Jorge desviar (uns 700m a SW da ermida) para Porto de Mós de forma a alcançar Santarém. Em nota João Gouveia Monteiro diz-nos: "*Desde junho que a frota Castelhana bloqueava Lisboa. D. Juan sabia que se bloqueasse Lisboa por terra dificilmente Lisboa resistiria.*"
- 14/agosto - A meio da manhã a coluna Castelhana chega à Jardoeira fazendo caminho por Canoeira e Santo Antão – 500 a 1000m onde a hoste Portuguesa se havia instalado.
- 14/8, meio-dia - Depois do meio-dia os Castelhanos estão junto ao cruzamento da Jardoeira (perto di cemitério novo) infletiram para Sudoeste pela estrada Velha na direcção do Casal do Relvas e de Calvaria, até ganhar de novo a estrada Leiria-Alcobaça. Chegados a zona da Calvaria (3/4km a diante) sempre conservando os Portugueses pela esquerda. Estacionaram numa ampla esplanada junto ao lugar do Chão da Feira pelas 17/18h – Nota do autor: Carta Múrcia: D. Juan "*...é cuando llegamos à aquel lugar era ya hora de visperas, é nuestra gente estaba muy cansada.*"

Distâncias percorridas pela hoste Franco Castelhana:

Almeida-Pinhel = 15km

Pinhel-Trancoso = 25km

Trancoso – Celorico = 18km

Celorico-Fornos = 22km

Fornos-Mangualde = 48km

Mangualde-Mortágua = 19km

Mortágua-Mealhada = 19km

Mealhada- Coimbra = 20km

Coimbra – Soure = 26km

Soure – V.N. Anços = 6 Km

V.N. Anços – Pombal = 24 km

Pombal – Leiria = 30km

Leiria – Jardoeira = 10km

Jardoeira – Casal Relvas = 2km

Casal Relvas – Calvaria = 2 km

Calvaria- Chão da Feira = 3km

76 - Começa Peter Russel na página 400 da sua obra fazendo uma referência ao Condestável: “Nun’Alvares Pereira – jovem diligente e estudioso da história da Távola Redonda cuja decisão de quebrar os laços familiares e juntar-se a D. João I conquistara para este último os préstimos de um comandante militar verdadeiramente notável. – Impusera uma pesada derrota contra os encavalgados homens de armas castelhanos - tácticas novas, decalcadas no modelo Inglês.”

Da Página 405 e nota 23, retirámos: “É difícil calcular o nº de homens que se conseguiram recrutar para combaterem em Portugal...os apoiantes ingleses com que D. João pode contar durante a campanha de 1385 não tenha ultrapassado, no máximo 800 homens. Em finais de 1384 haviam sido nomeados já quatro capitães todos escudeiros ingleses: Elie de Blythe, Robert Grantham, Peter Cressingham e Reginald Cobham. Havia mais um pequeno contingente da Gasconha sob o comando de Guilhem Montferrand – tal como o Soudan de la Trau e Florimond de Lesparre. Os registos ingleses tornam perfeitamente claro que, durante as suas operações de recrutamento em Londres os dois enviados portugueses caíram em parte nas garras de um pícaro grupo de soldados de fortuna...Nestas circunstâncias não nos surpreende o facto de encontrarmos tão poucas pessoas de renome na lista recrutada”.

Continua na Página 407 – “...O surpreendente é que tão heterogéneo e turbulento corpo de homens tenha chegado a Portugal acabando por combater tão bem como parece tê-lo feito. Durante o mês de março 24? de 1385, 4 navios deixaram finalmente Plymouth chegaram 2 abril = 2 embarcações chegaram a Lisboa com 400 homens – 1 embarcação menor chega a Setúbal com 90 homens e outra embarcação chega ao porto com 300”. Continua na página 417: “A 5 de Agosto o quartel-general dos portugueses estava ainda instalado em Abrantes. Pouco depois, D. João avançava ao longo da margem norte do rio, em direcção a Constância e daqui para norte, rumo a Tomar, onde sem dúvida se instalou no grande convento inicialmente construído pelos Templários e que se tornara depois a sede da ordem de Cristo. A partir de Tomar, João I estava em posição de fazer frente a qualquer avanço castelhano de Coimbra para Santarém pelo percurso mais directo. Um avanço a corta-mato ao longo de 44 Km para ocidente de Tomar conduzi-lo-ia também ao itinerário principal que ligava Coimbra a Lisboa, caso o rei castelhano tentasse, afinal, um avanço directo a Lisboa.”

Página 418 – “sábado, dia 12 -, o rei português prosseguiu o seu avanço para ocidente, através de Pinhel e Reguengo. No entanto, em lugar de avançar em direcção à estrada principal, o estado-maior português instalou-se na pequena vila fortificado de Porto de Mós, numa encruzilhada junto ao rio Lena cerca de 20 km para sul de Leiria. (em nota 47 da página referida: (Lopes CDJ, II, XXX) Outros indícios há, que sugerem que Nuno Álvares Pereira não morria de amores pelos Ingleses).”Ocupando esta posição, ainda a 5 km para leste da estrada, D. João conservou uma liberdade de movimentos que teria perdido caso tivesse desembocado na estrada principal. Domingo 13, ao cair do dia, não mais de 20km separavam os dois exércitos”.

Página 419 Russel diz-nos: “Não dispomos de meios que nos permitam obter cálculos dignos de inteira confiança sobre a dimensão dos exércitos português e castelhano em vésperas de batalha. Para estabelecer estimativas razoavelmente seguras a este respeito não será possível ir mais longe do que foi o minucioso estudo que à campanha consagrou o coronel A. Botelho da Costa Veiga. O exército de D. João não integrava certamente um número inferior a 7.000 homens. Destes 2000 a 3000 eram homens de armas (alguns de fraca qualidade) apoiados por alguns arqueiros ingleses, uma quantidade substancial de besteiros portugueses e alguns milhares de peões. Alguns destes provinham de simples milícias locais. É difícil calcular com alguma certeza a dimensão do contributo dado por ingleses e gascões. Fernão Lopes faz apenas uma referência indirecta ao seu papel em Aljubarrota, dando a entender ser um número muito reduzido. 200. Por outro lado o rei D. Juan no relato pessoal sublinha a presença de tropas inglesas e Gasconhas, em termos que sugerem uma presença substancial. Outras fontes parecem confirmar a presença em Aljubarrota de um contingente anglo-gascão maior do que o sugerido por Fernão Lopes”.

“Na carta de Gonçalo Domingos ao abade de alcobaça dá a entender que em abril desembarcaram 800 vindos de Plymouth. O relato que o Monge de Westminster faz da batalha – parece basear-se numa fonte documental declara que nela tomaram parte 700 súbditos ingleses. Em resumo na ausência de melhores provas parece razoável que os efectivos ingleses e gascões que em Aljubarrota apoiaram o D. João não se situaria aquém dos 400 nem mais de 700.”

Continuando na Página 424 – “Segunda-feira, dia 14 antes do amanhecer o exército português ouviu missa em Porto de Mós, deslocando-se em seguida para noroeste, em direcção à estrada principal nas proximidades de Carqueijal a cerca de 5km de distância. Depois de desembocar na estrada a vanguarda teve de subir perto de 4 km para norte, pelo planalto acima até alcançar a posição sobranceira ao vau”.

“... Era apoiado à direita pela ala dos namorados, composta – como o nome indica – por cavaleiros portugueses orgulhosos das suas pretensões cavaleirescas. A ala esquerda da madressilva segundo o cronista era chefiada por um capitão português Antão Vasques. Outros testemunhos sugerem que o seu verdadeiro comandante

poderá ter sido o cavaleiro gascão Guilhem Montferrand. Em qualquer dos casos, aqui se concentravam os homens de armas ingleses e gascões de que D. João dispunha nesta ocasião. Por detrás de cada uma das alas e em apoio aos homens de armas aglomeravam-se arqueiros ingleses ou besteiros portugueses aptos a adoptar uma de duas atitudes: atirar por cima das cabeças dos homens de armas por forma a travar um ataque frontal do inimigo ou, se a situação o exigisse, proteger os flancos. Fernão Lopes afirma que, nesta ocasião, foi adoptado o invulgar procedimento de concentrar todos os arqueiros e besteiros nas alas, uma vez que a sua presença em cobertura directa à vanguarda era "inadequada em tal lugar". A análise ao mapa anexo revelará que este desvio da prática normal se ficou a dever a um prudente bom senso: devido ao declive da estrada em direcção ao vau, quaisquer arqueiros ou besteiros estacionados imediatamente atrás da vanguarda ficariam impossibilitados de observar o avanço dos castelhanos quando estes atacassem a subida..."

O corpo principal das forças defensivas, integrando entre 700 e 1.000 homens de armas, encontrava-se sob o somando pessoal de D. João I. Ocupou a sua posição a curta distância da vanguarda, com linhas avançadas de ambos os lados, de modo a formar os lados de um quadrado vazio em contacto com as fileiras mais recuadas da vanguarda. Mais atrás ainda, concentrados no interior de um verdadeiro quadrado composto de mais besteiros e peões encontravam-se pajens dos homens de armas e dos arqueiros com os palafreiros dos seus amos, juntamente com as mulas de carga do exército e todas as respectivas carroças e bagagens. O coronel Botelho da Costa Veiga calcula que não terá sido antes das 10h00 da manhã que o exército português concluiu o seu avanço de Porto de Mós formou a sua posição escolhida...

Perto da Jardoeira, onde a estrada proveniente de Leiria inflete em direcção à Batalha, a vanguarda Castelhana parou para poder estudar a posição do inimigo e permitir a aproximação de extensas colunas que a seguiam.

Nem mesmo os impetuosos, pouco experientes e jovens comandantes castelhanos tardaram a compreender, assim que examinaram a rota à sua frente, que Nuno Álvares escolhera uma posição que inviabilizava por completo qualquer ataque frontal desferido do cimo de qualquer um dos flancos. Tão pouco existia a mínima possibilidade de atacar qualquer um dos flancos da posição portuguesa com alguma esperança de êxito. D. Juan I registou na Carta que dirigiu a Murcia, as suas impressões sobre a situação tal como esta se apresentava aos comandantes castelhanos quando pela primeira vez se abeiraram dos seus adversários: *"Postaram-se desde a manhã desse dia numa praça-forte entre dois regatos [...] E quando a nossa gente aí chegou e viu que não podia ataca-los por aquele lado, tivemos todos de os contornar para chegar a eles de outra banda, onde o terreno nos pareceu mais plano"*

Os Castelhanos terão desembocado então de novo na estrada principal entre o Chão da Feira e Carquejal, a cerca de 3km aquém da posição originalmente ocupada pelos portugueses. A manobra revelou-se naturalmente esgotante. Movimentar um exército que ascendia em mais de 20.000 homens ao longo de uma distância de 8km em pleno campo, no pino do calor de um dia de Verão português constituía sem dúvida uma dura prova para a disciplina de guerra – manifestamente fraca – do exército castelhano. Não devemos também esquecer que o inimigo percorrera desde o alvorecer mais de 11km. Cinco ou seis horas terão sido precisas para concluir a manobra.

Da Pág. 426 *"... Também os portugueses - que haviam previamente bloqueado o caminho para Lisboa – se encontravam, contudo, numa situação delicada. O inimigo podia agora escolher entre atacar de imediato ou aguardar um dia, ou mais, até o esgotamento começar a trair os nervos tensos das "tropas nacionalistas" numericamente inferior. Nuno Álvares tinha, em todo o caso, de escolher sem demora uma nova posição defensiva para, assim que terminasse a contra marcha dos castelhanos enfrentar o inimigo numa frente organizada. O condestável português decidiu tirar partido das naturais potencialidades defensivas oferecidas pelo prolongamento meridional do planalto em forma de cunha em que estava já instalado o exército português."*

Na mesma estrada a cerca de 2km para sul da posição inicialmente escolhida pelo condestável, ergue-se numa ligeira elevação uma pequena ermida consagrada a S. Jorge. Para Oeste e leste desta, os leitos dos dois cursos de água já descritos, conquanto bastante menos profundos, correm paralelamente à estrada, no sentido norte-sul. Em S. Jorge o planalto oferecia, pois, a um inimigo que atacasse ao longo da estrada que levava de Aljubarrota a Alcobaça e Alcobaça a Leiria e à Batalha uma frente descoberta com a largura máxima de 300 m. Na elevação onde está situada a ermida, ligeiramente para leste da estrada Nuno Álvares decidiu firmar o seu estandarte, no centro da vanguarda portuguesa. Graças aos dois ribeiros, tratava-se ainda de uma óptima posição defensiva do ponto de vista dos flancos, se bem que a carga frontal do inimigo tivesse agora a vantagem de um suave declive descendente.

Na página 427 na sua obra Russel fala-nos do torneamento: *"O exército Português terá recebido ordens para mudar de posição assim que o exército castelhano deu início à sua manobra torneante. Depois da vanguarda passar pelo corpo principal e pelo trem de apoio, o rei português fez o corpo principal dar meia-volta e colocou-o em*

posição da realinhada vanguarda. A ala esquerda que integrava nas suas fileiras o contingente anglo-gascão, encontrava-se agora a leste da vanguarda, ocupando assim aquela que, devido à configuração do terreno, constituía provavelmente a mais vulnerável posição da nova ordem de batalha. Assim que a vanguarda e as alas se encontraram em posição o condestável deu ordens para que os homens ocupassem o tempo de espera, até os castelhanos terminarem a sua marcha, a construir grosseiras fortificações de campanha destinadas a providenciar protecção suplementar à frente Portuguesa.

Foi primeiro erguida uma paliçada, feita de matagal, até à altura da cinta. Podemos presumir que, à moda Inglesa, esta não seria contínua, antes visaria quebrar a carga inimiga e forçar os atacantes a amontoarem-se no centro da linha portuguesa, onde a resistência seria mais forte. Por detrás da linha da paliçada, foi também rapidamente cavada uma vala, com vários pés de profundidade, por forma a acrescentar novas dificuldades aos homens de armas castelhanos que tivessem vencido o primeiro obstáculos.

O relato que o próprio D. Juan fez da batalha mostra que estas barreiras, por primitivas que nos parecessem, tiveram um efeito importante nos seus apeados e exaustos homens de armas quando estes com elas tiveram que se haver.

Devido ao adiantado da hora seria necessário dar início imediato a tal operação, o que implicaria desencadear o ataque antes de os besteiros e os peões que escoltavam as 700 carroças que transportavam a bagagem do exército tivessem conseguido reunir o corpo principal".

Continua a descrição na pág. 428 "Em todo o caso depois de uma marcha ao calor, sem comida nem bebida os castelhanos e os seus aliados franceses e portugueses estavam perigosamente debilitados, Mais grave ainda no entender de Ayala era o facto de – caso o rei, desse a ordem de atacar o inimigo na posição que este agora ocupava – os dois cursos de água impedirem as alas castelhanas de apoiarem a vanguarda (refere constar do relatório que Ayala entregou ao D. Juan). Qualquer carga desencadeada por esta teria, em consequência, de atravessar um corredor de projecteis contra a vanguarda castelhana dirigidos pelos arqueiros e besteiros das desocupadas alas portuguesas, além de enfrentar o habitual tiro frontal das fileiras mais recuadas da vanguarda portuguesa..." "Os homens de Juan I transportavam provisões para 4 dias, ao passo que os portugueses estavam abastecidos para um só dia. Se, por agora os castelhanos se limitassem a manter as suas posições, os portugueses ver-se-iam obrigados a abandonar a sua posição favorável sob pena de se arrisarem a ver a fome acabar por provocar o desmembramento do seu exército. Ayala foi apoiado pelo recém-chegado embaixador francês Jean de Rye – idoso veterano das batalhas de Crécy e Poitiers – concordava com a ideia que não deveria ser intentado qualquer ataque enquanto as ALAS castelhanas não estivessem em condições de apoiar a vanguarda."

Na Página 429 "...Parte das tropas de D. João tinham agora o sol poente pela frente e o pó trazido pelo vento de sudoeste. Tinham passado pela experiência psicologicamente desagradável de esperar 7 horas em ordem de batalha. Perto das 18h00 algumas tropas castelhanas recebem, pois, dos seus comandantes ordens para dar início às operações contra as posições portuguesas. As companhias de ginetes avançaram pela retaguarda do exército de D. Juan e encetaram um ataque cerrado contra os peões, a quem, do lado inimigo, fora atribuída a missão de defender o quadrado dentro do qual estava abrigado o trem de apoio- (Nota minha - Que descrição mais incoerente – Então quem estava na retaguarda não eram as tropas do D. João!? Então agora a carriagem já estava dentro do quadrado – Então que caminho é que os ginetes tomaram para ir atacar a retaguarda portuguesa se toda a frente de batalha ocuparia todo o espaço disponível – e também estavam lá as Alas portuguesas- confusão!). Os castelhanos repetiram o mesmíssimo erro táctico que tão caro saíra em Trancoso... Entretanto os artilheiros responsáveis pela bateria castelhana estacionada para os lados do Carqueijal instruídos também para abrir fogo, dirigem os seus pelouros de pedra contra a vanguarda portuguesa – manobra que provocou nas fileiras de Nuno Álvares assinalável alarme, mas não baixas significativas".

Página 430: "Afonso de Villena condestável aragonês de Castela, alinhou a vanguarda castelhana apeada e carregou sobre o inimigo.... Como Ayala previra as duas alas castelhanas viram-se em grandes dificuldades para apoiar a carga, devido à natureza do terreno nos flancos do inimigo. Tal facto permitiu às duas desocupadas alas portuguesas rodarem para o centro e atacarem a massa compacta dos homens de armas adversários que se debatiam para transpor as fortificações de campanha montadas pelos portugueses à frente da sua vanguarda. Os atacantes terão sido, pois, muito mal tratados, antes mesmo de se encontrarem ao alcance da primeira linha portuguesa postada em S. Jorge. Ainda assim a carga que desferiram sobre o centro português surtiu um forte impacto, deixando gravemente enfraquecida a linha defensiva posicionada perto da ermida. Sob o comando de D. João, o corpo principal do exército português avançou de imediato por forma a prevenir uma perfuração das linhas pelo inimigo. O confronto generalizou-se, ambos os lados manejando agora espadas e fochas.... O ataque da cavalaria contra o trem de apoio português prosseguiu, ao que tudo indica, ainda por mais algum tempo, sendo os ginetes castelhanos auxiliados numa fase posterior por alguns homens de armas de novo montados que integravam

as disponíveis alas castelhanas. Os castelhanos não conseguiram, no entanto, romper por entre o chuvaire de dardos, virotões e pedras com violência desferidas contra os seus cavalos pelos apavorados, mas determinados defensores do quadrado. A luta entre o escol dos dois exércitos foi surpreendentemente breve para um confronto desta magnitude. Ao que parece menos de uma hora”.

Página 431 “... Contudo a nata do exército invasor jazia morta no terreno, perto da ermida de S. Jorge. Numa carta escrita à cidade de Lisboa a anunciar a sua vitória, o rei português assevera terem sido mortos 2.500 homens de armas inimigos. Note-se que o cavaleiro gascão Guilhem de Montferrand e um outro gascão, Basquin de Sola, se encontravam entre os poucos mortos identificados por Fernão Lopes...Estão no mosteiro de Alcobça juntamente com os mais eminentes portugueses mortos, simbolizou uma cooperação anglo-portuguesa no campo de batalha que ajudou certamente D. João a alcançar a vitória, conquanto não a tenha determinado.”

77 - José Hermano Saraiva e o papel dos aliados Franceses e Ingleses

“As referências à batalha de Aljubarrota, referidas nos relatos de Orthez, oferecem as mais crassas inexactidões, confundindo tempos diferentes, mas relacionando sempre acontecimentos reais. Assim o rei de Portugal sai de Lisboa cercada para dar a batalha: os factos essenciais são verdadeiros – o cerco e a batalha real – mas é omitido todo o conteúdo intercalar. Em compensação, são narradas, com grande pormenor, circunstâncias que não constam dos relatos portugueses. Como a grande rivalidade que se estabelece entre os fidalgos espanhóis e os cavaleiros Franceses. Que os castelhanos acham terem excessivo ascendente no ânimo do seu rei. A memória do crime de Montiel ainda não se apagou, e paira no espírito de todos que o rei de Castela é filho do «fratricida» (é esse o sinistro apelido de Henrique de Trastâmara) e recordam que o fraticida devia o trono inteiramente aos mercenários vindos de França. Porque todos sabiam, foi dentro da tenda do Condestável Bertrand de Guesclin que o rei de Castela, Pedro I, foi assassinado. Com tais precedentes não admirava que o filho do bastardo só se fiasse nos Franceses.

Mas do lado português, o rei também presta muita atenção a conselheiros estrangeiros. Os Ingleses seus aliados dizem-lhe: Os inimigos são muitos, e não os podemos vencer se não tivermos sobre eles alguma vantagem. Temos de encontrar um campo arborizado e com condições para nos fortificarmos. «Portugueses e Ingleses concordaram em que Aljubarrota era o ideal para a batalha, porque o mosteiro de Alcobça tornava possível um abrigo em caso de retirada numa região numa região em que os portugueses não tinham por si qualquer fortaleza (na realidade, Leiria, Óbidos, Alenquer, Torres Vedras, Santarém fechavam-se à causa nacional). Passo a transcrever: «Fizeram, portanto, em redor dos campos abater as árvores que colocaram atravessadas, de modo que fosse impossível cavalgar ali; e deixaram aberto um caminho, cuja entrada não era muito larga, e colocaram os arqueiros e besteiros de que dispunham de ambos os lados desse caminho, e os cavaleiros a pé, com o mosteiro atrás deles, no qual estava o rei, o estandarte e as armas reais.» Há nesta descrição erros capitais, mas a indicação relativa ao dispositivo adoptado e à fortificação do terreno contém elementos esclarecedores, e podem estar relacionados com o facto, que até agora não encontrou cabal explicação, de que o rei de Portugal no dia seguinte ao da batalha datar um documento do «arreal de tavoada de cumeira de Aljubarrota».

Instalado assim o campo, o rei de Portugal ocupou o tempo de espera a armar cavaleiros sessenta portugueses, mas nenhum inglês, porque eles não quiseram essa honra.

Do lado Castelhana hesitava-se; os capitães espanhóis ponderavam que ainda era preciso caminhar muito até atingir as posições portuguesas, e entretanto se faria tarde; entendiam que se deveria esperar pelo dia seguinte, porque os portugueses não fugiam pois não tinham para onde; pelo contrário, os franceses consideravam que o adiamento era uma cobardia, propunham que se atacasse imediatamente e faziam questão de ser eles os primeiros.

O rei de Castela fez-lhes a vontade, autorizando-os a atacar em primeiro lugar, e isso escandalizou o amor-próprio dos espanhóis: «Vejam como o nosso rei só confia nos franceses! Eles não se gabam de que, sozinhos, chegam para vencer os portugueses? Pois têm o que querem; que o façam sozinhos.

O destroço dos Franceses.

O dia era belo, claro, quente e sereno e o sol passava já da hora de véspera (correspondente às 6 da tarde) quando a cavalaria francesa cai sobre a posição portuguesa. Froissart usou todos os seus recursos de estilista para descrever esse momento. Os franceses lançam-se impetuosamente sobre a posição fortificada, mas a armadilha da entrada funcionou, como se previra e os cavaleiros apertavam-se uns contra os outros, e enquanto os ingleses os crivam com setas mortíferas, os portugueses (o cronista diz que os Portingallois et les Lissebonnois) caíram furiosamente sobre eles com lanças de cortante ferro bordalês e provocam perdas terríveis. Os cavalos, acutilados caem e os cavaleiros não conseguem levantar-se. Os outros, no meio do pânico, não podem dar de rédea aos cavalos e nem sequer já fugir lhes é possível. Os portugueses mostram-se tão fortes o poderia ser mais. Gritam:

«Santa Maria e Portugal!» no meio deles cavalga o rei, que os anima com altos brados: «Avante, valentes soldados».

O destroço dos franceses foi completo. Froissart comenta que ninguém poderá dizer que os cavaleiros de França, Bretanha, Borgonha e Bearne não se tivessem batido muito valentemente, mas o certo é que encontraram grandes dificuldades, tudo, diz ele por causa do conselho que os Ingleses deram aos portugueses de fortificar o terreno. O resultado final foi que os franceses viram-se inteiramente à merce do adversário, e os que puderam salvar a vida foram feitos prisioneiros.

O número de cavaleiros e escudeiros que nessa altura foram presos subiu a mil, com o que os vencedores estavam muito contentes. Os portugueses mostravam-se generosos na vitória e animavam os derrotados, dizendo-lhes: «Nada de desânimos. Vocês perderam, mas perderam com honra, com belos feitos de armas. Agora precisam de repouso e descanso na bela cidade de Lisboa; lá acharam tudo o que precisam.» Os franceses agradeciam: «*Gran merchis*» Alguns deles tratavam de ajustar o resgate, mas a maioria não tinha pressa, porque todos estavam convencidos de que o exército do rei de Castela os não abandonaria à sua sorte, e não tardaria a vir libertá-los.

Entretanto, alguns sobreviventes do desastre galoparam a pé ao campo castelhano e levaram a terrível notícia ao rei de Castela. Mas era já sol-posto. Os cavaleiros experientes ainda tentaram convencer o rei: não tardava que fosse noite fechada e era preciso esperar o amanhecer. «Quem me dá tal conselho não preza a minha honra» respondia o rei. E, verdadeira ou não, esta atitude é a única que pode explicar o contra senso, Que até hoje temos admitido sem explicação, de iniciar uma batalha ao pôr-do-sol numa época em que o combate nocturno se não praticava. Mas naquele caso estavam em jogo as razões de honra cavaleiresca; o rei de Castela não podia deixar de cumprir o dever de ir libertar os cavaleiros que, por causa dele estavam aprisionados.

Um episódio chocante.

Do lado português alguém conservara, entretanto, a serenidade, e não se deixara empolgar pela embriaguez da vitória. Froissart não diz quem fosse, mas não é fora do razoável supor que tivesse sido o condestável Nuno Álvares Pereira, que era uma pessoa a quem competia dar tal ordem: foram mandados seis dos nossos cavaleiros, dos mais bem armados e encavalgados, explorar a região à volta para prevenir qualquer surpresa. E não demorou muito que não voltassem com a notícia aterradora de que a batalha ainda não tinha acabado. Apenas ia começar: o exército do rei de Castela, vinte mil cavaleiros em fileiras compactas, avançavam sobre a posição portuguesa.

Volto a transcrever em tradução o texto que estou a resumir: «Quando o rei de Portugal ouviu estas notícias, ele e os seus tiveram um breve conselho, que lhes era bem necessário. E ali foi ordenada uma coisa muito triste, porque foi resolvido que, sob pena de morte, quem quer que tivesse prisioneiros, nobre, rico que fosse, pudesse ser exceptuado ou escondido. Os barões, cavaleiros e escudeiros que estavam presos viram-se ali em grande aflição, porque súplica alguma evitava que fossem mortos. Eles estavam espalhados por aqui e por ali, em vários lugares, julgando-se já a salvo. Foi na verdade piedosa coisa de ver, porque cada um tinha que matar o seu prisioneiro, e o que o não queria fazer, matavam-lho entre as mãos. Os portugueses e ingleses que tais ordens deram diziam: antes matar que ser mortos. Se os não matamos, eles soltam-se quando nós estivermos ocupados a combater, e matam-nos nessa altura; ninguém se pode confiar aos seus inimigos».

O episódio é muito chocante para a nossa sensibilidade (suponho que por isso foi tão profundamente esquecido) mas estava de acordo com a crueldade da guerra. O facto de o cronista fazer em seguida uma lista nominal dos fidalgos de região que desse modo perderam a vida, é um forte argumento a favor da veracidade do informe. Os bearnenses mortos foram os Sires de Longnach, de l'Esprés, de Bordes, de Moraine, Sire Pierre de Queo, e os barões Bertrand de Baruge, Raymond de Donzach, Jehan Assolegie, Monault de Sarame, Pierre de Sabbiere, Estiene de Valentin, Estienne de Corasse, Pierre de Havefane, e cerca de trezentos escudeiros bearneses. Dos cavaleiros de França cita os nomes de Jehan de Rye, Gieuffroy Richon e Gieuffroy de Partenay, além de grande número de escudeiros. E comenta: «Vejam que grande infelicidade, que neste sábado à noite mataram bons prisioneiros dos que poderiam ter recebido em média quatrocentos mil francos, facto de que tiveram grande desgosto.

Salve-se quem poder.

As forças portuguesas voltam às posições iniciais, e o exército castelhano, com grande força, atacou e chegou a entrar na posição fortificada. Houve um combate extremamente violento; os portugueses não conseguiam dominar a força inimiga, mas aguentaram-se firme e não cediam sequer um passo. O rei de Portugal apeou-se então, pegou na acha e, com grandes golpes, prostrou três ou quatro adversários.

O cronista faz a sua apreciação sobre o carácter dos castelhanos: «É verdade que o cavalo, do primeiro ímpeto são de audaciosa coragem e combateram com a maior valentia; mas depois de arremessarem dois ou três dardos e de darem umas espadeiradas, se veem que o inimigo não foge, desorientam-se, dão de rédea ao cavalo e é

um salve-se quem poder. «E foi isso o que se passou. Todos os que chegaram a penetrar na posição portuguesa – Fernão Lopes usa a expressão “fort des Lissebonnois” – todos aí foram mortos, entre eles muitos portugueses que militavam no exército de Castela. Os nomes arrolados pelo cronista francês coincidem com os das outras fontes portuguesas.

Já no meio de um ambiente de derrota alguém aconselha o rei de Castela: «É tempo de partir. As cousas correm mal e vós por nada podeis fazer. A sorte estava hoje contra vós, amanhã será por vós.» O rei parte caminho a Santarém. No campo português assistimos ainda a uma discussão entre o rei de Portugal e um inglês de nome Hartecelle. Este pede que lhe deem cavalos para perseguir os fugitivos. O rei recusa: é tarde, os homens estão cansados, o inimigo ainda é numeroso. O Inglês insiste: ele e os seus companheiros vieram de longe para ganhar alguma coisa, e é altura de fazer boa caçada naquelas aves que voam sem asas e fazem voar as suas bandeiras. Mas D. João não cede:» bons amigos, quem tudo quer tudo perde. Agradecemos a Deus o que nos deu, que não foi pouco».

E continua José Hermano Saraiva o seu artigo remetendo-nos agora para o “Depoimento que fez João Fernandes Pacheco a Jean Froissart 1389 no porto de Midelburgo, a salientar:

“Decorridos poucos meses encontrou Froissart um português que considerou informador especialmente qualificado: João Fernandes Pacheco, filho de Diogo Lopes Pacheco, o velho ministro de D. Afonso IV que é contado entre os “matadores” de D. Inês de Castro. Este epíteto situa-o imediatamente no centro do drama inesiano. Era um dos últimos sobreviventes dessa intriga e a sua palavra era preciosa para as ambições do Mestre de Avis. Ele sabia com certeza se D. Pedro casou ou não com Inês de Castro, e do que dissesse dependia os infantes D. João e D. Pedro ser havidos por legítimos ou por bastardos. Por isso veio do seu antigo exílio e foi recebido com alvoroçada alegria pelo Mestre de Avis. A ajuda do filho, João Fernandes, não foi menos valiosa: foi ele quem juntou as forças que combateram em Trancoso e a ele se deve a vitória. Em seguida fez tudo para convencer os nobres da Beira a obedecer aos mandados do rei e a comparecerem na batalha. Seria ajuda de peso, pois eles tinham consigo «quatrocentas lanças e dois mil homens de pé, afora os besteiros». Um pequeno exército. Eles preferiram esperar a sentença das armas. Jogaram pelo seguro. Mas João Fernandes levou a pouca gente que tinha – sessenta lanças e cem peões – e chegou ao sítio da batalha ainda a tempo de combater. Fernão Lopes conta esse episódio.

Depois, talvez porque o noivo rei não foi tão generoso quanto ele esperava (fê-lo senhor de Belmonte e nomeou-o guarda-mor) zangou-se, saiu do País, e em 1398, encontramo-lo à testa dos fidalgos portugueses que aclamam como rei o infante D. Dinis, com quem prepara a invasão da Beira. O encontro de Froissart com o fidalgo descontente deu-se em 1389 no porto de Midelburgo. Ora precisamente nesse mesmo ano estava no Midelburgo, prisioneiro dos pescadores de Biervliet, o infante D. Dinis. A coincidência é excessiva para ser casual; Froissart parece supor que João Fernandes andava a comerciar, mas não seria só isso. Durante seis dias o cronista ouviu o fidalgo e foi sobre os apontamentos que então tomou que, depois de voltar a Bruges e ao seu país, cronizou (isto é, redigiu sob forma de crónica) tudo o que aconteceu entre Portugal e Castela até ao ano de 1390. A cronização ou elaboração literária incluiu o artifício de colocar o relato na boca de Lourenço Fogaça, imaginando uma longa conversa entre o representante português e o Duque de Lencastre. Já alguém escreveu que o relato de Fogaça pouco valor tem visto que na altura da batalha estava em Londres mas não se viu que a intervenção deste personagem é puro recurso de composição estilista; o seu discurso é o de João Fernandes Pacheco.

Os acontecimentos apresentam-se, neste segundo relato. Com uma seqüência muito mais exacta que nos escudeiros de Bearn, o que corresponde ao maior grau de informação da fonte. O rei de Castela entrou em Portugal, pôs cerco à cidade de Lisboa, a peste dizimou-lhe o exército e forçou-o a retirar, e durante a ausência o mestre de Avis faz-se coroar rei na cidade de Coimbra. Segue-se a invasão, e o encontro dos dois exércitos próximo de Alcobaça.

O exército castelhano era formado por duas batalhas que marchavam com um intervalo de duas léguas uma da outra. A primeira batalha era formada por gascões e outros estrangeiros, e contava sete mil lanças. O exército real tinha trinta mil cavalos e todos os homens vinham bem armados. Mas as relações entre franceses e castelhanos não são boas, e é isso que explica que só a primeira formação avance sobre os portugueses. A força principal fica parada, sem acompanhar o movimento da vanguarda.

Os portugueses dispuseram-se em duas grandes alas e ao fundo delas estava a elite das suas tropas: 2.500 lanças. Antes da batalha todos assumem um compromisso: não haverá prisioneiros.

A vanguarda cai então, com toda a força sobre os portugueses: «Entre eles e nós existia um fosso não tão grande que o cavalo não o pudesse saltar. Isto deu-nos algumas vantagens, porque ao passarem a nossa gente que estava disposta em duas alas, lançava sobre eles dardos aguçados, de que eles sofreram muito. Quando saltaram o fosso, juntaram-se a nós, na esperança de que o rei de Castela e o seu grande exército os socorressem sem demora, mas isso não aconteceu e eles foram todos mortos e derrotados antes que o rei de Castela e as suas gentes viessem.

E eu explico porquê: foi porque ficaram fechados e cercados entre nós e aqueles a que nós chamamos os concelhos do nosso país, de tal modo que descarregavam sobre eles as achas e as massas de armas sem os poupar. Os nossos homens de armas, que estavam frescos e vigorosos avançaram sobre eles de lança em punho e eles, recuando, iam cair no fosso que tinham sobre as costas. E digo, Senhor, que dentro de meia hora tudo estava acabado e estendidos pelo campo com certeza mais de quatro mil, porque ninguém era preso por resgate e quando alguns dos nossos cavaleiros ou escudeiros o queria fazer matavam-lhe o prisioneiro nas mãos.

Para entender plenamente este depoimento é preciso saber qual a posição em que estava João Fernandes Pacheco: ao lado do rei, no centro das forças escolhidas e ao fundo das duas alas de peonagem entre os quais o adversário era forçado a passar. São estes – os homens que estão junto do rei – que se encontram frescos e vigorosos quando os franceses já estão flagelados pela peonagem portuguesa. É também curioso observar que o relato confirma o sacrifício dos prisioneiros, mas responsabiliza por isso a gente vilã dos concelhos: os «nossos» cavaleiros e escudeiros queriam tomar prisioneiros a resgate, mas os «outros» matavam-lhos nas mãos. É o relato de um fidalgo de alta linhagem.

A vanguarda estava, portanto, destruída quando chegou o exército de Castela. «Mas quando se aproximaram – conta João Fernandes Pacheco – era já de noite, e não sabiam do grande desastre que tinha acontecido à sua gente. Começaram a fazer diante de nós as suas proezas a cavalo, e mais de 500 para alardear valentia fizeram saltar o seu cavalo sobre o fosso, mas sabe, senhor, que nenhum dos que o saltaram voltou a passá-lo, porque todos lá deixaram a vida. E eram todos, ou uma grande parte deles, dos mais notáveis e dos que mais apreciavam os grandes feitos de armas, entre eles bom número de barões e cavaleiros portugueses que estavam contra nós, da parte do rei de Castela.»

O relato termina com a identificação de alguns dos fidalgos portugueses mortos na batalha; essa indicação de alguns fidalgos abona a fidelidade da narrativa porque os nomes são os mesmos que vieram a encontrar no relato de Fernão Lopes, cerca de meio século mais tardio.

Ambos os relatos colhidos pelo cronista francês têm de comum entre si o grande relevo que dão à participação francesa no exército invasor, situação que as fontes portuguesas não evidenciam. Ambos explicam o desfecho desastroso por duas ordens simultâneas de razões: a descoordenação entre forças francesas e forças castelhanas, e a eficiência do dispositivo defensivo dos portugueses. Ambos também aludem a dois combates entre os quais medeia largo intervalo: o da vanguarda francesa e o do exército castelhano. Finalmente ambos são concordes em que por uma ordem tomada na iminência do segundo combate, e a versão do cavaleiro português ser um compromisso tomado antes da batalha. Finalmente, ambos os relatos são inteiramente conciliáveis com as versões que se podem colher nas crónicas do Chanceler Ayala, do Dispensero Mayor na missiva do rei D. Juan de Castela.

78 - Começa por relatar na página 1: “D. Nun’Álvares Pereira parece ter nascido em Cernache do Bonjardim, sede da Ordem do Hospital, a 24 de Junho de 1360, filho de quem era, desde os 18 anos na sucessão de seu tio-avô Estêvão Vasques Pimentel, o Prior da Ordem D. Álvaro Gonçalves Pereira, que serviu em Rodes, combateu os turcos nas galés dos hospitalários e que, na carga decisiva do Salado, transportava consigo a “vera cruz de Marmelar”, construtor do castelo da Amieira, dos paços do Bonjardim e do castelo da Flor da Rosa, próximo do Crato, para onde viria a ser transferida a sede da Ordem e lhe daria o nome pelo qual acabou por ficar mais conhecida em Portugal – Priorado do Crato. Sua mãe era uma senhora solteira, camareira da Infante D. Beatriz, Iria Gonçalves do Carvalhal, natural de Elvas.”

Na página dois continua: “...desde já, alerta para o facto de serem por vezes polémicas, face à história estabelecida pelos sucessivos poderes políticos e que, como bem sabemos, são arranjos convenientes e não científicos, mas que se vão insinuando e transformando em verdades, confirmando o aforismo popular que afirma que «uma mentira muitas vezes repetida passa a ser uma verdade... Provavelmente nascido, como vimos, no Paço de Cernache, manteve-se com a mãe e entregue aos cuidados do tio materno Martim Gonçalves do Carvalhal, mudando de terra ao sabor dos itinerários seguidos pela Corte. Pensa-se, no entanto, que terá também passado grandes períodos de tempo na Flor da Rosa com seu pai e os cavaleiros hospitalários. A educação a que terá sido sujeito foi certamente influenciada pelo ambiente e por aqueles que o rodeavam. Seguindo os preceitos normais da época terá sido influenciada espiritualmente por um catolicismo vivido com intensidade e mística,”

Página 4 continua: “...no decorrer dos períodos de permanência na Flor da Rosa participava em justas e torneios como pajem de um, ou de vários, cavaleiros da Ordem. Dizem alguns ter sido nesta altura que se apaixonou pela gesta dos cavaleiros da Távola Redonda e tomou Sir Galaaz por modelo, decidindo dedicar a sua vida a Deus e à Cavalaria.”

Página 5 “...A Rainha D. Leonor falando nisto, como era mulher muito paçã e de graciosa palavra, disse a el-rei como em sabor, que ela queria tomar Nun’Álvares por seu escudeiro; e el-rei respondeu que era bem feito, e que ele tomaria por seu cavaleiro Diogo Álvares seu irmão. Então disse a Rainha contra Nun’Álvares, que ela o queria armar de sua mão como seu escudeiro, e que não queria que doutras mãos tomasse armas salvo das suas; Nun’Álvares apesar de ser moço quando isto ouviu disse que lho tinha em grande mercê e que prazeria a Deus que ainda lho ele serviria com bons merecimentos e beijou-lhe as mãos por isso. A Rainha querendo pôr em obra isto que assim dissera mandou buscar um arnês convinhável para Nun’Álvares, e porque ele era de pouca idade, não lho podiam achar tão pequeno; então disseram à Rainha, como o Mestre de Avis tinha um arnês, e ela lho mandou pedir. E como lho trouxeram, deu-o logo a Nun’Álvares; e assim tomou ele as armas primeiras da mão da Rainha Dona Leonor, e ela daí em diante o chamou sempre por seu escudeiro...Nun’Álvares manteve-se a partir de então como morador na Corte, até que, tendo pouco mais de dezasseis anos, seu pai, sentindo-se adoentado e temendo pelo futuro de seu filho, decide tratar-lhe desse mesmo futuro, encontrando-lhe os rendimentos que lho garantissem o que, como dissemos atrás, está perfeitamente de acordo com os costumes e as obrigações dos chefes das casas senhoriais. Contratou-lhe o casamento, previamente aprovado por elRei, com a recente viúva de Vasco Gonçalves de Barroso, a ainda jovem e muito rica D. Leonor de Alvim. D. Nuno, apanhado de surpresa, desejando veementemente manter-se solteiro e puro como Galaaz, não foi, no entanto, contra os desejos de seu pai. O casamento teve lugar em Vila Nova da Rainha perante os Reis e a Corte, seguindo os noivos para Cernache e, mais tarde, para as terras de Barroso, em Entre-Douro-e-Minho, de agora em diante senhorio de D. Nuno”.

E o autor continua a narrativa na página 7 dizendo;“... Julgo dever neste momento fazer um parênteses para referir ser, em minha opinião, uma completa mistificação histórica a versão corrente de que este período conturbado da nossa história é resultado da revolta popular e da sua acção, tendo o clero e a nobreza na sua grande maioria tomado o partido de D. Beatriz, excepção aberta para os filhos secundogénitos ou bastardos das casas senhoriais que nada tinham a perder. Ora D. Nuno era, como vimos, o 13º dos 17 filhos varões do Prior do Crato, mas era também, pelo casamento, senhor das terras de Barroso, um dos mais poderosos senhores de Entre-Douro-e-Minho. Não tinha nada a perder? O seu caso é paradigmático, mas está longe de ser único. Aliás, ao invés, a grande maioria dos seus irmãos estavam com D. Beatriz e só um deles era primogénito como é óbvio. O que para a nobreza estava em causa era o princípio da fidelidade à palavra dada, valor principal na Idade Média, seguido pela maioria ou a adesão à verdadeira inovação conceptual da prioridade do colectivo sobre o individual. Da intensa actividade militar que se seguiu ao período de que temos vindo a falar pode-se concluir ser de personalidade bem vincada, exercendo forte atracção sobre os que com ele contactam ou trabalham, mas sendo inflexível com os que não correspondem aos seus critérios de vida... No dizer do General Martins Barrento ele foi Torga seis séculos antes de Torga pois é o primeiro que, na prática, considera que «a Pátria é um palmo de terra defendido», que merece ter prioridade sobre a vassalagem ou a palavra dada a quem quer que fosse por mais direitos dinásticos que detivesse, isto quando outros nem em sonhos tinham qualquer noção de Pátria. Sobre isto o seu pensamento parece claríssimo na boca de sua própria mãe que, segundo Fernão Lopes, terá dito «nunca ter podido mudar Nun’Álvares, seu filho, que Deus não quisesse ele fosse contra a terra que o criara mas que antes despendesse seus dias e aspergisse seu sangue por amparo dela.» António Barrento, «Nun’Álvares Chefe Militar», Nova Cidadania, nº 39, 2009, pp. 11-16.”

E acaba a apreciação sobre o “Homem” Nuno Álvares Pereira na página 8 afirmando: “...Um último aspecto me parece importante referir para melhor conhecermos aquele que penso poder ser o pensamento do Homem que foi D. Nuno: é corrente a versão de que, depois de distribuir os seus bens pelos colaboradores e pelos netos, mandou construir o convento do Carmo e nele se amortalhou, pobre como Job, apenas com o pensamento em Deus e no próximo. Será mesmo assim? Sabemos que D. Nuno não quis ser senão irmão carmelita e porteiro do seu próprio convento sendo, aliás, o fundador dos irmãos terceiros da Ordem a nível mundial; isto significa que não quis preferir os três votos de obediência, castidade e pobreza a que seria obrigado para professor; ficou-se apenas pelos dois primeiros. Resolução estranha para quem era já pobre do antecedente. Só consigo entender tal resolução se ele ainda tivesse posses que não desejava perder a favor da Ordem, como sucederia se pronunciasse o voto de pobreza. Mas o que podia estar por detrás de tal solução por parte de quem se queria devotar totalmente a Deus e ao próximo? A minha conclusão é que tal resolução poderia estar ligada às já referidas visões diferenciadas da sociedade dele próprio e de D. João I. Este poderia impedir a Ordem de receber as riquezas ainda na sua posse, revertendo-as para a Coroa, conquanto que, o não faria ao próprio D. Nuno pela amizade e consideração que por ele tinha. Era a forma de poder continuar a ajudar a Ordem e os seus pobres sem correr o risco de tudo ficar perdido a favor da Coroa. É uma hipótese que me parece bastante admissível. Citando” D. Carlos A. Moreira Azevedo, in São Nuno de Santa Maria – Um Santo Condestável e Carmelita», Azimute nº 187, 2009, pp. 25-27. 8”.

Continua Sousa Pinto na página 9 do seu discurso referindo-se agora ao Nun’Álvares “O Militar”

“Apenas lhe conhecemos, devidamente documentada, a sua actividade militar no curto período de três anos, entre os treze e os dezasseis, imediatamente antes de casar, e não sabemos o que fez nas suas terras de Barroso até aos vinte quando, chamado por D. Fernando recomeçou a sua actividade guerreira. Fernão Lopes dá-nos conta, como vimos, da sua primeira tomada de armas pela mão da Rainha D. Leonor, como escudeiro e não como cavaleiro como muitas vezes vemos escrito” ... Por sua vez o anónimo autor da Crónica do Condestabre é mais explícito quando refere os acontecimentos de Santarém relatados por Fernão Lopes e já transcritos acima, dizendo-nos que D. Nuno que «ainda nunca tomara armas. Como já dissemos atrás, a actividade militar de D. Nuno não era muita nem conhecida quando os acontecimentos se precipitam com a morte de D. Fernando. Ele é, um jovem de 23 anos e há seguramente gente com mais provas dadas e, eventualmente, com mais valor militar. É o próprio Fernão Lopes que refere a opinião dada por João das Regras ao Mestre, quando este o nomeia fronteiro do Alentejo, de que «era muito contra isto, dizendo que para tamanho encargo cumpria mandar um.² In Crónica do Condestabre, op.cit., Cap. II, fls. IIv-III...

Página 10 – “...D. Nuno é condestável a partir de 9 de abril de 1385, data em que perfazia um ano em que travara, com o maior êxito, a batalha dos Atoleiros. Diz-nos Américo Henriques, (In: D. Nuno Álvares Pereira, O Militar», Azimute nº 187, pp. 22-24), que se trata de militar capaz de acções loucas, em que arrisca tudo e todos lançando-se nas façanhas mais temerárias” ... Quando, na reunião do Conselho de D. João I, em Abrantes, D. Nuno se pronuncia, contra todos os outros, dizendo que «não vamos fazer uma guerra guerreada, não vamos destruir as oliveiras em Sevilha, vamos direitos ao inimigo, porque temos que o vencer numa batalha decisiva», parece uma loucura sem nome”.

“...E a ocasião surgiu pouco depois, talvez nos inícios de março de 1384, com a notícia de que muitos castelhanos se estavam a concentrar no crato – Segue-se atoleiros a primeira grande experiência de Nuno com a guerra”. (Monteiro-2017 p. 89).

“...Nessa altura, comentam ambos os cronistas que a penúria na hoste de NAP (cerca de 200 lanças) era enorme, razão pela qual falou com os homens bons de Coimbra e rogou que lhe acorressem com alguns dinheiros para a sua partida e eles acorreram porém não muitos, do que mandou dar a cada um dos seus 7 libras daquela moeda para o caminho. ...Pelo caminho nas imediações de Punhete (Constância) ainda armaram uma cilada aos castelhanos na estrada onde estes costumavam circular entre Santarém o Crato e Castela (CC cap. 31 CDJ I cap. 128) A operação concretizada na cumeada de uma charneca com descida para a estrada, foi preparada com os cuidados habituais (escutas, atalaias e outros) e deu-se junto à ribeira de Alperreão; apesar de os inimigos não serem muitos (8 cavaleiros e 100 batedores de terreno andaluzes e besteiros de fraco equipamento defensivo), constituiu um sucesso saboroso que rendeu, além de 86 mortos e presos castelhanos, uma boa quantidade de ouro, de prata, de dinheiro, de roupas de vestir, de azémolas e de outras bestas. Estava provado que valera a pena dizer não ao Judeu e encontrar alternativas de subsistência baseadas na imaginação e na boa espionagem militar”. (Monteiro 2017 p. 98).

“... As cortes de Coimbra elegem D. João Rei de Portugal em 6 de abril de 1385.

Nas Cortes de Coimbra...Nuno Álvares Pereira surgiu no paço do Mestre com trezentas escudeiros com cotas e braçais e espadas cintas e adagas (CDJ I cap. 188) p. 362) dissuadindo os concorrentes. Isto não diz a CC, cap.42 – mas o relato que esta faz da reunião de cortes mais célebres de Portugal é muito sucinto e não inclui sequer uma referência a João das Regras.” (Monteiro – 2017 p. 106). – “Nuno Álvares Pereira consegue reunir (a CDJ II cap. 25) 600 homens de armas, 2000 peões e 300 besteiros. D. Juan já perto de Coimbra – NAP e D. João encontram-se em Abrantes no final de julho”. (Monteiro – 2017 p. 109) “... Num dos dias seguintes decerto tendo em conta informação inteligente que ia sendo recebida dos batedores do terreno Reúne-se o Conselho de guerra e decide evitar batalha e fazer uma manobra de diversão atacando a Andaluzia, Nuno Álvares Pereira não está de acordo e abandona o Conselho no dia 7 retira-se para Tomar. Sem dizer nada ao rei. (CC cap.51). As notícias eram alarmantes – potencial castelhano. O Condestável no dia 10 obriga os espiões a deturpar a realidade para manter os ânimos dos portugueses em alta. No dia 11 o exército anglo-português contaria com 10.000 homens avança de tomar para Ourém; no dia seguinte 12 de agosto sábado D. João acampa com os seus em Porto de Mós. D. Juan chega a Leiria. A batalha torna-se inevitável. As notícias eram alarmantes – potencial castelhano. O Condestável no dia 10 obriga os espiões a deturpar a realidade para manter os ânimos dos portugueses em alta. No dia 11 o exército anglo-português contaria com 10.000 homens avança de tomar para Ourém; no dia seguinte 12 de agosto sábado D. João acampa com os seus em Porto de Mós. D. Juan chega a Leiria. A batalha torna-se inevitável. No dia 13 NAP acompanhado por uns 100 homens de armas incluindo ingleses e gascões fez uma operação de reconhecimento do terreno na região compreendida entre Porto de Mós e Leiria. E escolhem S. Jorge. Como local propício para a batalha”. (Monteiro 2017 p.110).

Diz a crónica do Condestável: 12 de agosto de 1385 *“E ao sábado El rei partiu de Ourem e o condestável com ele, com a vanguarda e foy el rei com toda a sua hoste alojar a Porto de Mós e hy vierom novas çertas a el rei como já el rei de castela era em Leiria. E ao domingo depois das missas o condestável per mando de el rei com cento de cavalo com cotas e braçaaes e lanças d’armas se foy contra Leiria pedr uns cabeços altos per veer se poderia veer a gente del rei de castella como vinham. E porque nom vyo nenhuma cousa, tornou-se ao arrayal e disse assy a el rei.”*

Lê-se na página 111 (Monteiro -2017) *“... Ao final da manhã a cabeça da coluna castelhana avista a hoste portuguesa no cimo do planalto; percebe que, para chegar ao contacto com ela, teria de ultrapassar um declive empinado, com o sol de frente e expor-se aos tiros dos besteiros portugueses e dos arqueiros ingleses. Como nem sequer têm interesse em dar batalha, optam por declinar o convite e decidem contornar a posição inimiga pelo lado poente que era mais suave. Assim fazem um corta-mato que os leva a passar pela região da Calvaria até reencontrarem a estrada onde vinham alguns km mais abaixo, na zona da esplanada do chão da feira. Esta manobra cansativa e executada debaixo de uma temperatura escaldante durou algumas horas, não sendo provável que a testa da coluna castelhana tenha começado a entrar em terreno plano e transitável antes das 16h00. A partir dali poderiam continuar a marcha para sul, até Santarém fosse seguindo a estrada que passa em Porto de Mós, quer a que passa por Alcobaça.*

Ao ver que o adversário se furtava ao combate, D. João e Nuno Álvares Pereira ordenaram de imediato à sua hoste que fizesse meia-volta e avançasse cerca de 2km para sul. Na parte meridional do planalto de S. Jorge. Existia outra posição favorável que deverá também ter sido estudada na véspera pelo Condestável e pelos seus conselheiros na presunção que os adversários se poderiam recusar a lutar na primeira posição que lhes era oferecida. Porém aquele era um ponto de estrangulamento natural do terreno e continuava a haver duas linhas de água que, com os respectivos barrancos, dificultariam qualquer tentativa de envolvimento por parte do exército adversário; assim fixaram-se desde o início da tarde nesta «segunda posição» e aguardaram a reacção do inimigo. Enquanto estes iam concluindo o seu corta-mato e chagando ao chão da feira, o exército de D. João e Nuno Álvares Pereira tratou de reforçar a sua posição natural com a escavação de centenas de covas de lobo e de fosso, que disfarçaram com ramagens; nos flancos, empilharam troncos de árvores com as pontas afiadas viradas para fora (os chamados abatisses) Enquanto as covas de lobo e os fossos colocados maioritariamente à frente da segunda posição portuguesa travariam o ímpeto da carga de cavalaria do adversário, os abatisses protegiam os atiradores das alas (um pouco avançadas relativamente às pontas da vanguarda, como também era comum no modo de lutar dos ingleses. A armadilha estava pronta. E continua a narrativa na página 112 *“... Teriam a ilusão de ter obrigado o inimigo a deslocar-se para uma posição de recurso! – Não suspeitariam do que lhes estava reservado no terreno, que não reconheceram previamente; teriam também a convicção da sua superioridade numérica e de equipamento militar; sentiriam igualmente receio de continuar a marcha para sul com um forte exército adversário na sua peugada; quereriam ainda, sem dúvida evitar ser considerados cobardes por não terem ousado acometer uma hoste potencialmente inferior e que por duas vezes lhe oferecera batalha; (Monteiro – 2017)*

Inicia a página 113 afirmando (Monteiro-2017) *“...A batalha decorreu com Lopez Ayala previu.*

A progressão é muito vagarosa e errática, o que beneficia muito o desempenho dos besteiros portugueses e dos arqueiros ingleses. Sem espaço para manobrar, muitos castelhanos desmontam e cortam as suas lanças para se adaptarem melhor ao combate a pé. Do outro lado, a hoste anglo-portuguesa permanece firme no terreno, sustentando as suas posições iniciais. Enquanto as alas disparam um chuveiro intenso de flechas, a vanguarda de Nuno Álvares Pereira espera o choque dos homens de armas castelhanos; lá mais atrás, a retaguarda real observa a cena, pronta para intervir em caso de necessidade. Porém, antes que fosse tarde de mais, o monarca observa a cena, pronta para intervir em caso de necessidade. Porém antes que fosse tarde demais, o monarca manda executar os prisioneiros franceses que se julgavam são e salvos: decisão rara na guerra medieval (até por causa do valor dos resgates), mas não é única (cf Agincourt, 1415) e compreensível, pois D. João I teria receio de que os franceses viessem a ser libertados durante a segunda fase da batalha e pudessem ataca-lo por trás.

Os homens de armas castelhanas que conseguiram percorrer o «corredor da morte» gizado pelo exército anglo-português (o efeito de funil fora bem calculado no veio central do planalto) chegaram por fim, ao contacto com os lanceiros da vanguarda de Nuno Álvares Pereira equipada como em Atoleiros. O choque deve ter sido intenso, uns gritando por «castilha! Santiago» e outros por «Portugal! S. Jorge», e possível que uma fracção da vanguarda tenha cedido em parte, abrindo «um grande e largo portal». Nessa altura, porém, as alas portuguesas, sem adversários directos, rodaram para trás, ao mesmo tempo que D. João I (de acha de armas na mão) avança a sua vanguarda e completava a tenaz em que foi encerrado e comprimido o «dedo de luva» (a expressão é do Alcides de Oliveira, 1988, p.91). Que tinha conseguido romper as primeiras linhas portuguesas. Apesar da luta intensa (o monarca português) correu risco de vida e terá sido salvo in extremis por um homem de armas de Macedo de

Cavaleiros, muitos castelhanos terão morrido por esmagamento e/ou por insuficiência cardíaca, pois Fernão Lopes afirma que no dia seguinte, muitos foram encontrados sem vida no campo de batalha sem apresentarem «ferida nenhuma» (CDJ II cap.45, p.108) O que nunca foi encontrado foi o corpo de Pedro Álvares Cabral, o prior do Hospital e meio-irmão de Nuno Álvares Pereira, contudo é certo que morreu neste combate tal como o irmão Diogo, e a CC cap. 51)”. E culmina (Monteiro-2017) a narração com a seguinte passagem na página 114. “...Com a jornada decidida a ala direita castelhana chefiada pelo mestre de alcântara ainda atacou o trem de apoio português estacionado lá mais para norte, contudo Nuno Álvares Pereira foi avisado e juntamente com João Rodrigues de Sá e outros companheiros montado num cavalo que lhe foi emprestado pelo comendador de Cristo, João Botelho, chegou a tempo de evitar males maiores.”

79 - Casales, Francisco. *Discursos Históricos de la ciudad de Murcia*, Murcia. Francisco Benedito impressor, 1775.

Bibliografia

Fontes:

Ayala, Pero López de (1877) *Crónicas de los Reyes de Castilla*. Editor M. Rivadeneyra. Madrid.

Barroca, Mário Jorge; *Memórias, documentos avulsos e epígrafes relativos à batalha de Aljubarrota*. Fundação Batalha de Aljubarrota, S. Jorge, 2008.

Barroca, Mário Jorge; *Jean Froissart, crónicas, duas passagens relativas a Aljubarrota*. Fundação Batalha de Aljubarrota, S. Jorge, 2008b.

Brito, Frei Bernardo; *Cod 361 do Mosteiro de Alcobaça, manuscritos de Cristóvão Rodrigues Acenheiro*. 1495-1521.

Chancelarias Portuguesas, D. Duarte, Volume I Tomo I (1433-1435), Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 1998.

Chancelarias Portuguesas, D. Duarte, Volume I Tomo 2 (1435-1438), Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 1998.

Chancelarias Portuguesas, D. Duarte, Volume II, Livro da casa dos contos, Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 1999.

Chancelarias Portuguesas, D. Duarte, Volume III, (1433-1435) Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 2002.

Chancelarias Portuguesas, D. João I, Volume I Tomo I (1384-1385), Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 2004.

Chancelarias Portuguesas, D. João I, Volume I Tomo 2 (1385), Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 2005.

Chancelarias Portuguesas, D. João I, Volume I Tomo 3 (1384-1388), Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 2005.

Chancelarias Portuguesas, D. João I, Volume II Tomo 1 (1385-1392), Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 2005.

Chancelarias Portuguesas, D. João I, Volume II Tomo 2 (1387-1402), Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 2005.

Chancelarias Portuguesas, D. João I, Volume II Tomo 3 (1391-1407), Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 2005.

Chancelarias Portuguesas, D. João I, Volume III Tomo 2 (1394-1427), Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 2006.

Chancelarias Portuguesas, D. João I, Volume III Tomo 3 (1402-1418), Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 2006.

Chancelarias Portuguesas, D. João I, Volume IV Tomo 1 (1410-1425), Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 2006.

Chancelarias Portuguesas, D. João I, Volume IV Tomo 2 (1393-1433), Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 2006.

Casales, Francisco; *Discursos Históricos de la ciudad de Murcia*. Murcia, Francisco Benedito impressor, 1775.

Cordeiro, Luciano; *Crónica de El-Rei D. João I, por Fernão Lopes Vol. IV*. Lisboa, Escriptorio, 1897.

Cronica do Condestabre de Portugal. Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1969 (reprodução fac-similada da edição original de 1526. Autor desconhecido.)

Cunha, Dom Rodrigo (tiradas por ordem), *Cronicas del rey dõ loam de gloriosoa memória o l deste nome*. Lisboa, António Alvarez, impressor Del Rey, 1643.

Duarte, Dom; *Leal Conselheiro e o Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda a sella, fielmente copiados dos manuscritos da biblioteca Real de Paris*. Typogrphia Rollandiana, Lisboa, 1843.

Froissart, Jean - *Chroniques*. Publié pour la Société de l'Histoire de France (Série antérieure à 1789), par Léon Mirot. Tome Douzieme, 1356-1388. Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, 1931.

Froissart, Jean; *Les chronique de Sire Jean Froissart*, Tome premier, par J.A. Buchon, Paris, A. Desrez Libraire Éditeur, 1835.

Froissart, Jean; *Les chronique de Sire Jean Froissart*, Tome II, Panthéon Litteraire, Histoire, Paris, A. Desrez Libraire Éditeur, 1835.

Froissart, Jean; *Les chronique de Sire Jean Froissart*, Tome II, Par J.A. Buchon , Paris, Verdière Libraire Éditeur, 1824.

Froissart, Jean; *Les chronique de Jean Froissart*, Tome Troisième, Par J.A.C. Buchon, Paris, A. Desrez Libraire Éditeur, 1835.

Froissart, Jean; *Les chronique de Jean Froissart*, Tome Troisième, nouvelle édition, Par J.A.C. Buchon, Paris, F. Wattleier, Éditeur, 1867.

Froissart, Jean; *Les chronique de Jean Froissart*, Deuxième livre, Tome IX (1377-1380), Par Gaston Raynaud, Paris, 1894.

Froissart, Jean; *Les chronique de J. Froissart*, Tome VIII, Par J. A. Buchon, Paris, Verdière Libraire, Éditeur, 1824.

Froissart, Jean; *Les chronique de J. Froissart*, Tome XV, Par J. A. Buchon, Paris, Verdière Libraire, Éditeur, 1826.

Froissart, Jean; *Les chronique de J. Froissart*, Tome XXV, Par J. A. Buchon, Paris, Verdière Libraire, Éditeur, 1826.

Leão, Duarte Nunes; *Crónicas del Rey Dom João, Tomo I.* Lisboa officina de Joze de Aquino Bulhoens, 1780.

Lopes, Fernão. *Cronica Del Rey D. Ioam I de boa memória deste nome o primeiro e dos reys D. Duarte e D. Affonso o V;* Lisboa, por António Alvarez impressor Del Rey, 1643. Versão com carimbo da Biblioteca Nacional Austríaca.

Lopes, Fernão (composta por); *Cronica Del Rey D. Ioam I de boa memória e dos reys de Portugal o décimo.* Lisboa, à custa de António Alvarez impressor Del Rey, 1644.

Lopes, Fernão, *Chronica Del Rey D. Joam I de Boa Memoria e dos Reys de Portugal o Decimo: segunda parte.* Em Lisboa: a custa de Antonio Alvarez Impressor Del Rey, 1644.

Lopes, Fernão, *Crónica de D. João I.* Prefácio de António Sérgio, Tomo I, Livraria Civilização, Porto, 1945.

Lopes, Fernão, *Crónica de D. João I.* Prefácio de António Sérgio, Tomo II, Livraria Civilização, Porto, 1945.

Lopes, Fernão, *Crónica de D. João I.* Prefácio de António Sérgio, Tomo I, Livraria Civilização, Porto, 1990.

Lopes, Fernão, *Crónica de D. João I.* Prefácio de António Sérgio, Tomo II, Livraria Civilização, Porto, 1990.

Bibliografia Impressa

Amado, Teresa; *Fernão Lopes contador de histórias sobre a crónica de D. João I.* Editorial Estampa, Lisboa, 1997

Amirola, Don Eugenio de Llaguno; *Sumário de Los Reyes de España.* Madrid, Imprenta de Don Antonio de Sancha, 1781.

Barata, Manuel F. Themudo, Gen; *A batalha de Aljubarrota, comemorações do VI Centenário.* Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1988.

Bell, Aubrey F. G.; *Fernão Lopes*, 2ª edição, Revista Ocidente, Lisboa, 1943.

Bell, Aubrey F. G.; *Fernão Lopes*, 3ª edição, Cultarte editora, Lisboa, 2004.

Calado, Adelino de Almeida; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra edição crítica da Cronica do Condestabre;* Acta Universitatis Coninbrigensis, Coimbra, 1991.

Câmara, A.M. da; in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque, 1855-1955*, pág 259, Comissão para as comemorações do centenário, Lisboa, 1955.

Cardoso, Elise (2015). *A Logística Militar na Cronística Portuguesa de Quatrocentos*. Dissertação de Mestrado em História Militar, orientada pelo Doutor João Gouveia Monteiro, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Carmo, José António Rodrigues (2006). *A Batalha de Aljubarrota - Uma Explicação Geográfica*. Dissertação de Mestrado em Ciências e Sistemas de Informação Geográfica - ISEG Universidade Nova de Lisboa.

Coelho, António Borges; *A revolução de 1383*; Editorial Caminho, colecção universitária, Lisboa, 1981.

Coelho, Maria Helena da Cruz (2008). *Reis de Portugal - D. João I*. Temas e Debates. Rio de Mouro.

Coelho, Maria Helena da Cruz; *D. João I*. Centro de Estudos e Povos e culturas de expressão Portuguesa e círculo dos leitores, Lisboa, 2008.

Deins, Fernando, *Portugal Pittoresco ou Descrição histórica d'este reino*. Lisboa, s.l., 1846.

Drury, Major Johnny B. (1984). *Flavius Vegetius Renatus, Great Roman Thinker*. USAF - Air Command and Staff College.

Duarte, Luis Miguel; *Aljubarrota crónica dos anos da brasa, 1383/1389*. Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2007.

Franca, Conde de Vila; *D. João I e a aliança Inglesa, 2ª edição*. Imprensa Portugal-Brasil, Lisboa, 1950.

Gaffney, Vince & Murgatroyd, Phil & Theodoropoulos, Georgios & Craenen, Bart & Haldon, J. (2012). *Medieval Military Logistics: A Case for Distributed Agent-based Simulation*. International Journal of Humanities and Arts Computing.

Gomes, Sérgio Alexandre, *A gestão dos vestígios arqueológicos da Batalha de Aljubarrota*, in *Portvgalia, Nova Série*, vol. 37, Porto DCTP, 2016, pp. 69-87.

Hurley, Vic (2011). *Arrows Against Steel: The History of the Bow and how it Forever Changed Warfare*. Cerberus Books. New York.

Lemos, Damião António; *História Geral de Portugal e suas conquistas*, Tomo V, Lisboa, Typografia Rollandiana, 1786.

Lettenhov, M. le Baron Kervin de; *Oeuvres de Froissart, chroniques Tom onzième 1383-1386*, Bruxelles, Vitor Devaux et cie, 1870.

Macedo, António de Sousa de; *Flores de Espanha Ecelencias de Portugal*, Coimbra, Officina de António Simoens Ferreyra, Impressor da Universidade, 1737.

Macedo, António de Sousa; *Ulyssippo, Poema Heroico*. nova edição, Lisboa, Typographia Rollandiana. 1848.

Magalhães, Pavia de Tenente; *O torneio Medieval*. Livraria J. Rodrigues & c^a, Editores, Lisboa, 1935.

Marques, A. H. de Oliveira (1987). *Nova História de Portugal Vol. IV - Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Editorial Presença. Lisboa.

Martins, Miguel Gomes (2011). *De Ourique a Aljubarrota – A Guerra na Idade Média*. A Esfera dos Livros. Lisboa.

Martins, Miguel Gomes; *Guerreiros de Pedra*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2016.

Matos, Gastão de Mello de; *Considerações tácticas sobre a Batalha de Aljubarrota*, Anais, Volume 12, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1962, págs. 11 a 22.

Matos, Gastão de Mello de; *Falsas atribuições de armas em colecções portuguesas*, Edições Brotéria, Lisboa, 1962

Mendes, Carlos A Santos e **Barbosa**, Pedro Gomes; *De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota a figura de Martim Gonçalves de Macedo*. edição CMMC, Macedo de Cavaleiros, 2006.

Mendes, Carlos Alberto Santos; *Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Alvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelãos (Macedo de Cavaleiros)* in, Cadernos Terras Quentes nº 6, pág 7 a 19, ATQ/CM Macedo de Cavaleiros, 2006

Mendonça, Maria J., Taxinha Maria J. e Teixeira, Maria E. Amaral; *O loudel de D. João I*. 2^a edição, Ministério da Cultura e Coordenação Científica, Lisboa, 1981.

Monteiro, João Gouveia; *Nuno Alvares Pereira Guerreiro Senhor Feudal, Santo*; Manuscrito editora, Lisboa, 2017.

Monteiro, João Gouveia, Coord; *Aljubarrota revisitada*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001.

Monteiro, João Gouveia, *Aljubarrota, A batalha Real*. Lisboa, Tribuna da História, 2003.

Monteiro, J. Gouveia; **Teixeira**, Nuno S. e **Domingues**, Francisco C.; *História Militar de Portugal*. Esfera dos Livros, Lisboa, 2017.

Monteiro, J. Gouveia; *Comunicação II colóquio histórico, apresentado no Centro Regional das Beiras*; Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1999

Natário, Rui; *As grandes batalhas da História de Portugal*. Marcador editores, Queluz, 2013.

Paço, Afonso do; *Em torno de Aljubarrota – O problema dos ossos dos combatentes da batalha.* Anais, Volume 12, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1962, págs. 113 a 132.

Paço, Afonso do; *Em torno de Aljubarrota – Alguns problemas da Capela de nossa Senhora da Vitória – vulgarmente chamada de S. Jorge,* Anais, Volume 16, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1966, págs. 9 a 32.

Paço, Afonso do; *Aljubarrota, Escavações de carácter histórico no campo de batalha* Publicações da Comissão de História Militar, Lisboa, 1959.

Paço, Afonso do; *Novos aspectos da batalha de Aljubarrota* (separata de O Concelho de Santo Tirso) – Boletim cultural Vol, VII, nº 2, Porto, 1961.

Peres, Damião; *D. João I,* 2ª edição, Porto, Vertente, 1983.

Pinto, Jaime Nogueira; *Nuno Álvares Pereira.* Esfera dos Livros, Lisboa, 2009.

Pires, Tenente-coronel Nuno Correia Barrento de Lemos; Revista do Exército Nº 2477/2478, Lisboa, junho/julho de 2008.

Rodrigues, D. António dos Reis; *Nun'Álvares - Condestável e Santo.* Alêtheia Editores, maio de 2009.

Russel, Peter E; *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a guerra dos cem anos.* Estudos Gerais, Série Universitária, Imprensa Nacional casa da Moeda, Lisboa, 2000.

S.N.; Jardim Litterario, *Seminário de Instrução e Recreio,* Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848.

Sanceau, Elaine; *O rei da boa memória;* Livraria Civilização Editora, Porto, 1958.

Sandoval, C. Ximenez; *Batalla de Aljubarrota,* Monografia Histórica, Estudio crítico-Militar, Madrid, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyras, 1872.

Santos, Nuno Valdez; *Certezas e Incertezas da Batalha de Aljubarrota;* Separata da Revista Militar, Lisboa, 1979

Saraiva, José Hermano; *Aljubarrota e as gavetas do silêncio;* Artigo publicado no Diário Popular de 14 de agosto de 1985.

Saraiva, José Hermano; *História de uma revolução, Fernão Lopes crónica de El-Rei D. João I de boa memória, primeira parte.* Publicações Europa-América, 2ª edição, Mem Martins, 1990.

Sousa, D. António Caetano de Sousa, *Agiologio Lusitano dos Santos e Varões ilustres em virtude do reino de Portugal e suas conquistas.* Lisboa, regia officina Sylviana e da Academia Real, 1744.

Sousa, Manuel de Faria, *Europa Portuguesa,* 2ª edição, tomo II, António Craesbeeck de Mello impressor de S. Alteza, Lisboa, 1679.

Silva, Victor Deodato da; *Cavalaria e nobreza no fim da Idade Média*. Belo Horizonte; Ed Itatiaia Edusp, 1990.

Sylva, Joseph Soares da; *Memórias para a história de Portugal, que compreendem o governo del rey D. João o I*, Tomo III. Lisboa, Officina de Joseph António da Sylva, 1782.

Távora, D. Luiz de Lencastre e; *Dicionário das Famílias Portuguesas*. Quetzal Editores e D. Luis de Lencastre e Tavora, Lisboa, 2010.

Teixeira, Nuno Severiano (Coord.) (2017). *História Militar de Portugal*. A Esfera dos Livros. Lisboa.

Teixeira, Fr. Domingos, compositor; *A Vida de D. Nuno Alvares Pereyra*. segundo condestável de Portugal, Lisboa Occidental, impresso Oficina da Música, 1723.

Toscano, Francisco Soares, *Paralelos de Principes e varoens illustres*. Lisboa Occidental, Officina Ferreiriana, 1733.

With, Albert F. Calvert; *Spanish Arms and Armour*. John Lane company, London, 1907.

Veiga, A.B. da Costa; *Aljubarrota*. separata do relatório oficial de julho de 1958, Grafitécnica, Lisboa, 1959.

Edições electrónicas:

Sacomoti, Guilherme Floriani; *Arqueiros na guerra dos cem anos: a Transição militar da Baixa Idade Média*

http://www.historia.ufpr.br/monografias/2011/2_sem_2011/resumos/guilherme_floriani_sacomoti.pdf .

Silva, Victor Deodato da. *Cavalaria montada, cavalaria desmontada, e Infantaria*

https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/42047/3/Cavalaria_montada%2C_cavalaria_desmontada_e_infantaria.

A FESTA DOS RAPAZES e outras, Transmontanas.

* Carlos A. S. Mendes

1- Introdução

Desde tempos muito antigos; desde tempos imemoriais; desde tempos ancestrais, são estes alguns adjectivos utilizados para situar no tempo “cronológico” as festas populares de cariz religioso/pagãs que se realizam, ainda hoje, por todo o território transmontano, mormente pelo território, hoje, pertencente ao concelho de Macedo de Cavaleiros. Tem por objecto este artigo contribuir de alguma forma para podermos historiar com mais rigor e precisão a evolução do trajecto dessas festas.

Abastecemos-nos de informação, em grande parte, na recolha realizada por Francisco Manuel Alves e vertido nas suas *Memórias Arqueológico-Histórica*, no tomo IX. 2ª Edição de 1975. Todavia o que mais nos motivou para avançarmos com este artigo foi sem dúvida um documento, aposto num livro de visitas, encontrado numa igreja do concelho de Macedo de Cavaleiros, em 15 de Agosto do ano de 2007, (aquando a realização do Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança realizado pela Associação de Defesa do Património do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes”, entre os anos de 2004 e 2009) o qual se refere à existência nessa localidade dos “Caretos”.

Para se entender melhor a realidade histórica, já que Francisco Manuel Alves se refere mais substantivamente às aldeias do norte do então concelho de Bragança, que o concelho de Macedo de Cavaleiros, que foi criado em 31 de Dezembro pela reforma administrativa empreendida pelo governo do Duque de Saldanha, com Rodrigo da Fonseca Magalhães na pasta do reino, que recortou no meio do distrito, entre os velhos concelhos de Bragança e Mirandela, uma nova circunscrição que teve por base o grande vale centrado em Macedo de Cavaleiros fixando aí a sua sede.¹

2 – Os Ritos Mitos e Costumes – Tempo Sagrado, Tempo Profano.

“A história desenvolve-se, graças aos mitos. Ao contrário daquela, que nunca se repete, visto situar-se no espaço-tempo, o mito é irracional: ele é a alma ou o sopro da história. A percepção ou não desta realidade gera modos distintos de encarar a vida entre o homem das sociedades tradicionais e o homem moderno. A diferença entre o homem das sociedades arcaicas e o homem moderno reside no facto de que, para este último os acontecimentos históricos são irreversíveis enquanto para o homem das sociedades arcaicas aquilo que se passou, “ab origine” é suscetível de se repetir pelo poder dos ritos.

* Carlos Alberto Santos Mendes, Mestre em História Regional e Local e Licenciado em História e Arqueologia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Investigador do Centro de Arqueologia UNIARQUE, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Presidente e Investigador da Associação de Defesa do Património do Concelho de Macedo de Cavaleiros, “Terras Quentes”.

¹ PIRES, Armando. *O Concelho de Macedo de Cavaleiros*, Junta Distrital de Bragança, 1963, pág. 118

Quando se trata da origem das coisas, é sempre difícil, quando não impossível dar decisão. As paleografias das inscrições testemunham a existência de culto, ainda no século III d.C. Depois do século V é provável que fosse cristianizado”².

“É essencial é conhecer os mitos. Não só porque o mito lhe fornece uma explicação do Mundo e da própria maneira de estar no mundo, mas sobretudo porque ao recordar, ao reatualizá-lo, ele é capaz de repetir o que os antepassados fizeram “ab origine””³.

“A palavra rito, segundo a sua etimologia sânscrita (rita) significa o que é conforme à ordem. Segundo Luc Benoist podemos definir um Rito “como um conjunto de gestos, respondendo a necessidades essenciais” devendo eles “ser executados seguindo uma certa euritmia. São gestos elementares que realizamos todos os dias e que acompanham a nossa maneira de viver, de caminhar, de nos vestir, de manifestar a nossa simpatia ou a nossa hostilidade. Para Eliade, um rito é a repetição de um fragmento do tempo original, por meio do qual o homem das sociedades primitivas se insere no “tempo mítico” tempo esse que, “é criador” no sentido de que é então, *in illo tempore*.

Mito e rito são, pois, “as expressões complementares de um mesmo destino, sendo o ritual o seu aspecto litúrgico e o mito a sua realização através dos episódios de uma história vivida”⁴.

“Os costumes variam bastante, de acordo com a variedade das terras e dos povos. Havia diversos graus de civilização. O próprio Estrabão, quando fala dos povos da Lusitânia nota diferenças entre costumes dos montanheses ou castrejos e os dos habitantes das planícies”⁵.

3 - Caracteres Etnogénicos.

“Na vasta extensão da Ibéria não havia unidade social, pois que as populações estavam distribuídas por tribos e falavam-se várias línguas o que atesta o acentuado individualismo destes povos – Estrabão dizia “nem a língua é uma só””⁶.

“Thucidedes diz que eram os Espanhóis incontestavelmente os mais belicosos dos Bárbaros. Diodoro Siculo considera como superior tanto a cavalaria, como a infantaria, espanholas, assim na força para os combates como na tolerância para os incómodos da guerra.

Justino memora como intrépidos os ânimos espanhóis na morte e nos perigos militares. Sílio Itálico referindo-se especialmente aos galegos, diz que tinham como indigno de homens quanto não era o manejo de armas de combate.

Estrabão chama aos Galegos - *bellacissimi et subjugali difficilimi* – Belicosos em extremo e difíceis de vencer. Tito Lívio tem-nos por gente fera e belicosos. E noutra parte afirma que são os mais aptos de quantos tem o mundo para reparar as ruínas da guerra, tanto pela oportunidade dos sítios quanto pelo génio e engenho naturais

² VASCONCELOS, J. Leite. *Religiões da Lusitânia*, Vol. II, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1989, pág. 144.

³ AMARANTE, Eduardo. *Portugal Simbólico*, Publicações Quipu, Lisboa, 1999, pág. 25.

⁴ Idem, pág. 27

⁵ VASCONCELOS, J. Leite. *Religiões da Lusitânia*, Vol. II, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1989, pág. 90.

⁶ Idem pág. 51

Dionísio Afro, chama magnânimos aos espanhóis.

Tíbulo; atrevidos

Lúcio Flora; Guerreiros nobres em armas e varões fortes e mestres de Aníbal na profissão militar.

Célio Rodigíno diz que é próprio dos espanhóis desprezar a vida quando lhes falta o uso das armas.

Guichardino afirma que as experiências do seu tempo mostravam que o valor espanhol, principalmente o da infantaria correspondia exactamente à antiga fama da gente e que ninguém excedia em competência para sítios de praças-fortes.

Filipe Cluverio constata que, não em um ou outro século, mas sempre em todos os tempos, foi Espanha fecundíssima na produção de espíritos marciais.

Julgamos desnecessário advertir que estes elogios, por se referirem à Espanha Romana, tanto tocam ao que hoje chamamos Portugal como Espanha e que havia do Douro para cima pertencia à província de Galiza.

“Quanto a clima de Galiza é propício para a concepção, diz Diego Torres falando das mulheres:

*“Cinco e seis rapaces suelen
Echar de una ventegrada,
Siendo la que pare menos
Por estéril repudiada.”*

Sílio Itálico, poeta andaluz, que viveu em Roma no seu poema “*De Bello Púnico*” descreve magistralmente a perícia dos metalúrgicos galegos, que ofereceram ao grande Aníbal um escudo, obra-prima pelos baixos-relevos de decoração histórica que representava, uma espada e uma lança. É para notar que o encargo da fabricação deste presente aos galegos fora da incumbência de toda a Espanha cartaginesa, que assim os reconheceu por superiores nesta especialidade. Já assim se explica o enorme amontoado de escória de ferro fundido que em tanta abundância se encontra pelas montanhas do distrito de Bragança.

João de Barros traça estes individualismos assim: *A tendência de cada povoação para constituir uma individualidade é tão inata, que vemos ainda agora, apesar da completa diversidade de circunstância que se davam outros tempos, cada vila, cada aldeia, com a sua feição particular, os seus costumes próprios.*

Oliveira Martins encontra a razão da sua originalidade na própria “resistência dos caracteres etnogénicos” assim como nas “combinações dos caracteres das populações primitivas e das indo-europeias”.⁷

Ainda hoje a aldeia bragançana lavra e moureja nos mais pesados trabalhos agrícolas, e, vinda a noite, na mona dos trios, debulha dos cereais, vincima a outros servilos, dança incansável ao som do pandeiro das castanholas, da gaita-de-foles ou mesmo só do canto.

⁷ ALVES, Francisco Manuel. *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança – Arqueologia, Etnografia e Arte* – Tomo IX, reedição do Museu Abade Baçal, Bragança, 1975. pág 237.

Estrabão, no livro III, cap 22º, diz: “*Gallecos omnino esse atheos, hic est, sine Deo produtur*”, isto é, não têm ídolos. Mais acrescenta: que os montanheseiros que habitam o norte de Espanha – galegos, ástures (povo a que pretendiam os zelas), cantabros até aos vascões e aos Pirenéus – vivem da mesma maneira, com idênticos costumes. E assim, estes povos, alimentam-se em dois períodos do ano com bolota, secando-a, moendo-a e fazendo pão da farinha. (Ainda não conseguimos esta prova nas nossas intervenções arqueológicas na região de Macedo, se bem que mais para o sul do País haja essas evidências).

“Fazem bebida de cevada, pois têm pouco vinho e esse pouco logo que se prepara, consomem-no imediatamente em convites com os parentes: (nota: O Imperador Domiciano, segundo diz Suetónio, vendo a abundancia de vinho e a falta de cereais, mandou que na Itália ninguém plantasse vinhas e que metade das plantadas nas províncias – Espanha, Gália e outras – se arrancassem. O Imperador Probo aboliu esta lei).

Usam de manteiga em lugar de azeite. Comem sentados dispostos, para esse fim, em assentos nas paredes (os Romanos comiam deitados).

A idade e a dignidade têm os primeiros lugares. Enquanto se serve a bebida, bailam ao som da gaita e da flauta.

Vestem de preto, com saios que lhe servem também de cama, lançando-os sobre enxergões de ervas.

Têm vasos de cera como os Celtas e as mulheres usam de roupas floridas ou de cor-de-rosa.

Em lugar de moedas, trocam as coisas umas pelas outras ou usam lâminas de prata não cunhadas, que cortam de barras em bruto.

Os condenados à morte são precipitados das rochas e os parricidas são cobertos de pedras fora dos seus termos e rios”.⁸ “Que talvez teriam princípio os montes chamados fiéis de Deus, levantados nos lugares ermos. Diz Viterbo na página 270 de *Fiéis de Deos*. “*Assim chamavam aos montes de pedra miúda que junto dos caminhos lançavam à mão os passageiros. Em todo este reino vemos destes pedregulhos junto das estradas, sem que nos fique a mais leve dúvida, que ali foram advertidamente postos e não por acaso*”⁹

“Casam à maneira dos gregos.

Põem, como os egípcios, os doentes fora de casa, para tomar conselho com os transeuntes que hajam padecido idêntica moléstia.

“Até ao tempo de Bruto usavam barcas de ouro; agora têm algumas de troncos de árvores. A rusticidade e fereza dos seus costumes provêm não só das guerras, mas também de viverem apartados de outra gente”.¹⁰

“Lavam-se com crinas, que deixam apodrecer nas cisternas, e homens e mulheres limpam com elas os dentes.

⁸ Do costume de lançar pedras sobre os cadáveres, conjetura Frei Bernardo de Brito, *Monarchia Lusitana*, tomo I livro 2 cap. 31º.

⁹ Ver *Elucidário de Viterbo*, artigo *Fiéis de Deus*. Diz Viterbo: pág 270.

¹⁰ ALVES, Francisco Manuel *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança – Arqueologia, Etnografia e Arte – Tomo IX, reedição do Museu Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 237.*

Adoram um Deus desconhecido nos plenilúnios, dançando em frente das casas toda a noite.

As mulheres lavram os campos, e quando dão à luz os filhos, fazem deitar os maridos e elas os servem.

De uma erva semelhante ao aipo (que parece ser o napelo ou o mata-lobos) extraem um veneno ativíssimo que mata sem dor e têm-no sempre à mão para o usar em qualquer adversidade. (Floro diz que o veneno é extraído da árvore chamada teixo) Acaso seria extraído de uma e outra.

Parecem-se aos celtas, aos da Trácia e da Scília”.¹¹ “Parte destes costumes ainda hoje subsistem. As bolotas, tanto do carvalho e azinheiro como do castanheiro, entram por muito na alimentação. Adiante diremos das folganças por ocasião do vinho novo.

A manteiga de porco chamada pingue, e a de vaca primam ainda sobre o azeite.

A indumentária preta e os vestidos garridos nas mulheres continuam em plena florescência. Nos lugares ermos, onde alguém foi assassinado, em breve as pedras que os transeuntes lá lançam cobrem a cruz que a piedade lá ergueu. A mulher continua arando e cultivando os campos como há mil anos, e se não curam os maridos no parto bem o podiam fazer, pois de algumas eu sei que, mal acabam de dar à luz, continuam na faina doméstica, como se nada fosse.

Quanto aos bailes e danças, bastarão estes dois documentos, o segundo dos quais pertence ao museu regional de Bragança:

“Em 1622 os jesuítas celebraram pomposamente, em diversas cidades do continente e ilhas, a canonização de S. Francisco Xavier. Em Bragança, na praça junto à igreja, houve um desafio muito festejado entre a folia de Vila Real e de Bragança, sobre qual tinha melhores vozes e pandeiros, tambor mis destro e melhores peças de dança e música. Os juízes do certame dividiram as opiniões, dando o prémio a Bragança na destreza e arte do tambor e a Vila Real pelas vozes e pandeiro. Em outras cidades efetuaram-se lutas idênticas.

Exmº Sr. Dizem Venâncio Lopez, e Manoel Rodrigues e toda a mais mocidade do lugar de Aveleda; que naquela freguesia é costume celebrar-se a festa do Santíssimo Sacramento, no domingo da Santíssima Trindade, e querendo os suplicantes que seja celebrada com toda apompa e decência possível como o tem feito mais anos e não tendo mordomia líquido para as despesas em razão de quererem haja sermão e procissão e na procissão dança”.¹²

“Pretendem de V. Exªs licença para trabalharem três ou quatro dias santos para as ditas despesas; por isso pedem a V. Exª Exmº Sr. Vigário Capitular e Governador do bispado se digne conceder-lhe licença para todo o expressado. (Nota: Mais de uma pessoa que presenciou esta dança nos disse ser a dos Pauliteiros).

No verso do mesmo documento vem o despacho favorável do Vigário Capitular, datado de Bragança a 20 de abril de 1839.

¹¹ Do costume de lançar pedras sobre os cadáveres, conjectura Frei Bernardo de Brito, *Monarchia Lusitana*, tomo I livro 2 cap. 31º.

¹² ALVES, Francisco Manuel. *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança – Arqueologia, Etnografia e Arte* – Tomo IX, reedição do Museu Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 241,242,243

Mostra também este documento que a dança dos palitos, hoje peculiar à região de Miranda do Douro, era antigamente uma dança sacra, que fazia parte do culto e se usava em terras de Bragança, como temos ouvido a pessoas velhas.

Durante a feitura do vinho novo, os homens percorrem de noite as ruas do povoado cantando ao som da gaita, tambor ferrinhos e guitarras; pincham os carros que encontram, trancam as ruas com quantos paus e traves encontram e principalmente as fontes, como para indicar que a água se não deve beber (nota: *No Homem que ri* de Vítor Hugo, vol. 3º cap. 4º pág. 12, fala-se em divertimentos idênticos). Ao mesmo tempo, as mulheres reúnem-se em volta da fogueira que acendem na rua e fiam o linho, e por isso se dizem fiadeiros estes actos, em que estão constantemente cantando, rindo, folgando e a espaços tocando pandeiro e bailando”.¹³

4- Festas pagãs ou Religiosas? A evolução histórica dos festejos populares.

O nosso estudo centra-se principalmente em dois períodos festivos; o natal e o Entrudo. Convém recordar a etimologia das palavras a fim de melhor se compreender o seu significado. O dicionário de Língua Portuguesa ensina-nos:

“Entrudo; Etimologia:

Do latim introito (entrada); Folia, Farsa; excesso; dias de festejo anteriores à quarta-feira de cinzas.

Carnaval; Etimologia:

Do latim carne, vale. “Adeus carne”, pelo Italiano carnevale, “terça-feira gorda” pelo francês carnaval. - Dias de Festejo anteriores à quarta-feira de cinzas;

Natal:

Religião; festa cristã que se realiza todos os anos e que comemora o nascimento de Jesus Cristo. Época em que se celebra essa festa.

5 – Ano 325 - d.C. data chave do Cristianismo.

No século IV d.C., o Imperador Romano Constantino aliou-se politicamente ao cristianismo e terminou com a perseguição aos cristãos promulgando o Édito de Milão. O que começou como um movimento religioso dentro do judaísmo do primeiro século tornou-se, até ao final deste período, a religião oficial do Império Romano. Segundo Will Durant, a Igreja cristã prevaleceu sobre Paganismo porque oferecia uma doutrina muito mais atraente e porque os líderes da igreja se dirigiam as necessidades humanas melhor do que seus rivais. O Primeiro Concílio de Niceia marca o fim desta era e o início do período dos sete primeiros concílios ecumênicos (325 - 787). Foram três os historiadores que mais nos deixaram informações sobre esse período: Lucas, Hegesipo e Eusébio.

¹³ ALVES, Francisco Manuel. *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança – Arqueologia, Etnografia e Arte – Tomo IX*, reedição do Museu Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 243



Imperador Romano "Constantino" (272/337)

6 - Édito de Milão – 1º passo de Constantino para o Cristianismo.

"Édito de Milão"¹⁴ será o primeiro passo de o Imperador Constantino par universalizar o Cristianismo. Promulgado em 13 de junho de 313 foi um documento proclamatório para no qual se determina que o Império Romano seria neutro em relação ao credo religioso, acabando oficialmente com toda perseguição sancionada oficialmente, especialmente aos cristãos. Tal documento, publicado em forma de carta, transcreveu o acordo entre os tetrarcas Constantino (imperador do Ocidente) e Licínio (imperador do Oriente).

Além da liberdade religiosa, a aplicação do Édito fez devolver os lugares de culto e as propriedades que tinham sido confiscadas aos cristãos e vendidas em hasta pública: *(o mesmo será devolvido aos cristãos sem pagamento de qualquer indenização e sem qualquer fraude ou decepção)*. Deu ao cristianismo, e a todas as outras religiões, o estatuto de legitimidade (latim: *religio licita*), comparável com o paganismo e com efeito destituiu o paganismo como religião oficial do Império Romano e dos seus exércitos.

Antes da emissão do Édito de Milão, Galério, em 30 de abril de 311, promulgou o Édito de Tolerância, também chamado de Decreto da Indulgência, no qual, buscando harmonia política, reconhece o cristianismo e dá fim à perseguição anticristã".

7- Concílio de Niceia:

Foi um concílio de bispos cristãos, reunidos na cidade de Niceia da Bitínia (atual İzmit, província de Bursa, Turquia) pelo Imperador Romano Constantino I em 325. Constantino I organizou o concílio nos moldes do senado romano e o presidiu, mas não votou oficialmente.

Este concílio ecumênico foi a primeira tentativa de alcançar um consenso na Igreja através de uma assembleia representando toda a cristandade. Ósio, bispo de Córdoba, provavelmente um legado papal, pode ter presidido as suas deliberações.

"Seus principais feitos foram a resolução da questão cristológica da natureza divina de Jesus e sua relação com Deus Pai; a construção da primeira parte do Credo Niceno; a fixação da data da Páscoa e a promulgação da lei canônica em sua primeira forma".¹⁵

¹⁴ Wikipédia.Org/wiki_édito de milão.

¹⁵ Wikipédia.Org/wiki_concilio de Niceia.



Concílio de Niceia

Este foi o primeiro concílio geral na história da Igreja convocado por Constantino I. No Concílio de Niceia, *(a Igreja deu seu primeiro grande passo para definir a doutrina revelada, de forma mais precisa, em resposta a um desafio de uma teologia herética.)*

O Primeiro Concílio de Niceia foi convocado pelo Imperador Constantino I, em consequência das recomendações de um sínodo liderado por Ósio de Córdoba no tempo pascal de 325. Este sínodo havia sido encarregado de investigar o problema causado pela controvérsia ariana no leste grego do mundo greco-romano.

“Para a maioria dos bispos, os ensinamentos de Ário eram heréticos e perigosos para a salvação das almas. No verão de 325, os bispos de todas as províncias foram convocados a Niceia, um lugar razoavelmente acessível a muitos representantes, particularmente os da Ásia Menor, Geórgia, Armênia, Síria, Palestina, Egito, Grécia e Trácia”.¹⁶

“Mais tarde (1545-1563) realiza-se o Concílio de Trento é neste concílio que se deliberou sobre muitas questões que tinham tido e teriam fortes repercussões em vários aspectos da vida individual e comum das pessoas, contudo na essência nenhuma dessas questões era nova apenas a roupagem diferia. Ao longo da história do cristianismo se manifestaram necessidades individuais e/ou coletivas que muitas vezes chocavam com os interesses delineados pelos chefes da Igreja. Uma das questões debatidas no Concílio e que nos interessa para o desenvolvimento deste capítulo é uso das imagens para o culto dos santos. Porém, esta problemática tinha já sido considerada em Niceia, em 787, onde se esclarece a utilidade do ícone no ensino e na prática da religião cristã. É também neste sentido que o Concílio de Trento vai deliberar a 3 de dezembro de 1563, determinando a legitimidade do uso das imagens de santos e a veneração das suas relíquias (pontos 984 a 987), aliás chega mesmo a promover o seu uso nos seus diferentes modos, com quadros, pinturas e outras figuras. Com efeito, a imagem tornava-se extremamente importante na prática religiosa do catolicismo, principalmente porque é acessível e pouco aborrecida, ao contrário das Escrituras

¹⁶ Wikipédia.Org/wiki_concilio de Niceia.

que continuavam a ser um código incompreensível e fechado para a esmagadora maioria dos fiéis”.¹⁷

Esta deliberação (em 1545-1563) é de extrema importância para o nosso estudo, como veremos mais tarde, pela legitimação do uso das imagens de Santos, já que Santo Estevão está profundamente ligado à festa dos Rapazes.

8 - O quotidiano da Idade Média:

Calendário.

“É importante referir que a contagem dos dias e dos meses nem sempre foi efectuada da mesma maneira até meados do século XIII (1250). Se os meses eram os mesmos, já os dias se indicavam de forma diferente. Usava-se o sistema romano das calendas, nonas e idos, com contagem para trás; 4 das calendas de janeiro correspondia a 29 de dezembro (visto que o 1º dia das calendas correspondia ao 1º dia de cada mês).¹⁸

Rir e Folgar.

“O riso estoirava na taberna, na rua e no mercado. A Igreja franzia o olho, não lhe era difícil perceber, por detrás dessa jovialidade, as tentações da maledicência e da inveja, a origem da desordem. E interrogava-se com sisudez sobre um insolúvel enigma: “Jesus riu?”.

A alegria, principalmente a alegria colectiva, exteriorizava-se nos excessos festivos. Os séculos medievais mostraram grande apreço pelas festas – que continuam hoje a interessar os municípios desejosos de obter pequenos rendimentos ainda que na ausência de autenticidade histórica.

As oportunidades eram imensas; estas festas eram rituais distribuídos no decurso do ano, de origem pagã se bem que trasvestidas pelo cristianismo; O Natal a Epifania a Candelária o Entrudo, a Páscoa, o Pentecostes, as Rogações, a Ascensão o S. João etc., todas elas ou pouco menos, eram de origem profana e com conotações sexuais ou ctónicas. Todas elas eram acompanhadas por ritos alimentares, o porco, o folgar, o anho – ou por outras actividades de interesse rústico.

Essa dimensão pagã fora muito bem compreendida, captada e assimilada pela Igreja, que, depois de ter barafustado entre os séculos V e IX contra esses simulacros do Levante e extremos Ocidental.

Acabou por admitir que as invocações à Lua e as aspersões de água benta nos campos secos podiam ser recuperados para maior glória de Deus.

Em contrapartida, falhou perante as festas de subversão, por essência contrária à ordem: a “festa dos Loucos” a 1 de janeiro, na qual tudo era posto de pernas, para o ar; o Carnaval,

¹⁷ LEAL, Lécio. *Enfim Barroca? A talha na Igreja de S. Martinho de Lagoa (1681-1724; Cadernos Terras Quentes nº 3 de 2005, pág. 113.*

¹⁸ MARQUES, A.H. de Oliveira. *A sociedade medieval Portuguesa, aspectos da vida quotidiana. A esfera dos livros, Lisboa, 2010, pág.26.*

no Domingo Gordo, protesto satânico contra a Quaresma de privações que se avizinhava.”¹⁹

9 - A Máscara:

“O simbolismo da máscara varia segundo os costumes. A máscara exterioriza, por vezes, tendências demoníacas, mais o caso das máscaras carnavalescas, onde o aspecto inferior, satânico é exclusivamente manifestado com vista à sua expulsão; ele é libertador. Opera como uma catarse. Nos ritos de iniciação, a máscara toma um sentido um pouco diferente. O iniciador mascarado encarna o génio que instrui os homens; as danças mascaradas insuflam no adolescente essa persuasão de que ele morre na sua condição anterior para nascer na sua condição adulta.”²⁰

Belarmino Afonso (Coord), profundo conhecedor das realidades culturais da região de Bragança, apresenta-nos um estudo profundo sobre a máscara. Vamos transcrever parcialmente, pelo seu interesse, para esta reflexão ora efectuada.

A Máscara – A existência deste elemento cultural é comum a todos os continentes. Mas, uma vez que as realidades sociais, económicas, religiosas e culturais são diferentes em cada um deles, não admira que a máscara apresente também tipos e formas diferentes.

Não encontramos nos especialistas uma explicação da máscara. Há hipótese que podem ser verdades parciais. Os costumes dos povos participam da complexidade de todos os factos humanos. A máscara é um sinal e o significado do cerimonial, religioso ou profano, escapa ao investigador mais atento. Além da mensagem individual, o homem ou o grupo transmite também mensagens colectivas, sem se dar conta, contudo das motivações profundas que estão na sua origem.

Para Belarmino Afonso a finalidade da máscara tem um tríplice fim: propiciatório, apotrópaico e profilático.

A máscara acompanhou um comportamento humano que se caracteriza pelo Peditório, Censura e oferta. Quase nunca estas funções existem individualmente, mas coexistem. O mascarado pede para si ou para o Menino Jesus. Muitas vezes o peditório é pretexto para certos abusos satíricos ou licenciosos.

Segundo Benjamim Pereira, no seu livro *Máscaras Portuguesas*, estas aparecem em terras do Nordeste, por ocasião das seguintes festas: Festas dos rapazes ou de Santo Estevão – festas do Natal, Ano Novo, Reis e Carnaval”²¹.

A chocalhada que o Careto agitava com frenesim, em saltos mirabolantes, serviria noutros tempos para espantar os espíritos maléficos. Não se fala ainda em “espantar o ano velho” e “espantar o entrudo”.

“Os etnólogos dizem que a festa dos rapazes, preparada por eles, tem como finalidade significar a passagem ao estado adulto. Tal rito, muito comum em povos africanos, é nas

¹⁹ FOSSIER, Robert. *Gente na Idade Média*. Editorial Teorema SA, Lisboa, 2010, pág. 30

²⁰ CHEVALIER, Jean e Gheerbrant. *Dicionário dos Símbolos*, Teorema, Lisboa, 1994, pág 441

²¹ AFONSO, Belarmino (Coord). *Brigantia, Vol. 1 Nº 0 Jan-Mar de 1981, Máscaras e trajos Carnavalescos* – Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1981. Pág. 18

nossas regiões, acompanhado de refeições abundantes, quase rituais, lutas, declamações de loas, autos ou comédias. O enversador arranjava quadras suficientes para que os caretos fossem cabriolando pela aldeia fora, ou mesmo no adro da Igreja, enquanto o gaiteiro e o bombo rufavam modinhas de pouca variedade melódica.

O vinho não falta nestas patuscadas populares. Quando nas Arcas (Macedo de Cavaleiros) há mais de 30 anos se celebravam as festas de Santo Estevão, os rapazes pediam vinho no dia 25 de dezembro, à noite pelas casas. Era depois fervido e adoçado com mel. No resto da noite e dia 26, seis caretos (jovens) percorriam as casas e distribuía esse vinho doce.”²²

“Percorremos bastantes aldeias à procura de máscaras. A mesma queixa triste de velhos desdentados ou mulheres vestidas de preto – “isso era dantes”; agora já não se faz nada. Já não há rapazes.

Os caretos do Carnaval ou Santo Estevão, morreram nas Arcas, em Ferreira, Mós, Rebordãos, Murçós, Valverde, Meirinhos, Bruço, Fornos etc., “Já não há rapazes emigraram”.²³

10 - A Dança:

Na época paleolítica o homem é um predador. Sua sobrevivência humana está ligada aos animais – carne e gordura para alimentação, peles para as vestimentas, ossos e chifres para os instrumentos. Dessa forma, as danças só poderiam estar ligadas aos animais. Algumas evidências levam a supor que na pré-história os homens cultuavam os animais. Não se pode excluir também, a existência de uma dança religiosa, porém nenhum documento atesta expressamente o facto”. (BOURCIER, 2006, s.n.) No decorrer dos séculos a dança vem acompanhando o desenvolvimento do pensamento humano e sendo reflexo de filosofias vigentes e da sociedade em que estava inserida. “A dança é algo que vem quebrando paradigmas ao longo dos séculos, principalmente dentro de instituições religiosas. Barreiras geralmente vindas de *doutrinas* impostas pelas igrejas e até mesmo criadas pelo homem tem ficado para trás. Na ascensão do cristianismo na cultura ocidental, o corpo foi considerado e visto como lugar do pecado, merecendo, portando, o repúdio. Entre os anos 465 e 1453 da era cristã, o ato da dança era considerada pecado gravíssimo perante a igreja. Considerado como profano e lugar do pecado, o corpo passa a ser lugar de estudo e forma de cultuar ao Deus em diversas faces da cultura e da religião”.²⁴

11- Os Constrangimentos da Igreja no respeitante às festas Populares/Pagãs

Relativamente aos festejos regionalistas de carácter etnográfico encontramos nas disposições canónicas e Pastorais dos Bispos de Bragança e Miranda as seguintes disposições: 18 de Dezembro de 1755 o visitador ordinário neste bispado de Bragança-Miranda o doutor António Esteves Pinheiro de Figueiredo, desembargador da mesa do despacho episcopal, determina (entre outras coisas): Proíbe bailes, jogos, pandorocadas e toda a casta de ajuntamentos de homens com mulheres e as pandorocadas que de noite se costumam fazer.

²² AFONSO, Belarmino (Coord). *Brigantia*, Vol. 1 Nº 0 Jan-Mar de 1981, *Máscaras e trajes Carnavalescos* – Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1981. Pág. 22 e 23.

²³ AFONSO, Belarmino (Coord). *Brigantia*, Vol. 1 Nº 0 Jan-Mar de 1981, *Máscaras e trajes Carnavalescos* – Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1981. Pág. 22 e 23.

²⁴ http://www.wikidanca.net/wiki/index.php/Dança_e_Religião

“Também nos veio a notícia que em alguns lugares deste nosso bispado se tem introduzido muitos abusos perniciosas, a saber: pelos dias das oitavas do nascimento do Senhor se fazem hum modo de festas a que chamam pandorcas, fazendo danças e festejos por muitos dias com muitas ofensas a Deus, comendo e bebendo demasiadamente descompondo muitas pessoas de que resultam graves pendencias e outros pecados originaes de galhofas entre mancebos e moças. (Nota: Pastoral de 4 de novembro de 1687 do bispo de Miranda, D. António de Santa Maria E por isso proíbe tais festejos. Igual proibição impos o Bispo de Miranda D. Diogo Marques Morato, na sua pastoral de 5 de junho de 1744.

O sucessor deste Bispo, D. Frei João da Cruz, proibiu em 1755 as pandorocadas que de noite se costumavam fazer e outro sim os fiadouros públicos que se fazem de noite, assim nas ruas como nas casas, por serem ajuntamentos de homens e mulheres, bem como as chamadas festas de Santo Estevão (26 de Dezembro), por se comporem de pandorcas, danças, algazarras e tumultos, ocasionados pela eleição de um rei e outras mais dignidades que nelas elegem, por cuja ocasião tem havido mortes e pendências, pelos excessos de comes e bebes que nos ditos dias se fazem.

Na pastoral de 20 de Dezembro de 1890 proibiu o bispo de Bragança D. José Alves de Mariz, as pastoradas ou ramos de Natal, os autos da Paixão e Morte do Redentor na Semana Santa, e vendo que o costume continuava, na de 16 de Dezembro de 1895 cominou pena de interdito às Igrejas onde tais pastoradas e autos se representassem e de suspensão “Ipso facto” aos párocos que as consentissem. (Nota: Ibidem pág. 234. Nesta nossa aldeia de Baçal, o último acto da Paixão que se representou foi pelos anos de 1860 (ver tomo V pág. LVII, destas memórias) e a última pastorada do Natal foi pelos anos de 1875. Esta condenação foi o golpe de misericórdia dado em tais festejos.

12- Do nascimento de Jesus Cristo à quarta-feira de cinzas. A figura de Santo Estevão.

Socorremo-nos da Wikipédia e do Dicionário dos Santos para obtermos informação sobre o Santo Estevão (protomártir), e nem sempre foi coincidente.

Ambos desconhecem a data do seu nascimento, mas coincidem que terá nascido na Palestina, quanto à data da sua morte, a Wikipédia, coloca-a entre o ano 33 e o ano 40 d.C. e o Dicionário dos Santos não tem dúvidas que terá morrido lapidado, por volta do ano 35 em Jerusalém (dois anos após a morte de Cristo). Seguindo a sua informação, “Saulo, que seria futuramente, S. Paulo, terá tido alguma responsabilidade na sua morte, mas ainda não se tinha convertido. Santo Estevão foi ordenado diácono pelos doze apóstolos de Cristo. É padroeiro dos cavalos e, por extensão, dos cocheiros e dos palafreiros. E também dos fundibulários, alusão ao seu martírio. É representado vestido de diácono com estola, e tem como atributo as pedras do seu suplício. Outros atributos são a palma do martírio e o livro dos evangelhos”.²⁵

A Wikipédia, se bem com informação menos segura, é mais profícua. Diz-nos:

Santo Estêvão é o primeiro mártir do cristianismo, sendo considerado santo por algumas das denominações cristãs (católica, ortodoxa e a anglicana). É celebrado em 26 de dezembro no Ocidente e em 27 de dezembro no Oriente por tais denominações. Ele também está listado entre os Setenta Discípulos.

²⁵ TAVARES, Jorge Campos, *Dicionário dos Santos*, 3ª edição, Lelo Editores, julho de 2004, Lisboa,

“O seu nome vem do grego Στέφανος (Stéphanos), o qual se traduz para aramaico como Kelil, significando coroa – e Santo Estêvão é, de resto, representado com a coroa de martírio da cristandade, recordando assim o facto de se tratar do primeiro cristão a morrer pela sua fé – o protomártir.

“A história de Estêvão aparece em Atos 6 e Atos 7, livros do Novo Testamento da Bíblia cristã. Consta que houve resmungos da parte dos "judeus que falavam grego" ("hellēnistōn") contra os "judeus que falavam hebraico" ("hebraious") porque suas viúvas estavam sendo preteridas na distribuição (diakoniāi) diária de alimentos (Atos 6:1). Os apóstolos convocaram então os discípulos e propuseram que fosse formada uma comissão de "sete homens acreditados (martyroumenous), cheios de espírito e de sabedoria" (Atos 6:3), que se incumbiriam da distribuição. Estêvão, "homem cheio de fé e Espírito Santo" (Atos 6:5), estava entre esses, todos usando nomes gregos, que foram postos diante dos apóstolos e, após terem orado, receberam a imposição das mãos.

O nome grego de Estêvão parece indicar que fosse judeu "helenizado". Entretanto, outros pesquisadores afirmam que esse foi apenas seu nome cristão, escolhido por ele mesmo após ter seu primeiro contato com Simão Pedro em Jerusalém. Por 'homem acreditado' entende-se que a comunidade cristã ("toda a multidão") dava bom testemunho (martyria) dele. O serviço do alimento parecia não obstar ao "serviço da palavra" (diakoniāi tōū logou), uma vez que diversos homens afluíam a Estêvão para discutir com ele, mas não podiam fazer frente "à sabedoria e ao espírito com que falava" (Atos 6:9-10). Também contribuiu para sua fama o fato de ele, "cheio de graça e de poder", realizar "grandes portentos e sinais entre o povo" (Atos 6:8).

Segundo os Actos dos Apóstolos, Estêvão foi um dos sete primeiros diáconos da igreja nascente, logo após a morte e Ressurreição de Jesus, pregando os ensinamentos de Cristo e convertendo tanto judeus como gentios. Segundo Étienne Trocmé, Estêvão pertencia a um grupo de cristãos que pregavam uma mensagem mais radical, um grupo que ficou conhecido como os helenistas, já que os seus membros tinham nomes gregos e eram educados na cultura grega e que separou do grupo dos doze apóstolos. Também eram conhecidos como o "grupo dos sete". Foi detido pelas autoridades judaicas, levado diante do Sinédrio (a suprema assembleia de Jerusalém), onde foi condenado por blasfêmia, sendo sentenciado a ser apedrejado (Atos 8). Entre os presentes na execução, estaria Saulo, o futuro São Paulo, ainda durante os seus dias de perseguidor de cristãos.

Muitos padres da Igreja, como Santo Agostinho, atribuem a conversão de Saulo às orações de Santo Estêvão. Citando Agostinho: Si Stephanus non orasset, ecclesia Paulum non haberet.

Durante os primeiros séculos do cristianismo, o túmulo de Estêvão achou-se perdido, até que em 415 (talvez pela crescente pressão dos peregrinos que se deslocavam à Terra Santa), um certo padre, de nome Luciano, terá dito ter tido uma revelação onírica de onde se encontrava a tumba do mártir, algures na povoação de Caphar Gamala, a alguns quilómetros a norte de Jerusalém.

Gregório de Tours afirmou mais tarde que foi por intercessão de Santo Estêvão, que um oratório cristão a ele dedicado, na cidade de Metz, onde se guardavam relíquias do santo, foi o único local da cidade que escapou ao incêndio que os hunos lhe deitaram, no dia de Páscoa de 451.

O culto de Santo Estêvão encontra-se associado à festa dos rapazes nas aldeias de Trás-os-Montes, integradas no ciclo de festividades do solstício do inverno, no período que decorre do dia 24 de dezembro ao dia 6 de janeiro, e que no passado pagão terão sido dedicadas ao culto do Sol, num ritual em que intervêm os caretos, as máscaras tradicionais do extremo nordeste de Portugal.

Santo Estêvão goza de bastante popularidade em países europeus, como Espanha, França, Itália e Portugal. No Brasil, existem, além de diversas capelas ou casas de formação, outras sete paróquias, dedicadas a Santo Estêvão. Entre os espíritas, o livro Paulo e Estêvão, de psicografia de Francisco Cândido Xavier e atribuído ao espírito Emmanuel, é considerado pela Federação Espírita Brasileira um dos dez maiores livros espíritas do século XX, narrando passagens da vida de Santo Estêvão.”²⁶



Imagem de Santo Estevão – Igreja NS da Purificação – Podence.

Nota da BD da ATQ: Quase dois terços das freguesias do Concelho de Macedo de Cavaleiros, tem nos seus locais de culto a imagem de Santo Estevão, são estas as freguesias; UF de Ala e Vilarinho do Monte, Amendoeira, Arcas, UF de Bornes e Burga, Carrapatos, Chacim, Cortiços, Espadanedo e Murçós, Ferreira, UF de Lamalonga e VN Rainha, Lamas, Macedo, UF de Podence e Santa Combinha, UF de Talhinhas e Bagueixe, Vale Benfeito, Vale Prados, Vilarinho de Agrochão, UF de Vilar do Monte e Castelãos e Vinhas. Curioso é verificar que quase 90% destas, situam-se a norte do vale do concelho de Macedo de Cavaleiros.

13 - Adagiário popular do Natal e do Entrudo no Nordeste Transmontano:

ADAGIÁRIO DO NATAL:

“Natal a assoalhar. Páscoa à roda do lar.

Natal à quarta ou a sexta-feira, guarda o arado e vende os bois

Natal à segunda-feira, lavrador larga a eira.

Natal à sexta-feira, por onde pudeses semeia; em domingo, vende bois e comora trigo.

Natal ao Lar, Pascoa a assoalhar

²⁶ Wikipédia.org/_Santo. Estêvão.

*Natal ao soalhal e Páscoa à lareira fazem um ano de primeira.
Natal ao soalhal, Páscoa ao borralhal.
Natal ao sol, Páscoa ao fogo, fazem o ano formoso.
Natal em casa, Páscoa na praça; Natal na praça, Páscoa em casa.
Natal molhado, ano melhorado.
Natal em casa, Páscoa na rua.
Natal na praça, O Entrudo bolorento e a Páscoa com bom tempo.
Natal na praça, Páscoa em casa; Espírito Santo em campo faz ano franco.
Ande o frio por onde andar, o Menino Jesus o irá buscar.
Ande o frio por onde andar, pelo Natal cá vem parar.
Assim como vires o tempo de Santa Luzia ao Natal, assim estará o ano, mês a mês. Até final
Até ao Natal estruma e fia; e do Natal em diante, fia sempre.
Até ao fim do Natal, crescem os dias um saltinho de pardal.
Cada porco tem o seu Natal.
Chuva em novembro, Natal em dezembro
Conceição molhada, Natal seco.
De Santa Catarina ao Natal é bom chover e melhor nevar.
De Santa Catarina ao Natal, inverno natural.
De Santos ao Santo André, um mês é; de Santo André ao Natal, três semanas.
De todos os Santos ao Natal perde a padeira o cabedal.
Do Natal à Santa Luzia, cresce um palmo o dia.
Do Natal ao Entrudo come-se tudo.
Do Natal ao S. João seis meses são.
Do dia de Santa Catarina ao Natal mês igual.
Do S. Martinho ao Natal, o médico e o boticário enchem o bornal.
Dos Santos a Santo André um mês é; de Santo André ao Natal é outro tal; mas quem bem contar só 25 dias há-de achar.
Dos Santos ao Natal, inverno crucial
Dos Santos ao Natal, cada dia mais mal; do Natal ao Entrudo, come-se capital e tudo
Entre o menino e Tomé, três dias é.
Entrudo borralheiro (borralhudo), Natal em casa, Páscoa na praça.
Festa do Natal no lar, da Páscoa na praça, e do Espírito Santo no campo.
Galinhas de S. João, pelo natal, poedeira são.
Inverno geral, um mês antes do Natal.
Mal vai Portugal, se não houver três cheias antes do Natal.
Na mesa de Natal, o pão é o principal.
Namoro de Carnaval, não chega ao Natal.
Não há ano a que falte o seu Natal.
No dia de Natal, têm os dias um salto de pardal; em janeiro, salto de carneiro; no Entrudo, salto de burro.
O Natal ao soalhar, e a Páscoa ao lar.
O Natal nunca deu erva que em janeiro não comesse.
O ano vai mal se não há três cheias antes do Natal.
Para o ano não ir mal, hão-de os rios encher, entre S. Mateus e o Natal.
Para o ano ser bom. Natal na rua e a Páscoa em casa.
Pelo Natal Lua cheia, casa cheia.
Pelo Natal, ande o frio por onde andar, ou bem chover ou bem nevar.*

Pelo Natal, alhal.
Pelo Natal, ao fogo, Pela Páscoa, ao jogo.
Pelo Natal, ao jogo, pela Páscoa ao fogo.
Pelo Natal cabritos no curral.
Pelo Natal, neve no monte, água na ponte.
Pelo Natal, sachar o faval (nabal).
Pelo Natal, se houver luar, sente-se ao lar, se houver escuro, semeia outeiros e tudo.
Pelo Natal, semeia o teu alhal; e se quiseres cabeçudo, semeia-o pelo Entrudo.
Pelo Natal, sol: pela Páscoa, carvão.
Pelo Natal, tem o dia um salto de pardal.
Pelo Natal, tenha o alho ponta (bico) de pardal.
Pelo Natal, vai ao laranjal.
Pelo Natal, vai ter o seu faval.
Pelo S. Martinho, diz ao porco que tempo é; se ele te disser qual – que tal, guarda-o até ao Natal.
Quando o Natal tem o seu pinhão, a Páscoa tem o seu tição.
Quando pelo Natal vires verdejar, pela Páscoa à pedra do lar.
Quem a apanha antes do Natal, deixa a azeitona no olival.
Quem come carne no Natal, ou é burro ou animal.
Quem come laranja antes do Natal, está livre do catarral.
Quem morre em véspera de Natal é Perú.
Quem não fia até ao Natal, fiará depois pouco e mal.
Quem quer bom ervilhal semeia antes do Natal.
Quem vareja antes do Natal, deixa azeite no olival.
Se a Páscoa é assoalhar, é o Natal atrás do lar; se a Páscoa é atrás do lar é o Natal a assoalhar.
Setembro, revolver, outubro semear; em dezembro nasce o menino para nos salvar.
Sol no Natal, chuva na Páscoa.
Trovão de Natal não é inverno.

ADAGIÁRIO DO ENTRUDO

Entrudo borralheiro, o Natal em casa, a Páscoa na praça
Alegrias Entrudo, que amanhã será cinzas
Do Natal ao Entrudo come-se tudo
Dos Santos ao Natal, cada dia mais mal; do Natal ao Entrudo, come-se capital e tudo
Em dia de Entrudo, até o gato é farto
Fartar gatos, que é dia de Entrudo
Natal na praça, o Entrudo bolorento e a Páscoa com bom tempo
Natal, têm os dias um salto de pardal; em janeiro, saldo de carneiro; no Entrudo, saldo de burro.
Nem Entrudo sem lua nova, nem Páscoa sem lua cheia
No Entrudo vale tudo
O Entrudo papa (rapa) tudo.
Pelo Entrudo pode-se tudo
Pelo Entrudo, cabritos e tudo
Pelo Entrudo, cartaxo penudo
Pelo Natal, semeia o teu alhal; e se o quiseres cabeçudo, semeia-o pelo Entrudo.
Quem quiser o alho cabeçudo, sache-o pelo Entrudo.

*Quem quiser o alho cachapernudo, plante-o no Entrudo
Um bom alhal planta-o no mês de Natal, se o quiseres cabeçudo, planta-o no Entrudo
Quer no começo, quer no fundo, em fevereiro vem o Entrudo
Vão-se as noites de Natal, vão-se as noites de fiar; vão-se as noites de Entrudo, vai-se tudo”.²⁷*

14 – As festas populares no espaço geográfico do Concelho de Bragança, mormente, anterior a 31 de dezembro de 1853.

Os festejos religiosos envolvidos por elementos folclóricos são:

Natal e Reis – Desde 13 de Dezembro a 20 de janeiro

Entrudo – Quarta-feira de cinzas; quarta-feira da terceira semana de Quaresma: Semana Santa e Páscoa da Ressurreição;

Dia 1º de Abril

Dia 1º de Maio

São João -Desde 13 a 29 de junho e 2 e 11 de novembro.

“Em algumas terras bragançanas, começam as festas no dia 13 de Dezembro, com bailados, gaiteiros e tamboril, tudo acompanhado de constantes libações vináceas. Na noite da consoada (24 de Dezembro) esfuzia o entusiasmo por toda a parte; ceia abundantíssima e lareira bem fornida de lume, de que se guarda o melhor tição para acender pelo ano adiante, quando surjam trovoadas, pois tem virtude de as afugentar e evitar que façam danos aos frutos. Vai-se depois à missa do galo e beija-se o Deus-menino (ao som da gaita de foles e respectiva letra representando Nossa Senhora, São José, pastores e respectivos rebanhos. Reis Magos e equipagem, além da clássica vaca e mula.

Em Castrelo, concelho de Bragança, não há festa dos rapazes, como as adiante mencionadas, mas no entrudo sobem os moços a um cabeço a casar os indivíduos da povoação, dizendo dichotes em verso e causticando ligações amorosas menos morais. (Nota: Adiante, no artigo casamento, voltamos ao assunto.)

Também na mesma povoação e na próxima de Portela, na última noite do ano, os homens entram pelas casas adentro dos vizinhos, arrombando portas e janelas, se for preciso, para dar três nalgadas com a mão ou chinela nas nalgas das mulheres, mesmo que estejam deitadas na cama, a fim de andarem espertas durante o ano, dizem eles.

A gente que habita Trás-os-Montes é, pela maior parte, robusta e corpulenta, as pessoas nobres são dotadas de grande primor e brio, mui valentes e honradas; aptas para a guerra e têm grande exercício de ginete e brida, em que fazem sumptuosas festas. São mui devotas de igreja e veneram com devoção os seus ministros, conservam as amizades e com os estranhos são atenciosos.

As mulheres nobres têm grande recolhimento; as outras ajudam a cultivar as terras a seus maridos e às vezes mais trabalham elas que eles; enfim, diz abade João Salgado de Araújo

²⁷ *Brigantia*, Volume de homenagem a Belarmino Afonso, Volume XXVI, nºs 1,2,3,4, Bragança, 2006.

que não se sabe desta província vício algum nativo dela. Servem de epítome das suas grandezas, estas oitavas”^{.28}

*Es Tras los Montes la porcion segunda
De heroicas poblaciones adornada,
Donde Miranda episcopal se funda
Sobre Penhascos bien encastillada.
Del Rei Brigo Bragança hija segunda-feira de la Inez bela, como desdichada,
Talamo, em llano delicioso brilla
De esclarecidos duques alta silla.*

*“Entre otras vilas sale floresciente
La Torre de Moncorvo; la apacible
Vila Flor: Mirandela com gran poente;
Belica Chaves, Vila real plausible
Freixo de Espadacinta muy valiente,
Alfandega da Fé apacible
Mascarenhas en frutos delicosa
Fertil Chacim, y en su trato generosa.”²⁹*

Os Transmontanos, “são corpulentos, robustos e mui aptos para a guerra, porque são valentes e cobiçosos de honra”. O trasmontano diz Deusdado; é robusto e inteligente, habita um clima seco e rigoroso, com paisagem vasta, florestas de carvalhos e castanheiros gigantes, com largos horizontes. É agricultor.

Os moradores de Trás-os-Montes são notáveis pela sua proverbial boa-fé, simplicidade de costumes, aferro e seus antigos usos e modo de pensar. São no geral fisicamente bem-apegoados, e como tais os melhores soldados de cavalaria do exército. A extrema riqueza vinhateira, de seda, gado, linho e frutos em que abunda a sua província os compensa da sua frigidez.

“Sendo eu mesmo da província de Trás-os-Montes diz Sá, não posso dar uma ideia exata dela, porque no tempo em que com as luzes da observação podia examiná-la. Habitei fora dela. Há falta de correspondentes exactos; nem mesmo dos lavradores se podia tirar uma perfeita descrição, porque a sua ignorância e servidão lhes faz crer que semelhantes averiguações ou são para lhes impor novos tributos ou para de algum modo os vexar. E querendo saber isto dos rendeiros, a sua avareza o impede, porque supõem que isto é para lhes fazer oposição nas comendas e rendas que trazem.

Os trasmontanos têm vivacidade natural, são robustos e se exercitam na caça. O seu génio particular não é o das letras. De todas as províncias de Portugal é a que tem menos gentes na Universidade, mas isto é devido à pobreza de seus habitantes, que não podem

²⁸ ALVES, Francisco Manuel, Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 243.

²⁹ CASTRO, João Batista de; Mapa de Portugal antigo e Moderno, 2ª edição, 1762, tomo I, parte I, cap. V.

suportar os gastos necessários para o caminho das letras. Os mesmos nobres não inclinam os seus filhos para os estudos, mas naturalmente os inclinam para as armas.

A gente transmontana é mui supersticiosa, apegado com excessos às opiniões de seis maiores abusadíssimos, indóceis, muito pertinazes em deixar as preocupações com que tem vivido, ainda que aliás estas os tenham miseravelmente deteriorado”.³⁰

“São muito fáceis à persuasão de coisas sobrenaturais. Creem prodígios, encantos feitiçarias, etc. Isto é universal, que apenas há terras aonde não creiam, há mouras encantadas, tesouros escondidos, que só por magia podem tirar-se, e infinitas outras fábulas assim.

O modo de vestir nas cidades e vilas consideráveis é polido e vestem à moda da corte; porém usam muito o capote; é este o maior luxo e tem-se aumentado há poucos anos.

Muita gente em Bragança se lembra de serem caríssimas as fivelas e espadins de prata, e os vestidos eram principalmente de baeta preta.

As casas são muito pobres, de todo o reino são os morgados de menos rendimento. Em bragança não há uma casa que faça de seus rendimentos quatro mil cruzados. E os que têm de fundo cinquenta mil cruzados, que são muito poucos, se reputam homens muito ricos; daqui se segue a causa de se tratarem ainda os homens nobres com muito pequena equipagem, sem librés, sem cavalos. Pode dizer-se que os militares são os que entretêm o maior luxo da província.

As mulheres escondem-se muito dos homens, principalmente em Bragança; não falam senão às pessoas muito chegadas em parentesco, de sorte que entre casas amicíssimas as senhoras não se comunicam com os homens. Não aparecem às janelas. Escondem-se muito atrás de rótulos apertadíssimos, que abrem para olhar muito pouco e com muita cautela, e se os homens, vendo-as, não se retiram, são reputadas de inonestas.

A gente do campo é muito impolida e ignorante, a maior parte não sabe ler; são muito pobres; não colhem algum pão para si, não obstante trabalharem todo o ano. Nalgumas aldeias não trazem sapatos, nem botas, usam de uma pele a que chamam “abarcas”. Isto muito principalmente se observa junto à raia de Castela, como em Montesinho, Cova da Lua, Petisqueira, Guadramil, etc., onde os lavradores são muito pobres, estúpidos e ignorantes. De noite não se alumiam com azeite, e quando necessitam de luz usam paus secos. Para as mulheres fazerem de noite serão, fazem uma finta para o azeite e se juntam só numa casa a que dão o nome de fiadeiro.

Indústria, excepto a do fabrico da seda, que é considerável, não há outra de natureza alguma, não obstante haver comodidades para isso e muita abundância de matérias e muita necessidade que há das mesmas manufaturas”.³¹

³⁰ ALVES, Francisco Manuel, Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 244.

³¹ ALVES, Francisco Manuel, Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 244.

“Os lavradores são extremamente ociosos; no tempo que lhes resta de trabalhar a terra não se ocupam mais que viver no descanso; Não sabem ofícios, nem pretendem aprender.

Havendo bastantes lãs na província, não há uma só fábrica de panos: vendem-na para fora, servindo-se depois dos mesmos panos, dando aos outros o ganho que eles podiam lucrar se fossem industriais.

As cidades e vilas experimentam faltas notáveis de carvão e lenha.

Não uma fábrica de louça vidrada, não obstante haver excedentes argilas e barros, que podiam facilitá-la. Não fazem mais que quartos e panelas, comprando aos castelhanos o resto da louça, deteriorando-se a si e ao reino na extração do dinheiro para fora, e o mesmo dos vidros, que também compram aos castelhanos, advertindo que em muitas partes, em que há abundância de lenha, se podiam construir excelentes fábricas de vidros como em alguns vales de Barroso, Terra de Lomba, etc.

A província é militar; a tropa gasta muito ferro; contudo não há uma só fábrica dele, havendo minas consideráveis e riquíssimas, que a natureza pôs em montes abundantíssima de lenha, como no monte de Montesinho e em outras partes, em que muitos sinais e escórias mostram o grande trabalho que os antigos tiveram neles. Deste descuido tem a província tudo a perder, porque de Espanha vem o ferro para a tropa, pregos panelas.

Havendo abundância de cascas de carvalho e sobro, não há uma só fábrica se atanados, advertindo que há muitos couros; mas todos os que se gastam e os bezerros vêm de fora da província. Sucede muitas vezes no verão, não levarem os rios bastante água para moerem as azenhas; falta o pão, de sorte que se reparte por justiça, contudo não há um só moinho de vento.

Numa palavra; faltam as artes de primeira necessidade; os homens são contumazes em se desabusarem e ainda aquela coisa que são fáceis e de muito interesse não as querem seguir, por não se apartarem do costume de seus maiores. As artes que usam estão numa suma imperfeição por falta de instrumentos e métodos. Observo na Ribeira da Nau os dois homens serrarem o pau mais grosso do Brasil. Em Trás-os-Montes, choupos, pinhos e outras madeiras deste género ocupam quatro homens, por não terem boas serras.

A terra é muito natural para a produção de batatas, delas se sustenta muita gente e o alqueire se vende ordinariamente a 60 e 80 reis e o mesmo as castanhas. Em todo o Barroso e Miranda e terras de Bragança não colhem feijão, nem fava, comem muito pão seco e em sopas. Há muitos que comem oito a dez arráteis de pão por dia”.³²

15 – A festa dos Rapazes.

“Em muitas aldeias do concelho de Bragança, como Baçal, Sacoias, Aveleda, Varge, França e outras, os moços solteiros de 16 anos para cima, juntam-se no dia de 26 de Dezembro, festas de Santo Estevão (Em Baçal a reunião é a 6 de janeiro, festa dos Reis) chamam gaiteiro para os acompanhar na estúrdia; comem uma vitela comprada com o

³² ALVES, Francisco Manuel, Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 289.

produto de trabalhos agrícolas, geralmente malhadas (debulha de centeio); percorrem a povoação mascarados e vestidos de fatos felpudos de variegadas cores, em algazarra louca gritaria ensurdecidora, soltando estrídulos hi, gu, gus (Nota; Não há em português som igual, semelha o da palavra espanhola hijo. Possivelmente relaciona-se com o tal ulularem de Sílio Itálico, atrás citado, pois mesmo de quando em vez dizem u, lu, lu em lugar de hi, gu, gus.), durante esse dia e seguinte, inclusas as respectivas noites tendo previamente mandado celebrar missa a que assistem muito sossegados e vão botar as loas, também ditas Comédias ou Colóquios, num ponto determinado, geralmente o mais central da povoação, na presença do resto do povo, que guloso, assiste sempre a esta parte do programa”.³³

“Noutras partes há ainda vestígios destas festas. Assim, em terras do Mogadouro e Freixo de Espada-à-cinta (J.M.M. Martins, *As terras de entre Sabor e Douro*, pág 329), dia de Natal vai o mordomo do Deus-Menino tirar a esmola acompanhado do Chocalheiro homem mascarado, cujo vestido costuma ser feito de estopa grossa tinta de escuro e com um feitio muito esquisito. “A máscara ou carocha como aqui se lhe chama é feita de madeira pintada de preto e de um feitio horrendo; o homem, depois de mascarado, figura o demónio, no dizer do povo, e para completar o seu aspecto sinistro cinge à cintura um grande chocalho e anda sempre munido de uma grande moca, com a qual, a modo de graça, às vezes vai dando naqueles que dele se aproximam. E assim se passa o dia de Natal, sempre em folia, até à tarde, que é quando terminam as corridas do Chocalheiro. No dia de Reis repete-se a brincadeira do Chocalheiro (J.M.M. Martins, “*As terras de entre Sabor e Douro*”, pág 330).

O Juiz da festa, que é eleito a votos no fim do jantar do último dia da mesma para o ano seguinte, vai já nesse dia assistir às Comédias sem máscara nem vestido felpudo, mas com coroa de latão pintalgado na cabeça, empunhando comprida cana com uma maçã vermelha espetada na ponta.

O Juiz tem por obrigação tratar da compra da vitela e arranjar a casa onde ele se há-de cozinhar e comer. Em Varge é da praxe que essa casa seja desabitada, não se admitindo lá mulheres para tratar dos mantimentos cuja preparação corre por conta dos festeiros. Nas outras povoações são mulheres as cozinheiras”.³⁴

“Só quando vão assistir à missa é que deixam as máscaras e os fatos felpudos e observam na marcha certa ordem cadenciada de gaiteiro à frente, seguindo logo imediatamente o juiz com as insígnias próprias. No mais metem-se pelas casas, aterrando os rapazes pequenos, aos quais fazem mil diabruras, obrigando-os a ajoelhar a pedir-lhes perdão, a bênção e a persignar-se, espancando-os com bexigas de porco cheias de ar, que fazem grande ruído e nada magoam; pedem mui teimosamente chouriços às mulheres que muitas vezes lhos dão; vinho aos homens e, por feição ou partida, como hoje se diz, fogem das casas com mobília, que depois restituem.

Semelhantemente o Juiz nas marchas vai estendendo a cana às janelas, pedindo maçãs às raparigas que lhas espectam na ponta da cana.

³³ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág 290.

³⁴ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág 290.

De passo, arquivemos outra usança arcaica. A missa, muitas vezes é cantada e finda com a procissão em volta da igreja. Nesta procissão e nas mais que se costumam fazer nestas aldeias, o cabo de polícia leva uma vara própria do cargo, que se guarda nas sacristias e lhe é entregue ao começar da mesma, com ela em punho acompanha a procissão e ao recolher ajoelha às portas da Igreja, baixando a vara e assim se conserva enquanto entra o Sacramento ou o santo, em honra de quem a mesma se faz.

Estão-se a ver os fasces com que os lictores acompanhavam os cônsules e outros supremos magistrados romanos, abatendo-as em presença de alguém que queiram honrar. As máscaras de latão extravagantemente pintalgadas algumas, outras de casca de árvore e poucas de papelão, simulam figuras grotescas e de bois e bodes muitas vezes.

E também ponto forçado, além do fato arlequinesco, calçarem luvas, trazer na mão pau de ferrão e pendente a tiracolo chocalhos de cabras ou carneiros, campainhas de bois com as respectivas coleiras, que tudo faz barulheira infernal quando pulam ao ar para soltar os tais “Hi! Gu! Gus!” Além de vários outros artigos macabros que a mente lhes sugere. As Loas, Comédias ou Colóquios, espécie de revista do ano, constam da apreciação irónica, sarcástica e mordente muitas vezes dos acontecimentos ridículos ou como tais apreciados, feita em verso por bardo local e recitada de um tablado ou ponto elevado por um dos festeiros cercado de colegas que aplaudem cada quadra soltando estrídulos “Hi! Gu! Gus!” Por cima da chocalhada ensurdecadora e fazendo cabriolas encostadas aos paus do ferrão. Os transes do vinho para sacar a burra do lamaçal onde se lhe enterrou; a morte desta e respectivo testamento, em que se contemplam os vizinhos com deixas; as aflições da dona de casa a quem o cão ou o gato escapou com o bocado de salchicheira; aquele, porque ao matar o porco o deixou ainda vivo, fugir do banco; este, porque um cigano lhe enfiou, em troca da cavalgadura boa, chaguenta azémola, são outros tantos motes da versalhada, que bastas vezes pulsa também a nota realista, causticando as leviandades femininas em pontos de castidade”.³⁵

“A festa dos rapazes em Baçal, Sacoias, Aveleda e Varges é semelhante nas suas modalidades e exibições, deixando perceber a mesma comunidade étnica e promanação (*Dicionário Porto editora; promanar; proceder, dimanar, provir, brotar*) histórica, denunciando nas suas origens primevas carácter mais antigo e acentuadamente pagão. Nos outros povoados parecem visionar-se apenas os ápages (*Interjeição àpage fora daqui, vai-te, arreda-te, afasta; dicionário*) do primeiro século com Santo Estevão por distribuidor dos mantimentos, aqui puramente o gentilismo.

Em Deilão, no dia de Natal e de Santo Estevão (25 e 26 de dezembro) os mancebos preparam uma canastra de sardinhas ou as que sejam necessárias, organizam mesa, a que chamam de Santo Estevão, no local mais central e próprio da povoação e, congregados nela os chefes de família, dão a cada um uma cânima, (*Quantia paga pelos irmãos do Santíssimo dicionário, vítor Barros*) ou sejam nove sardinhas”.³⁶

³⁵ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág 290.

³⁶ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 292-293.

“Comem-nas em comum e depois da dançam rijamente ao ar livre, ao som da clássica gaita-de-foles. Não há máscaras nem versalhadas e cada chefe de família entra para o festim com a cota de quarenta centavos, recebida pelo mordomo eleito anualmente pelos mancebos para cuidar da festa.

No dia seguinte ao de Santo Estevão (27 de dezembro), são as Calaças de roda (Nota; vê-se que esta palavra “Calaças” tem maior amplitude do que a apontada por Viterbo no Elucidário, artigo Calaças e Morteiro. Diz o *Elucidário*: “Calaça: Parece ser a costa ou banda do porco. No foral que El-Rei D. Manuel deu à terra de Paiva em 1513, entre os muitos casais foreiros e reguengueiros está um que paga a el-rei além de outros foros dois alqueires de trigo e três de milho e calça e meia de carne. E o casal dos Moyos entre mais pensões paga a el— rei, costa e meia de carne. Dizem alguns que calça e costa são sinónimos e que a eles corresponde hoje, cobro, cujo nome se dá a qualquer das peças entre os presuntos e a cabeça do porco.”) constantes de castanhas mamotas, pão vinho deglutido em comum, sendo aquelas fornecidas gratuitamente pelo mordomo, abrindo-se seguidamente a dança. E ainda no dia seguinte, ou seja, a 28 de dezembro. Há as calaças do meirinho, que constam de uma certa quantidade de sardinhas, figos, nozes e vinho, distribuída aos circunstantes, que, depois de a tragar elegem meirinho para o ano seguinte armando seguidamente a dança à qual preside o meirinho empunhando uma bandeira própria da sua dignidade”.³⁷

“O meirinho apenas se vê eleito e antes e antes de começar a dança, deita a fugir vertiginosamente, simulando assim não aceitar o cargo; em pós ele, não menos trigoso, abalam os circunstantes que é da praxe trazerem-no às costas ou em uma espécie de liteira improvisada repentinamente do sítio onde o alcançam até ao do baile. São muitos para ver as algazaras do sítio onde o alcançam até ao do baile. São muito para ver as algazaras que acompanham esta diversão, que não é só própria deste dia mas se usa sempre também nas malhadas com o proprietário, levando-o ao sítio da meda por ocasião de se tirar para o astrar (*Estender os molhos de cereal na eira; S. Pedro das Cebolas, Bragança segundo Leite de Vasconcelos – in Dicionário dos falares de Trás-os-Montes de Vítor Fernando Barros, campo das letras, 1992 Porto*) o último molho.

Em Grijó, Failde, e Carocedo organizam a já dita mesa de Santo Estevão no dia deste Santo e dão a cada pessoa que assiste quatro sardinhas, pão e tremoços. Em Freixedelo mascaram-se, mas não há colóquios, comédias ou loas, bem como em Ousilhão, onde são de comer a quem se apresentar mascarado.

Em Alfaião nomeiam para esta festa quatro mordomos, organizam mesa de Santo Estevão e dão a cada chefe de família seis sardinhas, três vinténs de trigo e meia-canada de vinho.

Em Vila Meã, Labiados, Rio de Onor e Rabal há festas ou tradições de se celebrarem outrora pelo teor dos ágapes, (*Dicionário: refeição de carácter religioso, dos primeiros cristãos – refeição entre amigos – do grego ágape afeição*) na região ditos mesa de Santo Estevão.

³⁷ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 292-294.

Em São Julião comem chibos em comum dia de todos os Santos (1 de novembro, fornecendo os mancebos um e as raparigas outros, mas a festa propriamente dita é no dia de Reis – 6 de janeiro). O mordomo dela, congregados os chefes de família, dá uma Cànima (*Quantia paga pelos irmãos do Santíssimo dicionário vitor Barros*) ou sejam nove sardinhas a cada um, ou seja dois arráteis menos de uma onça), que é para o azeite do molho de bacalhau e comem-no em comum, se bem que alguns o levam para as suas casas, o que é menos usado, e seguidamente vão todos juntos pelas casas dos vizinhos pedir chouriços e castanhas que da mesma forma comem em comum.

A marcha do peditório é regulada pelo mordomo que aplica multas aos retardatários e aos mais lampeiros ou a quem transgredir as praxes costumadas em tais actos.

Em Parada de Infanções, no dia de Natal (25 de dezembro) os mordomos de Santo Estevão dão volta ao povo a convidar os moradores para irem à mesa da sardinha, assim chamada porque eles distribuem quatro sardinhas com pão e vinho a cada homem e duas a cada mulher”.³⁸

“Dia dos inocentes (28 de Dezembro) vestem-se de máscaras e dão a todos os vizinhos da povoação rosca e vinho (Nota: rosca - Bolo doce de farinha – A este propósito diz Emanuel Ribeiro “Na doçaria popular predomina o gosto do nosso povo, e assim, aparecem os cestos), doce assim chamado, cobertos de açúcar com flores sanguínea de papel; os corações pintalgados de missanga, etc. E em alguns podemos verificar influências ancestrais do paganismo, em que os emblemas da fecundidade e da fertilidade se patenteiam e cada passo. Assim a par dos bonecos de doce, existem os doces de romaria. Naqueles arraiais aparecem quase sempre os biscoitos da Teixeira, os doces de Paranhos, os delindres, os velhotes, as fogaças, as passarinhas (bolo de doce assim chamado que tem a forma do órgão genital feminino) os sardões (idem com forma masculina) e os cavalinhos... E. Ribeiro “doçaria portuguesa 1923, pág. 8 refere a uns bolos de forma fálica exibidos em Parada de Infanções).

Festejos por este teor se praticam em Argozelo, Carocedo, Coelhooso, Calvelhe, Outeiro, Paredes, Pinela e Vila Boa. Noutras terras o festejo transferiu-se para diferentes dias. Assim, em Aveleda, concelho de bragança, fazia-se no dia 6 de maio uma procissão a um sítio do termo chamado Cabeço, distante do povo coisa de 2 km onde levavam em andor belamente adornado a imagem de São João. Chegados lá, o mordomo distribuía pelos assistentes vinho, tremoços e pão, tudo ali comido com grande gáudio e depois do regresso à povoação a mocidade dançava animadamente. Esta festa fez-se sempre, até que no decénio 1920-20 os bispos proibiram as procissões do longo curso. Em Villar de Rei, concelho de Mogadouro, no Domingo do Espírito Santos, depois de rezada a missa pelo pároco na capela do meio do povo, o mordomo distribui pelos assistentes vinho, pão, queijo e tremoços. Noutras partes se faz mesmo por ocasião das festas de São Martinho (11 de novembro).

Em terra de Vinhais – diz o Padre Firmino – há três mordomos para tratarem das festas religiosas do Natal, que têm como características das suas funções três varas ornadas a primor com fitas e lenços de seda e que empulham nos actos solenes do culto “ À noite realiza-se a galhofa, onde se baila até ao romper da manhaninha, como eles dizem, recitando-se nos

³⁸ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 292-193.

intervalos peças satíricas em redondilha maior, a propósito de qualquer facto que mereça franca risota. A galhofa é dirigida pelos mordomos.

Em algumas povoações há mais um quarto mordomo, encarregado de tratar dos foguetes ou tiros de pólvora.

Não vai longe o tempo em que estes mordomos eram obrigados a sustentar desde o dia 13 de dezembro os ensaiantes das danças do Natal. É que estas danças são especiais; danças de carácter litúrgico, e por isso chamadas danças sagradas”.³⁹

“Em outros lugares – continua o mesmo padre Firmino – há também a bênção ao pão de Santo Estevão. Colocada uma mesa, coberta de alva toalha de linho, no largo junto da igreja, os mordomos acarretam para ali o pão e vinho em abundância que, depois da bênção dada pelo sacerdote, distribuem pelo povo.

Quando algum mordomo se recusa a exercer o cargo, flagelam-no simulando-o em mono de palha, celebrando-se os funerais com todo o requinte do cómico burlesco, sem esquecer a oração fúnebre versalhada faceta destinada a compendiar a mesquinhez da vítima, aplaudida a cada passo por retumbantes gargalhadas dos circunstantes, terminando tudo pela leitura do seu testamento, não menos impante de facécias e por lhe incinerar o cadáver.

Em Algos, concelho de Vimioso, nomeiam doze mordomos para a festa de Santo Estevão (26 de dezembro), tendo cada um o título de um personagem de relevo social – bispo, imperador, rei etc., que aparecem na festa seguidos dos respectivos secretários e ministros, tudo vestido de indumentária adequada ao cargo, com acompanhamento de moços carregados de chocalhos em barulheira ensurdecadora. Estes festejos começam no dia de Santa Luzia e no dia do santo Estevão depois de cantada a missa comem com muita galhofa os restos da esmola já dada com mais abundância, a fim de chegar para o folguedo largamente puxado a libações vinháceas.

Em Soutelo, concelho do Mogadouro o festejo popular é no terceiro domingo de janeiro, adjunto à festa do Santo Nome de Jesus. Mete também chocalhada dos moços, como el Algos; grande pagodeira de todo o povo que, solenemente vai dar o vitórró ao senhor mordomo, gritando todos entusiasmamente e chocalhando vitórró, vitórró senhor mordomo! Merece registo esta palavra, que não vemos empregada noutra parte e parece corresponder a viva, viva o nosso mordomo.

É escusado dizer que estas festas perpetuam o culto báquico e a liturgia das “bacanaís” à sombra do hagiológico cristão.

Luís Chaves (Portugal além, pag.21 – 1932) refere-se ao ciclo de festas populares de doze dias existente em França (A Van Gennep, Le cycle de douze jours dans les coutumes et croyances populaires de la Savole). Celebradas deste o dia de natal a dia de reis que entre nós não existe, mas as antigas festas da terra de Vinhais celebradas desde o dia de santa luzia (13 de Dezembro) a dia de natal e as de Algos, atrás mencionadas, que metiam doze mordomos,

³⁹ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 293.

parecem relacionar-se com o tal ciclo de doze dias, embora não coincida precisamente com o francês”.⁴⁰

“Como vemos a dança faz parte integrante destas festas, que em todas as modalidades representam, não a rudeza selvagem desta gente, mas sim o documento vivo de uma civilização prestes a extinguir-se, afirmação social de uma raça em suas manifestações étnicas. É sabido que entre os antigos iberos e povos do oriente asiático, uma das formas de culto externo era constituído pela dança, não qualquer dança, mas sim uma especial consagrada pelas fórmulas litúrgicas, que tinha passes, trejeitos, ritmos e cadências próprias – dança sagrada.

Os cantos do poeta – dizia um que o era – são mais eloquentes que as simples palavras, a música exprime mais que os poemas e a dança mais que a música; pela música, a essência dos deuses é visível e se comunica aos seres mortais, os sentimentos dos homens tomam a forma de objectos animados. “*Todo las cousicas boas, han acabadas*” – dizia-nos há anos uma velha respeitável pela dignidade dos seus sentimentos. Dantes, no meu tempo – continuo ela – havia três dias de dança seguidos, para festejarmos o nascimento de Jesus e agora apenas um bocadito.

Antes de os Bispos de Bragança proscreverem tão severamente as pastoradas da noite de Natal, havia por estas aldeias nessas festas uma dança tradicional, hoje de poucos velhos conhecida, que a ela se referem com o respeito venerável de uma coisa sagrada. Estas danças de carácter litúrgico e ao mesmo tempo marcial, desapareceram de entre nós sem que infelizmente alguém tenha fixado as suas modalidades, restando apenas na dos Paulitos, ainda hoje executada em terras Mirandesas, o fragmento de um ciclo coreográfico outrora dominante em toda a região.

É de advertir que a dança na Festa dos Rapazes nada tem de comum com a dança litúrgica, cultural, de que vamos falando; no entanto, o facto de ela contruir uma parte do programa, aliado ao de serem excluídas as mulheres na de Varge, o que seria ridículo se não tivesse por si a tradição das culturais danças ibéricas, que também as não admitiam, levar-nos a estabelecer comunidade de origem ou pelo menos certas afinidades étnicas muito para notar, podendo facilmente supor-se que a dança primitiva, devido a circunstâncias locais ou de temperamento, desapareceu, ficando apenas aquele vestígio a testificar a sua existência. De resto os costumes ancestrais ibéricos vêm-se ainda largamente representados nestas aldeias principalmente em funerais, casamentos e outros actos da vida.

Entrudo: Em geral, os festejos dos três dias de entrudo em terras bragançanas são pelo teor da festa dos rapazes, atrás descritas, e correspondem às “bacanais” de março. Celebrizam-se por grandes comezainas, mascarados e bailes. No entrudo, come-se tudo, diz o rifão popular. A Galhofa começa 15 dias antes, na quinta-feira das comadres; oito dias depois á a Quinta-feira dos compadres; seguem-se o Domingos gordo, segunda-feira gorda e terça-feira de entrudo, tudo dias perfeitamente pantagruélicos.”⁴¹

⁴⁰ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 295.

⁴¹ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 293.

“Nos descantes, pelas ruas, silvamos tais hi! Gu! Gus! já memorados na festa dos rapazes, espécie de relincho de origem celta comum em toda a região do norte de Espanha. (Nota: D. Raimundo Rodriguez, *Guia artístico de Leon*, 1925, pág 178).

Morte: Já noutra parte destas memórias aludimos à extravagante figura da Morte, que no dia de Cinzas percorre as ruas da cidade de Bragança, vestida de casaco e calças de lona oleada, mascara na cara, carapuço na cabeça e um chicote para vergastar o rapazio que em chusma a moteja, gritando ensurdecedoramente, após ela: Ó Morte. O lagão; ão, ão. Este costume - Diz Adolfo Coelho (Nota: A Tradição 1, pág 33 e 38), relaciona-se com a liturgia mítica de expulsar o inverno representado pela morte.

Pelas circunstâncias que o acompanham e pelo tempo, sempre entre fevereiro e março, deve filiar-se nas festas Lupercais (Festas licenciosas, que eram celebradas anualmente em Roma, no dia 15 de fevereiro, em honra do deus Luperco, padroeiro dos campos e dos rebanhos.) celebradas pelos sacerdotes de Pã, a 15 de fevereiro, que despídos, tapando apenas as partes genitais com uma tira de pele caprina, recentemente imolada, e tinta de sangue, percorriam as ruas batendo com um chicote em quantos encontravam, principalmente as mulheres, que julgavam fecundar com estas pancadas. (Nieupoort, Rituum, pág 348 Moreri, El Gran Diccionario, artigo Fiestas).

Em Vinhais também pratica o costume da Morte em quarta-feira de Cinzas, mas reveste modalidade diferente, pois veste-se de Morte quem quer (Em Bragança só a Ordem Terceira de São Francisco é que tem o fato e o aluga por bom preço aos pretendentes, que nunca), resultando andarem muitos ao mesmo tempo vestidos da Morte em correrias pelas ruas, a quem chamam indistintamente Morte ou Diabo. (Nota: Padre Firmino Augusto Martins, *Folklore do Concelho de Vinhais*, 1928, pág. 86)⁴².

SERRADELA DA VELHA:

É muito frequente a serradela da velha no meio da Quaresma, ou seja, na noite de quarta-feira da terceira semana de Quaresma. Nessa noite, os moços vão em grande estúrdia às portas das casas das mulheres velhas e, tirando sons estrídulos da lâmina da serra entalada em cortiça ou madeira seca e dura, soltando gemidos, quais se fossem a velha dorida e dizendo dichotes cantarolam:

*Estamos no meio da Quaresma,
Já a Páscoa vai chegada;
Uns dizem serre-se a velha
E outros a velha seja serrada.
Segue-se o bródio animadíssimo pelas ruas do povoado para a casa de outra velha.*⁴²

Cantar dos Reis em Macedo de Cavaleiros.

Já os três Reis são chegados

⁴² ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo IX, reedição do Museu do Abade Baçal, Bragança, 1975, pág. 301-302.

*Das partes do Oriente;
Visitar o Deus Menino
Alto Rei Omnipotente*

*Os três Reis como eram santos
Uma estrela os guiou;
Em cima de uma cabana
A estrela pousou*

*A cabana era pequena
Não cabiam os três;
Adoraram o menino
Cada um por sua vez.*

Festa dos Caretos em Podence (Macedo de Cavaleiros).

Descrição, in, *Festas e Romarias em Portugal – Norte (Trás-os-Montes e Alto Douro)*.

A Festa dos Caretos, no Domingo de Carnaval, em Podence (Macedo de Cavaleiros, é uma espécie de retoma da Festa dos Rapazes (que tem lugar por alturas do Natal), mas desta vez ligada aos rituais carnavalescos que assinalam o início dos constrangimentos da Quaresma, o fim do ciclo do Inverno e marcam o renascimento que a aproximação da Primavera representa para quem tira da terra o seu sustento.



Festas e Romarias em Portugal – Norte (Trás-os-Montes e Alto Douro)

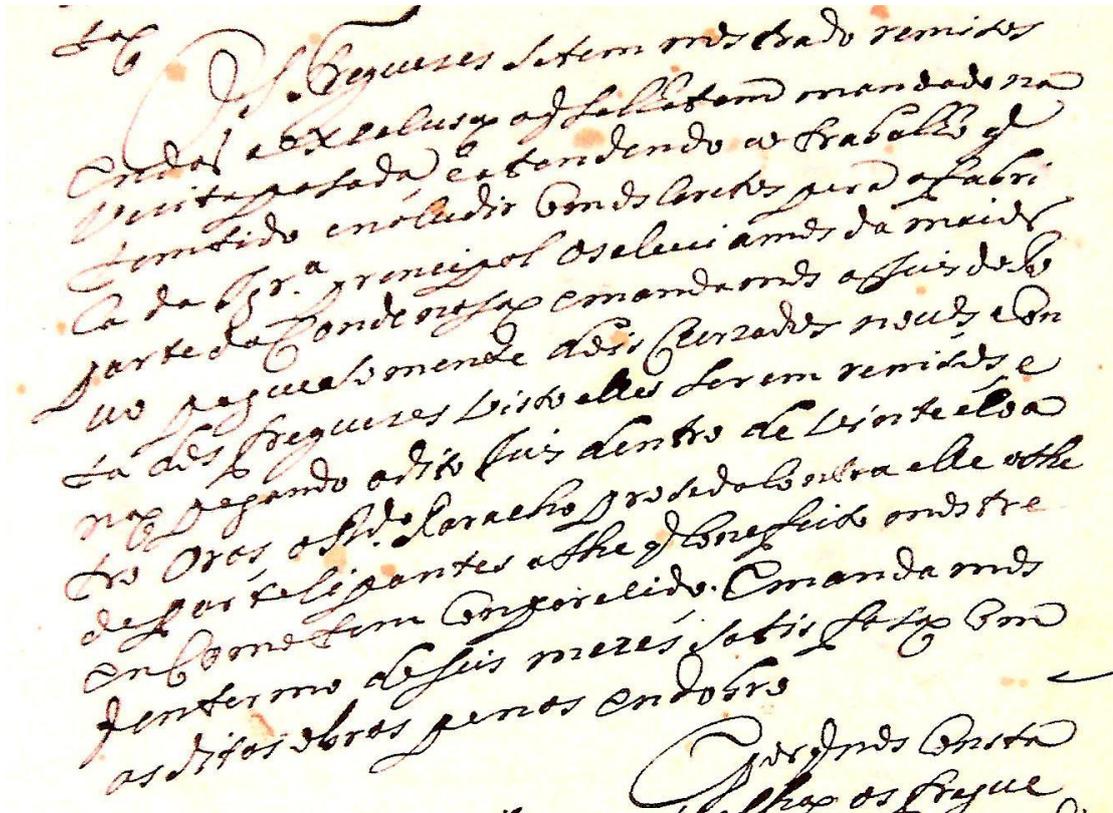
16 – Documento onde se fala dos Caretos, em aldeia, hoje pertencente ao Concelho de Macedo de Cavaleiros.

Retirado do Livro de Visitação do ano de 1717 da Igreja de São Martinho de Toures de Lagoa – inventariante Ricardo Naito, investigador da Associação Terras Quentes em 15 agosto de 2007.

Página 14 – 2º parágrafo datado de 23 de novembro de 1717.

Diz: “*Os fregueses se tem mostrado remissos (negligentes, indolentes, frouxos) em dar execução ao que se tem mandado na visita passada e atendendo ao trabalho que tem tido em aludir com os **Caretos** para a fábrica da Igreja principal os aliviámos da maior parte da*

condenação e mandamos o juiz do povo pague somente dois cruzados novos da conta dos fregueses, livre eles serem remidos nos pagando os ditos reis dentro de vinte dias ao Sr. Padre Carvalho: assina José Jesus Costa”.



Handwritten manuscript page in cursive script, likely a church record or legal document from 1717. The text is written in Portuguese and discusses the payment of taxes (cruzados) by the parishioners (fregueses) to the parish priest (Sr. Padre Carvalho). The document mentions the year 1717 and the location of São Martinho de Toures de Lagoa. The signature at the bottom right reads "José Jesus Costa".

Página 14 do Livro de Visitação do ano de 1717 da Igreja de São Martinho de Toures de Lagoa

17 – Conclusões:

A Associação “Terras Quentes, criada no ano de 2002, está sediada em Macedo de Cavaleiros e tem por objectivo, nos seus estatutos, tratar fundamentalmente de assuntos relacionados com o património do concelho de Macedo de Cavaleiros, por isso, não quisemos deixar de sublinhar o facto dos Caretos de Podence, no passado dia 12 de Dezembro de 2019, terem sido distinguidos com o galardão de património cultural imaterial da humanidade, no congresso da Unesco, realizado em Bogotá na Colômbia, o que muito saudamos.

Com a ajuda das nossas bases de dados, relativas à História, História de Arte e Arqueologia, procurámos informação que nos ajudasse a compreender as origens do fenómeno “das festas dos rapazes” no concelho de Macedo de Cavaleiros fenómeno que se estende necessariamente a toda a região Transmontana.

O estágio dos conhecimentos sobre as suas origens, pela informação que acervámos não passa de: “*Pensa-se que a tradição dos Caretos tenha raízes Celtas, de um período Pré-*

Romano. **Provavelmente** está relacionada com a existência dos povos Galaicos e Brácaros na Galiza e norte de Portugal” etc., etc.

Com este pequeno artigo vamos tentar adossar mais alguma informação ao assunto.

Como sabemos a existência do Concelho de Macedo de Cavaleiros é recente, 31 de dezembro de 1835 (184 anos). Se bem que partimos do princípio de que o fenómeno da festa dos rapazes não se circunscreve aos limites, hoje, Macedo de Cavaleiros, mas para que possamos acantonar melhor as ideias e entender melhor os fenómenos, temos que ter esse facto sempre presente.

Leite de Vasconcelos acreditava que a história se desenvolvia graças aos mitos, o que não comungamos na totalidade, se bem que em arqueologia, não descartemos um bom mito, para início de investigação, por outro lado acomodamos melhor a ideia do mesmo autor quando afirma que quando se trata de procurar a origem das coisas é sempre difícil a decisão, por outro lado, também, é pacífico aceitar que é essencial conhecer os mitos.

Quanto aos rituais, segundo Luc Benoist, e que nós partilhamos, (*define-se como um conjunto de gestos, respondendo a necessidades essenciais, que nos acompanham na nossa maneira de viver, de caminhar, de nos vestir de manifestar a nossa simpatia ou a nossa hostilidade*), o que nos ajuda, por vezes, a compreender os mitos.

É essencial compreendermos os costumes do povo da região que queremos tratar para podermos melhor entendermos os mitos e os ritos. Quando falamos em carácter etnogénicos, temos que recuar a historiografia romana e ler em Estrabão o que nos pretende dizer, com o individualismo deste povo Nordestino, quando dizia que *“nem uma só língua falam”*.

João de Barros traça estes individualismos assim: “A tendência de cada povoação para constituir uma individualidade é tão inata, que vemos ainda agora, apesar da completa diversidade de circunstância que se davam outros tempos, cada vila, cada aldeia, com a sua feição particular, os seus costumes próprios”. Oliveira Martins recua ainda mais no tempo, atribuindo estas características à combinação de carácter dos povos indo-europeus. Irão estas características e carácter etnogénico, pensamos nós, moldar o nosso povo para o que se irá seguir uns séculos mais tarde. Após o desaparecimento das divindades pagãs. O cristão não é contra o paganismo, que subjaz no passado, como a riqueza cultural de cada povo, mas sim, contra o neopaganismo que despreza todos os avanços vindo do cristianismo. Recordemos que a proibição efectiva dos cultos pagãos deu-se no ano de 392 d.C. ainda no Império Romano, sendo que no ano de 435 foram essas deliberações reforçadas com a pena de morte para quem continuasse com rituais pagãos. Lembramos que no final do século XIV, a perseguição aos “hereges” assumiu também a forma de perseguição a cultos e práticas pagãs. Por fim, ter presente que, desde os finais do século VII e até 1789 (ano da revolução Francesa)

o paganismo esteve praticamente ausente, mas exprimindo-se na pintura, ocultismo, alquimia, astrologia etc., Segundo Will Durant a Igreja cristã prevaleceu sobre o paganismo porque oferecia uma doutrina muito mais atraente e porque os líderes da Igreja se dirigiam às necessidades humanas melhor que os seus rivais.

Apesar de Jesus Cristo ter ido para a cruz, supõem-se, no ano 33, será somente no século IV (13 de junho ano 313) que pela mão do Imperador Romano Constantino I, o cristianismo começa a ver a luz do dia, terminando com a perseguição aos cristãos, com a promulgação do Édito de Milão, tornando-se o cristianismo a religião oficial do Império Romano. Até então o paganismo era a religião oficial do Império Romano e dos seus exércitos.

Mas, será no ano de 325 que Constantino I convoca o Concílio de Niceia, dando-se aí o grande primeiro passo para que a Igreja defina a “doutrina revelada” de forma mais precisa, em resposta a um desafio a uma teologia herética.

Mil Duzentos e trinta e oito anos mais tarde, em 3 de dezembro de 1563, (após uma primeira tentativa, novamente em Niceia, no ano de 787), no concílio de Trento se determina (nos pontos 984 e 987 desse concílio) a legitimidade do uso das imagens de santos e a veneração das suas relíquias, com efeito, a imagem tornava-se extremamente importante na prática religiosa do catolicismo., principalmente porque é mais acessível e pouco aborrecida, ao contrário das escrituras que continuavam a ser um código incompreensível e fechado para a esmagadora maioria dos fiéis.

Esta data, 3 de dezembro de 1563, vai ser a data-chave para as nossas conclusões.

Os constrangimentos da igreja na região da Diocese-Bragança-Miranda, contra todas as expressões de paganismo eram evidentes.

Na pastoral de 4 novembro de 1687, o bispo de Miranda, D. António de Santa Maria, tendo conhecimento da introdução de muitos abusos perniciosos, pelos dias das oitavas do nascimento do Senhor, como a introdução de uma festa a que chamam pandorcas, fazendo danças e festejos por muitos dias com muitas ofensas a Deus, proíbe tais festejos. Igual proibição impôs o Bispo de Miranda D. Diogo Marques Morato na sua pastoral de 5 de junho de 1744.

Em 18 de Dezembro de 1755, o desembargador do despacho episcopal, doutor António Esteves Pinheiro de Figueiredo promulga um despacho proibindo, bailes, jogos, pandorocadas e toda a casta de ajuntamentos de homens com mulheres e as pandorocadas que de noite se costumavam fazer.

Na pastoral de 20 de dezembro de 1890, o bispo de Bragança D. José Alves de Mariz proibiu, as pastoradas ou ramos de Natal, os autos da Paixão e Morte do redentor na semana santa, e vendo que o costume continuava, na pastoral de 16 de Dezembro de 1895 cominou

pena de interdito às igrejas onde tais pastoradas e autos se representassem e de suspensão *Ipso facto* aos párocos que as consentissem.

Mas as manifestações pagãs iam resistindo, se bem que, porventura, com formas mais clandestinas, ou descaracterizadas.

O riso estoirava na taberna, na rua e no mercado. A Igreja franzia o olho, não lhe era difícil perceber, que por detrás dessa jovialidade, as tentações da maledicência e da inveja estava a desordem. E interrogava-se... “Jesus riu”.

A alegria, principalmente colectiva, exteriorizava-se nos excessos festivos. Os séculos medievais mostraram grande apreço pelas festas, mau grado o olhar condenatório da Igreja. As oportunidades eram imensas. Estas festas eram rituais distribuídos no decurso do ano, de origem pagã se bem que travestidas pelo cristianismo. O Natal a Epifania a Candelária o Entrudo, a Páscoa o Pentecostes, as rogações, a Ascensão o S. João etc. Todas elas acompanhadas por ritos alimentares, o porco, o folar o anho.

O simbolismo da máscara varia segundo os costumes. A máscara exterioriza, por vezes, tendências demoníacas, mais o caso das máscaras carnavalescas, onde o aspecto inferior, satânico é exclusivamente manifestado com vista à sua expulsão, ele é libertador, opera como uma catarse. Para Belarmino Afonso a máscara tem três fins; propiciatório, apotrópaico e profilático, acompanha um comportamento humano que se caracteriza pelo peditório, censura e oferta.

Diz-nos Belarmino Afonso:

Os caretos do Carnaval ou Santo Estevão, morreram nas Arcas, em Ferreira, Mós, Rebordãos, Murçós, Valverde, Meirinhos, Bruço, Fornos etc., “Já não há rapazes... emigraram”. Ouvi palavras semelhantes palavras ao presidente da Associação dos Caretos de Podence, António Carneiro. E aqui reside a grande dificuldade de mantermos estas tradições: Assim nos diz a demografia do concelho de Macedo, (fenómeno que é, infelizmente, transversal o todo o interior Português): Números dos Censos. No grupo etário dos rapazes entre os 15 e os 24 anos, o Concelho de Macedo de Cavaleiros no ano de 1960 tinha 4486 indivíduos, no último censo feito à população portuguesa no ano de 2011 existiam somente 1561 indivíduos em todo o concelho de Macedo de Cavaleiros neste grupo etário, ou seja, perdeu em cinco décadas dois terços dos indivíduos a quem pertence continuar estas tradições.

Pensamos que é aceite por todos, o facto da figura do Santo Estevão estar ligado umbilicalmente tanto as festas pós natalícias (26 de dezembro) como ao Carnaval. Santo Estevão nascido em Jerusalém é morto por apedrejamento dois anos depois de Jesus Cristo ser crucificado, ou seja, no ano 35. Santo Estevão é apresentado como protomártir da cristandade a sua história de vida resume-se basicamente ao seguinte: Santo Estêvão aparece em Atos 6 e

Atos 7, livros do Novo Testamento da Bíblia cristã. Consta que houve resmungos da parte dos "judeus, que falavam grego" contra os "judeus, que falavam hebraico" porque suas viúvas estavam sendo preteridas na distribuição diária de alimentos (Atos 6:1). Os apóstolos convocaram então os discípulos e propuseram que fosse formada uma comissão de "sete homens acreditados, cheios de espírito e de sabedoria" (Atos 6:3), que se incumbiriam da distribuição. Estêvão, "homem cheio de fé e Espírito Santo" (Atos 6:5), estava entre esses, todos usando nomes gregos, que foram postos diante dos apóstolos e, após terem orado, receberam a imposição das mãos. O serviço do alimento parecia não obstar ao "serviço da palavra", uma vez que diversos homens afluíam a Estêvão para discutir com ele, mas não podiam fazer frente "pela sabedoria e espírito com que falava" (Atos 6:9-10). Também contribuiu para sua fama o facto de ele, "cheio de graça e de poder", realizar "grandes milagres e sinais entre o povo" (Atos 6:8). Foi detido pelas autoridades judaicas, levado diante do Sinédrio (a suprema assembleia de Jerusalém), onde foi condenado por blasfêmia, sendo sentenciado a ser apedrejado (Atos 8).

O culto de Santo Estêvão encontra-se associado à festa dos rapazes nas aldeias de Trás-os-Montes, integradas no ciclo de festividades do solstício do inverno, no período que decorre do dia 24 de dezembro ao dia 6 de janeiro, e que no passado pagão terão sido dedicadas ao culto do Sol, num ritual em que intervêm os caretos, as máscaras tradicionais do extremo nordeste de Portugal, como atrás afirma, também, o Abade de Baçal.

A página 14, 2º parágrafo, retirada do livro de visitação à Igreja de São Martinho de Toures de Lagoa (Aldeia do Concelho de Macedo de Cavaleiros) e datada de 23 de novembro do ano de 1717, portanto fez há dias 302 anos, é um marco da existência no concelho de Macedo de Cavaleiros da existência dos Caretos, que por certo quase todas senão todas as aldeias de uma forma mais efusiva ou menos tinham os caretos para ajudar à coleta das suas esmolos.

Mas estamos convencidos que podemos recuar no tempo, pois, de certeza que no dia 22 de novembro do ano de 1717, já existiam os Caretos. Mau grado a perseguição efectuada, nos séculos anteriores, contra a sua existência pela Igreja católica. Lembremos a data de 3 de dezembro de 1563, Concílio e Trento, onde se legitimou o uso das imagens de santos. Mau grado as pastorais da Diocese de Bragança-Miranda e mais tarde da Diocese de Bragança, nos anos de 1687, 1744, 1755, 1860, 1875, 1890 e 1895, entre outras.

Cronologicamente, pensamos que os caretos resistiram a estes constrangimentos por parte das pastorais da diocese local, temos pois, uma janela de tempo, mais ou menos segura,

entre os anos de 1563, concílio de Trento e o documento da Igreja da Lagoa, manuscrito em 23 de novembro de 1717, para aceitarmos com um grande grau de certeza, para a existência e manifestação dos caretos por terras Macedenses e por certa restante região bragantina. Terminamos com o grito dos Caretos – **“Hi! Gu! Gus!”**.

Bibliografia

- Afonso**, Belarmino (Coord). *Brigantia, Vol. 1 Nº 0 Jan-Mar de 1981, Máscaras e trajos Carnavalescos* – Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1981. Pág 18.
- Alves**, Francisco Manuel. *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança – Arqueologia, Etnografia e Arte* – Tomo IX, reedição do Museu Abade Baçal, Bragança, 1975.
- Amarante**, Eduardo. *Portugal Simbólico*. Publicações Quipu, Lisboa, 1999, pág 25.
- Brigantia*, Volume de homenagem a Belarmino Afonso, Volume XXVI, nºs 1,2,3,4. Bragança, 2006.
- Brito**, Frei Bernardo de - *Monarchia Lusitana*, tomo I livro 2 cap. 31º.
- Castro**, João Batista de. *Mapa de Portugal antigo e Moderno*, 2ª edição, 1762, tomo I, parte I, cap. V.
- Chevalier**, Jean e **Gheerbrant**; *Dicionário dos Símbolo*. Teorema, Lisboa, 1994, pág 441.
- Dicionário de Língua Portuguesa, Porto Editora, Porto, 2003.
- Estrabão** (cit. FLORES), *Espanha Sagrada*, tomo 24, pág. 11. s.l., s.d.
- Estrabão**. *Memórias da Litteratura Portuguesa* - tomo I pág 24, Estrabão cap. III. s.l, s.d.
- Fossier**, Robert. *Gente na Idade Média*. Editorial Teorema SA, Lisboa, 2010.
- Leal**, Lécio. *Enfim Barroca? A talha na Igreja de S. Martinho de Lagoa (1681-1724)* Cadernos Terras Quentes nº 3 de 2005, pág. 113.
- Marques**, A.H. de Oliveira. *A sociedade medieval Portuguesa, aspectos da vida quotidiana*. A esfera dos livros, Lisboa, 2010, pág.26.
- Pires**, Armando. *O Concelho de Macedo de Cavaleiros*. Junta Distrital de Bragança, 1963, pág. 118.
- Tavares**, Jorge Campos. *Dicionário dos Santos*, 3ª edição, Lelo Editores, julho de 2004, Lisboa.
- Vasconcelos**, J. Leite. *Religiões da Lusitânia*, Vol. II. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1989, pág. 144.
- Viterbo**, Fr. Joaquim de Santa Rosa. Livraria Civilização Editora, 1º e 2º volume, Porto, 1993
- Outros;
- Edições eletrónicas:**
- Wikipédia.Org/wiki_edito de milão.
- Wikipédia.Org/wiki_concilio de Niceia.
- http://www.wikidanca.net/wiki/index.php/Dança_e_Religião
- Wikipédia.org/_Santo. Estêvão.

Bases de dados da Associação Terras Quentes Outros:

Base de dados de história.

Base de dados de História de Arte.

Base de dados de Arqueologia.

Índice Geral

Ficha Técnica	2
Editorial	3
Nota Prévía	5
PARTE I	
Do Mito à Realidade - “A História Que Não Se Contou”	7
Introdução	7
Capítulo I – “Os Conceitos”	7
Conceito de Nação	7
Exércitos: Realidade do final do século XIV	8
Exército permanente e não permanente	8
Da fome à peste: situação económica e financeira	11
A Cavalaria no final século XIV	13
Capítulo II – “Estratégia, tática e técnica”	15
Arregimentação	15
Antes da Batalha: A estratégia	16
O que nos dizem os cronistas e historiadores	16
Fernão Lopes	16
Jean Froissart	17
João Gouveia Monteiro	18
José Hermano Saraiva	19
A Tática	20
Capítulo III – “As Defesas acessórias”	21
Carta D. João	22
Carta D. Juan	22
Carta Despenseiro	22
Crónica de Ayala	23
Costa Veiga	23
Peter Russel	25
José Hermano Saraiva	26
Fernão Lopes	27
Borges Coelho	28
Conde de Vila Franca	29
Gouveia Monteiro	29
Conclusões do capítulo III	30
Capítulo IV – “A Logística”	35
A carriagem	36
Dois exércitos em movimento	38
A carriagem no campo de batalha	40
Capítulo V – Aspectos técnicos - As Armas	42
Long-bow	42
A flecha	45

A besta	45
Os virotes	50
A espada	51
A Maça d'armas	58
O Bacinete	61
A Lança	63
Armamento da peonagem	64
Alabarda	64
Machados	67

PARTE II

Capítulo I – “A Batalha”	70
Descrição da Batalha pelos cronistas, historiadores e protagonistas	71
Carta Múrcia	71
Fernão Lopes	71
Lopes Ayala	74
Costa Veiga	75
Entwistle	75
João Gouveia Monteiro	76
Cronologia dos movimentos das hostes	77
Peter Russel	78
Jean Froissart	78
Conde de Vila Franca	82
José Hermano Saraiva	83
O Condestável	84
As Batalhas Análogas	85
A batalha de Crécy	85
A batalha de Poitiers	86
Conclusão: Como decorreu a batalha	87
A segunda investida, a castelhana	96
Como estariam dispostas as tropas	98
Esquema de Afonso do Paço	99
Esquema de Helena Catarino	100
Esquema com novas sugestões	101
Como se desenrolaram os momentos decisivos da batalha	104
A chacina	105

PARTE III

Capítulo I – Martim Gonçalves de Macedo na bibliografia	107
Introdução	107
Manuscrito de Pero Vaz Soares	108
Manuscrito BN 11038 finais século XV	109
Crónica de D. João I Fernão Lopes 1643	110
Crónica de D. João I Fernão Lopes 1644	111
Europa Portuguesa Manuel Faria e Sousa	112

Crónica de Nun'Álvares Pereira 1723	113
Memórias para a História de Portugal - J. S. Sylva	114
Paralelos de Príncipes e Varões - F. S. Toscano	116
Flores de Espanha de António Sousa Macedo	117
Agiologio Lusitano - António Caetano Sousa	118
Crónica de D. João de Duarte Nunes Leão	119
História de Portugal Damião Lemos	120
Portugal Pitoresco	120
Jardim Literário	121
Ulyssipo 1848	122
Crónica de D. João I por Luciano Cordeiro 1897	123
D. João I por Damião Peres	124
Capítulo II – Sobre a sepultura de Martim Gonçalves de Macedo	126
Notas	132
Bibliografia	153
A FESTA DOS RAPAZES e outras, Transmontanas.	
1 - Introdução	160
2 - Os Ritos Mitos e Costumes – Tempo Sagrado, Tempo Profano.	160
3 - Caracteres Etnogénicos	161
4 - Festas pagãs ou Religiosas? A evolução histórica dos festejos populares.	165
5 - Ano 325 - d.C. data chave do Cristianismo.	165
6 - Édito de Milão – 1º passo de Constantino para o Cristianismo.	166
7 - Concílio de Niceia	166
8 - O quotidiano da Idade Média	168
9 - A Máscara	169
10 - A Dança	170
11 - Os Constrangimentos da Igreja no respeitante às festas Populares/Pagãs	170
12 - Do nascimento de Jesus Cristo à quarta-feira de cinzas. A figura de Santo Estevão.	171
13 - Adagiário popular do Natal e do Entrudo no Nordeste Transmontano.	173
14 - As festas populares no espaço geográfico do Concelho de Bragança, mormente, anterior a 31 de dezembro de 1853.	176
15 - A festa dos Rapazes.	180
16 - Documento onde se fala dos Caretos, em aldeia, hoje pertencente ao Concelho de Macedo de Cavaleiros.	188
17 - Conclusões.	188
Bibliografia	194